



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
Secretária Nacional da Promoção e Defesa dos Direitos Humanos
Diretoria de Defesa dos Direitos Humanos
Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate
à Tortura

41ª REUNIÃO ORDINÁRIA
COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

Data e horário: 20 de setembro de 2023, de 09:00hs às 18:00h.

Local:

Telefone para contato: (61) 2027-3901

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Abertura

● **Pauta:**

1.1. Registro dos membros e quórum

- Horário do início do ponto de pauta:
- Condução: Presidência
- Instalação do quórum.

Presentes:

Representantes de Governo	Representantes da sociedade civil
1. MDHC – Presidência	1. ITTC
2. MDHC – CGSP	2. ANADEP
3. MDHC – CGCT	3. GAJOP
4. MJSP/SENAPPEN	4. REDE
5. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	5. SOMOS
6. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	6. ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS E FAMILIARES
7. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	7. EDUCAFRO
	8. UFRN
	9. AJD
	10. COFEN
	11. AGENDA NACIONAL
	12. CFESS
Soma RG:7	Soma SC:12
Total: 19	

- Além dos membros, registrou-se a presença de: Ministério da Saúde - Mauro; Cofen Suplente Presente; Ministério das Mulheres – Denise Teixeira; Fabio Cascardo – APT

Iniciada a reunião, às 9:40, o Ministro declarou aberta a reunião.

Ministro: Satisfação em participar deste encontro. Disse que o MDHC e o comitê tem grandes desafios a serem enfrentados

Sugestão de inversão de pauta do ponto 3 de pauta, para falar das Caravanas de Direitos Humanos, para afinar o trabalho conjunto.

É um tema difícil, complicado, que surge de determinação do presidente da república. Precisa do auxílio da sociedade civil para construir política pública em torno disso.

Iniciou o registro e membros e quórum, agradecendo a presença.

Nana: sugestão de construção de documento coletivo para apoio da Coordenação de Apoio. Se o colegiado estiver de acordo, nos organizar pela produção do relatório.

Matheus perguntou se é necessário aprofundar, Nana respondeu que é importante deixar registrado e prestar conta.

Encaminhamentos:

- Disponibilizar link coletivo para construção de relatório anual e sinalizar datas. Até 28 e 29 de novembro para conclusão do relatório.

- Apresentamos os encaminhamentos.

- Matheus perguntou sobre a possibilidade de convencer algum ministério e se Vivian teria sinalizado interesse.

- Taciano manifestou que ofício de anuência já ta sendo produzido pelo MRE.

- Ministro propos a inversão do ponto 3 para a Caravana de Direitos Humanos.

- Ministro passou a fala para a sofia, que também passou para o rogerio. Ela disse que entendeu como uma boa oportunidade de estar junto, em um primeiro momento. Disse que estiveram na UNIS e ela, junto com a Nana, conversaram com os meninos e algumas violações de direitos foram apuradas. Relataram o ócio e não apontaram problemas expressivos quanto a alimentação. Falta de espaço para banho de sol. A atividade era assistir programas policiais, a partir de um "momento informativo". A estrutura física é muito parecida com a de uma unidade prisional. Em um primeiro momento, fizeram uma apresentação de música, mas que ela não consegue compreender o quanto isso foi imposto a eles e o quanto isso não é uma atividade rotineira.

- Ponto de atenção é o vídeo que o ministério postou no instagram, pareceu que não é um ambiente tão opressão quanto é ou violador de direitos. Então, é necessário se atentar à esses pontos

- outra sugestão é sobre a reunião com atores institucionais, em formato de mesa

- Achou que o encontro com a sociedade civil foi importante, em um lugar simbólico. As demandas que surgiram ali eram demandas diversas, mas é importante deixar claro para a resposta à sociedade civil sejam mais contemplativas.
- Há de se ficar claro como são usados/destinados os recursos públicos.
- Disse que foi muito interessante estar com todos e que, talvez, deveria ser em dois dias para permitir um maior aproveitamento.
- Rogério falou sobre o curto tempo. São 4 unidades, e foi uma decisão acertada não ir somente na unidade contemplada pelas medidas da Corte. Efetivamente, o tempo passado dentro das unidades foi de 20 minutos. O objeto da caravana ficou com um tempo muito apertado, que era verificar as questões apontadas pela corte.
- Rogério relatou o uso excessivo do gás de gengibre nos meninos. Disse que o Mecanismo não teve a oportunidade de elaborar uma atuação metodológica em conjunto com o MDHC. Entendem que uma visita tão curta é prejudicial ao MDHC, uma vez que não é possível verificar os pontos apontados pela corte.
- Reforçou a visão da Sofia sobre a reunião interinstitucional do Ministro com os representantes das instituições, e que ficou muito mais como um momento de defesa destes.
- Reforçou também o ponto da sociedade civil, frisando que esta deve ser a primeira a ser ouvida. Desta forma, o Ministro se alimenta das informações de quem está vivenciando as violações de direitos humanos.
- Disse que o Mecanismo do ES não previu remuneração, então a sociedade civil não levou a frente. Até o momento, o estado está sem mecanismo, mas ainda é uma luta da sociedade civil. Dois dias depois da visita, foi tramitado o PL, mas prevendo um salário de apenas R\$ 3.000 para os peritos. Frisou que a remuneração é fundamental para a autonomia. Disse que não sabe se o ministro teve a oportunidade de tratar do ponto com o governador. É importante que o MDHC traga para si o compromisso de fomentar a criação e funcionamento do Sistema, Comitês e Mecanismos nos Estados. Importante uma atuação mais forte do Ministério.
- Ministro passou a palavra para a Nana. Nana disse que um dia é muito curto para a programação, sim, mas é feito o que é possível. Disse que a sociedade civil foi escutada por último por decisão e pedido da própria sociedade civil. A sociedade civil também construiu a lista dos movimentos sociais. Fizeram um controle de entrada por questão de segurança do padre
- Visita na UNIS: a principal é a questão da educação. Há uma educação que não atende os propósitos educacionais. Eles não esperavam que as outras unidades do complexo fossem visitadas. Em relação ao papel do Mecanismo, foi um papel extremamente importante, porque estes conhecem o território e podem orientar na construção da visita. Ao mesmo tempo, é um papel delicado para preservar a autonomia do órgão, de forma que não se confunda com o MDHC. Sobre o projeto de lei, disse que tem sido muito desafiador construir ações rumo a construção e fortalecimento dos Sistemas, comitês e mecanismos; avalia que o MDHC não teve ações tão proativas nessas temáticas, então tem sido desafiador virar essa chave. Disse que

temos três problemas a serem enfrentados e superados: I) secretaria de adm penitenciária; II) rol taxativo de representantes da sociedade civil no comitê e III) salário dos mecanismos, que é uma ofensa.

- Patrícia Oliveira: Disse que não esteve na visita, mas que acha importante colocar suas preocupações. É necessário ter um cuidado com os stories, porque ter uma equipe de filmagem dentro das unidades; o governador acompanhando tudo – porque ninguém vai dizer na frente do governador que o diretor é torturador; o que pareceu, para quem estava de fora, foi uma propaganda. Disse que é necessário organizar a caravana com mais tempo e calma, principalmente para definir os objetivos. Há uma dificuldade de entender que o comitê constrói políticas públicas, então precisa ser o primeiro a ser ouvido. Relatou preocupação com o RJ, porque há uma secretária de adm penitenciária que baixou uma resolução que as mulheres vão para Bangu 1, então é necessário ter cuidado. Assim, as próximas precisam ser construídas com mais calma.

- Matheus relatou que faz inspeção há 10 anos e de que só a caravana de tirar a atuação deles da invisibilidade, já é muito positivo. Que todos podem entender a importância desse evento. Há uma preocupação em relação ao método, já que ficaram uns 20 minutos na unidade. Preocupação com o planejamento e informação sobre as caravanas com antecedência e as atribuições. Perguntou se há um planejamento de expandir para as outras unidades ou se, no início. **Sugestão de encaminhamento: PL de remuneração irrisória, encaminhamento de ofício para o ES sobre o salário dos peritos.**

- Maria Clara reforçou as preocupações anteriores. Disse que acreditam na potência do protejo, mas que essa imagem de que a unidade funciona bem é perigoso e não deve acontecer nas próximas. Unidades com medida da corte tem costume/fluxo de maquiagem para a presença de visitas. Maria Clara questionou quais os próximos passos, se há a previsão de que no futuro atinja as outras unidades (sem medidas da corte). Citou que é interessante que visite de forma surpresa, essas outras unidades. Que a metodologia para a próxima visita seja feita com mais calma;

- Maria Cecilia (MNPCT): priorizar inspeções em vez de cerimônias oficiais e que, nas conversas com autoridades, fazer mesa de encaminhamentos. Citou que talvez o setor de comunicação não esteja sabendo o objetivo das caravanas, porque o que pareceu é que tudo estava lindo e maravilhoso no ES.

- Jaqueline questionou qual é o intuito das caravanas e que resultado útil se deseja dessas caravanas. Disse que entende que o pedido pessoal da presidência é muito relevante, desde que o presidente é sobrevivente do cárcere. Entende que há um peso muito significativo do ministro no sistema prisional, mas reforçou a crítica dos stories soarem como propaganda. De fundo, qual é o intuito das caravanas; que resultado útil se quer obter com esse projeto? Pensa que poderia otimizar as caravanas aquém de atender as solicitações do presidente da república. Não sabe como se deu a organização e construção da visita. Pensa que antes da visita, seja importante um diálogo aprofundado com o MNPCT além do que está no relatório. Dá para otimizar, utilizar as caravanas como forma de impulsionar e otimizar a implementação e qualificação dos mecanismos e comitês estaduais.

- Nana disse que esse foi um debate de que esse instrumento seja usado como implementação e fomento dos sistemas. Alguns fatores fogem do controle e isso gera uma angústia, não há como saber quando o governador estará; não há como ter controle. As caravanas não são inspeções, já que o MNPCT, CNJ, Ouvidoria já fizeram esse trabalho. O Objetivo tem que ser a articulação interinstitucional para enfrentar esses problemas estruturais, sistêmicos, para que todos possam ser alcançados com a solução deles. Não permaneceremos horas nas unidades, não estamos lá para saber o que já sabemos. Antes das caravanas, há um informe detalhado sobre o que já existe sobre as unidades e estados. Pensa que tem que ser estruturante, nas caravanas, quando for no sistema prisional, a defesa da implantação dos sistemas estaduais, em moldes que atendam o protocolo facultativo e orientações da APT. Precisamos começar avaliar, quanto colegiado e quanto membros, como construir estruturas normativas que blindem a temática contra a tortura quanto a retrocessos. Transformar em normas mais robustas e mais difíceis de serem derrubadas. O que tem observado, é que a ausência de uma normatização sobre como deve ser, é uma demanda pelos estados. Como vamos lidar com isso? Citou o Encontro dos Comitês e Reunião do Sistema como momentos importantes. O MDHC está a disposição para que isso aconteça, mas precisamos avançar. Disse que é importante a demanda do presidente Lula porque nunca, antes, um presidente da república fez esse pedido.

- Ana Zago citou a estrutura da Diretoria. Não existe uma coordenação de articulação no sistema prisional, justamente porque essa é uma pauta de articulação do Ministério, e não está apenas vinculada ao combate à tortura. Também há uma atuação do socioeducativo, e também há a assessoria internacional, que faz o acompanhamento da litigância do Brasil no cenário internacional, tanto no contencioso quanto na atuação do Brasil perante os órgãos (sistema interamericano e sistema ONU). As caravanas é um projeto de dar visibilidade da pauta, e que este ministro é assessorado por todas essas coordenações. Existem um trabalho de levantamento anterior à presença do ministro. O que é feito depois da visita: a assessoria internacional faz relatório do cumprimento da cautelar e plano de ação para encerrar a cautelar, sinase provoca o ministério público e outros atores, e a diretoria de defesa está com a tarefa de implementação do ppddh nos estados. Citou que as caravanas trazem uma luz, no entanto, o trabalho continua.

- Carolina Barreto falou que a avaliação do risco da presença é importante. O grande risco não é a maquiagem; a grande questão que está colocada é a possibilidade de retaliações preventivas, antes das autoridades chegarem. A ideia é que o MDHC articulem com as instituições locais, para monitorar como isso está sendo recebido nas unidades e qual impacto que pode ser gerado para as pessoas privadas de liberdade. Disse que o Mecanismo recebeu com estranheza a falta de diálogo com eles, já que só foi possível contribuir no momento das caravanas. É uma demanda do Mecanismo que seja oportunizada a possibilidade de falar com os governadores sobre as leis de criação de mecanismos e comitês, já que é uma oportunidade que eles geralmente não tem, já que não são recebidos pelos governadores.

- Ministro agradeceu as intervenções e todas as críticas foram anotadas e vão ser levadas em considerações. Pavimentar relação que seja calcada na institucionalidade, na urbanidade. Considerou que:

l) trabalhos de inspeção, visitas não programadas, apesar de objetivar ter contato com a realidade já é feito; portanto, o trabalho do MDHC não visa desvalorizar esse trabalho por pessoas que tem o mister, e muito menos sobrepor o trabalho que já é feito. O pedido foi feito pelo presidente da república, que não é unicamente um cidadão brasileiro, mas como instituição. Esse pedido, então, é um ato administrativo; não está indo para fazer safari; não está indo para fazer inspeção. Esta indo em condição de ministro, é fazer o que é dado condição de fazer: efeitos políticos- que, obviamente, se reverte em atos concretos e atos administrativos. Poderia fazer essa determinação do presidente de maneira burocrática, mas era possível dar uma coerência a atuação do Ministro de Estado, para um tema que, geralmente, não é tratado pelo ministério. Citou a necessidade de trabalhar em articulação com outros ministérios, principalmente o MJSP. É um tema que também envolve o MS, MDS, MRE, TEM. Assim, não é uma caravana do ministério, mas sim do governo federal. Deve-se ter um cuidado para que isso seja feito; como político, é importante tratar antes com o governador do estado. Há uma confusão entre ser estado e sociedade civil. Os cálculos dos efeitos da presença de um ministro de estados precisam ser feitos com muito cuidado. Assim, é inevitável coordenar com os governadores do estado – o que não é uma conversa, mas sim ter um diálogo republicado e constitucional. As conversas precisam ter consequências. Precisa tirar, primeiro, uma política pública a longo prazo que vai ser construída com a sociedade civil; mas precisa tirar consequências que façam que o problemas ali constatados tenham uma resolução. O que está em jogo é o fato de que o Ministro de Estado assume responsabilidade pelo acontece no estado depois que põe o pé lá; essas unidades não são mais um problema do estado federado, mas passa a se um problema da união – que a união precisa resolver, necessariamente. Por isso a coordenação de esforços.

Quando a presença do ministro lá se estabelece, e em acordo com o governo de estado, significa que constatados problemas no campo da saúde, vamos ter que ajudar; trabalho e emprego, também ajudar. Vamos egar os pontos que estão na decisão da corte e vamos ajudar na resolução desses pontos. “Mquiagem”? é obvio que há toda uma solenidade para a recepção do ministro de estado, mas que não há como maquiagem o curado, por exemplo.

As caavanas serão aperfeiçoadas, levando as críticas que foram feitas, mas que elas serão feitas. O tempo é sempre inimigo. Isso envolve críticas externas e internas. Dar consequências a problemas estruturais. Temos a oportunidade de pela primeira vez lidar com esse problema de forma mais forte da maneira institucional. Com todos os problemas, inclusive de comunicação, é preciso pensar e melhorar. Mas tem que comunicar. Políticas de direitos humanos são feitas a partir de 4 eixos: comunicação, educação em DH, proteção e promoção de DH e cidadania – que é fazer entrega, permitir com que as pessoas acessem os direitos. Então, o tempo é sempre inimigo; já que se espaçar muito o tempo, as Caravanas perdem força. Deixar ao final disso tudo uma política publica que valorizem o trabalho do mecanismo e do comitê, e organizações da sociedade civil e movimentos e não sobrepor. Levaremos em conta as criticas, tentaremos trabalhar com o tempo. Isso envolve articulação com os governadores e ministérios. O nosso parceiro é o MJSP, bem como citou a importância de outros. Temos que chegar lá com algo concreto e que faça sentido. Não posso ir em um estado, fazer toda essa movimentação e não gerar impacto na vida das pessoas. Não existe a possibilidade de ir a um estado e não se reunir com movimentos sociais e organizações. Isso demanda tempo, paciência, leitura política...

teremos trajetória de experimento, com erros e acertos. Não tem volta. Essa política vai existir, com a colaboração de todos.

- Considerou que a data em que foi determinada a visita. Pediu a compreensão porque logo mais faremos uma nova visita e o tempo da política é particular. A visibilidade internacional é muito importante. A maior missão é ser um ministro de estado relevante, que possa ter aberto caminhos importante para o Brasil, e tem trabalhado com isso há muito tempo, e sabe qual é sua responsabilidade sobre isso. Sabe de sua responsabilidade, da resp de ser ministro de estado sendo eu quem sou, sendo homem negro, com a trajetória que tem. Uma coisa que desde cedo descobriu que uma das coisas mais característica do racismo é o fato de que sobre as pessoas negras é colocado um peso que nunca é colocado sobre homens brancos. Caracter

- A Cíntia disse que assistiram todas as sugestões, compreendem as frustrações e entendem que a presença do ministro nas unidades prisionais é de suma importância para visibilização. Entendem que as caravanas tem um propósito prioritário de visibilizar as mazelas do sistemas prisional ao brasil.

- Sofia disse que ficou surpresa com relação aos tantos atores envolvidos e a necessidade da construção conjunta

- Maria Clara reforça a fala de Sofia e explica melhor quais o que se mencionou com relação à maquiagem. A relatora esclarece sobre Curado e transferências em massa, avaliar isso sem que se avalie o impacto em outras unidades do estado. Maquiagem de outras unidades que não têm medida.

- Mateus questiona o desdobramentos das Caravanas, se já existe data, locais

- Ana Zago lembra que as datas das Caravanas são recebidas e a DDH contempla diante de outros compromissos.

- Nana apresenta que a necessidade de ampliação já foi levada para a presidência da republico desde o primeiro momento, tanto para as instituições que têm medidas cautelares. Alerta ainda que os estados que não têm medidas cautelares não é pela estabilidade da situação, mas em função, muitas vezes, da falta de recursos e articulação do sistema. Pernambuco e Rio serão os próximos estados.

- Nana lembra que o envio de ofício é algo importante, mas não é a própria ação. Lembra que o ofício do CNPCT deveria ser um desdobramento da ação, considerando o entrincheiramento em que a pauta tem sido tratada. Mas reforça a necessidade de dar tratamento em âmbito nacional.

- Rogério – De forma cirúrgica, enviar Of. Para o ES, como forma de fazer o PL se movimente. Alteração do valor do salário. Provocação em ofício.

- Wilma lembra que as medidas das cortes e de atribuição do Governo Federal, no entanto reforça o quanto é importante os defensores de direitos humanos também são beneficiários dessa ação; quando for ao estado, os beneficiários – pessoas que se expõem à risco também sejam ouvidas; nas três unidades do Curado, deixar o Pjalbe por último.

- Jaqueline retoma a questão do superencarceramento MNPCT e CNPCT construir documento para STF sobre a questão.

- Mateus lembra que a questão do Indulto, faz menção à ADPF apresentada por Jaque. Pedi para colocar em pauta, a pedido da ANADEP se envia o ofício ou não.

- Natividade é solicitada a se manifestar e informa que foi encaminhado ofício ao ministério e nomeação feita pelo Sejus. Lembra que o Comitê foi criado por uma portaria do governo, fato que evidencia fragilidade no estado. Relembra a importância de que exista uma mobilização do estado do AM porque o colegiado é muito grande. Questiona se existe previsão de ida de equipe do ministério para Manaus. Nana lembra que tão logo saia a designação dos membros, será agendada uma nova visita. Natividade ficou de enviar uma nova data. Foi lembrado que as últimas mobilizações foram dificultadas porque os agentes de segurança também são parte das denúncias.

- Nana lembra que o GT precisa de representações.

- Coutinho relembrou que é do espírito sando e que, caso necessário, pode participar de novas visitas ao espírito santo.

- Encaminhamento: elaboração do ofício para o governador do estado para questionar a remuneração e quantidade de peritos no Mecanismo do ES. Elaboração de Mateus e Rogério.

- Ficam Matheus e Rogerio, mas todos podem colaborar. e criação do mecanismo no espírito santo se altere o ponto de lei

Representantes de Governo	Representantes da sociedade civil
1. MDHC – Presidência	1. ITTC
2. MDHC – CGSP	2. ANADEP
3. MDHC – CGCT	3. GAJOP
4. MJSP/SENAPPEN	4. REDE
5. MJSP/SENASP	5. SOMOS
6. MINISTÉRIO DA DEFESA	6. ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS E FAMILIARES
7. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	7. EDUCAFRO
8. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	8. UFRN
9. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	9. AJD
10. MINISTÉRIO DA SAÚDE	10. COFEN
11. SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	11. AGENDA NACIONAL
	12. CFESS
Soma RG:	Soma SC:
Total:	

Ninguém apresentou oposição.

Proposta de construir

RETORNO DO ALMOÇO

Encaminhamento: Elaboração da nota conjunta entre o CNPCT e o MNPCT de sobre o julgamento sobre a descriminalização do porte de drogas para consumo próprio no STF, com relatoria da Jaque

Representantes de Governo	Representantes da sociedade civil
12. MDHC – CGCT 13. MJSP/SENAPPEN 14. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	13. ITTC 14. ANADEP 15. GAJOP 16. REDE 17. SOMOS 18. ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS E FAMILIARES 19. EDUCAFRO 20. AJD 21. COFEN 22. AGENDA NACIONAL
Soma RG: 3	Soma SC: 11
Total:	

4.1. Apresentação do Relatório Anual do Mecanismo

- Foram apresentados dados acerca dos lugares inspecionados, público atendido; privação de acesso à alimentação e água
- Carol apontou, como questão urgente, a desnutrição e a fome nas unidades prisionais.
- Carol apresentou a Recomendação de “elaboração de uma política nacional de combate à insegurança alimentar e de acesso à água em estabelecimentos penais”. Carol fala que gostaria de concretizar essa proposta, com atuação interministerial.
- Ana Valeska apresentou os dados relativos ao uso sistemático e abusivo de armamentos menos letais. Relatou que tem solicitado informações sobre o uso da força e atuação de grupos táticos nos espaços de privação de liberdade.
- Camila apresentou registro de raça/cor em estabelecimentos de custódia. Apresentou recomendação de um censo penitenciário.
- Rogério trouxe recomendações relativas ao socioeducativo e dirigidas ao MDHC, por meio da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- Sofia agradeceu pelas apresentações e queria entender se as recomendações já foram feitas e se já houve respostas.
- Carol respondeu que não tiveram respostas, mas pensam em ter uma incidência maior. Sugeriu marcar reuniões com os ministérios recomendados, levando as principais recomendações.

- Sofia chamou os membros do governo para fazerem incidência nos ministérios, não só a sociedade civil.
- Maria Clara entende que é papel do comitê fazer a incidência para que as recomendações sejam implementadas. Sugeriu agendas interinstitucionais; pensar viagens pontuais, para que membros do comitê estejam presentes. Marcar reuniões e apresentar as recomendações.

Encaminhamento (sugerido pela Maria Clara):

- **Fazer um calendário até o fim do biênio para essas agendas/reuniões para apresentação das recomendações do MNPCT para os ministérios.**

- Jaque: Apresentou questionamento relativo à questão da alimentação; o critério menor preço está sendo usado como justificativa para mascarar a falta de acesso à alimentação adequada, a violação ao direito à alimentação. Citou que a política criminal é completamente racializada; há a necessidade de se debruçar em cima da questão racial.

- **Patricia reforçou o encaminhamento sobre resolução conjunta com o SENAPPEN sobre mulheres.**

- Mateus comentou que a DPE/SP lançaram relatórios. Citou que, em SP, fizeram uma ACP antes da pandemia para não cortar os cabelos dos adultos. Citou que também fizeram o debate sobre a terceirização em SP.

- Carol comentou, sobre a questão do corte de cabelo, que é uma questão muito grave; uma questão militarizada e com um fundo racista muito forte. É uma medida de eugenia e higienização. Citou que a DPE do RJ também tem uma ACP sobre os cortes de cabelo.

- Nana falou sobre a questão do corte de cabelo. Em missão do RN, a prática é que todos os presos devem correr para o pátio e raspar a cabeça com a gilete, o que acaba gerando cortes. Se entenderem que o cabelo não foi devidamente “raspado”, há punições. A questão da alimentação é um ponto de atenção e que a Senappen está em diálogo com o CNJ sobre a questão. Perguntou para a Cíntia se teve avanços.

- Cintia disse que a questão da alimentação os preocupa. Disse que, em fevereiro desse ano, houve uma abertura de diálogo com a FAU sobre a segurança alimentar. Apresentou alguns dados sobre insegurança alimentar e afirmou, ainda, que pretendem apresentar um power BI.

- **Encaminhamento: reaproximação do Comitê com a ONU.**

- Paulo Victor Lopes: perguntou sobre a possibilidade da divulgação dos relatórios do MNPCT nos Estados.

- Perguntou sobre a possibilidade de contatar o Ministério de Pequenas e Médias Empresas para avaliar a criação de cooperativas.

- Maria Clara deu informe sobre o diálogo com a FOCOPEN. Deixou, **como encaminhamento, marcar uma primeira reunião com os ministérios apontados pelo mecanismo para tratar sobre a questão da Fome.**

- **Marcar uma reunião da Comissão Permanente de Socioeducativo com MNPCT, Mayara (SINASE), CONANDA e Secretário, para tratar das questões específicas do socioeducativo e construir documentos. Maria Clara como ponto focal**

- Sugestão de o MNPCT submeter o relatório do mecanismos para adpf 347

- **Elaborar documento do Comitê e Mecanismo citando os encaminhamentos feitos pelo comitê para submeter o relatório do mecanismos para ADPF 347. Realizar sistematização de encaminhamentos realizados no biênio.**

Despachar com os ministros do STF com o Comitê e Mecanismo. Ter um documento

VOTAÇÃO DOS ENCAMINHAMENTOS

1. **como encaminhamento, marcar uma primeira reunião com os ministérios apontados pelo mecanismo para tratar sobre a questão da Fome.**
2. **- Marcar uma reunião da Comissão Permanente de Socioeducativo com MNPCT, Mayara (SINASE), CONANDA e Secretário, para tratar das questões específicas do socioeducativo e construir documentos. Maria Clara como ponto focal**
3. **- Elaborar documento do Comitê e Mecanismo citando os encaminhamentos feitos pelo comitê para submeter o relatório do mecanismos para** Despachar com os ministros do STF (ADPF 347). **Realizar sistematização de encaminhamentos realizados no biênio.**

Representantes de Governo	Representantes da sociedade civil
15. MDHC – CGCT	23. ITTC
16. MJSP/SENAPPEN	24. ANADEP
17. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	25. GAJOP
18. MEC	26. REDE
	27. ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS E FAMILIARES
	28. EDUCAFRO
	29. AJD
	30. COFEN
	31. AGENDA NACIONAL
	32. UFRN
	33. CFESS
Soma RG: 4	Soma SC: 11
Total:	

6.1. Retomada das Audiências de Custódia e Apresentação da Plataforma “Observa Custódia”

-Sofia registrou a presença dos convidados Maria Vitória (IDDD), Janine, Roberta da Conectas e Mateus.

- Apresentação da Plataforma Observa Custódia pelo Fábio Cascardo, da APT.

- Passada a palavra para Maria Vitória, representante do IDDD. Falou sobre o monitoramento da virtualização da justiça de maneira mais ampla pelo IDDD.

- Roberta, da Conectas, apresentou contribuições.

- Mateus Moro trouxe a questão da virtualidade e da falta de visita reservada.

- Encaminhamento: Fazer novo contato com o Ministro Vieira de Mello para tentar nova data de reunião (Comitê, Mecanismo, IDDD, Conectas.

- Sugestão de despachar com os ministros sobre a ADI 6841.

- Sofia disse que a questão não é recente no comitê. Pontuou que até mesmo as Defensorias e MP tem barreiras para o retorno presencial. Discussão presente em todas as instituições no Sistema de Justiça.

- Encaminhamento: sugestão de campanha do MDHC para volta das audiências de custódia de forma presencial.

- Cintia, da SENAPPEN, pensa que a questão das audiências de custódia deve ser levada ao CNJ.

- Miriam relatou denúncia apresentada à Associação de amigos e familiares. Relatou que, ao ter acesso à audiência de custódia virtual, foi observado que não foi dada a atenção necessária ao rapaz e que, inclusive, o áudio estava prejudicado. O rapaz, que denunciou sofrer tortura, contraiu uma bactéria e precisará ter sua perna amputada.

- Nana: precisa ter premissas assentadas para elaborar plano de ação quanto a isso. Citou alguns elementos que definem se a pessoa vai ser presa ou não: lugar que mora, raça, se é pessoa em situação de rua e se é jovem. Afirmou que o ideal seria uma reforma do sistema de justiça, mesmo sabendo que isso toma fôlego. Afirmou que é central alterar o texto do art. 312 do Código Penal. É necessário articular a apresentação de um projeto de lei.

- Patrícia relatou reunião sobre audiência de custódia com o CNJ. Encaminhar ofício dizendo que as audiências de custódia, mesmo com as decisões do CNJ, não estão acontecendo e **chamá-los para as reuniões, como convidado permanente.**

- Ana Carolina, da AJD, relatou a dificuldade de trabalhar o tema das audiências de custódia. Afirma que o CNJ tem que ser um parceiro, tem que ser chamado para isso.

- Sofia disse que o tema das audiências de custódia tem que ser um tema do SNPCT e não só do Comitê.

- Ana Valeska pontuou que há, na nossa legislação, previsão legal para opinar e propor projetos de lei. Acha que agora é o momento oportuno de apresentar pro grupo de trabalho do legislativo

propostas que sejam eficientes e que respeitem os direitos fundamentais das pessoas. Momento para o comitê e mecanismo fazer essa incidência, inclusive pedindo informações sobre esse grupo de trabalho de reforma do CPP.

- Sugestão de envolver na campanha do MDHC o conselho federal da OAB e o MP.
- Oficiar o CNJ para que indique os dados sobre relaxamento das prisões.
- Encaminhar um ofício para as defensorias, MPS e TJs sobre como tem sido as audiências de custódia. (Vão enviar as perguntas)
- Reiterar a reunião com o CNJ, talvez apresentando recomendação com o posicionamento do comitê e dados do observatório de custódia.
- Que as audiências de custódia estejam no radar para a reunião do Sistema.

Relatou que está no congresso e nunca viu o que está sendo agora. Disse que, de dentro, nenhuma regra de procedimento existe lá. A grande preocupação não é o projeto ser rejeitado, mas ser muito piorado.

- Cintia apontou ser fundamental reunião com o DMF.

VOTAÇÃO DE ENCAMINHAMENTOS

- Oficiar o DMF para que indique os dados sobre relaxamento das prisões e pedir reunião.
- Reiterar a reunião com os ministros do CNJ.
- Elaborar recomendação com o posicionamento do comitê sobre audiências de custódia

Representantes de Governo	Representantes da sociedade civil
19. MDHC – CGCT 20. MJSP/SENAPPEN 21. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	34. ITTC 35. ANADEP 36. GAJOP 37. REDE 38. ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS E FAMILIARES 39. EDUCAFRO 40. AJD 41. COFEN 42. AGENDA NACIONAL 43. UFRN 44. CFESS 45. SOMOS 46.
Soma RG: 4	Soma SC: 11
Total:	

Encaminhamentos:

- Formação de grupo de trabalho sobre as caravanas para construir
- Encaminhamento com relação ao ofício do ES



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
Secretária Nacional da Promoção e Defesa dos Direitos Humanos
Diretoria de Defesa dos Direitos Humanos
Coordenação do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

41ª REUNIÃO ORDINÁRIA
COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

Data e horário: 21 de setembro de 2023, de 09:00hs às 18:00h.

Local:

Telefone para contato: (61) 2027-3901

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Abertura

● **Pauta:**

1.1. Registro dos membros e quórum

- Horário do início do ponto de pauta:
- Condução: Vice-presidência
- Instalação do quórum.

Presentes:

Representantes de Governo	Representantes da sociedade civil
1. MDHC – CGCT 2. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES 3. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO 4. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	1. ITTC 2. ANADEP 3. GAJOP 4. REDE 5. ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS E FAMILIARES 6. EDUCAFRO 7. AJD 8. COFEN 9. AGENDA NACIONAL 10. CFESS
Soma RG: 4	Soma SC: 10
Total:14	

- Registra-se a presença de Caio, do Somos; Paulo Vitor do Ministério da Igualdade Racial.

- **Leitura da pauta. Inversão de pauta do encontro de comitês**

2. Convidados Permanentes

“Art. 3º O CNPCT será composto pelos seguintes membros:

§ 3º Representantes do Ministério Público, do Poder Judiciário, da Defensoria Pública e **outras instituições públicas** poderão participar do CNPCT na condição de convidados em caráter permanente, com direito a voz.”

1. Conselho Nacional de Procuradores-Gerais
2. Procuradoria-Geral da República
3. Ministério Público Federal
4. **Defensoria Pública da União**
5. Colégio Nacional dos Defensores Públicos-Gerais
6. **Conselho Nacional de Justiça**
7. Conselho Nacional do Ministério Público
8. Conselho Nacional de Secretários de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Administração Penitenciária - CONSEJ
9. Associação para Prevenção da Tortura
10. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
11. Conselho Nacional de Políticas Criminais e Penitenciárias
12. Conselho Nacional de Direitos Humanos
13. **Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA)**
14. Coordenação Geral do SINASE
15. 7ª Câmara de Coordenação e Revisão – já tem representante indicado em 22/06/2022

- MEC trouxe a sugestão de se ter convidados, com a participação a ser definida a cada reunião, sem definir quais são as instituições públicas e ou até privadas.

- APT frisou a importância de seu caráter permanente. Frisou que não é bom diferenciar a participação pelo caráter público ou não.

- Coutinho frisou a importância da reflexão de como os convidados permanentes podem contribuir com a discussão no plenário.

- Caio opina que o problema atual é resolvido com uma mudança no Regimento Interno. Quando se pensa que todo e qualquer cidadão que tem afinidade à pauta tem direito a voz e fazer proposições, se vulgariza as posições dos conselheiros do CNPCT. As pessoas podem ser convidadas, em geral, para ter fala; não para propor encaminhamentos. O encaminhamento deve ser passado à um conselheiro para acampá-los. Diferenciou os convidados permanentes e os observadores – o que diferenciaria seria o caráter permanente.

- Votação sobre membro permanente: **Que o APT, CNJ e o CONANDA** sejam convidados para serem membros permanentes. E depois pensa na lista e na mudança do regimento. Talvez para a próxima

Representantes de Governo	Representantes da sociedade civil
5. MDHC – CGCT	11. ITTC
6. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	12. ANADEP

7. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	13. GAJOP 14. REDE 15. ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS E FAMILIARES 16. AJD 17. COFEN 18. AGENDA NACIONAL 19. CFESS 20. SOMOS
Soma RG: 4	Soma SC: 10
Total:	

Encaminhamento:

- Reforçar o convite à APT, CNJ e o CONANDA para que sejam convidados permanentes e indiquem membros titulares e suplentes.

3. Repasse sobre indulto

- Fernanda Oliveira (MDHC) fez repasse sobre contribuições para a proposta de indulto elaborada pela Coordenação-Geral, aprofundando os pontos mais relevantes. Foi destacada a atribuição da SENAPPEN elaborar proposta de indulto.

- Sofia afirmou que a reunião do Sistema é um momento interessante para fazer incidência política no indulto.

- Fabio fez computar a metade da pena, conforme resolução da corte, enquanto pesarem sobre unidades brasileiras essas medidas.

- Mateus pediu para compartilhar, de forma preliminar, a versão da proposta de indulto;

- Ana Carolina perguntou sobre a política antimanicomial. Foi informado que foi acampada em outras propostas.

4.1. Reapresentação da proposta de edital exclusivo

- Nana retomou a discussão apresentada na última reunião. Leu a nota técnica elaborada pela área. Defendeu a importância de seja debatida e votada pelo pleno.

- A Jaque perguntou o que entra em discussão: o posicionamento de cada membro pessoal ou a nota técnica.

- Nana respondeu que o que está em votação e discussão é se o colegiado decidirá sobre a exclusividade do edital para pessoas negras e indígenas.

- Camila Sabino (MNPCT) falou sobre sua fala no fórum de segurança pública. Disse que a fala foi tirada de contexto e instrumentada para subsidiar a proposta do governo, o que gerou um

constrangimento interno e externo. Esse tipo de discurso não fortalece o mecanismo e sim fragiliza a autonomia. Pediu um pouco mais de cuidado, delicadeza e sensibilidade em relação à autonomia.

- Rogério Guedes (MNPCT) traz alguns argumentos para que o colegiado também tenha o entendimento para o MDHC. Quando fala, no ponto 4.11. da análise, que o processo de seleção é uma forma de reparação histórica, não está olhando para o histórico do órgão e suas composições. O órgão já teve, pelo menos, 6 pessoas negras. Então, não há de se dizer que o processo do mecanismo não garantiu essa participação. Um outro argumento que se traz, no ponto 6.1., argumentou que fragiliza o mecanismo ao não enquadrar como serviço público, sendo o mesmo argumento que o Bolsonaro utilizou. Citou que o OPCAT dispõe que precisa, o estado parte, ter um olhar para os recortes. Afirmou que é equivocado não os reconhecer como servidores públicos, uma vez que eles estão equiparados.

- Carolina Barreto (MNPCT) citou que o que está sendo colocado pelo mecanismo não é estar de acordo ou não com a maior representatividade no órgão, porque estão de acordo. Citou a natureza de servidor público dos peritos do Mecanismo. Comissão de Elaboração do Edital deve fazer propostas para o colegiado, uma vez que essa comissão foi definida; não deve ser uma proposta apresentada de forma isolada pelo Governo, uma vez que isso afeta a autonomia. Acha que o debate precisa ser republicano, sem instrumento coercitivo e de constrangimento. Disse que votar membro a membro é coercitivo. O edital não deve ser usado como um instrumento como política de governo. O edital tem como fim, em si mesmo, promover os peritos do mecanismo. Há de se ter um cuidado com os precedentes que se colocam, inclusive constrangendo membros do mecanismo para serem favoráveis ao seu posicionamento. Citou a importância de se preencher os cargos do Mecanismo, uma vez que em breve serão somente 8 peritos, o que é desumano, já que deveria ser 11. Não existe precedentes e argumentos jurídicos para sustentar a nota técnica apresentada, que corre grande risco de o edital ser judicializado. Disse que a proposta fragiliza o Mecanismo, na medida em que diz que não são servidores públicos, fortalecendo o desmonte. Isso é negociável. Entende que deveria defender a lei de ação afirmativas na seleção, e não dizer que não é aplicável. Não visa limitar o número, e sim garantir e ampliar a possibilidade, então ela deve ser aplicada nesta. Recomendam que o colegiado rejeite a proposta colocada pelo MDHC porque fragiliza o MNPCT como órgão, além de fragilizar a política de ações afirmativas no país.

Sugestão de encaminhamentos (Carolina Barreto - MDHC): sugerir uma modificação no decreto 8.154 para que se torne obrigatória aplicação da Lei nº 12.990 a todas as eleições do mecanismo.

- Dácia disse que gostaria de apreciar a proposta de minuta de edital como um todo, uma vez que esse edital é urgente. Proposta de minuta que deve ser apresentada pelo grupo designado pelo colegiado. Frisou que não tem desacordo com cotas.

- Patrícia Mollo (MEC): institucionalidade – não há indivíduos subjetivos, e sim representantes por mandato constitucional. A princípio, entende que todos convergem sobre a necessidade de cotas. O Programa Abdias Nascimento que foi sumariamente extinto por portaria no período Bolsonaro. A burocracia protege de desmonte. E citou a importância e vê a convergência da importância das ações afirmativas. Disse que se houver votação, vai se abster.

- Caio colocou um comentário sobre o ponto da nota sobre o último processo seletivo. Não concorda que diz que o último processo de seleção não permitiu a concorrência nas duas listas. Então, não houve um procedimento no último processo de seleção que piorou a situação das pessoas no ingresso de vagas. Exaltou a representatividade muito forte presença no colegiado neste momento. Por último, quando o colegiado for discutir seleção, processo seletivo e procedimentos, não devem participar quaisquer interessados. Daqui para frente, em relação a critérios, o mecanismo não deve ser contemplado.

- Jaqueline Correa (Rede): disse ser fruto de política de cotas e ações afirmativas. Disse que veio ao comitê sabendo que trataria o debate racial. Disse que se inscreveu para o edital para racializar esse rolê. É membra da comissão que deveria formar o edital e que acha importante trazer uma nota elaborada pela comissão. Por que a mulher preta que foi nomeada para a composição da comissão de elaboração do edital não faz parte da discussão? Disse que não quer, em nenhum espaço, estar sozinha. Não acredita em uma luta individual. Por que a questão não foi discutida com as mulheres pretas que estão presentes no colegiado? Citou que, inclusive, que a Mauricleia apresentou contribuições. É incoerente querer visibilizar mulheres pretas sem chamar elas para discussão. É completamente favorável as políticas de ações afirmativas, que é uma luta diária. O racismo estrutural afeta, inclusive, sua maternidade. Se o racismo é estrutural, ou se mexe nas estruturas ou elas são completamente inócuas. Que quer preto no serviço público, sim. Entende que é urgente que se tenham peritos pretos no mecanismo. Defende que a política de cotas, que sejam na mesma medida da população. Uma das questões que chamou a atenção foi o começo da nota, que observou. Se é colocado que a lei de cotas não é aplicada, não está fortalecendo a luta antirracista. Se esse documento se torna oficial, a lei de cotas não se aplica. A comissão deve se debruçar para que os erros da nota técnica não se repitam. Entende que tem, de imediato, propor alteração na lei, que não prevê as cotas raciais na seleção. Deve propor alteração no decreto, porque isso sim é forma de mexer nas estruturas. Que o MDHC deve incidir na indicação de uma mulher preta ao STF, que isso sim é mexer nas estruturas.

- Nana, em relação ao número de pessoas negras, os dados foram tirados do Infopen, que é o instrumento público utilizado. Não é um dado errado, e sim o dado disponível. Em relação aos peritos não serem servidores públicos – são servidores públicos de natureza *sui generis*. Em momento nenhum disse que os peritos não são servidores públicos. Para o debate republicanos, deve-se partir de premissas que foram colocadas – não há isso na nota. Em relação à composição do Ministério, fez apontamentos. O primeiro escalão do governo é formado por pessoas negras. Disse que ter pessoas negras na composição do MDHC é uma disputa. A política de cotas cumpriu e cumpre um papel importantíssimo, mas queremos mais. Não se pode inserir no debate questões que não foram trazidas. Disse que Rita chamou para a discussão a coordenação colegiada do Mecanismo. Se que quer ter um debate republicano, é necessário ter um debate republicano. Disse que não reflexão feita sobre o Mecanismo estão presente na discussão de uma questão que eles têm interesse. Em relação a questão de número de peritos, é uma preocupação constante. Inclusive, houve uma suplementação orçamentária a partir de uma disputa orçamentária que saímos vitoriosos. Não foi dito que não há diversidade no colegiado. Em questão da autonomia do colegiado, o MDHC coloca essa proposta como membros do colegiado – somos um voto igual de qualquer pessoa. Todos têm direito de trazer propostas. Não acho que trazer uma proposta ao colegiado e debater seria antirrepublicano. Entende que

essa decisão supera o âmbito do Grupo de Trabalho e entende que podemos tirar diretrizes para os grupos de trabalho funcionarem.

- Jaqueline: o que estão indicação é o indicativo dos direitos humanos para o edital exclusivamente contra pessoas negras e indígenas. A nota técnica está aqui para subsidiar a colocação do MDHC? Está aqui para ser votada?

- Silvia Souza (OAB). Acha que toda política de ação afirmativa que quer causar ruptura no sistema é louvável. Mas tem algumas ponderações: é necessário considerar efeito das nossas ações. Fala sobre a aplicação do princípio da igualdade de forma assimétrica. Trata-se de corte diagonal. Serias preocupação com aplicação e possibilidade de judicialização. Reserva de vagas é incompatível com a exclusividade. Preocupação que o prejuízo pode causar no processo. Sugestão: se quer aumentar o número de pessoas negras, se são 3 vagas, reserva 2/3 das vagas (60%). Se excluir os demais, pode ser caracterizado no âmbito do judiciário, violação do princípio da Igualdade. Citou o caso da Magazine Luiza. É importante olhar para o histórico do mecanismo, sim. Reservar a porcentagem de (60%) das vagas mitigaria a possibilidade de judicialização e eventual declaração de invalidade.

- Sofia citou que a discussão é importante não só quanto ao mérito, mas quanto a aspectos técnicos.

- Coutinho citou que o início da discussão veio enviesado e não poderia ter acontecido dessa forma. Foi percebendo que o negócio não anda e tem algo travando e, na reunião de hoje, e tendeu que foi apresentada uma proposta de edital. Entende que isso deve ser proposto pelo GT e que, após, seja debatido o edital. Que o GT construiria de forma coletiva. A forma que foi apresentada é que foi inadequada. Deve chegar uma proposta de edital aqui. Se mantém a disposição de ajudar na construção de edital.

- Maria Clara disse que não há condição de votar isso agora. Receberam essa recomendação e, a partir disso, deverá ser levado em conta pela Comissão. O como é que está em discussão e não há condições de votar se o edital não foi elaborado. Duas coisas faltando: a criação da comissão e a conclusão da composição do próprio comitê. Citou a importância de o MIR está presente.

Encaminhamento de que se encerre aqui e na próxima reunião seja apresentado o edital incluindo outros órgãos que podem acrescentar no debate.

- Domitila reconhece a possibilidade de judicialização e acha que deve ser observada os 2/3, inclusive para os próximos editais.

- Caio entende que houve erro de procedimento, já que a ideia deveria ser discutida de canto com os membros da comissão. O desconforto que houve é as pessoas que debatem a questão racial não terem sido chamada para essa discussão. Gostaria de amparar o encaminhamento da Maria Clara. Daqui para frente, o que deve ser pensado, é que a composição do mecanismo deve se dar quanto a última seleção, mas quanto ao número de peritos como um todo.

- Mateus citou que mesmo sem a publicação, é possível seguir os trabalhos até a formalização.

- Patrícia do MEC

Encaminhamento: Encaminhar nota para a comissão do edital, que será avaliado pela comissão levando tudo em consideração e, na próxima RO, se discuta o edital.

- Cintia: é importante a publicação da comissão, o mais rápido possível. Todavia, alertou que já há uma judicialização de um pronunciamento a favor de cotas em processo sletivo.
- Domitila concordou com sua permanência no GT de elaboração do edital.

***Prioridade à publicação da atualização do decreto e a publicação do GTs nos próximos dias. PEDIR DESPACHO COM A ISADORA.**

RETORNO DO ALMOÇO

- Inversão de ponto de pauta, do ponto 5 para o ponto 7.1.

7.1. Apresentação do “Projeto de inserção do Enfermeiro Forense no atendimento às pessoas vítimas de violência no sistema carcerário

- Antônio Coutinho e Zenaide, do COFEN, iniciaram a apresentação do projeto. A proposta é a importância de termos o enfermeiro forense como um agente a ser acionado em situações de queixas de violência no sistema prisional. O que se propõe, em Brasília/DF, é criar uma central de enfermeiros forenses, criada pelo estado, para fazer atendimento dessas vítimas de violência que chegam no pronto socorro do DF. Proposta de que os enfermeiros forenses possam ser acionados pelo sistema prisional toda vez que houver reclamação de violência no sistema prisional. Inserção do enfermeiro forense também no sistema prisional.

- Sofia perguntou sobre retaliações.

- Coutinho: o que se propõe é uma central de enfermeiro que serão acionados para fazer relatórios. São vários enfermeiros.

- Maria Cecília: quem aciona esses enfermeiros?

- Coutinho: quem acionaria seria o enfermeiro, o técnico ou o médico.

- Caio sugeriu uma recomendação sobre o projeto do COFEN. Fora isso, o que o colegiado poderia

- Encaminhamento: (CONFEN) Trazer minuta de recomendação do CNPCT sobre o “Projeto de inserção do Enfermeiro Forense no atendimento às pessoas vítimas de violência no sistema carcerário” para a próxima R.O.

- Sofia disse que talvez seja um tema para tratar no SNPCT.

❖ III Encontro dos Comitês

- Formação de grupo de trabalho para definir a metodologia e participantes.

1. Agenda Nacional
2. GAJOP
3. MDHC
4. ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS
5. COMITE E MECANISMO DO RIO DE JANEIRO
6. MNPCT
7. E convidados para todos os Comitês de Combate a Tortura.

- Patrícia pontuou que é um prejuízo não fazer esse encontro juntos.

- Nana propõe que se consiga elaborar uma primeira leva de participações para já fazer a emissão de passagens para o que for ultrapassado o prazo, conseguir justificar.

- Houve um debate sobre possíveis outras datas e presença do ministro, haja vista a impossibilidade de o mecanismo participar.

- Votação para os dias 6 e 7 de novembro de 2023

Representantes de Governo	Representantes da sociedade civil
<ol style="list-style-type: none"> 1. MDHC – CGCT – NÃO 2. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL – NÃO 	<ol style="list-style-type: none"> 1. ITTC – SIM 2. ANADEP – SIM 3. GAJOP – SIM 4. REDE – SIM 5. ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS E FAMILIARES – SIM 6. EDUCAFRO – SIM 7. AJD – SIM 8. COFEN – SIM 9. AGENDA NACIONAL – SIM 10. CFESS – SIM 11. UFRN – SIM
Soma RG: 2 negativos	Soma SC: 11 positivo
Total:	

- A maioria votou pela mudança da data, de forma que o encontro de comitês e mecanismos será no dia 6 e 7/11.

- **Encaminhamento: primeira reunião dos membros do GT na quarta-feira, dia 27/09 (das 10h à 12h).**

6.1. Situação das mulheres no presídio no Maranhão e transferências ilegais

- **Thainá, da Pastoral, propôs como** (OLHAR NA GRAVAÇÃO)

- André da DPU, disse que 21 de julho de 2023 receberam informação de que essas mulheres estariam sendo transferidas para São Luís, por volta das 6h da manhã. Imediatamente oficiaram a SEAP. Ajuizaram uma ação civil pública em imperatriz, na qual a juíza deu uma liminar. Determinando que o maranhão proceda a imediata transferência das internas que foram deslocadas para São Luís, em 5 dias. Enquanto isso não fosse resolvido, que se garantisse a manutenção do custo das passagens para visitação, por parte da família.

- O estado do maranhão conseguiu a suspensão da liminar. A DP recorreu dessa decisão, por agravo interno. Na decisão liminar.

- Cíntia do SENAPPEN: era uma unidade mista; 43 mulheres em 3 celas. Há uma política de adequação dos estabelecimentos mistos, para que eles não existam mais. Houve uma tentativa, segundo a secretaria, tentaram alguns espaços públicos na região, vendo até se teria uma escola para que ficassem para que houvesse essa mudança da realidade de unidade mista. Cíntia disse que estão programando uma visita para ouvir as mulheres no início de outubro.

- Nana falou sobre a necessidade de se estabelecer protocolos para algumas atuações no sistema prisional, há a necessidade de sedimentar diretrizes. O executivo precisa pautar o judiciário na execução de suas atividades, sendo mais duro com o judiciário e o MP. Informar as responsabilidades que o juiz tem em suas decisões.

- Viviane diz que, como perita, recebeu isso como forma de denúncia.

Encaminhamentos:

1. **notificação da SEAP/MA, TJ e CNJ pra cumprir a liminar da ACP e**
2. **oficiar a seap para entender o que será feito com as mulheres transferidas**
3. **levantamento do nome dessas mulheres para que seja incluído no mutirão do CNJ.**
4. **oficia para o tj para que a audiência do dia 19 de outubro continue a acontecer a despeito da suspensão.**
5. **Oficiar o TJ para que publiquem dados da quantidade de mulheres presas no estado e unidades para mulheres.**

Representantes de Governo	Representantes da sociedade civil
3. MDHC – CGCT	12. ITTC
4. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	13. ANADEP
	14. GAJOP
	15. REDE
	16. ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS E FAMILIARES
	17. EDUCAFRO
	18. AJD
	19. COFEN
	20. AGENDA NACIONAL
	21. CFESS

	22. UFRN 23. SOMOS
Soma RG: 2 negativos	Soma SC: 11 positivo
Total:	

- ninguém se opôs aos encaminhamentos.

9.1. Denúncia: Violações na coleta de material genético

- Ricardo Campello, sociólogo e pesquisador vinculado a UNICAMP iniciou sua apresentação. Chamou atenção para a política de identificação genética de pessoas presas. Citou a importância de uma maior transparência sobre essas coletas e critérios da população a serem incluídas no banco de DNA. Afirmou ser importante um levantamento sistemático e transparente de informação.

- Patricia falou sobre ACP da DPE do rio sobre o tema.

- Ricardo falou que as pessoas presas de SP não estão sendo informadas sobre a possibilidade de recusa. É importante saber o que tá sendo feito com as pessoas presas que se recusam a entregar o material biológico.

- Carol (MNPCT): falou que o mecanismo vai pensar em como incorporar isso nas inspeções para produzir algum tipo de dados.

- Ricardo pontuou que outra questão sensível é quem tá decidindo quem está decidindo quem vai pra coleta.

Encaminhamentos:

- **PARA O TJ/SP: oficial para saber o numero de pads (QUANTAS PESSOAS) feitos com a justificativa de recusa de coleta de material genético**

- **OFICIAR A SAP oficial para entender quantos processos ads foram feitos, quantas pessoas coletaram material genético; se essas pessoas tem que assinar um termo de coleta, que termo é esse (que encaminhem esse termo) e perguntar se há um monitoramento dessa assinatura; perguntar as consequencias da recusa e para saber o critérios da coleta. Em que casos a SAP estão realizando a coleta de material genético.**

- **oficiar os legitimados para eventual análise de ADI**

Todos aceitaram os encaminhamentos.

**Elaborar uma minuta e depois enviar para a sofia para consultar o ricardo*

MINISTÉRIO DOS
DIREITOS HUMANOS
E DA CIDADANIA



DEGRAVAÇÃO

41^a Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

Dias: 20 e 21/09/2023

Brasília/DF

DEGRAVAÇÃO

41ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

1 **41ª RO do CNPCT-Dia 1:**

2 **Sra. Fernanda Vieira De Oliveira (Titular - Ministério Dos Direitos Humanos E**
3 **Da Cidadania – MDHC)** – Organizada até para prestar conta mesmo para a
4 sociedade civil como um todo das ações do comitê, que foram muitas. Senão fica
5 parecendo que a gente não fez um monte de coisas que a gente fez, não é?

6 **Sr. Silvio Luiz De Almeida (Ministro De Estado – Presidente - Titular - Ministério**
7 **Dos Direitos Humanos E Cidadania)** – Mais alguma manifestação?

8 **Interlocutor não Identificado** – Encaminhamento, portanto, ficamos de
9 apresentação do relatório, não é?

10 **Sra. Fernanda Vieira De Oliveira (Titular - Ministério Dos Direitos Humanos E**
11 **Da Cidadania – MDHC)** – A gente vai disponibilizar um link de documento coletivo
12 para construção do relatório. Já vamos indicar nele as datas de participações que
13 nós fizemos enquanto membros do colegiado em outros espaços, e aguardamos a
14 contribuição de todos e, de fato, precisamos que todos contribuam, gente. E o
15 prazo? Nós temos o prazo até a próxima reunião para concluir, porque na primeira
16 do ano, como prazo máximo, nós temos que aprovar. Para a conclusão dos
17 subsídios para o relatório, fechamento, e aí primeira do ano, a hora que a gente tiver
18 o calendário do ano que vem, a apresentação do relatório bonitinho, diagramado,
19 como tem que ser.

20 **Sr. Silvio Luiz De Almeida (Ministro De Estado – Presidente - Titular - Ministério**
21 **Dos Direitos Humanos E Cidadania)** – Pois bem, mais alguma questão em relação
22 a isso? Não houve nenhuma questão, então fica encaminhado da maneira como a
23 Fernanda colocou. Passamos ao próximo ponto, os encaminhamentos anteriores.
24 Retorno dos ofícios de justificativa de ausência. Thamiris, por favor.

25 **Sra. Thamiris Barcelos – Coordenadora de Apoio ao CNPCT –** Pessoal,
26 conforme a gente havia, conforme foi encaminhado na 39ª e na 40ª, foi enviado
27 esses ofícios para a justificativa de ausência nas reuniões. Enviado o ofício no dia
28 31 de setembro, a gente recebeu respostas formais da Coordenação Geral de
29 Segurança Pública e do Ministério da Saúde, que não puderam comparecer por
30 questões de agenda. Agora vou tratar sobre o ponto da resolução número 35. Essa
31 resolução vai prever excepcionalidade da participação de forma híbrida ou virtual
32 nas reuniões do colegiado. A minuta da resolução e a nota técnica foram enviadas
33 para análise da consultoria jurídica no dia 28 de junho, e houve necessidade de
34 elaborar uma nova nota técnica, com os ajustes sugeridos e as correções.
35 Atualmente, ela está aguardando nova apreciação da CONJUR. E agora, sobre a
36 atualização do decreto 8.154. Trata-se da atualização desse decreto para atualizar
37 a composição do comitê. Desde a nossa última reunião, a gente teve alguns
38 avanços quanto ao recolhimento das anuências dos demais ministérios. E aí eu
39 compartilhei com vocês o processo SEI, e conforme uma certidão que eu coloquei
40 lá, que foi disponibilizada, a gente tem pendente de anuência agora somente
41 Ministério da Saúde, Ministério das Relações Exteriores e Secretaria de Relações
42 Institucionais da Presidência da República. Já estamos em contato com os referidos
43 ministérios, conforme as certidões também registradas lá no processo SEI. Sobre
44 os encaminhamentos anteriores, é isso.

45 **Sr. Silvio Luiz De Almeida (Ministro De Estado – Presidente - Titular - Ministério**
46 **Dos Direitos Humanos E Cidadania)** – Senhoras e senhores, alguma
47 manifestação? Alguma dúvida? Alguma questão a ser colocada em relação a esse
48 ponto? Por favor.

49 **Sra. Jaqueline Aparecida Silva Alves Correa (Titular - Rede de Proteção e**
50 **Resistência Contra o Genocídio)** – Bom dia, eu sou a Jaqueline, sou da rede de
51 proteção e resistência contra o genocídio. Mas, na verdade, é só uma dúvida. Em
52 qual apontamento que foi feito pela CONJUR em razão à resolução 35?

53 **Sra. Thamiris Barcelos – Coordenadora de Apoio ao CNPCT** – Jaque, se
54 trataram de adequações formais que precisa fazer, recuo, formalização mesmo do
55 documento. E voltaram, então, lá em apreciação. Então, quando concluir essa
56 apreciação, volta para cá.

57 **Sra. Jaqueline Aparecida Silva Alves Correa (Titular - Rede de Proteção e**
58 **Resistência Contra o Genocídio)** – Ah, está. Mas também não entraria aqui a
59 questão do encaminhamento quanto à publicação da Comissão para Elaboração
60 Digital?

61 **Sra. Thamiris Barcelos – Coordenadora de Apoio ao CNPCT** – Você quer um
62 repasse sobre isso? Eu posso fazer.

63 **Interlocutora não identificada** – A Thamiris vai fazer o repasse de todos os
64 procedimentos do comitê que estão em trâmite. Então, ela está fazendo um a um
65 para facilitar o entendimento de todo mundo. Está bem.

66 **Sra. Thamiris Barcelos – Coordenadora de Apoio ao CNPCT** – Vou começar,
67 então, pelo que a Jaque sugeriu aqui. A primeira nota técnica e minuta de resolução
68 foram encaminhados para avaliação da consultoria jurídica no dia 13 de junho.
69 Recebemos o parecer da CONJUR no dia 7 de julho, solicitando adequações. Para
70 atendimento das recomendações, essa coordenação elaborou uma nova minuta
71 com os ajustes propostos, no dia 18 de julho, oportunidade em que foi encaminhada
72 ao gabinete ministerial por meio do ofício. No dia 29 de agosto, recebemos o ofício
73 do gabinete da Secretaria Nacional com a devolutiva do gabinete da Secretaria
74 Executiva, indicando necessidade de realização de alguns ajustes quanto à
75 presidência do grupo de trabalho e votos de qualidade para fim de desempate. Em
76 resposta, no dia 1º de setembro, elaboramos um ofício informando que as definições
77 relativas tanto à presidência do grupo de trabalho quanto ao voto de qualidade foram
78 objeto de deliberação desse comitê. Em vista disso, sugerimos o encaminhamento
79 da minuta da resolução para a análise da CONJUR, a fim de que se manifestasse
80 especificamente sobre esses pontos. A CONJUR emitiu um novo parecer ontem,

81 que ainda não chegou, pelo fluxo, até a nossa coordenação. Então, a gente não
82 pode se manifestar. Seguindo o fluxo, aguardamos a tramitação para a coordenação
83 geral para dar as providências necessárias.

84 **Sr. Silvio Luiz De Almeida (Ministro De Estado – Presidente - Titular - Ministério**
85 **Dos Direitos Humanos E Cidadania)** – Mais alguma questão?

86 **Sra. Thamiris Barcelos – Coordenadora de Apoio ao CNPCT** – Sobre o retorno
87 dos ofícios de indicação de membros para a mesa diretora. A gente enviou o ofício
88 e o esperado prazo para retorno, não recebemos indicações. Por último, o status da
89 alteração do regimento interno. Essa alteração do regimento interno é para atualizar
90 o nome do Ministério no regimento interno e para propor nova redação para o
91 parágrafo único do artigo 4, a fim de prever a possibilidade de não alternância da
92 vice-presidência entre sociedade civil e governo por decisão do colegiado. Foi
93 necessário realizar modificações de nota técnica também na minuta de resolução.
94 Atualmente, ela está na SNDH aguardando o encaminhamento para a CONJUR.
95 Então, esses são os encaminhamentos.

96 **Sr. Silvio Luiz De Almeida (Ministro De Estado – Presidente - Titular - Ministério**
97 **Dos Direitos Humanos E Cidadania)** – Senhoras e senhores, alguma dúvida?
98 Alguma questão? Por favor.

99 **Interlocutor não identificado** – Só uma questão em relação à mesa diretora. Como
100 a Ana falou agora há pouco, em relação ao relatório anual, a gente está chegando
101 no final do ano e ainda não completamos e acaba acumulando os poucos que
102 somos. Então, só para tentar fazer um esforço, ver se a gente convence algum
103 ministério, enfim, alguma coisa. Acho que teve alguma sinalização, não sei se mais
104 de bastidores ou formal, que talvez o Ministério das Relações Institucionais ou
105 algum outro ministério tivesse interesse, mas depois acho que não sei se evoluiu
106 alguma coisa. Enfim, Thamiris, obrigado.

107 **Interlocutora não identificada** – Bom, em relação a essa questão, não evoluiu,
108 não é? Temos feito esse esforço. A nossa melhor expectativa, não é? Não sei se a

109 Thamiris fez o repasse que eu precisei ir ao banheiro, me desculpem. Nossa melhor
110 expectativa é a conclusão da alteração do decreto de composição do comitê, porque
111 ingressam os novos ministérios e o Ministério das Mulheres já tinha manifestado
112 interesse na última reunião. No entanto, ainda aguarda a anuência do Ministério das
113 Relações Exteriores, Ministério da Saúde e Secretaria de Relações Institucionais.
114 Ontem, mais ou menos quase meia noite, eu recebi um e-mail da Secretaria de
115 Relações Institucionais informando que o decreto já está tramitando para estar em
116 condições de publicação assim que chegar as anuências na Casa Civil, porque
117 precisa desse trâmite também. É muita burocracia, gente, é isso aí mesmo. Precisa
118 desse trâmite também. Então, no processo do decreto da alteração da composição,
119 todas as ligações, pedidos, rastreios e etc., o nome que vocês queiram dar para as
120 pessoas darem anuência, eu faço certidão e coloco lá, até porque se não depois eu
121 não vou lembrar. E coloco lá e depois de todas essas gestões, agora faltam esses
122 três ministérios. Ela não voltou a manifestar o interesse dela, eu a procurei, mas ela
123 não voltou a manifestar o interesse dela. Ela tinha um problema interno mesmo da
124 SRI para disponibilizar ela para mais essa tarefa. Não era uma questão de querer
125 estar ou não, era uma questão das tarefas de trabalho dela mesma. Ai, Mateus, eu
126 acho que vale tudo, não é?

127 **Sr. Silvio Luiz De Almeida (Ministro De Estado – Presidente - Titular - Ministério**
128 **Dos Direitos Humanos E Cidadania) –** Quais ministérios faltam anuência?

129 **Interlocutora não identificada –** Ministério das Relações Exteriores.

130 **Sr. Silvio Luiz De Almeida (Ministro De Estado – Presidente - Titular - Ministério**
131 **Dos Direitos Humanos E Cidadania) –** Exteriores?

132 **Interlocutora não identificada –** Exteriores. MRE, Secretaria das Relações
133 Institucionais.

134 **Sr. Silvio Luiz De Almeida (Ministro De Estado – Presidente - Titular - Ministério**
135 **Dos Direitos Humanos E Cidadania) –** SRI.

136 **Interlocutora não identificada** – SRI e Ministério da Saúde. Isso. Isso.

137 **Sr. Silvio Luiz De Almeida (Ministro De Estado – Presidente - Titular - Ministério**
138 **Dos Direitos Humanos E Cidadania)** – Então, precisamos agilizar isso aqui, não
139 é? Acho que os representantes... O MRE está aqui, o representante, não é?

140 **Interlocutor não Identificado** – Bom dia, Ministro. Demais representantes? Me
141 ouvem?

142 **Sr. Silvio Luiz De Almeida (Ministro De Estado – Presidente - Titular - Ministério**
143 **Dos Direitos Humanos E Cidadania)** – Sim, sim.

144 **Interlocutor não Identificado** – É só para esclarecer sobre esse assunto, que já a
145 minuta de ofício está no gabinete, está aguardando a aprovação, que em breve a
146 gente deve responder a consulta sobre o decreto. Obrigado.

147 **Sr. Silvio Luiz De Almeida (Ministro De Estado – Presidente - Titular - Ministério**
148 **Dos Direitos Humanos E Cidadania)** – O representante do MRE, não é? Obrigado.

149 **Interlocutor não Identificado** – Isso. Obrigado.

150 **Sr. Silvio Luiz De Almeida (Ministro De Estado – Presidente - Titular - Ministério**
151 **Dos Direitos Humanos E Cidadania)** – Precisamos, então, só saber do status do
152 SRI no MS. Eu acho que ele vai ser tranquilo também. Pois bem, então... Eu... Nada
153 mais sobre esses pontos administrativos. Podemos passar, então, para o terceiro
154 ponto. Tudo bem? Bom, o terceiro ponto, eu sugiro aqui, mas fica ao critério de
155 vossas senhorias, uma inversão no tema e eu gostaria que a gente pudesse discutir
156 sobre as caravanas. Se não houver objeção... Aquela velha história, não é? Aqueles
157 que concordam, mantenham-se como estão, não é? Então, está ótimo. Perfeito.
158 Então, eu quero, antes de falar qualquer coisa, eu gostaria de passar a palavra para
159 a vice-presidenta, a Sofia, para que ela possa falar sobre as caravanas, sobre a
160 experiência, enfim.

161 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
162 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Ministro. Bom dia. Todas as pessoas estão aqui.
163 Eu vou falar um pouco também, mas eu vou passar também para o Rogério,
164 membro do mecanismo que também esteve nas caravanas. Eu e o Rogério, a gente
165 conversou internamente, depois teve uma outra reunião também com os membros
166 do governo que estiveram nas caravanas, oportunidade em que eu fiz alguns
167 apontamentos sobre alguns pontos que eu acho que a gente poderia ter um pouco
168 mais de atenção para as próximas, não é? De um modo geral, eu entendi que foi
169 uma boa oportunidade de estar junto nesse primeiro momento, não é? E que as
170 caravanas tiveram, enfim, um efeito que foi interessante para a sociedade civil,
171 mesmo para publicizar o tema e para dar a importância que esse tema precisa. A
172 gente esteve na UNES, na Unidade Socioeducativa, no Espírito Santo. Essa foi uma
173 das primeiras agendas, foi a primeira agenda do dia, não é? E lá a gente teve a
174 oportunidade de conversar, eu conversei com os meninos, não é? Que estavam
175 cumprindo medidas junto com a Nana, a gente se dividiu em equipes, algumas
176 equipes, cada uma foi para um lugar ali da unidade. A gente conversou com os que
177 tinham acabado de chegar ali e algumas violações de direitos foram apuradas,
178 principalmente uma questão que eles relataram muito, que era uma questão do ócio,
179 não é? Em relação à alimentação, eles não pontuaram nada muito significativo de
180 algum problema em relação à alimentação. Tinha um problema específico de falta
181 de espaço para banho de sol, enfim, essa é uma palavra do sistema prisional. E aí
182 a gente apurou outras coisas também, o Rogério também pode dizer do espaço que
183 ele foi, e aí tinha também algumas coisas, como a atividade que eles estavam
184 fazendo ali, que era uma atividade de lazer, na verdade, era ver programas policiais,
185 etc., que era daí que segundo a unidade, eles conseguiriam, obteriam informações
186 sobre como o momento informativo seria através de programas policiais. Então, a
187 gente identificou esses problemas e a estrutura da unidade em si é uma estrutura
188 muito parecida, a estrutura física com uma unidade prisional, o que é bastante
189 complexo e isso era já uma das coisas que estavam na medida cautelar da corte. E
190 aí eu vou ser mais breve aqui, como um ponto de atenção que eu coloquei. Eu acho
191 que vai ser muito diferente quando a caravana for dentro das unidades prisionais,

192 porque o clima é outro, é diverso, é completamente diverso. A gente, no primeiro
193 momento, eles fizeram uma apresentação para a gente, de músicas, etc., mas para
194 mim não ficou muito claro. Obviamente que eu acho que os meninos e meninas eles
195 aproveitaram isso num sentido de que foi fora da rotina deles, mas o quanto foi
196 imposto para eles aquilo e o quanto que de fato não é uma atividade rotineira. Pelo
197 próprio juiz que falou, ele disse que eles tinham feito esse ensaio justamente pela
198 nossa visita, então não é uma atividade que acontece ali com uma frequência. Teve
199 um momento que me chamou a atenção também, que foi de uma leitura de uma
200 poesia que eles fizeram e aí nesse momento, porque a presença do governador
201 também estava na visita. Em um dado momento eles falavam que as pessoas que
202 estavam ali faziam um trabalho com muito afinco, etc., mas que tinham que ter uma
203 remuneração justa. Isso para mim não me parece vir da boca de qualquer
204 adolescente que essas pessoas tenham uma remuneração justa, então eu não sei
205 muito bem quem escreveu aquilo em conjunto com quem que foi feito. No sistema
206 prisional isso ganha outra figura, outra configuração. Os meninos não estavam de
207 uniforme, eles estavam com roupas normais, os que estavam fazendo
208 apresentação, enfim. E aí um ponto de atenção que eu acho que tem que tomar
209 cuidado que foi o vídeo que o Ministério postou no Instagram, porque pelo vídeo a
210 gente vê o senhor conversando com os meninos que estão ali na escola, etc., mas
211 para mim, às vezes, dá a impressão para quem vê de fora que parece um ambiente,
212 então os meninos estão na escola, tinham os meninos que estavam com seu
213 uniforme, então que não é tão opressor quanto é ou que é um ambiente que garante
214 direitos, enquanto é o contrário. Então, eu acho que é complexo mesmo, eu não sei
215 como que, enfim, e aí é uma questão toda, eu não tenho, na verdade, uma solução
216 para propor, mas eu acho que é algo que tem que estar no campo de atenção para
217 que isso não se reverta ao contrário, porque senão as pessoas podem olhar a
218 imagem e falar: “Bom, eles estão na escola, estão estudando, está um clima ameno
219 aqui, então não tem violação de direito nenhuma.” Então, acho que isso tem que,
220 enfim, tomar cuidado com isso. De novo, acho que no sistema prisional isso vai ser
221 diferente. E aí outro ponto que eu acho que poderia ser para a gente repensar para
222 as próximas, que seria a reunião com os atores institucionais. Eu acho que poderia

223 ser um momento mais de uma mesa, enfim, de debate, talvez falas, para que
224 saíssem com encaminhamentos propositivos, com uma carta de compromisso, o
225 que quer que fosse, de cada instituição, no sentido das próprias violações que foram
226 encontradas, para que isso fosse mais encaminhativo e seguisse para os próximos
227 acompanhamentos da caravana em si. E mais dois últimos pontos. Achei o encontro
228 com a sociedade civil, achei que foi muito boa essa possibilidade do encontro. Acho
229 que o lugar que foi feito o encontro foi importante, foi em uma paróquia que tinha
230 sido ato de violência, tinham entrado nessa paróquia há uns dias atrás. Então, acho
231 que foi um lugar bastante simbólico. Eu entendo que as pessoas, a sociedade civil,
232 sejam poucas oportunidades que tenham de conversar com atores do governo
233 federal, inclusive com Ministros. Então, as demandas que surgiram ali eram
234 demandas diversas, que não tinham a ver só com o sistema prisional. E isso é
235 natural, porque eu acho que elas se conversam entre si, elas não são alheias umas
236 às outras, tinham demandas de violência policial, mas eu acho que é importante
237 deixar claro, no sentido da caravana em si, inclusive para a resposta para a
238 sociedade civil ser mais contemplativa, porque às vezes a sociedade civil vai levar
239 diversas demandas e que elas podem ser levadas como ponto de atenção, mas
240 talvez elas não sejam respondidas ali naquele momento, justamente porque o intuito
241 da visita é outro. Então, acho que, mas isso é complexo mesmo, porque as pessoas,
242 e eu entendo e eu acho que nesse sentido a postura do Ministro foi bastante
243 importante no sentido de escuta, porque eu acho que esse é o lugar que o governo
244 deve estar, no sentido de escuta, no primeiro momento. E uma última coisa, antes
245 de passar aqui para o Rogério, é que eu acho que tem que estar muito claro como
246 são destinados os recursos públicos, porque ali no caso do Espírito Santo, foram
247 destinadas verbas para compra de viaturas, que era uma demanda ali, viaturas que
248 não tenham aquela sirene em cima, que não tenham grades, etc. Mas para deixar
249 claro de onde vem esse aporte financeiro, por que é, porque a gente sabe que os
250 recursos públicos, cada recurso público é de algum lugar, tem as suas destinações,
251 seus empenhos determinados, para que não fique uma coisa que parece que veio
252 do nada, e também para as outras caravanas, para que não fique uma coisa assim,
253 bom, mas aí no Espírito Santo teve um aporte financeiro para isso, mas nessa daqui

254 não vai ter, porque isso depende também dos próprios orçamentos, esse valor ao
255 que me parece, que foi falado, já estava empenhado desde o ano passado, e isso
256 foi destinado e entregue nessa oportunidade, mas para que fique claro isso, para
257 que não tenha nenhuma outra questão. Então, esses foram meus apontamentos
258 daquilo que eu vi, enfim, para a gente pensar para as próximas oportunidades, mas
259 eu acho que foi muito interessante estar com todo mundo ali, e que talvez, e aí a
260 última coisa mesmo, é que talvez tenha que ser em dois dias para não ficar muito
261 corrido, e para a gente poder, dentro das unidades prisionais, ter uma conversa com
262 as pessoas que estão privadas de liberdade um pouco maior e com mais detalhes.
263 Vou passar agora para o Rogério, que também estava lá comigo.

264 **Sr. Rogério Duarte Guedes** – Obrigado, Sofia. Bom dia para todas as pessoas
265 aqui, que acompanham virtualmente. Então, assim, falo do lugar enquanto membro
266 do mecanismo, mas também como ponto focal no Espírito Santo, e mais
267 especialmente por ser do Espírito Santo, e enquanto assistente social, atuando no
268 socioeducativo. Então, o IASES para mim é um lugar de onde eu parti enquanto
269 trabalhador social nesse território. Então, também falo com uma certa propriedade
270 daquilo que já tinha vivenciado enquanto o chão de fábrica desse lugar. E aí, assim,
271 uma das questões que já trazida pela Sofia, a brevidade da agenda, porque foram
272 muitas agendas que o Ministro precisou fazer, e fazendo com que a questão
273 específica que era da conta, das medidas da corte, na UNES, ficassem exprimidas.
274 Então, estavam reservadas duas horas, efetivamente, para estar dentro do
275 conjunto, eles não chamam complexo, é um conjunto de unidades. São quatro
276 unidades socioeducativas, são duas unidades de internação com até 60 meninos,
277 e uma unidade provisória, que a que Sofia foi, e uma unidade de internação
278 provisória e internação estrita feminina. Então, são quatro unidades. A feminina está
279 fora dessa grande muralha, ela é contigo. E aí, foi uma decisão acertada do
280 Ministério em decidir não ir só na unidade que é objeto da medida da corte, ir nas
281 outras, porque, por ser a unidade de objeto, ela acaba sendo muito mais maquiada,
282 muito mais trabalhada, e as outras não são, mas o Ministério teve essa
283 sensibilidade, então, de ir nesses outros espaços. Porém, a gente, na divisão de

284 equipe, muitos queriam acompanhar o Ministro. Então, o Ministro estava na UNES
285 com muito mais pessoas, e nas outras unidades ficaram menos pessoas da
286 comitiva. Então, a Sofia e a Nana foram para uma unidade que, no final das contas,
287 estava na previsão duas. Pelo tempo ficou, essa agenda que a Sofia disse, que a
288 gente foi para um auditório para ver essa apresentação, tomou muito tempo dessas
289 duas horas. Então, efetivamente, o tempo dentro de unidade se resumiu em 20
290 minutos. Eu consegui, porque caiu uma chuva na manhã, então, a gente se
291 deslocou, foram atrás de capa de chuva, de carro, para a gente se deslocar dentro
292 do conjunto. Então, até o nosso momento, a chegada mesmo, dentro da ala, do raio,
293 onde eu botei o pé e saí, eu fiz isso tudo em 20 minutos. Porque a comitiva tinha
294 que sair, porque o Ministro tinha uma outra agenda, porque a gente estava dentro
295 da região metropolitana de Vitória, porém era um outro município. E o Ministro tinha
296 uma agenda na capital naquela manhã. Então, dava 40 minutos, mais ou menos.
297 Então, tudo estava muito cronometrado, o cerimonial fez tudo muito rigorosamente
298 cronometrado, para que o Ministro pudesse cumprir toda a agenda dele. E isso fez
299 com que ficasse muito espremido o objeto da caravana, que era olhar as questões,
300 olhar os pontos das unidades. Mas, mesmo assim, a gente conseguiu. Então, eu
301 estava com o pessoal, a equipe da Defensoria Pública do Espírito Santo, inclusive
302 com o defensor da unidade onde eu visitei. Uma das questões que já têm sido
303 apontadas pelos petionários é a questão do uso desmedido do gás de gengibre
304 nos meninos, como uma medida de disciplinar, de contenção. E a gente tinha
305 acabado de encontrar o menino que tinha recebido um jato no domingo, a gente
306 estava na manhã da segunda-feira, ele ainda estava com o rosto machucado, como
307 o defensor estava com o celular, então ele fez todos os registros de foto, colheu
308 inicialmente as primeiras informações, e no dia seguinte ele voltaria para
309 encaminhar a questão. Então, a gente conseguiu falar com todos os meninos
310 daquela ala, e a questão da militarização que está sendo apontada pelos
311 petionários e da Defensoria Pública, que é a Mix nessa medida, ficou constatada
312 nessa visita, embora breve, mas foi constatada. A gente, inclusive, foi num espaço
313 que eles desapropriaram a equipe técnica para usar como sala de disciplina, sala
314 do procedimento, tem este o nome, o menino fica nessa sala, sentado, porém

315 algemado, e o relato de que eles dão aquela sprayzada de gengibre lá dentro e
316 trancam o menino como uma sala de gás. Então, a gente foi nesse local, constatou,
317 e existe esse local. Tiraram a equipe técnica que ficava mais próximo do bloco, dos
318 alojamentos, jogaram para um outro lugar para a equipe de segurança usar esse
319 espaço. Então, o que a gente nota, e o que já vem sendo dito, é que, no caso do
320 Espírito Santo, o Instituto Socioeducativo de Atendimento Socioeducativo do
321 Espírito Santo e IASES, tem tido um agravamento, uma sobreposição do aspecto
322 da segurança em detrimento do aspecto sociopedagógico. A equipe técnica, elas
323 têm sido muito mais espremidas e têm tido muito menos oportunidades de atuação,
324 enquanto a segurança tem ditado o ritmo dentro da unidade com essas ações de
325 contenção. A gente já tinha, nas conversas breves que a gente teve, porque esse é
326 um outro ponto, o convite chegou, a gente sabia, já tinha essa informação nas
327 conversas anteriores com o próprio Ministro, quando o mecanismo teve reunião, de
328 que a caravana era uma das ações do Ministério, mas a gente não sabia quando
329 que ia acontecer, então o mecanismo em si não teve a oportunidade de atuar junto
330 com o Ministério pensando uma atuação metodológica de como que seria essa
331 visita, se seria a ideia, o Ministério já tinha se manifestado nesse sentido, de que
332 não seria no contexto de inspeção como o mecanismo faz e a gente também,
333 quando foi convidado, qual que seria o nosso papel dentro dessa comitiva, o que
334 gerou entre a gente um debate, como que nós estaríamos compondo a comitiva e
335 qual seria a nossa efetiva contribuição, mas de toda forma, mesmo não sendo uma
336 inspeção, não se caracterizando como uma inspeção, uma visita tão curta a gente
337 entende que é prejudicial para que o Ministério possa ter uma leitura do que de fato
338 o Estado, nesse caso o Estado do Espírito Santo não o Estado brasileiro, mas o
339 Estado do Espírito Santo tem feito enquanto o ator da execução diretamente lá no
340 sócio educativo para reverter a situação que ensejou a medida na corte. A gente
341 reforça o ponto que a Sofia traz em relação a reunião institucional, a gente botava
342 muita expectativa nessa reunião interinstitucional do Ministro com os atores do
343 Espírito Santo que na verdade não aconteceu, aconteceu no auditório com a
344 presença de várias pessoas e os atores que lá estiveram muito se defendendo e
345 colocando a situação do Espírito Santo como uma situação horizontal o que

346 acontece aqui acontece em outros Estados, não é diferente, a gente está numa
347 situação muito melhor inclusive tanto o representante do Tribunal de Justiça quanto
348 do Ministério Público então ficou esse momento como uma defesa, inclusive para a
349 gente foi muito ruim ouvir enquanto não só mecanismo mas parceiro dos
350 peticionários que o Tribunal de Justiça o representante ataca os peticionários
351 naquele momento dizendo que os peticionários vão lá e fazem os seus relatórios e
352 depois desaparecem das unidades, então foi muito afrontoso a fala naquele
353 momento mas é isso a questão da reunião que não avança para a construção de
354 um plano, de construir um pacto que inclusive já existe desde quando o Estado foi
355 posto nessa condição mas que não se concretizou por isso inclusive que neste ano
356 a Corte ainda decide manter as medidas de não suspendê-las. A gente também
357 reforça a questão da conversa com a sociedade civil, mas na mesma linha dos
358 representantes da sociedade civil, da importância de a sociedade civil não ser a
359 última a ser ouvida, e sim a primeira a ser ouvida. A sociedade civil é quem está lá,
360 é quem vivencia. O governo vai defender. Então, o Ministro, ao ouvir a sociedade
361 civil primeiro, ele se alimenta, ele se junta de mais informações, para além daquelas
362 que já são levantadas pelo próprio ministério, mas in loco de quem está vivenciando
363 as violações aos direitos humanos. Então, nesse momento, é claro que o Ministro
364 vai usar uma das falas, eu não sou inocente, mas, ainda assim, é muito importante
365 dar à sociedade civil que está vivenciando as violações essa oportunidade de ser
366 escutado inicialmente. Eu acho que ainda um ponto que nos afeta, enquanto
367 mecanismo nacional, o Espírito Santo, desde 2013, inclusive o próprio governador
368 que está nesse momento, foi quem levou à Assembleia Legislativa a lei que instituiu
369 o comitê e o mecanismo. Porém, o mecanismo sem remuneração. E a sociedade
370 civil, então, decidiu não ir para frente com o processo seletivo de mecanismo no
371 estado do Espírito Santo, porque entendia que não era possível fazer um trabalho
372 sem remuneração. Então, o Espírito Santo permanece sem mecanismo até o
373 momento. Mas a sociedade civil lutando para que houvesse, então, uma alteração,
374 um PL de alteração, incluindo remuneração para o mecanismo do Espírito Santo.
375 Isso se conseguiu, inclusive na antecedência da visita do Ministro, a visita acontecia
376 na segunda, e na quarta-feira o governador mandou para a Assembleia essa

377 alteração. No entanto, quando a gente foi ver o projeto, o salário que ele colocava
378 era um salário de 3 mil reais, que é, não chega a ser o pior, porque o pior é o da
379 Paraíba, que é 2 mil e alguma coisa, que está, que vocês já conhecem todos aqui,
380 a situação do mecanismo da Paraíba. Um único perito e é impossível fazer o
381 trabalho. Então, imediatamente, a gente fez um movimento de, olha, precisa retirar
382 esse projeto da Assembleia. E, para nós, é muito cara, enquanto peritos do
383 mecanismo, de que existam mecanismos, de fato, que sejam e consigam fazer um
384 trabalho com autonomia. E remuneração é fundamental para a autonomia. Porque,
385 na medida em que você tenha mecanismos com remunerações muito precárias,
386 você vai produzir uma rotatividade muito grande. E isso é impossível de fazer o
387 trabalho, além da quantidade. A gente já vem batendo nessa tecla. É impossível
388 fazer um trabalho com 3 pessoas. Mesmo no Centro do Espírito Santo. São 27 mil
389 pessoas, dentro do sistema prisional, apenas no Centro do Espírito Santo. Como é
390 que você vai conseguir fazer um acompanhamento, de fato, com qualidade? E aí,
391 neste ponto, eu acho que ficou, eu não sei se o Ministro teve, em algum momento,
392 com o governador, nas suas conversas reservadas, a oportunidade de tocar nesse
393 ponto. Mas é importante, mesmo sendo uma delicadeza, e a gente está falando de
394 pacto federativo, mas é importante que esse ministério traga para si a
395 responsabilidade, o compromisso de fomentar, de fato, e fortalecer o sistema de
396 proteção, de prevenção e combate à tortura no Brasil. E aí, nesse ponto, não tem
397 jeito, tem que tocar o dedo na ferida quando estiver com os governadores, porque
398 é aviltante o que o governo está propondo para o mecanismo do Espírito Santo,
399 enquanto quantidade de peritos e salário. E aí, nesse ponto, a gente não teve, pelo
400 menos, não que eu possa ter presenciado, o que foi feito foi da parte do mecanismo,
401 na medida em que a gente se articulou com os deputados federais, a partir da nossa
402 comunicação daqui, e com a própria Assembleia Legislativa, com deputados do
403 campo, progressista, de esquerda, para que a gente pudesse chegar até o
404 governador e dizer para o governador Renato Casagrande que retirasse o projeto
405 da Assembleia. Então, foi um movimento que a gente acabou fazendo, mas eu
406 entendo que se tivesse uma ação, e aí eu estou afirmando, estou dizendo isso,
407 Ministro, mas eu não sei se aconteceu. Como eu não vi, então eu não posso dizer

408 se aconteceu ou se não. Mas, a importância do Ministério vir com mais força e
409 dizendo: Olha, precisamos governador fazer algo, porque o que está sendo posto
410 não atende o que a gente entende, enquanto política, de fato, de prevenção e
411 combate à tortura. Então, esses são os pontos que a gente considera mais
412 importantes e de fato, se forem acolhidos, eu acho que qualificam ainda mais o
413 trabalho que as caravanas se propõem. Obrigado.

414 **Sr. Silvio Luiz De Almeida (Ministro De Estado – Presidente - Titular - Ministério**
415 **Dos Direitos Humanos E Cidadania)** – Antes de passar a palavra para outras
416 pessoas, também eu queria ouvir a Fernanda, que participou também diretamente
417 da visita.

418 **Sra. Fernanda Vieira De Oliveira (Titular - Ministério Dos Direitos Humanos E**
419 **Da Cidadania – MDHC)** – Obrigada, Ministro. Eu acho importante a gente, a gente
420 conversou em vários momentos, Rogério, Carol, Sofia, mas, assim, de fato, a
421 limitação um dia é muito curto, muita coisa para um dia só, mas é aquele que a
422 gente faz o que, dentro do que a gente tem, vamos fazer o melhor. E dentro desse
423 melhor, em relação à escuta da sociedade civil, foi ao fim por uma demanda da
424 sociedade civil. Eles preferiam ter mais tempo com o Ministro do que serem
425 escutados no início do dia. Eu acho que eles deviam ter a previsão do tempo no
426 bolso, porque aquele dia choveu horrores no Espírito Santo, foi terrível, e atrasou
427 muito as coisas, porque é isso, não temos como resolver essa questão da chuva.
428 Então, isso foi uma decisão da sociedade civil que a gente acolheu e construiu a
429 partir daí. Essa mesma sociedade civil também colocou, fez a lista das entidades,
430 organizações, movimentos e coletivos. Eu estou falando da Galdênia, que é
431 presidente do Conselho Estadual Direitos Humanos, militante histórica do Espírito
432 Santo, do Gilmar, que inclusive é um dos peticionários, e estou falando do Ricardo,
433 que é vice-coordenador, vice-presidente do comitê de lá. E com eles nós
434 construímos a ação. Eles apresentaram quem eles entendiam que era relevante
435 estar nessa escuta. É claro que o convite vazou para muito mais gente do que eles
436 planejaram. E fizeram por questões de segurança do padre Kelder um controle de
437 entrada, porque o padre Kelder está em situação de ameaça no Estado do Espírito

438 Santo. Inclusive estão sendo feitas tratativas para o PPDH ser reativado no Espírito
439 Santo. Então, essa é a questão da escuta da sociedade civil. Em relação à visita na
440 UNIS, na parte que eu e Sofia fizemos, eu procurei questionar em cima do que hoje
441 vige como medidas cautelares da corte. Eu acho que o principal questão é a questão
442 da educação, ou de uma educação que não atende em nada aos propósitos
443 educacionais, que é a elevação da escolaridade, inclusão, processo de
444 aprendizado. E eles não esperavam, de fato, que a gente visitasse as outras
445 unidades do complexo. Então, eles não estavam de fato muito preparados para lidar
446 com essa nossa entrada nas outras unidades. Isso teve seus pontos positivos. Em
447 relação ao papel do mecanismo nesse processo, como a gente conversou, foi um
448 papel extremamente importante, primeiro porque conhece o território. E quem
449 conhece território é diferente de quem não conhece, para nos orientar inclusive na
450 atuação na construção dessa visita. Então, é um papel extremamente importante,
451 mas, ao mesmo tempo, muito delicado porque a gente não quer que a autonomia
452 do mecanismo se confunda com a nossa ação, a gente precisa preservar a
453 autonomia do órgão que está ligado a nós administrativamente para realizar
454 prevenção e combate à tortura no Brasil através de suas missões de inspeção. E,
455 por fim, em relação ao problema do projeto de lei. Eu fico muito feliz com a fala do
456 Rogério, porque tem sido muito desafiador construir ações rumo à construção dos
457 sistemas estaduais de prevenção e combate à tortura, dos comitês estaduais, dos
458 mecanismos estaduais, construção, fortalecimento, fomento, tem sido muito
459 desafiador. Porque eu, pessoalmente, e aí da minha trajetória de sociedade civil,
460 isso também vem, avalio que o Ministério de Direitos Humanos, em momentos
461 anteriores, não teve ações tão proativas em relação a essa temática. E tem sido
462 desafiador mudar essa chave. Tem sido desafiador porque as pessoas estranham
463 essa proatividade do Ministério de Direitos Humanos e, ao mesmo tempo, porque a
464 gente também está aprendendo a fazer isso. E a gente tem o problema do tal
465 famoso pacto federativo, que faz com que a gente tenha que ter cuidados na nossa
466 atuação. E o que eu quero dizer com isso? A gente identifica, o mecanismo
467 apresentou um relatório sobre os comitês e mecanismos estaduais no Brasil. Eu já
468 tinha um levantamento sobre isso pela coordenação geral e pela assessoria que eu

469 construí. E são dados que conversam. São dados que conversam. Então, nós temos
470 dois problemas, extremamente, três problemas. As secretarias de administração
471 penitenciária, que acham que tem que estar nos comitês. Os comitês com alta
472 taxativa de sociedade civil e um número de membros muito grande, que muitas
473 vezes não é compatível com a realidade de movimentos sociais do Estado. E os
474 mecanismos com três peritos e um salário que chega a ser uma ofensa. Para um
475 cargo que exige dedicação exclusiva. Não é possível você conciliar com nenhuma
476 outra atividade de trabalho. Então, esses são nossos três problemas a serem
477 enfrentados e, na minha opinião, superados. E, para isso, é preciso que a gente
478 atue de forma coordenada. E esse é o desafio, construir isso a partir do comitê, mas
479 entendendo cada um seu espaço de atuação e suas competências. O Ministro Silva
480 falou isso no Espírito Santo, e a gente tem que se lembrar disso, ele falou muitas
481 vezes aqui, eu vim no Espírito Santo agora enquanto Ministro de Estado. E, de fato,
482 isso muda nosso lugar de fala, isso muda nosso lugar de posicionamento, mas não
483 muda as nossas convicções. Então, eu acho que a gente precisa alinhar isso
484 melhor.

485 **Sr. Silvio Luiz De Almeida (Ministro De Estado – Presidente - Titular - Ministério**
486 **Dos Direitos Humanos E Cidadania)** – Pois bem, alguém gostaria de se
487 manifestar? Patrícia, por favor.

488 **Sra. Patrícia** – Obrigada, bom dia a todos e todas. Eu não estive na visita no Espírito
489 Santo, mas acho importante colocar alguns pontos de preocupações. Primeiro, eu
490 acho que tem que ter um cuidado, e aí vou falar muito, porque a caravana deve ir
491 ao Rio de Janeiro. Cuidado, o que eu acompanho as histórias do Ministério o tempo
492 todo para ver como estava sendo. E isso me trouxe preocupações. Primeiro, ter
493 uma equipe de filmagem dentro da Unidade Socioeducativa. Isso não é legal, isso
494 não é bom. Segundo, o governador acompanhando tudo o tempo todo. Isso não é
495 bom, isso não é legal, principalmente para quem está privado de liberdade. Porque,
496 assim, ninguém vai dizer na frente do governador que o seu diretor é um torturador.
497 Ninguém. Ninguém. Então, assim, a gente precisa ter esse cuidado. Até porque são
498 adolescentes privados de liberdade. Então, assim, o cuidado tinha que ter sido

499 redobrado. Eu não sei como foi construído, e eu acho que o simbolismo do
500 Ministério indo numa unidade de adolescentes apreendido, precisa ficar com uma
501 outra marca. O que pareceu, para quem estava de fora, é que seriam uma
502 propaganda os stories da unidade. A unidade muito bonitinha. Então, assim, claro
503 que não foi pensado nesse sentido. Mas, para quem vê, aquela ali está bom, está
504 reclamando de quê? Então, a gente tem que ter muito cuidado com isso. Muito
505 cuidado. Uma outra coisa, eu conversei bastante com a sociedade civil do Espírito
506 Santo, o pessoal que queria no território do bem. As pessoas conhecem muito bem
507 a trajetória do governador, muito bem o que acontece no Espírito Santo. Então,
508 assim, eles não iam ter espaço para ser antes, então eles deixaram para depois.
509 Por isso que foi no território do bem. Inclusive tinha uma questão de que seria na
510 defensoria pública a reunião da sociedade civil. Isso também trouxe algumas
511 questões, porque eu falei com o Ricardo diretamente, falei com várias outras
512 pessoas. Então, acho que a gente precisa construir uma caravana com mais um
513 pouco tempo de calma. Principalmente pensar qual é o objetivo da caravana. Era
514 uma oportunidade grande de ter realmente o mecanismo. O projeto de lei de lá é
515 muito ruim. E é muito ruim porque a antiga coordenação de combate à tortura daqui,
516 que era o João Lança, foi a pessoa que saiu espalhando por aí que tinha que ser
517 um mecanismo voluntário. Ele viajou o Brasil todo para isso. Esse projeto de lei tem
518 a mão, o braço dele. Então, é importante ser dito. Inclusive, eu falei com a assessora
519 da Irina, mandei para ela o projeto de lei do Rio de Janeiro. Ficamos fazendo várias
520 conversas de alteração onde podia ser alterado. Mandei o da Bahia, mandei o do
521 Paraná com o salário. Inclusive, o da Bahia já foi protocolado na Assembleia. Então,
522 acho que a gente tem que ter muito cuidado. E o que sempre a gente teve muita
523 dificuldade é de entender que o Comitê Nacional de Prevenção em Combate à
524 Tortura constrói políticas públicas de prevenção em combate à tortura. A mesma
525 coisa é o meu Estado do Rio de Janeiro. O Comitê do Rio de Janeiro constrói o
526 Sistema de Prevenção em Combate à Tortura. Então, ele precisa ser o primeiro a
527 ser ouvido. Não adianta chegar no Rio de Janeiro para uma caravana e pegar o
528 Cláudio Castro, que é o atual governador, e dizer: Isso está bom, isso está bom. E
529 no Rio de Janeiro vai ter que ter muito cuidado. Porque o Rio de Janeiro ele tem a

530 sua especularidade. E as unidades que estão em medidas de corte tem muita gente
531 privada em medidas de liberdade. Então, acho que a gente precisa entender. Eu
532 tenho muita preocupação com o meu Estado. Muita preocupação. Porque, assim,
533 precisa ser construída com cuidado. Muito cuidado. Porque tem uma secretária de
534 administração penitenciária que agora baixou uma resolução que mulheres podem
535 ir para o Bangu 1, Bangu 1. Então, assim, acho que a gente precisa entender quais
536 as unidades que vai. Eu sei quais são as unidades que estão na corte. Então, assim,
537 e ter cuidado. Ter cuidado. Porque, assim, muitas vezes a gente pensa que está
538 fazendo alguma coisa e talvez não seja aquele momento. E, como eu falei, o Rio de
539 Janeiro são trinta e tantos mil presos. As unidades que devem ser... Complexo de
540 Bangu tem 25 unidades prisionais. Então, trinta mil presos. 30 mil presos só no
541 complexo de Bangu. Então, assim, eu acho que a gente precisa ter muito cuidado.
542 Eu acho que para as próximas precisam ser construídas com mais calma. Com mais
543 calma mesmo para pensar, olha, isso aqui foi positivo, isso aqui foi negativo. Isso
544 aqui a gente não pode repetir. Porque eu acho que é importante ter um simbolismo,
545 ainda mais que tem um Ministro negro no ministério e deixar a sua marca e não
546 entrar um lado negativo no currículo. Deixar uma marca positiva na história.

547 **Interlocutor não Identificado** – Eu não falei bom dia na primeira fala, canso as
548 dúvidas aí, mas reiterar o bom dia para quem está na reunião aí. Eu anotei milhares
549 de coisas, vou tentar falar brevemente aqui. E até, acho que do início da primeira
550 fala só vindo para a Sofia, faço inspeção lá em São Paulo desde 2013, enfim, 10
551 anos. E acho que só da caravana poder tirar toda essa situação que todos nós
552 estudamos e convivemos da invisibilidade já seria algo muito importante. Mas
553 ouvindo tudo o que foi falado, as minhas preocupações, o que o Rogério falou, a
554 Sofia, a Nana, enfim, a gente vê, até alguém que não entenda do tema que está
555 aqui ouvindo o que foi falado já vê a importância. Claro, as preocupações antes de
556 começar a gravar, mas a importância desse projeto que está em construção e etc.
557 E aí eu queria falar de algumas preocupações também, tentando construir em
558 conjunto, pensar, o termo usado pelo Rogério, em métodos. Desde o início a gente
559 tem compartilhado com o Mecanismo algumas preocupações, então acho que até

560 um pouco pelo falar aqui é uma preocupação também do Mecanismo. Tem os limites
561 jurídicos e políticos, o Ministério, o Comitê Fazenda Política, a gente não pode ser
562 ingênuo, tem todos os limites jurídicos, lá em São Paulo tem a Ação Civil que a
563 gente ganhou faz 10 anos e não consegue implementar na prática. Não sei quem
564 falou da posição do Rogério, mas a gente não interdita aquilo, do próprio Tribunal
565 de Justiça, enfim, quer dizer que alguém está fazendo um trabalho correto, o
566 Tribunal está falando aqui. Então, saber que a gente tem um limite, e desde o início,
567 acho que eu conversei também com algumas peritas em relação a isso, a
568 preocupação que a gente tem em relação exatamente ao método, o Rogério traz
569 que compareceram, mas ficaram em 20 minutos na unidade, eu cheguei a fazer
570 uma inspeção uma vez, acho que foi o nosso recorde lá em São Paulo, que durou
571 10 horas, foi em Tupi Feminino, ali já perto do Mato Grosso do Sul, enfim, um local
572 bem grande, e aí, claro, com a autonomia do mecanismo, a gente está tentando
573 dialogar, já subiu algumas reflexões aqui, enquanto vocês falavam, já ia pensando
574 aqui se vai ter uma caravana no lugar X, e vem essa informação do Ministério com
575 antecedência para o mecanismo, não sei se o mecanismo pode fazer algo pontual
576 ali em alguma unidade que é mais preocupante, quando for mesmo algo mais
577 político e não de inspeção depois de algumas semanas, não sei, já ter algo ali
578 falando a gente veio aqui há 3 anos atrás, viemos aqui há um mês atrás, e agora a
579 gente traz todo o peso do comitê, do mecanismo, do Ministério, enfim, então até
580 umas reflexões que a gente tem aqui. Desde o início a gente tinha preocupações
581 em relação às atribuições, em relação a uma própria inspeção, obviamente foi
582 colocado acho que desde o início das conversas que não é de fato uma inspeção
583 que é feita pelo Ministério, mas é algo enfim, mais amplo. O Ministério Público, a
584 Defensoria Pública, o próprio Legislativo, o eventual mecanismo estadual e o
585 mecanismo nacional teriam essa atribuição de fazer a inspeção, mas a ideia ali era
586 algo mais abrangente, era um diálogo mesmo. Nessa linha, claro, a polícia acaba
587 puxando obviamente para o meu, pensando em São Paulo, 200 mil pessoas presas,
588 180 presídios, então o que talvez a caravana pudesse fazer também num Estado
589 tão grande, tão impermeável para alterações da política prisional. Até umas dúvidas,
590 vi que o Ministro está fazendo uns apontamentos depois até para a gente trazer um

591 retorno do senhor ou da Nana, entre as famílias, se tem alguma ideia de percorrer
592 de fato todo o Brasil, todas as unidades federativas, se vão concentrar no início nos
593 locais onde teve pedidos na corte. Para também não falar demais, trazer suas
594 reflexões aí, pegar um gancho com a fala, eu sei que não estaria na pauta, mas o
595 pleno pode colocar isso na pauta agora e deliberar se for o caso. Em relação ao
596 prato de lei que não conta com a remuneração, remuneração irrisória, eu acho que
597 a gente podia fazer um encaminhamento aqui de ofício do comitê, independente se
598 vai ser o próprio Sr. Ministro depois, ou a vice-presidência assinar isso, eu acho que
599 poderia ser uma sinalização aqui, não sei se o próprio mecanismo que está presente
600 também, eventualmente, poderia votar isso em conjunto, mas eu coloco como
601 sugestão aqui nesse ponto de pauta, a gente já encaminhar um ofício, me coloco à
602 disposição para escrever em conjunto aí, mas já encaminhar um ofício para o
603 Espírito Santo. Não sei aí se o mecanismo tem alguma reflexão, seria para o próprio
604 governador, seria para a presidência da Assembleia, seria para um deputado que é
605 mais próximo, mas enfim, a gente pode pensar um pouco melhor, definir isso, mas
606 eu coloco já essa sugestão aí da gente fazer o encaminhamento, dizendo que tem
607 que ter um instrumento de trabalho, o salário é um instrumento, enfim. Está bom?
608 Obrigado, Ministro.

609 **Sr. Silvio Luiz De Almeida (Ministro De Estado – Presidente - Titular - Ministério**
610 **Dos Direitos Humanos E Cidadania) – Maria Clara.**

611 **Sra. Maria Clara D'Ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
612 **Organizações Populares – GAJOP) – Bom dia.** Primeiro, queria corroborar com
613 as falas que me antecederam e as preocupações que já foram colocadas, só para
614 eu não me repetir. Eu reforço também que a gente considera, sim, muito importante
615 a presença de um Ministro de Estado, de um Ministro de Direitos Humanos dentro
616 de unidades de privação de liberdade no Brasil e a gente acredita muito na potência
617 desse projeto, mas de fato, eu acho que essa principal preocupação, dentre outras
618 que foram colocadas, mas que a Patrícia apontou, por exemplo, de passar a ideia
619 de que a unidade é um exemplo e ela funciona bem, é muito perigoso. Então, eu
620 acho que todas as outras ações e metodologias que são pensadas, elas devem ter

621 isso em mente para que isso não ocorra nas próximas. Colocando isso também em
622 relação ao próprio curado que está dentre as unidades que vão ser visitadas, por
623 exemplo, o curado, o que a gente tem acompanhado, principalmente do ano
624 passado para cá, que teve a corregedoria também do CNJ. E o que teve em
625 decorrência disso, como uma das medidas que foram determinadas era a redução
626 da população prisional em 80% da população, resultou em transferências em
627 massa, sem comunicação prévia, sem nenhum critério a ser seguido, gerando uma
628 situação de aumento da superlotação que já existia, inclusive, das outras unidades
629 prisionais do Estado. A maioria das unidades, a Vilma está até aí, já vi ela online,
630 ela vai corroborar que todas se encontram acima de 200% ou 300% de
631 superlotação. E aí, isso entra nessa questão desse critério das caravanas serem
632 unidades com medidas da corte. O que isso pode significar normalmente são
633 unidades que têm esse fluxo de maquiagem para uma presença de visita, e isso tem
634 sido muito comum no curado, inclusive. Então, o que eu queria colocar aqui é quais
635 são os próximos passos que vão ser pensados. Eu entendo que isso já foi decidido,
636 que agora vão ser as unidades com medidas da corte, mas tem a previsão de,
637 posteriormente, serem outras unidades, como que isso vai ser pensado, e durante
638 essas, seria interessante também fazer essa adaptação, a exemplo do que vocês
639 fizeram no Espírito Santo, de visitar uma medida mais de surpresa em outras. Eu
640 acho que isso é bem interessante também, porque as outras unidades não estariam
641 preparadas para receber essa visita, e aí eu acho que é interessante pensar de que
642 forma a visita, e entendendo as limitações também de tempo e tudo, mas de que
643 forma essa visita pode impactar e estar atenta e observar as outras questões
644 atinentes das outras unidades, para que também não caia nessa questão de a
645 unidade estar sendo visitada é um exemplo de como as coisas estão funcionando
646 bem, quando, na verdade, estão maquiando problemas de outras unidades. Então,
647 é mais essa questão de reiterando a importância de que outras unidades que não
648 tenham medidas da corte, elas entrem nessa atenção e no projeto das caravanas.
649 E, só reforçando, eu não sei se teve para essa ida ao Espírito Santo, teve esse
650 momento também de conversa prévia com o mecanismo, eu acredito que sim, mas
651 para que essa metodologia para a próxima unidade também seja pensada com mais

652 calma, com o mecanismo, com o comitê, inclusive, se possível, se da próxima
653 unidade tem também comitê, que essa conversa seja feita com o comitê estadual
654 previamente também, porque elas podem trazer pontos de atenção. É isso.

655 **Interlocutora não identificada** – Bem rapidinho, só reforçar alguns pontos que eu
656 acho importante para a gente estar pensando nas próximas. A questão realmente
657 de priorizar as inspeções ao invés de cerimônias oficiais, que foi algumas avaliações
658 que a gente acabou fazendo. E na conversa com autoridades, tentar fazer realmente
659 uma mesa de encaminhamentos e propostas e não uma cerimônia oficial que às
660 vezes acaba sendo até usado como propaganda política. Uma outra coisa, acho
661 que muito em cima também do que Patrícia falou, talvez o seu setor de
662 comunicação, Sr. Ministro, está sabendo qual é o objetivo da caravana. Que seria
663 mais uma questão de realmente ver as condições e ao invés de passar imagens
664 bonitas, realmente passar denúncias nesses stories, nessa comunicação visual que
665 foi feita, porque realmente o que acabou ficando, do que a gente acompanhou,
666 parecia que estava tudo lindo e maravilhoso no Espírito Santo e a gente sabe que
667 não é. A sua rede social é uma rede que tem um alcance muito grande e eu acho
668 que por isso mesmo a gente tinha que aproveitar essas visitas para passar a
669 realidade do que está acontecendo. Que eu acho que ficou, como a Patrícia bem
670 falou, uma imagem um pouco distorcida. Parece que tudo lá funciona muito melhor.
671 E daí talvez o seu setor de comunicação talvez precisasse entender qual o objetivo
672 dessas visitas.

673 **Interlocutora não identificada** – Eu estava numa certa inquietação aqui e que vai
674 muito de acordo com o que a provocação que foi colocada pela Cecília, que é
675 exatamente esse qual que é de fundo o intuito das caravanas e que resultado útil
676 que eu desejo dessas caravanas. Aí comecei a refletir, na verdade, desde o início
677 de como que ela nos foi colocada. E me recordei que um dos primeiros pontos
678 colocados é que foi um pedido pessoal do Presidente da República. Que eu acho,
679 entendo como muito significativo e de grande relevância, considerando que a gente
680 tem hoje na Presidência da República um sobrevivente do cárcere. Então eu acho
681 que tem muita relevância e merece atenção esse pedido. Outra questão que me

682 causou uma certa inquietação foi também a fala da Patrícia em relação à presença
683 do governador e que isso pode eventualmente desestimular eventual denúncia de
684 violação. Eu entendo que tem um peso muito significativo o Ministério de Direitos
685 Humanos dentro de uma unidade de aprisionados. A caravana tem um peso muito
686 forte. Mas aí também, pela provocação da Patrícia em relação aos stories, a crítica
687 em relação aos stories, isso soar mais como propaganda, isso também me causou
688 uma certa inquietação. E aí o questionamento é: De fundo, qual que é o intuito das
689 caravanas? De fundo, que resultado útil que a gente quer obter com este processo
690 que demanda um tempo, que demanda verba, que demanda muitas questões e que
691 aqui todos nós sabemos o quão tamanho são as violações dentro desses espaços.
692 Entendo que se é uma visita planejada, anunciada e coordenada, inclusive com o
693 governador de estado, efetivamente a gente vai encontrar algo pelo menos que
694 pareça menos violento. Então acho que isso pode realmente ser um fato
695 desestimulador de ter acesso real às grandes violações, embora de fundo a gente
696 sabe, na verdade, quais são. Mas continuo defendendo toda a simbologia, a
697 importância das caravanas e todas as questões colocadas. O peso do Ministério
698 dos Direitos Humanos dentro das unidades, termos à frente da presidência um
699 sobrevivente do cárcere, inclusive todos os atores envolvidos neste processo. Eu
700 penso que a gente talvez poderia, então, de forma utilizar melhor as caravanas a
701 quem de atender um presidente da república, a quem inclusive de mostrar o trabalho
702 que está sendo feito pelo ministério, que eu também acho muito importante
703 visibilizar o trabalho. Eu não sei de fato como que se deu a organização que
704 antecedeu a visita, porque não é só o fato de estar lá na unidade. Eu acho que é
705 consciente de como se constrói essa visita. Eu não sei como foi feito, mas se não
706 foi, então posso estar falando sobre a coisa que foi feita, mas aí já me desculpo
707 porque é o fato de não conhecer esse processo. Mas, por exemplo, o mecanismo
708 faz as inspeções que não são avisadas, que não estão lá, pessoas que
709 eventualmente possam desestimular a denúncia. Eu penso que talvez antes de
710 realizar a visita, seria muito importante, por exemplo, um diálogo mais aprofundado,
711 por exemplo, do que tem de relatório produzido, do que tem dos conflitos produzidos
712 naquele estado, feito já pelo perito e pelas peritas do mecanismo. Acho que seria

713 bacana também aquele da discussão da sociedade, que eu concordo que ela tem
714 que ver no início, acho que tem que ver no início e no final, inclusive. Mas também
715 com os pontos focais do local, eu acho que dá para a gente otimizar também, no
716 sentido de já que vai estar o governador e as autoridades políticas do local, otimizar
717 também as caravanas como uma forma de efetivamente impulsionar, otimizar,
718 qualificar e implementar os mecanismos estaduais e também os comitês estaduais.
719 É isso.

720 **Sr. Silvio Luiz De Almeida (Ministro De Estado – Presidente - Titular - Ministério**
721 **Dos Direitos Humanos E Cidadania)** – Passo a palavra para a Fernanda, por
722 favor.

723 **Sra. Fernanda Vieira De Oliveira (Titular - Ministério Dos Direitos Humanos E**
724 **Da Cidadania – MDHC)** – Acho que a Jaque entendeu mais rápido que todo mundo.
725 Essa foi um debate no início, quando não se tinha nem esse nome, caravanas, nem
726 se sabia exatamente por onde começar, e um debate de que esse instrumento seja
727 usado para fortalecimento e fomento dos sistemas estaduais como um todo de
728 prevenção e combate à tortura. Alguns fatores, nós não vamos ter controle nas
729 visitas. Isso foi um ponto de angústia para nós, inclusive, nessa visita do Espírito
730 Santo. Como, por exemplo, em que momento o governador estará. Ele pode falar
731 que não está e está. A gente não tem como controlar isso. Então, assim, a gente
732 tem que ter esse processo de aceitação, que não foi fácil. Eu confesso que algo me
733 deixa um pouco aflita, mas é um processo de aceitação do que a gente vai ter
734 controle do que não teremos. As caravanas não são inspeções. Então, não é nossa
735 intencionalidade permanecer horas dentro de uma unidade prisional com o intuito
736 de identificar violações que o mecanismo já nos relatou em seus inúmeros
737 relatórios, que a sociedade civil já se cansou de denunciar, que chega todo o tempo
738 na Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, o Conselho Nacional de Justiça. Nós
739 não estamos ali para isso. Nós vamos ser mais um fazendo relatórios. Não faz
740 sentido. Nosso objetivo tem que ser, e aí eu acho que algo que nós não
741 conseguimos alcançar no Espírito Santo, como gostaríamos, é fazer essa
742 articulação institucional para superar esses problemas, que não são denúncias

743 pontuais de tortura. Não é o João que tomou uma surra, são problemas estruturais.
744 Porque os principais problemas das unidades prisionais brasileiras são estruturais.
745 São sistêmicos. E enfrentar esses problemas, não que não tenha que ser tratado
746 as denúncias graves individualmente, mas enfrentar esses problemas para que todo
747 mundo seja alcançado pela solução deles, tem que ser a nossa prioridade enquanto
748 Ministério. Isso não significa que as denúncias não tenham que ser apuradas por
749 quem de direito. Em específico, deveria ser o Ministério Público, mas a gente sabe.
750 Então, isso é uma das questões que a gente precisa ter em perspectiva. Não
751 permaneceremos horas dentro de unidades prisionais. Não estamos lá para saber
752 o que já sabemos. Antes das caravanas, eu faço o informe de como está o estado
753 da arte, vamos dizer assim, da situação daquele estado, tanto em relação aos
754 sistemas estaduais de prevenção e combate à tortura, se já houve missões do
755 mecanismo, quando foram essas missões, onde foram essas missões. É claro que
756 eu gostaria que eu tivesse um tempo dilatado para fazer isso, mas, infelizmente,
757 não funciona assim no mundo real. No mundo real, muitas vezes é de um dia para
758 o outro, é de uma semana para outra, é corrido mesmo. Eu gostaria de poder fazer
759 vários encontros com a sociedade civil antes das caravanas, mas, infelizmente, não
760 foi possível. Então, nós fizemos com o tempo disponível esses momentos anteriores
761 com a sociedade civil, através das pessoas que eles nos indicaram como relevantes
762 para iniciar esse diálogo e continuamos dialogando depois que a caravana passou,
763 a gente continua em diálogo e continua trabalhando. Penso que tem que ser
764 estruturante nas caravanas quando for o sistema prisional, que aí vai ter um
765 complicador a mais, mais atores envolvidos. A defesa da implantação dos sistemas
766 estaduais de prevenção e combate à tortura e a defesa em moldes que atendam ao
767 protocolo facultativo e à convenção contra a tortura e às próprias orientações da PT,
768 que é um outro desafio que eu já trouxe no início, quais são os três pontos centrais
769 que eu considero mais desafiadores nesse momento. Nós precisamos começar a
770 avaliar enquanto colegiado e também enquanto membro do Sistema Nacional de
771 Prevenção e Combate à Tortura, como construir estruturas normativas que blindem
772 a prevenção e combate à tortura no Brasil de retrocessos, como ela experimentou
773 no período anterior. Isso não vai se dar só com recomendação e só com resolução.

774 Então, a gente precisa debater o que nos é mais caro e transformar isso em normas
775 mais robustas e difíceis de serem derrubadas. É fácil? Não é fácil. Mas, como bem
776 dito, é nosso papel construção de política pública. Isso vai passar pelos estados, vai
777 passar pelo governo federal, mas principalmente passa pelo nosso entendimento
778 dessa necessidade. O que eu tenho observado nos diálogos que eu tenho feito com
779 os pontos focais de Estado é que a ausência de uma normatização nacional sobre
780 como deve ser um comitê. Eu estou falando de norma, gente. Eu não estou falando
781 de nota, de carta, estou falando de norma. Norma dura, difícil de quebrar. É uma
782 demanda. E aí? Nós vamos lidar com isso como? Nós temos o encontro do comitê
783 dia 30 e 31 de outubro e temos o encontro do Sistema Nacional de Prevenção e
784 Combate à Tortura dia 27 de novembro. Dois momentos importantes onde estarão
785 reunidos todos os atores sociais envolvidos na pauta, sociais e institucionais. O que
786 nós vamos levar para isso? Esse colegiado precisa atuar de forma a construir esses
787 dois momentos e atirar deles o melhor que nós pudermos. E o Ministério de Direitos
788 Humanos está atuando e à disposição para que isso aconteça. Só que a gente
789 precisa avançar. Vamos ter problemas inúmeros no caminho? Vamos. Essa questão
790 da articulação institucional no Espírito Santo me deixou insatisfeita. Profundamente
791 insatisfeita. Profundamente insatisfeita. Mas aprendemos, vamos seguir em frente,
792 vamos tentar resolver de outras formas do Espírito Santo e não repetir nos outros
793 estados. Como Pernambuco e Rio de Janeiro que estão nessa perspectiva das
794 medidas cautelares. E sim, é uma demanda do presidente Lula, sim, é muito
795 importante que seja uma demanda dele, porque nunca alguém fizesse alguma coisa
796 pelo sistema prisional, nunca um presidente da República trouxe essa demanda.
797 Então, vamos pegar esse bonde, agarrar forte e pôr ele para andar mais rápido.

798 **Interlocutora não identificada** – Obrigada. Vocês querem falar primeiro? Está
799 bem. Primeiramente, vou começar um pouquinho diferente hoje. Eu sou diretora de
800 defesa aqui do Ministério. Dentro da diretoria de defesa, nós temos dois programas
801 de proteção, que é o programa de proteção de defesa de direitos humanos, o
802 PROVITA, Segurança Pública e Direitos Humanos. Temos o Prevenção e Combate
803 à Tortura, coordenação da Nana e também temos a Erradicação do Trabalho

804 Escravo. Então, é uma diretoria que de alguma forma tem uma relação muito grande
805 com o enfrentamento da violência institucional. Não existe, como o Sr. Ministro sabe,
806 uma coordenação de atuação e articulação do sistema prisional, justamente, Sr.
807 Ministro, porque essa pauta do sistema prisional é uma pauta que é uma pauta do
808 Ministério como uma articulação e como trazer exatamente a questão das violações
809 de direitos humanos no sistema prisional, tem uma grande interlocução com a
810 prevenção e com o combate à tortura, mas não é apenas, não é isso, tem uma
811 interlocução, mas tem algumas questões a mais. E também, dentro do Ministério,
812 que não está na diretoria, temos uma atuação no socioeducativo, com mais
813 identidade, com mais a coordenação do Sinase, propriamente dito, e também dentro
814 do Ministério temos a Assessoria Internacional. E a Assessoria Internacional, é
815 importante dizer, ela faz um acompanhamento da litigância do Brasil no cenário
816 internacional, tanto em litígios, tanto no contencioso, quanto na própria atuação do
817 Brasil perante os órgãos internacionais, sistema interamericano, sistema ONU.
818 Então, temos no Ministério toda essa complexidade e, ao mesmo tempo, essa
819 demanda de dar visibilidade ao sistema prisional, que é quem dá mais visibilidade
820 à pauta é o nosso Ministro, que é a identidade, que é a figura política desse
821 Ministério. Então, a leitura da Jaque é essa, no sentido de que as caravanas, elas
822 são um projeto de dar visibilidade para a pauta, e aí ninguém mais dá visibilidade
823 para a pauta como um Ministro de Estado e de Direitos Humanos pisar, colocar o
824 seu pé no sistema prisional. Só que esse Ministro, ele é assessorado tanto pela
825 Assessoria Internacional, quanto pela Sinase, quanto pela Combate à Tortura,
826 quanto pela Diretoria de Defesa. E aqui, por parte da Diretoria de Defesa,
827 especificamente, o que eu tenho a dizer é que antes da ida do Ministro, existe um
828 trabalho, assim, de levantamento dos relatórios do que foi feito. Entendemos o
829 importante papel do mecanismo, mas não só do mecanismo, mas também do
830 próprio sistema de justiça. Sabemos que as defensorias fazem inspeção. A minha
831 primeira atuação no sistema prisional foi há 20 anos. Meu primeiro trabalho foi numa
832 vara de execução criminal, há 20 anos atrás, em 2013. Então, eu tenho essa
833 identificação com a pauta e a situação na pauta há 20 anos. Então, a gente tem
834 essa visão, essa leitura de que o Ministro vai dar visibilidade, no entanto, é

835 necessário um trabalho anterior de coleta, de diagnóstico desse local e um trabalho
836 posterior. Então, eu vou dizer o que nós estamos fazendo após a saída que o
837 Ministro tirou o pé daquele sistema, tirou o pé daquele local, o que a gente faz, qual
838 é o nosso plano. A assessoria internacional faz um relatório do estado da arte, de
839 um cumprimento dessa cautelar e do que seria um plano de ação para o
840 cumprimento dessa cautelar e até para encerrar essa cautelar. Então, a assessoria
841 internacional tem esse papel de fazer o plano de ação. O Sinase, através da
842 coordenação geral do Sinase, tem o papel também de provocar o Ministério Público,
843 enfim, para enfrentar esse status de inconveniência, inconstitucionalidade
844 daquele sistema e nós também, como diretores de defesa e como coordenação de
845 prevenção e combate à tortura, também temos um papel. Especificamente a
846 diretoria de defesa está com a tarefa hercúlea da implantação do PPDDH no estado,
847 isso é um trabalho que envolve a Nana Hill, mas é porque é um trabalho que para
848 fazer um termo de colaboração, como do PPDDH, a gente precisa de quatro meses
849 de interlocução com o estado, análise de plano de trabalho, orçamento, nós temos
850 orçamento Sr. Ministro, para a implantação desse programa, mas além da
851 implantação desse programa, precisa de uma ambiência política para a implantação
852 do programa, porque a gente precisa de um conselho deliberativo de
853 funcionamento, nós precisamos de uma organização da sociedade civil que
854 efetivamente execute o programa com um plano de trabalho que contemple
855 inclusive a proteção daquelas pessoas que foram conversadas com ameaçadas
856 naquela reunião. Então traz um peso muito grande para a área de efetivamente
857 incidir nesse, efetivamente incidir nesses problemas relatados e também fazer
858 articulação com todas as instâncias para que esses problemas sejam mitigados. Só
859 que isso não é só o que a gente faz, porque às vezes, e aí eu também Ministro, eu
860 trago o perigo da visibilidade porque assim, a gente deu visibilidade para caravana,
861 no entanto nós como áreas estamos visitando outros estados, estamos fazendo
862 outros trabalhos, estamos visitando outras unidades prisionais, a Fernanda, por
863 exemplo, ela esteve durante uma semana fazendo visitas no estado de Minas
864 Gerais e articulando em relação ao sistema nacional, ao sistema estadual de
865 proteção e combate à tortura do estado de Minas Gerais, esteve em Pernambuco,

866 esteve no Rio Grande do Norte, estávamos planejando uma visita ao Acre, só que
867 a gente também, quando a gente vai para o estado, a gente tem que avaliar o risco
868 da nossa presença lá, então se a nossa presença lá, ela representa maior risco, se
869 não existe uma ambiência essa presença, ela precisa ser avaliada também.
870 Estamos também em diálogo com o estado do Rio Grande do Sul para fazer uma
871 incidência lá também, nos próximos meses, então a caravana ela traz uma luz no
872 entanto, o trabalho ele continua, ele é paralelo à caravana e ele se vale muito dessa
873 luz que foi levada pela presença do nosso Ministro de estado nesse sistema
874 prisional que se chamou caravana, mas poderia se chamar poderia ter outra
875 nomenclatura, e a gente tem essa preocupação de dialogar com esse projeto do
876 Ministro, mas que ao mesmo tempo a gente também responda como área da melhor
877 forma, e aí eu me coloco sempre à disposição da diretoria de defesa para o que
878 vocês precisarem aqui vou estar sempre aqui no nono andar. Obrigada.

879 **Sr. Silvio Luiz De Almeida (Ministro De Estado – Presidente - Titular - Ministério**
880 **Dos Direitos Humanos E Cidadania)** – Próxima inscrita, e eu vou pedir que logo
881 depois eu possa falar até porque eu tenho já uma reunião na sequência então,
882 senhora, por favor.

883 **Interlocutora não identificada** – Primeiro, bom dia a todos, todas e todes, é um
884 prazer estar aqui, uma satisfação. Só apontar algumas questões muito rápidas, eu
885 acho que primeiramente a preocupação, acho que agora a fala da Ana Zago foi
886 importante pela questão que ela traz da avaliação do risco da presença, isso é muito
887 importante, de fato. Essa avaliação precisa ser feita, porque a presença de atores
888 externos em locais de privação de liberdade causa riscos para as pessoas privadas
889 de liberdade, então de fato eu acho que é essa ponderação que precisa ser feita no
890 caso a caso, e em articulação com as instituições locais porque eu acho que o
891 grande risco não é a maquiagem gente, não tem como maquiar a penitenciária
892 Evaristo de Moraes é impossível aquilo ali está caindo aos pedaços. Enfim, não é
893 nada que possa ser feito nem se pintar, não tem nada. Enfim, a grande questão que
894 está colocada é realmente a possibilidade que haja retaliações que a gente chama
895 de preventivas, digamos assim, é o cala a boca antes das autoridades chegarem e

896 isso não é incomum de se ver, de fato. Então, eu acho que daria para vocês uma
897 ideia que eu tenho seria vocês articularem junto as instituições locais para já iniciar
898 um monitoramento anterior a ida que vai ser anunciada, por óbvio, porque não tem
899 condição de não ser, para justamente ir monitorando como isso está sendo recebido
900 dentro da unidade e quais impactos isso pode estar gerando para as pessoas
901 privadas de liberdade. Então, eu acho que a avaliação do risco é fundamental. De
902 fato, uma coisa que nos causou estranheza enquanto mecanismo foi que realmente
903 não teve um diálogo anterior conosco, então, a gente gostaria de ter participado um
904 pouco mais da construção de uma metodologia eu acho que a gente teria tido
905 contribuições a fazer, então a gente contribuiu, mas já no momento ali das
906 caravanas o Rogério se articulou inclusive precisou trabalhar no fim de semana para
907 se articular, fazer as reuniões, enfim, ok, a gente está acostumado mas não é
908 também acho que poderia ter sido feito com calma e com conversas e diálogos, até
909 porque a gente está ali muito próximo Ana Zago, Isadora está todo mundo ali no
910 mesmo corredor basicamente é só bater na porta que a gente se coloca
911 prontamente para dialogar com vocês. E acho que uma última questão que é uma
912 demanda nossa do mecanismo é que estando junto às caravanas, acompanhando
913 as caravanas que nos seja oportunizada a possibilidade de falar em algumas
914 situações de falar com os governadores sobre as leis de criação de mecanismos e
915 comitês porque esse é um acesso bastante difícil para a gente. Então, é
916 fundamental que seja algo que vai nos avançar nos trazer uma nova oportunidade
917 que não temos normalmente quando vamos ao Estado, porque não somos
918 recebidos de maneira geral por governadores. Então, no Espírito Santo o Rogério
919 solicitou a equipe que fosse oportunizada esse acesso ao governador e não foi ele
920 conseguiu isso a partir de sua própria articulação com os deputados. Então, teria
921 sido importante e considero que foi fundamental ele ter falado com o governador
922 porque ele foi justamente nos pontos de maneira muito cirúrgica dos pontos ali e o
923 governador prontamente se colocou para retirar o projeto, inclusive para fazer as
924 alterações necessárias, então, foi fundamental que ele tenha ido falar isso e eu acho
925 que deveria ter sido o próprio ministério a garantir que a gente tenha tido esse

926 acesso. Então, acho que são algumas questões que eu queria trazer uma demanda
927 nossa também enquanto mecanismo é só isso. Obrigada.

928 **Sr. Silvio Luiz De Almeida (Ministro De Estado – Presidente - Titular - Ministério**
929 **Dos Direitos Humanos E Cidadania)** – Primeiro eu quero agradecer as
930 intervenções dizer que todas as críticas foram anotadas vão ser levadas em
931 consideração. Eu queria antes de me retirar para um outro compromisso que já me
932 aguarda, fazer algumas considerações eu considero que são importantes até para
933 a gente, como que eu vou dizer, assim, para a gente pavimentar a nossa relação
934 que eu espero que sempre seja calcada na institucionalidade, na urbanidade e eu
935 acho que como pessoas voltadas à luta pelos direitos humanos naquilo que há de
936 melhor, naquilo que há de mais vamos dizer aquilo que há de mais essencial, se é
937 que podemos assim chamar, nessa dialética dos direitos humanos tem, portanto,
938 guardado esse compromisso então acho que eu vou colocar algumas coisas aqui,
939 eu espero inclusive que me que me perdoem pela objetividade que eu vou fazer uso
940 agora. Bom, a primeira coisa, eu acho que já foi repetido aqui já foi também pelas
941 pessoas que trabalham diretamente no Ministério dos Direitos Humanos e da
942 Cidadania, mas que também apareceu na fala de outras pessoas trabalhos de
943 inspeção visitas, não programadas previamente, por óbvio que essas visitas não
944 programadas tem a intenção de ter contato com a realidade naquilo que ela tem de
945 naquilo que ela tem de mais pulsante ou seja, impedindo o que se chamou aqui de
946 maquiagem, isso já é feito. Portanto, o trabalho do Ministério dos Direitos Humanos,
947 principalmente do Ministro, ele não é um trabalho que visa eclipsar visa de alguma
948 maneira desvalorizar o trabalho que já é feito por pessoas que tem o mistério de
949 fazê-lo esse trabalho de inspeção, esse trabalho de avaliação das condições do
950 sistema prisional e muito menos se sobrepor a esse trabalho que também já é feito.
951 Ou seja, não se trata de um trabalho de sobreposição, não se trata de um mais do
952 mesmo. O pedido foi feito pelo presidente da república inicialmente, mas eu quero
953 lembrar que o presidente da república eu não o trato aqui única e tão somente como
954 um cidadão brasileiro, o presidente da república é uma instituição. O pedido do
955 presidente da república não é um pedido que me é feito por um homem que eu

956 respeito muito, porque eu tenho um carinho muito grande, porque o Brasil gosta
957 muito. O pedido que me é feito pelo presidente da república na condição de Ministro
958 de estado deve se reverter, portanto, em um ato administrativo, sendo muito objetivo
959 com as senhoras e senhores. Eu não estou indo para fazer safari para ficar olhando
960 pessoas em sofrimento e tirando foto, eu não estou indo lá para fazer inspeção, que
961 é um trabalho que já é feito pelas senhoras e pelos senhores e por outras
962 instituições também, eu estou indo lá na condição de Ministro de estado, primeiro
963 para fazer aquilo que me é dado a condição de fazer com o Ministro de estado, que
964 é um ato político. Primeira coisa vamos entender isso eu sou Ministro de estado,
965 portanto querendo eu ou não eu sou um político e portanto a minha presença nos
966 lugares tem a intenção de produzir um efeito político. Um efeito político que
967 obviamente dada as tramas de constituição do estado brasileiro, é um efeito político,
968 que se reverte obviamente em atos concretos e atos administrativos, por isso que a
969 diretora falou muito bem, que é um trabalho que é feito com antecedência, é um
970 trabalho que é feito com antecedência e um trabalho que é feito também,
971 posteriormente a visita do Ministro de estado. Eu poderia pensar em fazer tudo isso
972 que a gente está fazendo agora, essa caravana entender ou decifrar essa
973 determinação do presidente da república de outra forma, poderia fazer isso de
974 maneira burocrática, poderia, por exemplo, enviar representantes aos estados,
975 podia fazer um PL por todas as instituições começar talvez por aquelas entre aspas
976 mais fáceis mas era preciso dar uma lógica uma coerência para a atuação do
977 Ministro de estado direitos humanos e cidadania num tema que originalmente não
978 é um tema tratado pelo Ministério. Então, a grande questão é a seguinte como é
979 que eu vou tratar esse tema como é que eu vou dar sentido um sentido jurídico,
980 administrativo e político para um pedido que me foi feito por uma instituição, que é
981 a presidência da república, essa é a grande questão. Então, nós fomos pensando,
982 tentando entender como é que nós íamos construir isso em acordo com os outros
983 ministérios porque apesar de não parecer para muita gente ser um governo o que
984 significa que apesar de ser um ministério eu preciso trabalhar necessariamente em
985 articulação com os outros ministérios e há outros ministérios que tratam dessa
986 questão direto ou diretamente estou falando aqui do ministério da justiça e

987 segurança pública a representante da Senappen está ali com quem eu tenho
988 conversado muito com o Rafael Velasco e que tem ajudado muito o Ministro Flávio
989 Dino, nós temos conversado sobre isso. É também um tema que envolve o
990 ministério da saúde, que envolve o ministério do desenvolvimento social, que
991 envolve o ministério das relações exteriores, que envolve o ministério do trabalho e
992 emprego, com quem nós temos conversado para aperfeiçoar também ou seja, é
993 uma caravana que não é do Ministro não é do ministério, é do governo federal. E
994 isso significa que é preciso que haja todo um cuidado para que isso seja feito e o
995 cuidado que eu estou dizendo é o seguinte: Eu, na condição de político mais uma
996 vez, querendo ou não é isso que me tornei, eu preciso, antes de pisar no Estado,
997 eu preciso tratar com o governador do Estado, não importa quem seja o governador
998 ou a governadora do Estado. Por isso que eu não posso fazer expressão, você
999 imagina fazer expressão. Na verdade algumas decisões de Estado... Então, eu acho
1000 que as vezes, eu não digo por todos vocês aqui, obviamente e nem pelas pessoas
1001 que aqui estão mas é uma confusão entre o ser Ministro de Estado Direitos
1002 Humanos da cidadania, falo especificamente em Direitos Humanos, porque
1003 certamente isso não acontece com outros ministérios, que tem um caráter mais
1004 técnico. Há uma confusão entre ser Estado e sociedade civil. Então, acontece
1005 alguma coisa e as pessoas acham que o Ministro tem que estar lá pessoalmente
1006 muitas vezes tem que estar mesmo, mas outras, a presença do Ministro pode
1007 causar efeitos muito deletérios. Você já imaginou quando aconteceu tudo aquilo que
1008 aconteceu no litoral de São Paulo se o Ministro de Estado vai para lá o que a polícia
1009 é capaz de fazer com os moradores com as pessoas que estão lá para impedi-los
1010 de falar com o Ministro? Então, esse cálculo essa avaliação dos efeitos da presença
1011 de um Ministro de Estado eles tem que ser muito bem feitos esses cálculos porque
1012 os efeitos podem ser terríveis para as pessoas e por isso se eu quero fazer as
1013 caravanas poderia ter outro nome diretor, está certíssimo eu preciso
1014 necessariamente ter uma conversa muito franca muito cordata e muito negociada
1015 com o governador ou a governadora do Estado percebe? Porque eu preciso tirar
1016 disso e não é uma conversa mais uma vez, a condição político jurídica que me é
1017 dada não é de fazer conversa, não é de bater papo. Eu preciso ter eu preciso ter

1018 um diálogo republicano e institucional o que significa que as conversas que terei,
1019 elas têm que ter consequência, elas têm que ter consequência então eu preciso tirar
1020 dessa conversa primeiro e desse ato político eu preciso tirar uma política pública a
1021 longo prazo que vai ser construída com a sociedade civil já vou falar disso daqui a
1022 pouco da participação do mecanismo de outros entes da sociedade civil inclusive,
1023 mas eu preciso tirar consequências que façam com que o problema ali constatado
1024 ele tenha uma resolução, porque eu não sei se os senhores perceberam o que está
1025 imbuído no pedido ou na determinação do presidente da república. O que está em
1026 jogo é o fato de que a partir do momento que o Ministro do estado ele vai tratar essa
1027 questão ele assume a responsabilidade também pelo que acontece no estado. Ou
1028 seja a unis, o curado plácido, presídio central já não é apenas um problema do
1029 estado federado, passa a ser também um problema da união e quando eu falo do
1030 problema da união é um problema que a união tem que ajudar a resolver
1031 necessariamente e por isso a conjugação de esforços que envolvem outros
1032 ministérios. Portanto, porque eu estou dizendo isso porque quando a gente vai lá
1033 fazer vamos chamar de visita mas a gente pode mudar o nome para não dar essa
1034 confusão que muitas vezes aparece aqui. Quando a presença do Ministro lá se
1035 estabelece em acordo com o governo do estado com a figura político jurídica do
1036 governo do estado significa que constatados problemas no campo da saúde nós
1037 vamos ter que ajudar, aí é importante ter o ministério da saúde, trabalho e emprego
1038 a gente vai ter que também ajudar. Ou seja, vamos pegar todos os pontos que estão
1039 nas decisões ministério das relações exteriores todos os pontos que estão nas
1040 decisões da corte e nós vamos ajudar portanto na resolução desses pontos. Aqui já
1041 se falou maquiagem primeiro é óbvio que vai o Ministro do estado e há toda uma
1042 solenidade para a recepção do Ministro do estado. Obviamente que ao Ministro do
1043 estado não serão apresentadas as piores condições a não ser que eu não tenha
1044 jeito mesmo. Imagine como é que vai maquiar o curado, gente? Digam para mim.
1045 Então, notem a força de ter de alguma maneira o Ministro do estado assumindo
1046 esse papel. Então, eu quero dizer que as caravanas o que nós vamos fazer agora
1047 nós vamos aperfeiçoá-las, vamos levar em conta as críticas que foram feitas agora
1048 é o seguinte é um caminho sem volta nós vamos fazer porque nós vamos assumir

1049 a responsabilidade por essa questão querendo ou não nós vamos fazer nós vamos
1050 dar um jeito de fazer, fazer da melhor maneira vamos fazer em consertação. Agora
1051 em relação ao tempo, o tempo é sempre o nosso inimigo quando se trata disso para
1052 vocês terem uma ideia nós estamos pensando em como abordar isso desde mais
1053 ou menos abril maio, abril, porque esse é um assunto que tem tantas complexidades
1054 que as senhoras e senhores já sabem, isso envolve inclusive críticas externas e
1055 internas. Não falar desde que nós queremos criar instabilidade institucional, que nós
1056 estamos querendo sabotar o governo com esse tema interna e externamente,
1057 duvidar da nossa capacidade de articulação política, porque esse é o objetivo não
1058 é fazer expressão, mas é fazer articulação política para dar consequência para um
1059 problema estrutural, como foi dito. O estrutural do Brasil e problemas estruturais tem
1060 que ser tratados com medidas que tenham esse nível de institucionalidade então eu
1061 acho que talvez, não tenho certeza, não quero ser injusto mas nós temos uma
1062 oportunidade pela primeira vez lidar com esse problema de uma maneira mais forte
1063 do ponto de vista institucional com compromisso direto do Ministro de estado diante
1064 de um pedido que foi feito pelo presidente da república. Então, nós temos que
1065 aperfeiçoar isso, com todos os problemas que aqui foram constatados em relação
1066 a comunicação que vão ser levados em consideração só que nós vamos ter que
1067 pensar uma forma de comunicação disso de um jeito ou de outro e não vai poder
1068 sinto muito ser uma forma de comunicação que pareça esses programas que
1069 passam às 18 horas. Então, vamos ter que pensar, vamos ter que melhorar, só que
1070 vamos ter que comunicar, porque política de direitos humanos ela se faz a partir de
1071 quatro eixos comunicação é um deles é por isso que nós amargamos quatro anos
1072 de desgraça comunicação educação em direitos humanos a gente tem que formar
1073 as pessoas e nos formarmos também nesse processo de formação no campo dos
1074 direitos humanos. Proteção e promoção dos direitos humanos cuidar da vida das
1075 pessoas e por último nós vamos ter que lidar também com a cidadania, o que
1076 significa fazer entrega, permitir as pessoas que acessem os direitos, inclusive, as
1077 pessoas que são as mais abandonadas e que são as pessoas que estão no interior
1078 do sistema prisional, é isso. Mas sem um trabalho de comunicação de educação,
1079 trabalho de promoção e prevenção a gente não consegue também dar sentido para

1080 cidadania, não conseguimos tratar essas pessoas com a decência que lhes é
1081 devida, inclusive, por imperativo legal, constitucional. Então, senhoras e senhores,
1082 o tempo é sempre nosso inimigo. Para vocês terem uma ideia toda vez que eu vou
1083 que a gente pense em fazer uma caravana porque se a gente também deixar muito
1084 espaço para fazer isso vai perdendo potência, vai perdendo força, vai perdendo
1085 mobilização, inclusive dentro da estrutura do governo, do Ministério, porque eu não
1086 preciso dizer isso as senhoras e senhores sabem que eu lido com muitos assuntos
1087 são cinco secretarias que lidam com diferentes assuntos, diferentes temas e nós
1088 temos que escolher alguns que são prioritários e esse é um dos projetos prioritários
1089 do ministério, é deixar ao final disso tudo uma política pública e que valorize o
1090 trabalho do comitê, que valorize o trabalho do mecanismo. Veja, a ideia também é
1091 valorizar o trabalho do comitê, não é se sobrepor o trabalho do comitê, não é
1092 sobrepor o trabalho do mecanismo, mas é valorizar o trabalho do comitê, o trabalho
1093 do mecanismo, o trabalho também das organizações da sociedade civil e dos
1094 movimentos sociais que lidam com o tema, por isso o ato político é importante. Mais
1095 uma vez vamos levar em consideração todas as críticas vamos tentar fazer com
1096 mais tempo, mas o tempo é nosso inimigo. Como eu já disse eu preciso... Basta
1097 olhar a agenda do ministério eu pessoalmente, eu não sou auxiliar eu estou indo
1098 com antecedência para os estados para ter reunião com os governadores e
1099 governadoras para tratar dos termos disso e quando eu chego há sempre uma
1100 desconfiança, achando, e principalmente se for de oposição achando que nós
1101 queremos criar algum problema e sempre vai ter essa ideia de que expor as
1102 questões do sistema prisional, principalmente se for o pai do Ministro do estado vai
1103 causar problema vai causar problema, então é um convencimento, é conversar é
1104 mostrar que a gente quer ajudar a resolver o problema, aí isso envolve, portanto,
1105 articulação com outros ministérios, não tem jeito. o nosso parceiro é o Ministério da
1106 Justiça e Segurança Pública inclusive na liberação de recursos para fazer as
1107 reformas estruturais que vão ser feitas Ministério da Saúde, de novo Ministério do
1108 Desenvolvimento Social, Ministério do Trabalho e Emprego. A gente vai precisar de
1109 tudo isso para poder resolver o problema, e a gente vai ter que chegar lá com algo
1110 concreto, com algo que faça sentido. Porque, na política, e isso não anda muito em

1111 voga, mas é fundamental, a palavra é algo que deve ser observado. A palavra é o
1112 que deve ser observado. Eu não posso ir a um Estado fazer toda essa
1113 movimentação, essa mobilização, e isso não ter consequência nenhuma na vida
1114 das pessoas. Percebam? Então, preciso ir antes. Tenho que ir antes, conversar
1115 pessoalmente com o governador, com a governadora, depois as equipes têm que
1116 conversar para ver tudo isso. Toda vez que chego a um Estado, não me reúno.
1117 Vejam, isso não existe. Não sei se isso foi insinuado aqui, acho que não. Não existe
1118 a possibilidade de eu ir a um Estado e não me reunir com os movimentos sociais,
1119 não me reunir quase com as organizações. Todo Estado que eu pise, faço isso.
1120 Estive em Pernambuco agora para conversar com o governador, para falar sobre o
1121 curado, e visitei as favelas, as duas maiores cidades de Pernambuco, conversei
1122 com os movimentos sociais, conversei com as outras instituições. É isso que
1123 acontece. Então, eu digo o seguinte, isso vai demandar tempo, paciência, vai
1124 demandar também uma leitura política, vai... Obviamente que a intenção também é
1125 fortalecer o mecanismo, é dar espaço para que essas reivindicações sejam feitas.
1126 Posso ser, obviamente, porta-voz dessas reivindicações agora. A gente vai ter uma
1127 trajetória de experimentos, erros e acertos, correções de rumo, correções de rota,
1128 mas eu já aviso, é um caminho sem volta, além de fazer uma política pública em
1129 torno dos direitos humanos do sistema prisional brasileiro. Vai ter, vai existir. E eu
1130 não falei isso, falei isso para a Sofia sem a participação das senhoras e dos
1131 senhores que trabalham com isso, que sabem como isso acontece. Eu preciso das
1132 senhoras e dos senhores para que isso ocorra. Agora, eu queria fazer só uma última
1133 consideração, e agora sim, me perdoem a objetividade, eu vou ter que, infelizmente,
1134 sair logo na sequência. Isso foi falado aqui. Só um detalhe. A data em que nós
1135 determinamos quando vai ser essa visita do Ministro, juntamente com todo esse
1136 aparato que nós vamos formar juntos aqui... Ah, detalhe, doutor. A gente não faz
1137 visita sem falar com as defensorias, então tem uma conversa com as defensorias,
1138 tem uma conversa com o Ministério Público, tem que conversar, e há toda uma
1139 trama que você precisa conversar com as pessoas, mostrar para as pessoas qual
1140 a sua intenção, o que você pretende fazer. Aí tem a fogueira das vaidades que
1141 queima a todos nós e a cada um de nós. Então, vejam, não é uma coisa fácil. Então,

1142 vou pedir a compreensão das senhoras e dos senhores, porque daqui a pouco nós
1143 vamos ter que fazer outra visita. Nós vamos conversar com antecedência. E saibam
1144 que essa exiguidade de tempo e o tempo da política não é o tempo que a gente
1145 decide para fazer as coisas. Essa exiguidade de tempo que vocês percebem é
1146 também, imagina, o desespero aqui da equipe em relação a isso. Porque é tudo
1147 consertado, acertado, e isso de forma nenhuma tira a força das inspeções que são
1148 feitas com os métodos que as senhoras e os senhores já conhecem muito bem.
1149 Então, disso vai gerar consequência, gera um relatório, gera uma outra conversa
1150 com as instituições para a implementação das medidas que forem feitas, gera uma
1151 conversa com os ministérios para ver o que a gente pode entregar. Conversei com
1152 o ministro Flavio Dino também, e ele acha que é muito acertado essa ideia de a
1153 gente pegar essas instituições que são as mais problemáticas e que têm também,
1154 vejam, a visibilidade internacional para nós é muito importante, é uma estratégia, a
1155 visibilidade internacional, porque a pressão internacional sobre nós, o governo, ela
1156 surte um efeito muito importante nessa mobilização. Então, eu acho que é
1157 fundamentalmente isso. Agora, uma coisa que eu gostaria de dizer com muita
1158 tranquilidade e com muita sinceridade, que foi dito isso. Obviamente, eu tenho uma
1159 série de ambições que são pessoais, mas eu tenho ambições como ministro de
1160 Estado, e a minha maior de todas é ser um ministro de Estado relevante que possa
1161 ter dado uma contribuição para o Brasil, que possa ter aberto caminhos importantes
1162 para o Brasil. E eu conheço muito bem, e sei muito bem, e tenho trabalhado com
1163 isso há muito tempo, eu sei qual é a minha responsabilidade por vários motivos.
1164 Primeiro, pelo momento histórico que vivemos, depois de tanto tempo, de tantas
1165 dificuldades, sei as pressões que sobre mim recaem, sei lidar com isso muito bem,
1166 por uma série de características, às vezes não tão bem, mas às vezes tentando lidar
1167 com isso da melhor maneira possível, com suporte das pessoas da minha equipe,
1168 que me dão todo o apoio, com suporte das pessoas que me querem bem, enfim,
1169 tudo muito complicado, tudo muito difícil, mas sei que tenho um amparo, além de
1170 toda a minha trajetória pessoal, que devo a muitas pessoas que estiveram ao meu
1171 lado e que me ajudaram a construir isso. Então, sei da minha responsabilidade, sei
1172 da responsabilidade de ser ministro de Estado no governo do presidente Lula, sei

1173 da responsabilidade de ser ministro de Estado, sendo eu quem sou, com a trajetória
1174 que tenho, sendo homem negro, eu sei disso. Agora, uma coisa preciso dizer sobre
1175 isso, e veja como a questão racial cai, é impressionante, ela aparece. Mas uma
1176 coisa que eu, desde muito cedo, decidi sobre a minha vida, sobre a minha trajetória,
1177 decidi que é uma das coisas, e descobri, na verdade, que é uma das coisas mais
1178 características do racismo. Uma das coisas que mais são características do racismo
1179 é o fato de que sobre as pessoas negras é colocado um peso que nunca é colocado
1180 em cima de homens brancos. Ou seja, uma característica do racismo, sabe qual é?
1181 É dizer o seguinte, isso já aconteceu comigo, quando eu fui contratado para ser
1182 professor de uma das maiores universidades desse país, quando eu fui designado
1183 para ser professor de uma das maiores universidades do mundo, eu ouvi o seguinte,
1184 você está tendo essa chance, você não pode errar. E perguntei para um amigo meu
1185 que, junto comigo, entrava nesse processo se ele tinha ouvido a mesma coisa. Ele
1186 não ouviu a mesma coisa. Sabe por quê? Porque ele é branco. Então, senhoras e
1187 senhores, uma coisa que eu sei lidar muito bem é com pressão. Uma coisa que eu
1188 sei lidar muito bem é com conflito. E eu vou dizer uma coisa, eu não vou admitir que
1189 sobre mim seja jogado qualquer peso que não seja jogado sobre as costas dos
1190 homens brancos que, inclusive, acumularam mais poder do que eu ao longo desse
1191 tempo. Eu não deixo de pensar pelo fato, eu não deixo de ter consciência do fato
1192 que, hoje, a minha trajetória, a minha vida, o cargo que eu ocupo me dá um poder.
1193 Então, eu não vou admitir que sobre mim seja jogado nenhum peso, nenhuma
1194 responsabilidade, que não seja jogado em cima de outros homens e mulheres que
1195 não tenham a mesma cor da pele do que eu, que não tenham a mesma trajetória.
1196 Eu vou agir como ministro de Estado, vou usar os instrumentos que eu tenho como
1197 ministro de Estado, vou usar a legalidade, as prerrogativas que eu tenho como
1198 ministro de Estado, o mandato que me foi dado pelo presidente Lula para fazer o
1199 que tem que ser feito. E eu vou fazer. Quem acha que eu não vou fazer não conhece
1200 de onde eu vim, não sabe de onde eu vim, não sabe o que eu passei. Eu não tenho
1201 nenhum medo do conflito, assim como eu também não tenho nenhum problema em
1202 estabelecer o diálogo mais fraterno, mais carinhoso, para a gente construir um
1203 caminho juntos. Muito obrigado. Eu vou agora... Me desculpem, tem uma pessoa

1204 do Ministério da Fazenda que também, como vocês sabem, é muito importante para
1205 nós, fundamental, por motivos óbvios, está me esperando. Eu vou passar a palavra
1206 para minha companheira Sofia Mazalli, para que ela possa...

1207 **Interlocutora não identificada** – Ministro, se me permite, senhor ministro, bem
1208 rapidinho. Eu queria, na condição de representante da Secretaria Nacional de
1209 Políticas Penais, dizer que assistimos todas as sugestões e as recomendações,
1210 entendemos e compreendemos as frustrações, mas eu entendo que a sua caravana
1211 e a sua presença dentro das unidades federativas é de suma importância,
1212 principalmente para visibilizar a questão do sistema prisional a atores importantes.
1213 Eu não me recordo de nenhuma oportunidade em que, numa inspeção, o
1214 governador do Estado se fez presente. Numa inspeção se fez presente o presidente
1215 do Tribunal de Justiça. Nós estamos falando de questões que envolvem resoluções
1216 da Corte que possuem mais de 20 anos. Então, uma das primeiras necessidades
1217 para o enfrentamento desses problemas é a visibilidade que a presença do ministro
1218 traz. Então, conte conosco, temos projetos dentro da Secretaria Nacional de
1219 Políticas Penais que necessariamente precisam ser construídos a partir da dialógica
1220 com o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, e entendemos também que as
1221 caravanas têm o propósito prioritário de visibilizar as mazelas do sistema prisional
1222 ao Estado brasileiro. Isso não envolve apenas o Poder Executivo, envolve o Poder
1223 Legislativo e o Poder Judiciário. Então, parabéns. Sei que é difícil, sei que o tempo
1224 sempre será o principal adversário, mas, independente de qualquer coisa, a sua
1225 passagem também tem reflexos, inclusive no empoderamento de atores da
1226 sociedade civil naqueles estados.

1227 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
1228 **e Cidadania – ITTC)** – Maria Clara e Mateus estavam com a plaquinha levantadas
1229 aqui. Aí eu vou passar a palavra e aí eu acho que a gente podia pensar nos
1230 encaminhamentos. Uma das coisas que a gente tinha conversado inicialmente na
1231 primeira reunião que a gente fez com o ministro sobre esse tema era a formação de
1232 um grupo de trabalho que era para, inclusive, a gente ir conversando sobre as
1233 caravanas ao longo do tempo para que também a gente pudesse programar um

1234 pouco melhor. Então, com a presença da Ana Luísa aqui, que também estava na
1235 reunião com a Nana, para a gente articular, isso foi uma coisa que foi dado como
1236 um dos encaminhamentos, mas acabou não acontecendo na prática. Mas para a
1237 gente articular isso, para a gente estar mais próximo aqui, então vou passar para
1238 Maria Clara primeiro e depois para Mateus. E uma coisa que eu queria dizer que eu
1239 não disse é que a gente está falando aqui do tempo, etc., mas eu fiquei realmente
1240 muito surpresa na caravana porque eu acho que eu não tinha a dimensão, e acho
1241 que é importante compartilhar isso, da quantidade de trabalho na prática que essas
1242 pessoas estão fazendo. Eu não daria conta fisicamente, mentalmente, de fazer essa
1243 quantidade de trabalho no sentido de estar em tantos lugares, de estar fazendo
1244 tantas coisas ao mesmo tempo, e que isso, de fato, eu acho que quando a gente
1245 vem aqui e traz qualquer coisa, e eu acho que a gente tem que trazer mesmo, e eu
1246 acho que a nossa posição é essa, e quando eu trago também qualquer coisa que
1247 estava lá e que vi, o que estava acontecendo, e para mim é num sentido propositivo
1248 de construção conjunta, porque não acho que adianta, e não acho que ninguém tem
1249 feito isso aqui, mas acho que a gente é criticar qualquer coisa, e aí acho que quando
1250 o ministro fala das críticas, eu não acho que sejam críticas, eu acho que é
1251 construção conjunta. São apontamentos de coisas que a gente está fazendo aqui
1252 para que essa construção seja feita da melhor forma possível. Dito isso, eu vou
1253 passar para a Maria Clara e depois para a Mateus.

1254 **Sra. Maria Clara D'Ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
1255 **Organizações Populares – GAJOP) –** Obrigada. Estou de acordo, Sofia. Eu acho
1256 que o que a gente está tentando fazer aqui é, inclusive já foi ressaltada a importância
1257 das caravanas e do ponto de vista da presença política do ministro lá. Então, eu
1258 estou entendendo que está todo mundo na mesma página a esse respeito, e a gente
1259 está querendo aprimorar e aproveitar essa presença lá nesses espaços. Eu só
1260 queria fazer um pequeno esclarecimento sobre a questão da maquiagem, que a
1261 Carol falou, o ministro falou, mas eu me referi à questão do critério de seleção das
1262 unidades a serem visitadas e serem colocadas nas caravanas, porque, de fato, são
1263 poucas as unidades que têm essa visibilidade, que têm essas medidas

1264 determinadas, e eu me referi ao curado, eu falei, vou repetir, uma das medidas que
1265 foram colocadas é a redução da superlotação, porque esse era um dos principais
1266 problemas lá, e essa redução está sendo feita de forma a fazer transferências em
1267 massa, de forma irregular, e aí eu estou colocando isso porque é uma questão que
1268 deve ser observada lá, se a unidade com certeza vai apresentar isso, e o governo
1269 do Estado também, como uma questão super positiva, que eles estão cumprindo a
1270 determinação da corte com a redução da superlotação, e isso não pode ser feito
1271 sem olhar para como está impactando o restante das unidades do Estado. Tenho
1272 certeza que a Nana tem essa ciência, mas eu não poderia deixar de trazer essa
1273 preocupação para cá, porque isso pode ser o caso de outras unidades. As unidades
1274 que estão sendo escolhidas, elas têm sim um cenário de adequação das medidas,
1275 que nem sempre é o mais adequado, e aí é a maquiagem nesse sentido,
1276 maquiagem das outras unidades que não têm essas medidas, inclusive de outros
1277 Estados que não estão contemplados, então é só essa pequena observação,
1278 porque eu não tenho certeza se o ministro compreende dessa forma, é isso.

1279 **Sr. Mateus Moro (Suplente - Associação Nacional Das Defensoras E**
1280 **Defensores Públicos – ANADEP)** – São dois detalhes bem objetivos. Um, claro, o
1281 próprio ministro comentou que está em construção e vão errar, vão acertar, vão
1282 mudar os rumos. Mas se já há uma reflexão depois desses locais onde tem decisão
1283 da corte de ampliar isso para toda a federação, é uma dúvida que eu tenho aí. Ana,
1284 Fernanda, enfim. Eu tinha sugerido votar alguma coisa já em relação ao Espírito
1285 Santo, mas eu não sei também. Enfim, os amigos e amigas aí do Mecanismo estão
1286 presentes, eu não sei se vocês também acham uma boa ideia a gente fazer algo já,
1287 desde já, para encaminhar para o Espírito Santo em relação a não ter remuneração,
1288 uma remuneração irrisória, a gente podia fazer isso desde já se não tiver nenhuma
1289 oposição. Enfim, seriam esses dois pontos. Obrigado.

1290 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
1291 **e Cidadania – ITTC)** – Uma coisa que eu só ia perguntar, tem nesse negócio de
1292 datas, etc., tem pelo menos onde vão ser datas possíveis ou alguma coisa nesse
1293 sentido?

1294 **Sra. Fernanda Vieira De Oliveira (Titular - Ministério Dos Direitos Humanos E**
1295 **Da Cidadania – MDHC)** – Nossos sonhos são as datas Ana? Em relação à questão
1296 da...

1297 **Interlocutora não identificada** – Eu acho importante, Fernanda, a gente também
1298 colocar que é um projeto do ministro que a gente recebe as datas e aí a gente tem
1299 que trabalhar com a agenda e com as datas que ele nos envia. O que eu tenho
1300 ponderado é que tem algumas datas que não são viáveis para nós, para a gente
1301 conseguir trabalhar da forma como a gente quer e para dar o formato que a gente
1302 quer, inclusive com as articulações anteriores porque, enfim, conseguir relatório do
1303 mecanismo, fazer o Rogério trabalhar final de semana para nós é bastante
1304 desconfortável. É só essa ponderação que eu queria fazer.

1305 **Sra. Fernanda Vieira De Oliveira (Titular - Ministério Dos Direitos Humanos E**
1306 **Da Cidadania – MDHC)** – A gente sempre trabalha. Bom, em relação à ampliação
1307 para outras unidades essa ponderação a gente já fez desde o início, quando a gente
1308 começou a discutir o que fazer e como fazer para atender essa demanda que veio
1309 da presidência da República. Por que as unidades com medidas cautelares... Medidas
1310 da corte primeiro. Porque a gente tem uma prerrogativa legal de fazer esse
1311 monitoramento. Então, como o ministro disse, existem questões políticas internas e
1312 externas que nos impactam. Então, a gente precisava construir esse caminho,
1313 pavimentar esse caminho. Tem as unidades que não tem medidas da corte, mas
1314 tem medidas da comissão, tem as cautelares da comissão que também estão nesse
1315 radar e a gente tem recebido, tanto por e-mail, quanto em visitas presenciais,
1316 demandas de estados que não têm nenhuma dessas situações e que a gente sabe
1317 muito bem que o estado que não tem nenhuma medida é exatamente porque ele
1318 não deu conta de pedir, não é porque está bom. A gente sabe que está ruim, está
1319 pior que o resto, em geral. Então, a gente tem muita consciência disso. A questão é
1320 pavimentar esse caminho mesmo com segurança e, principalmente, com
1321 legitimidade. Estou observando a situação de Pernambuco, acompanhando muito
1322 de perto, já tem algum tempo, muito de perto a situação de Pernambuco e sabemos
1323 exatamente o que vai acontecer lá, conhecemos a secretaria executiva de lá,

1324 sabemos com quem vamos estar lidando. Não estamos, vamos dizer assim, alheios
1325 a essa questão. Em relação ao Espírito Santo, a questão do projeto de lei que ainda
1326 não foi suspenso, pelo menos até ontem não tinha sido, sobre os peritos, eu tenho
1327 uma, eu acho que um ofício é algo importante para documentar uma ação, mas ele
1328 não pode ser a própria ação, sabe, Mateus? Eu tenho refletido um pouco sobre isso,
1329 vivendo e aprendendo. Ele não pode ser a própria ação. Então, acho que a gente
1330 tem que pensar em termos políticos como construir uma ação que impacte no
1331 governador no sentido dele recuar e suspender a tramitação desse processo. Eu
1332 não sei se o ofício do colegiado seria essa ação. Eu acho que o ofício seria um
1333 desdobramento dessa ação. Então, pensando alto mesmo, não tenho uma
1334 resposta, estou trazendo a reflexão que eu tenho experimentado esses últimos
1335 tempos em relação a essa questão de oficiar os órgãos, porque a gente percebe
1336 realmente um certo entrincheiramento, que a gente vai ter que construir uma forma
1337 de superá-lo, e eu não sei se o ofício vai ter esse poder, ainda que eu entenda ele
1338 necessário enquanto formalização, manifestação de atenção e todas essas
1339 questões para que ele fique um pouco mais permeável à modificação que a gente
1340 precisa que seja feita. Mas eu volto à questão. A questão dos números de peritos,
1341 de remuneração de peritos é um problema nacional. Então, talvez um tratamento
1342 nacional fosse uma resposta melhor. Pensando alto mesmo, a gente tem um monte
1343 de comitês chegando, então vamos começar uma reflexão sobre isso. Porque três
1344 peritos, mesmo que o salário seja melhor, continua sendo inviável para fazer um
1345 trabalho. Inviável. E quando o salário é ruim, você vira eu perito, como na Paraíba.

1346 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
1347 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Nana. A Vilma está inscrita e depois o Rogério.

1348 **Sr. Rogério Duarte Guedes** – Se a Vilma me permite, para entender, Ana, vocês
1349 estão desde o início refletindo sobre os demais estados, mas não há uma
1350 deliberação. Pode ser que tenham depois os quatro estados, pode ser que não
1351 tenham. Está em construção.

1352 **Interlocutora não identificada** – As caravanas vão continuar. A gente sabe os
1353 próximos estados, porque são os estados que estão com medidas da corte. Então,
1354 que é Pernambuco e Rio, que seriam ainda esse ano. Os próximos, a partir disso,
1355 a gente não definiu nada. Não foi debatido ainda quem serão.

1356 **Sr. Rogério Duarte Guedes** – Mas vai ter.

1357 **Interlocutora não identificada** – Vai ter, vai continuar. Até o final do governo,
1358 enquanto nós estivermos aqui, vai ter caravana.

1359 **Sra. Vilma** – Bem, bom dia a todos e a todos e a todos. Obrigada mais uma vez
1360 pelo convite. Mas tem algumas coisas que é preciso a gente compreender. Eu
1361 compreendo a lógica de quem está no estado, seja ele federal ou estadual, no
1362 sentido das competências e das atribuições. Porém, a gente sabe que as medidas
1363 provisórias da corte aqui no Brasil é de referência direcionada ao governo brasileiro.
1364 É dele a competência de resolver os problemas com os seus entes federados.
1365 Então, é uma das coisas que a gente precisa ter isso como foco. Concordo com
1366 todas as falas, inclusive da companheira aqui, nossa, Maria Clara, em Pernambuco.
1367 Mas, assim, pouco tem se feito, assim, eu acho que é uma contribuição que eu
1368 tenho obrigação de dar enquanto representante dos beneficiários e também
1369 beneficiária. E pouco se tem dado valorização, foco à questão dessa defensora ser
1370 beneficiária das medidas provisórias da corte. Não encontro. E isso é uma questão
1371 de direitos humanos. Não é uma questão focalmente de outros ministérios, mas sim
1372 de direitos humanos. Então, é importante lembrar disso. Eu faço essa
1373 recomendação, assim, no sentido de sugerir isso. Outro ponto importante seria que
1374 a corte determina que todas as manifestações sejam comunicadas, sejam... tem a
1375 colaboração dos representantes beneficiários. Raramente a gente tem isso. Aqui no
1376 estado de Pernambuco, até agora, assim, não temos essa contribuição por parte do
1377 governo do estado. E é importante que se a visita é... Tem foco nesse... No
1378 complexo do curado por conta das medidas provisórias, pelo menos se tenha um
1379 contato com os representantes dos beneficiários. No caso, quem faz atentamente
1380 agora é o sempre que eu represente a Justiça Global, as duas entidades, que tenha

1381 esse momento de fala com essas pessoas que se expõem a risco constantemente
1382 no monitoramento, nas inspeções do complexo prisional do curado. Entendendo
1383 ainda que é necessário e é tudo colaboração, viu, gente? Sugestão. É... E são três
1384 unidades prisionais, e geralmente se começa pelo Pejaube, porque é aquela que
1385 aparentemente é mais arrumadinha. E eu gostaria de sugerir que fosse, começasse
1386 pelo PFDB, PANFA e o último fosse o Pejaube. Então, são coisas assim e eu estou
1387 só me agradecendo e colaborando. Obrigada.

1388 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
1389 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Vilma. Rogério.

1390 **Sr. Rogério Duarte Guedes** – Obrigado, Sofia. Então, eu queria só retomar, a
1391 Fernanda, eu acho que saiu, mas para a Ana, tocando no ponto que o Mateus
1392 sugeriu, e aí divergir com muita tranquilidade da Nana. Não no contexto macro. A
1393 gente entende que sim, o Ministério precisa de uma política macro para o
1394 fortalecimento do sistema, mas numa questão cirúrgica e que está agudizada no
1395 Espírito Santo nesse momento, eu acho que um não envio de ofício é perder o
1396 timing. A gente precisa sim. Então, o Estado da Arte, semana passada eu estava de
1397 férias, então eu não sei como que estava, mas na semana retrasada eu fiz contato
1398 com a presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, e
1399 ela conversou com o líder do governo na casa, para saber como estava, se ele tinha
1400 recebido do gabinete do governador alguma informação, e ele disse, olha, não
1401 recebi nada. O projeto está lá parado neste momento, então ainda não foi retirado,
1402 mas também não foi dada a orientação de: “Tramite, siga na casa.” Mas o que a
1403 gente quer, porque neste caso a Assembleia, porque a gente está falando de
1404 remuneração, como todos sabem, não pode ser a Assembleia que vai interferir. O
1405 governo precisa retirar o projeto e apresentar um novo projeto, alterando o valor de
1406 salário neste caso, e de composição de peritos. Então, a Assembleia não teria como
1407 fazer nada se o governo não retirar. Então, de fato, precisaria de uma atuação
1408 cirúrgica do comitê nesse sentido, e eu entendo que seria por uma provocação em
1409 ofício. Obrigada.

1410 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
1411 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Rogério. A Jaque e depois o Mateus.

1412 **Sra. Jaqueline Aparecida Silva Alves Correa (Titular - Rede de Proteção e**
1413 **Resistência Contra o Genocídio)** – Eu já me justificando, para não parecer que
1414 está desvirtuando aí o ponto de pauta. Mas só uma reflexão que foi feita aqui, no
1415 sentido de que foi colocada a questão do super encarceramento, e considerando
1416 inclusive que a lei de drogas é o principal instrumento utilizado para o
1417 encarceramento em massa, e considerando a discussão agora no STF, e inclusive
1418 considerando a questão colocada para o Moro da necessidade da gente tirar o
1419 encaminhamento disso, tendo que a gente, e acho que isso também seria uma
1420 questão urgente, que eu já teria que produzir, se assim o for de acordo, que a gente
1421 produzisse um documento conjunto mecanismo e comitê de envio ao STF, e que
1422 também enquanto mecanismo, enquanto comitê publicizássemos esse documento,
1423 mas aí colocando a questão da problemática da superlotação dentro do sistema
1424 prisional, colocando o combate à lei de drogas como instrumento utilizado, e acho
1425 que é isso, eu acho que seria muito importante enquanto órgão, tanto quanto
1426 mecanismo, quanto comitê, a gente incidir nesta questão que está em discussão
1427 agora e que é o instrumento para a maioria das nossas discussões aqui, acho que
1428 era isso.

1429 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
1430 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Jaque. Você já está com o negócio levantado ou
1431 você não abaixou? Ah, está bem. Mateus.

1432 **Sr. Mateus Moro (Suplente - Associação Nacional Das Defensoras E**
1433 **Defensores Públicos – ANADEP)** – Eu ia falar do que eu vou falar na sequência,
1434 mas enfim, a reflexão da Jaque, até que enquanto ministro falava, eu até lembrei
1435 que o indulto é um dos pontos de pauta, então se o presidente da República tem
1436 essa preocupação, uma instância de preocupação, e ele é uma pessoa que tem
1437 atribuição para o indulto, eu acho que é um ponto bem importante que a gente está
1438 falando há meses ou séculos, enfim, durante o ano, então tenta avançar nesse

1439 ponto. Acho que a Jaque se referiu ao DPF, concordo também com alguma reflexão
1440 nesse sentido, mas o que eu ia falar inclusive já foi falado aqui, eu acho que,
1441 também, respeitando a reflexão da Nana, eu acho que tem todo um contexto que
1442 pode ser feito em relação ao nível nacional, mas eu acho que o fato da gente oficial
1443 talvez não resolva o problema, a construção é diária, coletiva, enfim, mas eu acho
1444 que pode ser importante para pontuar, enfim, não vou repetir o que foi falado, então
1445 pediria para colocar em votação pela sugestão da NADEP essa questão de oficial
1446 o governador, aí, claro, caso o comitê aqui aprove, aí a gente pode fazer em
1447 conjunto com o mecanismo, coloco a disposição para escrever em conjunto com o
1448 governo, com o mecanismo, essa questão do Espírito Santo. Obrigado.

1449 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
1450 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada. Alguém mais tem algum encaminhamento? Tem
1451 alguém que está com uma levantada ali que está online? Natividade?

1452 **Sra. Natividade Maia** – Olá, bom dia.

1453 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
1454 **e Cidadania – ITTC)** – Bom dia. Estamos escutando.

1455 **Sra. Natividade Maia** – Meu nome é Natividade Maia, eu estou na presidência aqui
1456 do comitê, tendo em vista que a presidente eleita ela renunciou, e eu fiquei na
1457 presidência, convoquei o processo eleitoral que durante esses seis anos não tinha
1458 tido, fizemos já, e agora está com a SEJUS que para nomear os membros da
1459 sociedade civil, porque o comitê ele estava só com os membros do governo e a
1460 OAB, os outros todos já tinha se escoado o prazo, então, hoje nós enviamos o ofício
1461 aí para o Ministério, com o nome das instituições que foram eleitas, cumpriram todos
1462 os requisitos, e estamos aguardando a nomeação que é feita pela Sejús, e qual é o
1463 nosso maior problema aqui? Nós temos um projeto de lei de criação do sistema de
1464 prevenção do combate à tortura, aí incluindo o mecanismo e também colocando o
1465 comitê através de lei, porque ele está criado através de uma de uma resolução, de
1466 uma portaria, na verdade, do governo, e isso fragiliza muito a gente aqui e nós já

1467 passamos por vários processos, inclusive da quantidade de peritos que
1468 conseguimos emplacar, sete peritos, também conseguimos emplacar o maior
1469 salário de cargo comissionado para os peritos e eu estive em reunião agora, na
1470 semana passada, no GMF, que o Tribunal de Justiça tem um grupo também de
1471 enfrentamento à tortura, e o comitê tem um assento lá dentro, e nós, deliberando,
1472 eles se propuseram a nos auxiliar nessa cobrança junto ao governador, e nós vamos
1473 fazer uma reunião com o presidente do Tribunal de Justiça, com o representante do
1474 Ministério Público Estadual e Federal, e gostaríamos de saber como nós fazemos
1475 participação também aí do mecanismo e do comitê nacional nessa reunião, para
1476 que nós possamos pressionar, cobrar, ou instigar o governador daqui a que ele
1477 envie esse projeto para a assembleia, porque está parado na Casa Civil e nós não
1478 conseguimos nos movimentar muito, porque nessa portaria que criou o comitê, é
1479 uma quantidade muito grande de membros, e então a gente não consegue trabalhar
1480 dentro dele, e também são muitos órgãos de segurança pública dentro do comitê, e
1481 isso, para mim, é muito difícil de trabalhar, porque tudo eles sabem, eles estão
1482 antecipando, e sempre tem uma conversa, a gente descobre um foco, eles estão lá,
1483 eles sabem, eles apagam, descobrimos a sala branca, a cela branca que tinha no
1484 presídio, aí foram lá, não tinha a cela branca, então muito rapidamente se
1485 desconstitui as denúncias de tortura que a gente recebe, e eu creio, assim, que isso
1486 também seja por parte de que eles têm acesso a toda essa informação que chega
1487 para a gente, não é? E aí o meu apelo aí, no caso, como nós faríamos para nós, se
1488 poderia vir uma equipe daqui, se tem uma previsão de vir um grupo do Ministério,
1489 ou do comitê, ou do mecanismo aqui para Manaus, para a gente agendar essa
1490 reunião com a presença de vocês aqui.

1491 **Sra. Ana Luísa** – Oi, Natividade, aqui é a Ana Luísa, diretora, eu vou, a Nana saiu
1492 aqui, eu vou questionar se ela tem esse planejamento de Manaus, estou a Nana,
1493 Manaus? Está bem. Ela está retornando aqui, porque eu tenho alguma informação
1494 a respeito, mas eu não me recordo exatamente.

1495 **Sra. Fernanda Vieira De Oliveira (Titular - Ministério Dos Direitos Humanos E**
1496 **Da Cidadania – MDHC)** – Ei, Natividade, está boa?

1497 **Sra. Natividade Maia** – Oi, graças a Deus.

1498 **Sra. Fernanda Vieira De Oliveira (Titular - Ministério Dos Direitos Humanos E**
1499 **Da Cidadania – MDHC)** – A gente tinha combinado que assim que saísse os novos
1500 membros se for o que mandou hoje, que a gente organizaria uma data para uma
1501 visita institucional para começar a tratar essas inúmeras dificuldades do Amazonas
1502 iniciando pelo comitê de um tamanho gigante, impossível de se reunir, a presença
1503 massiva das forças de segurança e a dificuldade também em relação à sociedade
1504 civil, a exigência de que sejam entidades com registro de pessoas jurídicas. Em
1505 consequência disso, também a questão do projeto de lei do mecanismo que está
1506 parado. Acho que a partir de agora a gente consegue construir uma data, acordar
1507 uma data de acordo com o que for melhor para vocês, principalmente.

1508 **Sra. Natividade Maia** – Está bem. Então, eu vou ver aqui a data que vai ser a
1509 nomeação e aí eu informaria para ver se vocês conseguem estarem aqui presentes
1510 até nessa data mesmo, dar mais uma legitimidade, uma força para as instituições
1511 que vão entrar. E aí também colocar que a gente, eu não sei se vocês estão
1512 sabendo, mas as duas últimas gestões da Secretaria de Segurança Pública elas
1513 foram desconstituídas em razão de operações de polícia, polícia federal, polícia civil,
1514 envolvendo propriamente crime organizado, extorsão, sequestro com os próprios
1515 membros delegados a gestão secretário de segurança. E isso também nos fragiliza
1516 muito para trabalhar. E acho que é por isso que é muito necessário a gente
1517 conseguir a independência do comitê aqui, porque nós não podemos contar nem
1518 com os órgãos de segurança para nos apoiar, para fazer as investigações das
1519 denúncias que a gente recebe. Então, é difícil aqui. Eu agradeço nos ouvir, estou aí
1520 interinamente, um interino que não acaba, porque não nomeio e eu falei, eu gostaria
1521 de fazer a eleição quando todo mundo tivesse nomeado para que possam participar,
1522 porque não poderiam participar enquanto não forem nomeados, e aí eu vou ficando
1523 nesse interino e eu quero resolver isso. Então, eu vou aguardar essa data e eu entro
1524 em contato com vocês, está bom? Para a gente fazer e desde já agradeço.

1525 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
1526 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Natividade. Os encaminhamentos que foram feitos
1527 aqui em relação aqui às caravanas práticos, na verdade foi só esse do Mateus da
1528 elaboração do ofício, não é?

1529 **Interlocutora não identificada** – Eu acho que talvez só reforçar e talvez formalizar
1530 aquele encaminhamento do grupo de trabalho, não é? Para não ficar perdido.

1531 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
1532 **e Cidadania – ITTC)** – Então, o encaminhamento do Mateus para a elaboração do
1533 ofício, acho que a gente pode colocar isso aqui na votação do pleno, não é? E daí
1534 pedir para a Ana Luísa e para a Nana verem essa questão aí do grupo de trabalho
1535 para que a gente marque uma data próxima, ainda que não tenha a data das
1536 próximas caravanas, mas para que a gente vá estruturando essas questões aqui
1537 que a gente pontuou aqui de conversa e da melhor forma de elaborar e também eu
1538 acho que enfim, tiveram as pessoas que estavam na caravana do Espírito Santo,
1539 mas para que a gente possa monitorar também e outras pessoas participarem
1540 também dos encaminhamentos da própria caravana do Espírito Santo.

1541 **Interlocutora não identificada** – Seria possível elaborar as diretrizes desse grupo
1542 de trabalho? Vou trazer uma questão objetiva. Toda vez que a gente propõe a
1543 criação de um grupo de trabalho que muita gente tem interesse, todo mundo se
1544 integra a esse grupo de trabalho, aí vira um grupo de trabalho do colegiado inteiro.
1545 E a gente precisa trabalhar com representações, dar conta de trabalhar com isso,
1546 não é? Então, só para pontuar isso para que seja de fato um grupo de trabalho que
1547 não prejudique o funcionamento dos outros demais grupos de trabalho que nós
1548 precisamos ter funcionando aqui no colegiado. E para que a gente consiga de fato
1549 desenvolver alguma coisa pertinente, porque assim, eu fico meio agoniada, sabe?
1550 Falo assim, grupo de trabalho, não sei o quê, todo mundo quer participar. Aí tem um
1551 outro grupo de trabalho, ninguém quer participar.

1552 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
1553 **e Cidadania – ITTC)** – Mas, no caso, esse grupo de trabalho, especificamente, não
1554 é um grupo de trabalho nosso, do comitê. É um grupo que surgiu do Ministério dos
1555 Direitos Humanos. Então, se é um grupo, é do Ministério dos Direitos Humanos. A
1556 gente está como integrante, porque o que tinha ficado de encaminhamento na
1557 reunião com a Isadora era a criação desse grupo a partir da articulação do Ministério
1558 dos Direitos Humanos, o nosso comitê.

1559 **Interlocutora não identificada** – Pois é, mas aí quem vai integrar do comitê, o
1560 comitê inteiro?

1561 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
1562 **e Cidadania – ITTC)** – Ah, mas eu acho que, não, acho que a gente pode decidir
1563 quem vai integrar, mas acho que isso também pode estar dentro da nossa decisão
1564 interna. Então, talvez seja uma votação aqui para isso e também de acordo com a
1565 data que vai ser colocada como possibilidade para ver quem pode. Mas eu acho
1566 que a coisa era mais de retomar esse encaminhamento, não a gente criar um grupo
1567 nosso com o Ministério. O Ministério e a gente, assim como o mecanismo também
1568 comporia esse grupo, pelo que tinha sido combinado, acordado, e os outros
1569 ministérios, Ministério da Justiça, Ministério da Saúde, enfim, esses outros
1570 ministérios que é óbvio que é facultativo participar quem quer, mas o convite acho
1571 que pode ser feito para todos, mas o convite é do Ministério dos Direitos Humanos
1572 mesmo.

1573 **Interlocutora não identificada** – Mas eu vou falar com a Isadora.

1574 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
1575 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada. Ana, você tem algum ponto?

1576 **Sra. Ana** – Bom dia a todos e a todas. Eu queria aproveitar o gancho da fala da
1577 Natividade e até para registrar aqui que no início do ano o Comitê do Mecanismo
1578 inclusive oficiou o Governo do Estado do Amazonas, pediu informações sobre o
1579 funcionamento do Comitê Estadual e não sei se chegou oficialmente também uma

1580 resposta do Governo do Estado do Amazonas para o Comitê, que o ofício inclusive
1581 foi expedido pelo Comitê. E aí, considerando que vai ter essa reunião, mas também
1582 é importante lembrar que há poucos dias o MPF pediu a execução da liminar, que
1583 era para ser cumprida em 15 dias, porque também tem uma ação judicializada,
1584 inclusive a implementação do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à
1585 Tortura do Amazonas, que o MPF ajuizou essa ação. Inclusive a doutora Michele
1586 que estava acompanhando, ela saiu do Amazonas, me passou o contato do outro
1587 procurador que assumiu agora, que vai acompanhar. Então, também há poucos dias
1588 atrás foi determinada uma decisão para que o Estado também cumprisse essa
1589 liminar em 15 dias para enviar o projeto de lei para ser aprovado da criação do
1590 mecanismo. E aí, considerando que, se for deliberado uma ida, não sei se é do
1591 Comitê ou se é da coordenação, eu queria saber se isso vai ser discutido, que
1592 depois a gente pautar isso aqui em reunião. Inclusive, temos ponto focal também
1593 do Comitê do Amazonas, que também acompanha. E para saber sobre essa visita,
1594 queria depois também, só para registrar isso aqui, é isso. Obrigada.

1595 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
1596 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Ana.

1597 **Sr. Antônio José Coutinho De Jesus (Titular - Conselho Federal De**
1598 **Enfermagem – CONFEN)** – Meus colegas, eu queria só lembrar que eu sou lá do
1599 Espírito Santo e, caso seja necessário, entendam, eu posso participar dessas
1600 visitas, caso tenha novas visitas no Espírito Santo, estar representando o Comitê.
1601 Obviamente que tudo que foi dito aqui e tudo que aconteceu, está acontecendo em
1602 outros estados, não é diferente, mas queria me colocar à disposição e dar minha
1603 contribuição enquanto membro do Comitê para estar acompanhando também essas
1604 visitas. A gente está aí para também aprender e conhecer, e oferecer uma fala,
1605 oferecer algum relatório em relação a este trabalho, em nome do Comitê.

1606 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
1607 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Coutinho. Acho que a gente pode colocar para a
1608 votação aqui o encaminhamento do Mateus, então, do pleno para a elaboração do

1609 ofício para a criação do mecanismo no Espírito Santo. Eu pedi ajuda para a
1610 Thamiris, para ela me... porque a gente, no final dos contos, não fez uma contagem
1611 de quem é do pleno que está aqui, para ir elencando para que a gente possa fazer
1612 a votação de quem está aqui e quem está online. Por favor.

1613 **Interlocutora não identificada** – Sofia, questão de ordem, só para fazer o
1614 encaminhamento para todo mundo saber o que está votando. O ofício é para
1615 questionar a remuneração ou a gente vai questionar a quantidade de peritos
1616 também? É uma pergunta.

1617 **Interlocutor não identificado** – Eu acho que dá para fazer as duas coisas.

1618 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
1619 **e Cidadania – ITTC)** – Eu acho que dá para fazer as duas coisas e também
1620 questionar em que PEC está, porque a gente está parado. Então, a gente pode
1621 dizer... Sim, mas para pedir, então, também que se retire para que se altere o projeto
1622 de lei com esses dois pontos de atenção e que depois volte para a Assembleia. Mas
1623 eu acho que talvez o que a gente possa fazer é o seguinte, para não ficar uma coisa
1624 meio perdida, se der, por exemplo, para elaborar esse ofício e amanhã a gente
1625 aprovar ele aqui, a leitura dele, rapidamente, só para ver se é isso mesmo e
1626 aproveitar a presença... Você vai estar aqui, Rogério, amanhã? A presença do
1627 Rogério, que foi super fundamental lá por conhecer esse ponto focal. Então, acho
1628 que seria importante. Acho que é um ofício simples. Como tem funcionado que a
1629 gente não fez assim? Não sei se dá para... O Mateus falou que poderia fazer a
1630 elaboração desse ofício. Então, é uma coisa simples e amanhã a gente coloca como
1631 ponto como ponto amanhã para a leitura. É. Não, acho que é, mas acho que todo
1632 mundo pode auxiliar também se a gente receber... Acho que é bem simples, na
1633 verdade, coisa de três parágrafos, sei lá, um de contextualização, mais dois do
1634 mérito e um de conclusão. Acho que a gente pode colocar aqui na votação a
1635 elaboração em si. Vou pedir para a Thamiris elencar aqui quem está aqui do pleno
1636 para a gente fazer a votação, por favor.

1637 **Interlocutor não Identificado** – Oi, Sofia. Tudo bom? Pelo que eu entendi, o
1638 Mateus vai redigir no decorrer da reunião e a gente vai aprovar no decorrer da
1639 reunião, porque daí a gente não precisa votar agora. A gente pode sair para almoçar.
1640 A gente não precisa votar duas vezes. A gente vota uma vez só.

1641 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
1642 **e Cidadania – ITTC)** – Se não votasse para não mandar o ofício, aí não tinha por
1643 que fazer o texto, porque a votação era para mandar o ofício. Mas, se vocês acham
1644 que pode suprimir essa e que todo mundo está meio de acordo e a gente só vota o
1645 texto mesmo em si e para mandar, tudo bem.

1646 **Interlocutor não Identificado** – Olha, acho que dificilmente não vai ser aprovado
1647 mandar o ofício. Acho que o Mateus minuta o texto e apresenta amanhã. Em cinco
1648 minutos, a gente aprova.

1649 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
1650 **e Cidadania – ITTC)** – Bom, está bom. Então, se vocês acham que pode ser assim,
1651 tudo bem. Amanhã a gente aprova, então. Mas só para... Vamos lá. Todo mundo
1652 gosta da coisa bem concreta. Não precisa votação total. Mas alguém está contra?
1653 Alguém tem uma oposição em mandar esse ofício? Não, não é? Então, se ninguém
1654 tem essa objeção, vamos ao almoço. Agora são... 12h17. 12h17, 13h17 a gente
1655 volta, então. Obrigada, gente.

1656 **[Dia 20/09/2023 – 1º período da tarde teve o arquivo de gravação corrompido]**

1657 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
1658 **e Cidadania – ITTC)** – O atendimento das pessoas presas tem sido de formato
1659 virtual da própria Defensoria Pública e tem uma resistência dos defensores para a
1660 volta desses atendimentos na forma presencial. Então, é uma discussão que está
1661 em todas as instituições do sistema de justiça. Eu acho que, enfim, eu queria deixar
1662 a possibilidade daqueles que foram convidados e que falarem também, sugerirem
1663 encaminhamentos aqui para o pleno, acho que tem um encaminhamento já que foi
1664 sugerido pelo Mateus, que é a retomada desse diálogo com o ministro. E queria

1665 dizer uma outra coisa, que numa reunião que a gente teve com o ministro Sílvio e a
1666 Isadora, que é secretária de Direitos Humanos, esse também foi um dos temas que
1667 a gente levou da virtualização das audiências de custódia. Essa reunião aconteceu
1668 faz pouco tempo, deve fazer um mês e meio, eu não sei, e a Patrícia, até que saiu
1669 agora aqui, ela tinha dado uma sugestão que era para fazer uma campanha sobre
1670 a importância das audiências de custódia na sua forma presencial. E o ministro, na
1671 oportunidade, achou que era pertinente e que a gente estava dizendo, inclusive,
1672 que precisaria da posição não só desse comitê, que claramente tem a posição da
1673 volta das audiências de custódia não formada presencial, mas que é os ministérios
1674 e pessoas que estejam em posições políticas estratégicas, digam isso
1675 publicamente. Se isso vai ter um elemento de constrangimento ou não, eu não sei,
1676 mas são as coisas que a gente tem a possibilidade de tentar. Então, só para dizer
1677 que isso é uma das coisas que acabou não se encaminhando, mas talvez seja algo
1678 que a gente possa retomar, que era uma campanha do Ministério dos Direitos
1679 Humanos, uma campanha virtual e tal, dizendo da importância das audiências de
1680 custódia e o que são as audiências de custódia e por que elas não conseguem ter
1681 a sua finalidade se feitas da forma virtual. Então, eu vou passar a palavra, se alguém
1682 quiser falar que estiver online e sinta à vontade também para falar e pode levantar
1683 a mão, e aí eu vou passar a palavra para a Cíntia, depois para a Miriam e para a
1684 Fernanda, que estão escritas aqui.

1685 **Sra. Cintia Rangel Assumpção (Suplente - Secretária Nacional De Políticas**
1686 **Penais – MJSP)** – Sobre a questão das audiências de custódia, nós sabemos o
1687 quanto, e aí a gente está remontando a 2014, o quanto foi difícil a sua
1688 implementação e os impactos que foram sentidos durante a pandemia. Eu acho
1689 que, muito mais do que atores do poder executivo, com todo respeito às
1690 autoridades, nós temos que levar essa questão ao CNJ. A questão da audiência de
1691 custódia, existe um ator de grande relevância que é o juiz. É ele que determina as
1692 condições em que aquela audiência vai ocorrer e, inclusive, determina a presença
1693 do réu. Então, acompanhando a audiência, a gente já tem o tanto programa Justiça
1694 Presente como o programa Fazendo Justiça do CNJ, especificamente do DNF, ele

1695 foi feito com recursos do Departamento Penitenciário Nacional, época, em 2018, e
1696 com a Secretaria Nacional de Políticas Penais. E um dos principais eixos era a
1697 questão das audiências de custódia, na época, em 2018, para a sua ampliação e,
1698 depois, com o advento da pandemia, o retorno às audiências presenciais. Então, eu
1699 acho que a gente tem pensado muito em atores do poder executivo, que eu digo
1700 são relevantes às manifestações, mas isso precisa ser levado à ciência do CNJ. No
1701 dia 26, agora, de setembro, nós vamos ter uma mudança na presidência do CNJ,
1702 com a saída da ministra Rosa Weber e ela, nas falas em que acompanhei, tem
1703 especial atenção em relação à questão das audiências da custódia, como o seu
1704 sucessor, que é o ministro Barroso. Então, eu acho que é importante que se leve
1705 isso, se formalize o convite ao CNJ, até para que nós não tenhamos, e eu acho que
1706 a Carolina comentou isso, que nós não tenhamos, sobre oposições de ações, um
1707 sombreamento, gente. Trabalhar com audiência de custódia precisa,
1708 necessariamente, envolver o Conselho Nacional de Justiça.

1709 **Interlocutora não identificada** – Nós, da associação, tivemos uma denúncia. A
1710 princípio, a tia do rapaz relatava que ele havia sido preso e tinha apanhado da
1711 polícia. Quando foi segunda-feira, agora, tivemos acesso total à situação. O rapaz
1712 foi preso no dia 03/08. Ele foi preso em contagem. A polícia militar permaneceu com
1713 ele por toda a noite e ele só foi apresentado na delegacia no dia seguinte. E ele
1714 estava machucado e ele ficou no Ceresp de Contagem e foi transferido para o
1715 presídio Antônio Dutra Ladeira. Lá, ele contraiu uma bactéria que espalhou pelo
1716 corpo dele e, em tão pouco tempo, esse rapaz está hospitalizado e os médicos
1717 tinham decidido amputar a perna dele até o joelho. As duas mãos, os médicos ainda
1718 não tiveram posição se vai haver a necessidade de amputar. E, agora, já decidiram
1719 que a amputação será até a virilha. Ele foi preso dia 03/08. Os companheiros
1720 alegam que eles pediram socorro porque ele estava passando mal. Eles pediram
1721 ajuda e não foi. O diretor da unidade alega que, no dia 28/08, ele reclamou que
1722 estava passando mal e foi atendido imediatamente, o que a gente sabe que é
1723 mentira.

1724 **Interlocutor não Identificado** – Desculpa te cortar, mas só uma vírgula aqui. Ele
1725 passou pela custódia?

1726 **Sra. Miriam Estefânia Dos Santos (Titular - Associação De Amigos E**
1727 **Familiares De Pessoas Em Privação De Liberdade)** – Aí, eu vou chegar lá. Aí,
1728 nós ficamos pensando, mas será que ele não passou pela audiência de custódia?
1729 Aí tivemos acesso à audiência de custódia, que aconteceu de forma virtual. Uma
1730 audiência com um áudio horrível. A juíza e o promotor de justiça que ali estavam
1731 parece que nem ali estavam, porque eles não deram atenção nenhuma para o
1732 rapaz. Inclusive, aí a juíza pergunta para ele se ele estava machucado, se ele havia
1733 sido agredido. E ele informa que ele foi agredido pela polícia militar. Inclusive, ele é
1734 algemado, ele mostra umas marcas no braço e um machucado assim na mão, ao
1735 qual ela não deu importância nenhuma. E o áudio da audiência estava tão ruim, mas
1736 tão ruim, que não teve uma pergunta que ela não fez para ele, que ela não teve que
1737 repetir, porque ele não entendia. Primeiro, porque o áudio estava ruim. Segundo,
1738 porque nós vendo ali o vídeo, nós percebemos que o rapaz não estava no seu
1739 estado normal. Talvez pelo fato de não ter dormido durante a noite, ter sofrido tortura
1740 durante toda a noite. Poderia estar se medicado com aqueles medicamentos que a
1741 gente sabe que eles dão para as pessoas, e ela... Para as pessoas presas. E ela
1742 não deu o mínimo de importância. Talvez se essa audiência tivesse sido presencial,
1743 talvez, e aí eu digo talvez, o olhar dela teria, quem sabe, sido mais humano e
1744 percebido o estado que o rapaz estava. Eu estou fazendo esse relato aqui para
1745 relatar a situação do rapaz, que as fotos são horríveis. Ele está hospitalizado com
1746 todo o corpo ferido, as mãos. Então, assim, é muito pouco tempo. E o relato que
1747 temos é que nesta unidade tem mais pessoas privadas de liberdade, praticamente
1748 com a mesma situação, que contraem a mesma bactéria. Mas fato é a questão da
1749 juíza não ter levado em consideração na audiência de custódia que, por exemplo,
1750 ele falou que ele apanhou da polícia. Porque a diferença de uma audiência de
1751 custódia presencial, o rapaz foi preso numa ocupação, como eles não tinham
1752 acusação nenhuma para acusá-lo, acusaram ele de furto de energia. Aí, ao chegar
1753 na unidade prisional, o policial penal nem mandou a outra pessoa raspar a cabeça

1754 dele. Aí perguntou para ele qual era o crime. Primeiro perguntou se ele era primário.
1755 Aí ele falou que era a primeira vez que era preso. Aí perguntou qual era o crime.
1756 Quando ele falou furto de energia, ele virou para o rapaz que ia passar a máquina
1757 na cabeça e falou, isso aí pode passar de qualquer jeito, porque ele vai embora
1758 amanhã mesmo. Só que, na audiência de custódia, ele não percebeu como o cabelo
1759 dele estava. Ele sabia que o cabelo estava cortado, mas não sabia. A cabeça dele
1760 estava com cada buraco desse tamanho, que ele cortou de qualquer jeito. Só que,
1761 na audiência de custódia, quando a juíza estava realizando, ele pediu a palavra e
1762 falou o que ele queria falar. Aí ele relatou para a juíza que ele foi espancado pela
1763 polícia militar, inclusive enforcado pelo policial militar. Deu o nome do policial,
1764 porque ele gravou o nome do policial, e aí a juíza pediu providência, porque ela
1765 encaminhou para o Cau de Direitos Humanos do Ministério Público. Olha a
1766 diferença! E ele não tinha marca, marca nenhuma, mas ele relatou. Então, para nós,
1767 enquanto associação, enquanto familiar de pessoa privada de liberdade e em
1768 cumprimento de pena, audiência de custódia virtual não é audiência. Tortura, não
1769 se vê um monitor de televisão ou de computador.

1770 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
1771 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Miriam. Passar para a Nana.

1772 **Sra. Fernanda Vieira De Oliveira (Titular - Ministério Dos Direitos Humanos E**
1773 **Da Cidadania – MDHC)** – Bom, quando a gente começou a debater essa questão
1774 da audiência virtual, uma das questões que até numa reunião com o Mecanismo foi
1775 trazida foi essa questão da virtualização do sistema de justiça como um todo. Não
1776 só o sistema criminal, mas todo o sistema de justiça. Então, acho que duas áreas
1777 sensíveis é o direito penal e o direito de família, que muitas vezes as pessoas têm
1778 dificuldade de participar das audiências de família, porque não tem conexão de
1779 internet que dê conta daquele Cisco Webex, que é o que é usado, por exemplo, em
1780 Minas Gerais, que é um sistema superpesado. Da mesma forma, a gente também
1781 sabe como foi um processo lento a implantação das audiências de custódia nos
1782 tribunais de justiça dos estados e como os juízes não estão convencidos da
1783 importância da custódia, menos ainda da função dela de prevenir e combater a

1784 tortura. Então, a gente precisa ter essas premissas assentadas para a gente pensar
1785 um plano de ação para enfrentar isso. E por que os juízes não estão convencidos
1786 ou não aceitam serem convencidos da importância das audiências de custódia para
1787 prevenir e combater a tortura? Porque falta a eles a capacidade de reconhecer
1788 naquela pessoa que senta diante deles uma característica essencial, que é a
1789 humanidade. Então, como não se tratam de seres humanos, não há violência. E
1790 ponto. E se a gente não partir a nossa construção disso de forma muito explícita,
1791 muito clara, sem voltas, sem meias palavras, a gente não vai avançar. O CNJ tem
1792 um papel extremamente importante na normatização, mas até mesmo o CNJ tem
1793 enfrentado muitas resistências dos sistemas de justiça locais. Porque você precisa
1794 avançar em algo que é central, que é o reconhecimento da humanidade. Houve um
1795 tempo em que eu acreditava que juiz precisava ter um arco, um espaço, para ele
1796 formular a decisão dele. Hoje eu acho que os juízes brasileiros não podem ter,
1797 porque eles não têm capacidade de ter. Porque para você poder decidir de forma
1798 sobre a vida de outra pessoa, você tem que ser capaz de ter empatia. E não existe
1799 empatia em relação à regra dos membros do sistema de justiça brasileiro, em
1800 relação ao povo brasileiro, a maioria do povo brasileiro que é preto e pobre. Então,
1801 a gente precisa assentar isso de forma muito dura, e é duro mesmo, para que a
1802 gente avance. Nessa ausência de reconhecimento de humanidade, nessa ausência
1803 de empatia, e ainda considerando o cenário político nosso, que é um cenário de
1804 retomada de uma ideia, de uma democracia, que nunca existiu para a maioria do
1805 povo brasileiro, portanto não sentiu falta dela nos últimos quatro anos. A gente
1806 precisa enfrentar uma questão que, para mim, é central. A minha pesquisa de
1807 mestrado foi em relação a audiências de custódia. Então, eu estou falando isso com
1808 muita tristeza, porque foi algo que eu tive que lidar durante a pesquisa e que é
1809 dolorosíssimo. É um elemento que vai definir se você permanece preso ou não, se
1810 você é branco, preto ou pardo. É um elemento que vai definir se você permanece
1811 preso ou não, se você é jovem. É um elemento que vai definir se você permanece
1812 preso ou não, o lugar que você mora. E se você for uma pessoa em situação de
1813 rua. É isso que vai definir. E hoje a gente tem uma legislação processual penal que,
1814 com um único termo, permite esse tipo de decisão, que é a famosa garantia da

1815 ordem pública. Eu sei que é um trabalho inimaginável pensar em alterar a legislação
1816 penal brasileira com esse congresso miserável que nós temos, mas eu acho que a
1817 gente precisa começar. E começar só por essa palavrinha nesse artigo. Ela precisa
1818 desaparecer. Porque a gente precisa tirar essa faca da mão do Judiciário e do
1819 Ministério Público Brasileiro. Porque ela está assassinando as pessoas que estão
1820 ao nosso redor e que, em regra, são pessoas dos nossos afetos. Quando não mata
1821 diretamente, meti um tiro logo na cara, eu faço o que eu fiz. Deixo a pessoa pegar
1822 uma doença no Seresp de Contagem. Foi na Dutra, que é outro lugar imundo. Na
1823 Dutra, para ela morrer disso. A tela te impede de ver muita coisa? Impede. Mas se
1824 você quiser ver, você vê. O presencial é melhor? Claro que é melhor. Você tem o
1825 tom da voz, você tem a movimentação do corpo, tudo ali presencial. Mas se você
1826 não quiser ver, você também não vê. E eu estudei as audiências de custódia
1827 presenciais. E as coisas que eram ditas e feitas durante a audiência de custódia
1828 presencial, eu imagino isso elevado a milionésima potência na virtual. Porque aí
1829 fecha o microfone, eu posso falar o que eu quiser, ninguém está ouvindo. Então,
1830 você imagina o que não acontece. Eu nem me lembro da última vez que eu consegui
1831 um relaxamento de prisão na vida. Acho que foi em 2010. Eu tinha pouco tempo de
1832 formado. Então, não se usa isso no Brasil. O ideal seria uma reforma do nosso
1833 sistema de justiça, como já se deu em outros países. Mas a gente sabe que isso é
1834 um processo que exige muito mais fôlego. Mas se a gente não começar esses
1835 processos de fôlego em algum momento, a gente vai estar sempre discutindo. E eu
1836 aprendi isso com uma pessoa que foi ouvidora em Minas Gerais. A gente está
1837 discutindo convencer o Estado a cumprir a lei. É só isso. Não tem nada mais
1838 complexo que isso. Todas as reuniões do Comitê Nacional, nós discutimos isso.
1839 Como convencer o Estado a cumprir a porcaria da lei que ele mesmo fez? Então, já
1840 que nós temos pessoas que ocupam espaços de poder e decisão sem maturidade,
1841 sem compaixão, sem capacidade de empatia, para usar do poder, a gente precisa
1842 reduzir o poder dessas pessoas e somos nós que temos que ter essa decisão de
1843 reduzir o poder dessas pessoas. Ninguém vai fazer isso pela gente. Então, eu falei
1844 isso em uma audiência pública no Congresso, que foi puxada pela deputada Erika
1845 Hilton, e volto a falar aqui. É central hoje, para enfrentar o problema do

1846 encarceramento provisório no Brasil, e a gente depois tem o outro encarceramento,
1847 a gente alterar o artigo 312 do Código Processo Penal. É tirar aquela palavra.
1848 Porque se não sabe usar do poder, não pode ter. E isso atende às próprias
1849 recomendações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos em relação ao
1850 uso da prisão provisória. Então, não estamos inventando nada de tão absurdo
1851 assim. Vai ser difícil passar uma coisa dessas? Quase impossível. Quase
1852 impossível. Mas a gente já fez muita coisa impossível. Eu, pessoalmente, já fiz
1853 várias. Então, impossível é aquilo que você nunca nem tentou. Então, a gente tem
1854 que começar a tentar. O não nós já temos, já estamos acostumados. Então, vamos
1855 para cima buscar o nosso sim, e nem que seja na base do constrangimento, porque
1856 esses filhos da puta querem ser eleitos daqui a quatro anos de novo. Então, de um
1857 jeito ou de outro, a gente precisa arrancar o nosso sim. Então, essa é a minha
1858 questão em relação às audiências de custódia, que para mim é um tema muito caro.
1859 E também em relação a gente construir, de fato, uma estratégia de ação que não
1860 só visibilize o tema, mas que seja acompanhada, visibilizar é essencial, educação
1861 e direitos humanos é essencial. Nunca vamos negar o papel disso, da educação.
1862 Mas que modifique a realidade, porque, sem isso, as pessoas continuam morrendo.
1863 Eu tenho muita dificuldade de continuar lidando com isso. Todos os dias. Vocês não
1864 têm noção do que é estar aqui. Não é nada bom. Então, acho que tomar esse
1865 primeiro passo, eu acho que é um passo que o Comitê Nacional de Prevenção e
1866 Combate à Tortura, enquanto órgão colegiado, tem capacidade, como a Patrícia
1867 bem mesmo disse, estavam reunidos com os deputados do pessoal outro dia, de
1868 articular a apresentação de um projeto de lei. E a partir desse projeto de lei, fazer
1869 todas as campanhas e debates que se fazem necessários para a gente conseguir
1870 construir um país onde as pessoas não morram, de um jeito ou de outro, só porque
1871 são pretas e pobres, porque a gente tem um judiciário incapaz de ter empatia. E
1872 não é só porque é um judiciário majoritariamente branco, mas, principalmente, é um
1873 judiciário majoritariamente racista. É mais do que ser só branco. Então, a gente
1874 precisa modificar essa realidade. Então, essa é a minha proposta de
1875 encaminhamento para esse comitê, para que a gente desenvolva uma ação nesse
1876 sentido.

1877 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
1878 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Nana. Eu vou falar aqui quem está inscrito, e aí
1879 vou pedir também para a gente prestar atenção um pouco na nossa fala, no tempo
1880 da nossa fala, e que para que ao final já vá dizendo encaminhamentos. Então, quem
1881 está inscrito aqui é a Patrícia, depois a Ana Carolina, Mateus e Ana Valesca.

1882 **Sra. Patrícia** – Minha fala vai ser rápida sobre a audiência de custódia. Semana
1883 passada também teve uma reunião no CNJ, com o Lanfred e a Juíza Federal
1884 Adriana Cruz, que vai assumir a secretariada do CNJ no final do mês. Então, acho
1885 que a gente podia encaminhar um ofício dizendo, assim, reafirmando que não está
1886 tendo as audiências de custódia, mas uma outra coisa que está no ponto de
1887 amanhã, e que eu falei também com a Adriana Cruz, é do CNJ voltar a acompanhar
1888 as reuniões do comitê. Então, ela falou que assim que ela tomar posse, já pode ser
1889 encaminhado o ofício para ela, para poder ver quem será a representação. Talvez
1890 seja ela e o Lanfred, eles ficaram de ver isso. Mas eu acho que encaminhar também
1891 um ofício dizendo que olha, as audiências de custódia, mesmo com a
1892 recomendação do CNJ não estar acontecendo, acho que também é importante.

1893 **Interlocutora não identificada** – Vou falar uma fala rápida, porque já que o
1894 judiciário foi convocado, me convoquei aqui a falar um pouco. Eu sou juíza em
1895 Curitiba, faço custódia, sou juíza da execução penal também. Ajudei na construção
1896 dos manuais do CNJ, da audiência de custódia, participei de várias aulas de
1897 treinamento de juízes com relação à proteção social, aplicação na audiência de
1898 custódia para ensinar por que é importante proteção social na custódia. E é uma
1899 luta ingrata mesmo. Dentro do poder judiciário, você nada sozinho, e o CNJ tem um
1900 pouco desse espaço. A gente consegue algumas coisas, eu consegui algumas
1901 coisas com o apoio do CNJ. Lá em Curitiba a gente conseguiu colocar um pré-
1902 custódia com equipe técnica, tem alguns avanços, mas muita coisa ainda falta. De
1903 dizer, tira a gema do pé. E aí o diretor do fórum falar, não pode, no meu fórum aqui,
1904 não o meu fórum, ninguém vai tirar essa juíza, não pode tirar a gema do pé. Então
1905 eu sou obrigada a fazer audiência, eu tiro da mão, mas eu não posso tirar do pé,
1906 porque ele não deixa e o tribunal fica em um celeiro que não resolve, porque a

1907 direção do fórum está tratando da segurança do próprio fórum e aí eu tenho que
1908 arrecar com a segurança, porque, meu Deus, vai ter uma rebelião lá, não por causa
1909 disso. A questão da empatia é claramente, o meu tema de mestrado é fascismo no
1910 poder judiciário, é claramente tratando sobre o fato dos juízes serem fascistas e a
1911 gente precisa lidar com essa realidade. É o meu tema de estudo, porque eu sei,
1912 estou lá dentro, eu vejo, eu sei o que as pessoas falam, se não vir um relaxamento
1913 flagrante, vai vir uma audiência minha, tem bastante, rola bastante, mas
1914 institucionalmente falando, é um peso difícil de carregar, de você adoecer, eles te
1915 tiram, aí você volta, aí você nada contra a maré, daí colocam você no rodízio com
1916 outros juízes, metade prende, metade solta, a pessoa é uma loteria absurda, que
1917 se cair no meu dia, deu boa, se não cair, deu ruim, se tiver um registro criminal, a
1918 chance da prisão preventiva, pela garantia da ordem pública, é enorme, já vi prisão
1919 de ofício com pedido do Ministério Público de Liberdade, o que a gente vê, nem vou
1920 falar de custódia, nem vou falar de execução penal, a gente senta e chora aqui, é
1921 uma coisa, mas eu realmente acho assim, só para falar, que eu acho que o CNJ
1922 tem que ser um parceiro, e o CNJ tenta muito, há muito tempo, o Justiça Presente,
1923 o Fazendo Justiça, tem tido muita articulação, e eles realmente, antes tinha uma
1924 assessora paga, não era o PNUD, mas tinha assessora, o NODC, pagava uma
1925 assessora de custódia para cada estado, teve antes da pandemia e durante a
1926 pandemia, melhorou muita coisa, a gente conseguiu obter vários progressos, só que
1927 depois mudou a gestão do CNJ, tira a assessoria de custódia dos estados, aí isso
1928 perde, fica um braço meio solto, então é um eixo dentro do programa, eu sei que é
1929 um eixo muito caro ao Lanfred, mas também muita pressão política e institucional,
1930 eu acho que a gente também é isso, é nadar contra a maré, tentar furar os espaços
1931 que a gente acha, no meio desse mar de contradições e de violações, eu falo que
1932 eu sou uma juíza gerenciadora de inconstitucionalidades, tem que dormir com isso,
1933 porque haja conseguir colocar a cabeça no travesseiro, e saber onde as pessoas
1934 estão presas, e com o que eu tenho que lidar todo dia, então não é fácil você tentar
1935 ficar nadando contra essa maré dentro do judiciário, e eu acho que o CNJ tem que
1936 ser chamado para isso, porque se nem o CNJ, a maioria dos juízes não respeita, a
1937 gente não cumpre, não cumpre ordem, não cumpre resolução, e aí se a gente não

1938 tiver nem isso, não tem nada, é muito difícil dentro do poder de judiciário hoje,
1939 conseguir espaço para esse tipo de pauta, e o Ministério Público, a gente precisa
1940 falar a verdade, é um órgão desesperador articular com o Ministério Público, então
1941 eles não têm espaço para isso, eles não fazem o papel de fiscalização, de
1942 garantidores de nada, e ao mesmo tempo eles nadam, eles estão sempre, preciso
1943 ser sincera, contra tudo que é de avanço, qualquer avanço de direitos humanos, a
1944 gente acaba sofrendo várias barreiras, então vamos tentar na execução penal
1945 recursos milhares, a gente tentando colocar, monitorar, para tirar do semiaberto,
1946 vamos tentar reorganizar o escritório social, aí tem problema, não consegue, porque
1947 tem barreira disso, só para falar por cima de quem está dentro, e está ali tentando
1948 visualizar o que acontece dentro, é uma briga institucional grande, e eu acho que é
1949 isso que a Nana falou, preciso dar razão para ela, que é o meu estudo mesmo, a
1950 gente tem um judiciário que é racista, e não tem empatia, e a realidade é essa, a
1951 gente lida com isso, tem que partir desse pressuposto, é um burquinho ali, uma luz
1952 bem lá no final do túnel, que a gente tem que talvez fazer um percurso, e tentar
1953 trazer o CNJ é bem importante, porque sem essa força política, quer que o tribunal
1954 responda, os tribunais respondem a uma pressão do CNJ, não importa bem ou mal,
1955 gostando ou não, acaba respondendo.

1956 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
1957 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada. Vou passar para o Mateus.

1958 **Sr. Mateus Moro (Suplente - Associação Nacional Das Defensoras E**
1959 **Defensores Públicos – ANADEP)** – Eu já tinha falado bastante, pessoal, só umas
1960 questõezinhas bem desobjetivas aqui. Vou começar pelo final, acho que a Ana e a
1961 Sofia foram mais explícitas aqui, eu tentei criticar a defensoria, mas talvez não tenha
1962 conseguido aqui, mas é mais ou menos isso, eu tenho 16 anos de carreira, eu fiz
1963 esse desabafo com alguém hoje mais cedo, não me lembro quem foi, porque eu
1964 falei na hora do almoço, se eu te fizesse grana eu exonerava, porque eu ganho bem,
1965 passei no concurso que paga bem, mas o que a Ana coloca aqui, do Judiciário e do
1966 Ministério Público, são as dificuldades que eu tenho na defensoria pública, estou
1967 quase largando mão, porque a entrevista é reservada, eu sempre disse assim, quem

1968 escolheu nadar contra a maré não pode reclamar da maré, mas enfim, só um
1969 desabafo pessoal, eu estou cansado. E aí, de forma objetiva, independente da
1970 reunião que o ministro Luiz Felipe Vieira de Mello desmarcou duas vezes,
1971 independente do que o comitê possa deliberar, eu acho que enquanto coletivo, LDD,
1972 Conectas, enfim, os convidados que estão aqui agora, eu acho que talvez tenha um
1973 campo também para a gente conversar com o CNJ, seja sobre sua custódia, seja
1974 sobre a virtualização em geral, então acho que a gente pode também, não sei,
1975 elaborar um documento, mandar um ofício, eu acho que a gente pode fazer isso
1976 também, endossar aqui o que a Patrícia trouxe em relação a ser um convidado
1977 permanente, aí também o CNJ, a gente lembrar deles, endossar também o que a
1978 Sofia trouxe no sentido de fazer a campanha, durante a pandemia a gente fez a
1979 campanha, depois não sei quando veio a Comissão Interamericana, enfim, a
1980 Torturamos foi pela TV, acho que a campanha é válida também paralelamente, a
1981 Nana falou em relação à questão da ordem pública, mas também lembro que teve
1982 um preso de lei da deputada Talíria, não sei se foi no final de 2021, acho que foi no
1983 final de 2021, que a gente ajudou a escrever, e aí esse PL também, a gente não
1984 consegue enxergar, estava considerando se você falou da ordem pública, mas tem
1985 um outro PL que ele fala em relação a não ter a pena de prisão para furto, tem
1986 países que esses furtos de mercado são de ação penal privada, então a gente tem
1987 aí alguns projetos de lei que estão no Congresso, mas com o setor do Congresso a
1988 gente não sabe como vai caminhar, enfim, então, eu acho que era isso, obrigado.

1989 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
1990 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Mateus. Antes de passar para a Ana Valdez, eu
1991 só queria falar que essa articulação dessas organizações da sociedade civil, que eu
1992 também participei de algumas das reuniões, eu acho que a questão de estar
1993 próximo do CNJ sempre foi uma prerrogativa dessas organizações que inclusive
1994 fizeram várias reuniões com ministros ao longo desse tempo, até a própria
1995 resolução, mas eu acho que, e aí eu sugeri o espaço do comitê para que viessem
1996 aqui para o comitê, porque eu tenho entendido que a força do comitê, felizmente,
1997 infelizmente, ela é maior nesse sentido político para essas instituições, a gente já

1998 fez pedidos, por exemplo, de outro tema que foram feitos por organizações através
1999 de lei de acesso à informação que não conseguiram essas informações e que
2000 através de ofícios do comitê a gente conseguiu essas respostas, então eu acho que
2001 o comitê tem que ser o objeto também para as organizações da sociedade civil, não
2002 só as que compõem o comitê, mas para as outras que possam recorrer
2003 pesquisadores, etc., para que a gente tenha essa força, e aí eu acho que é do
2004 elemento do constrangimento em si, porque ninguém que a gente manda um ofício
2005 é obrigado a responder o nosso ofício, obrigado a estar aqui, mas isso tem
2006 funcionado em alguns campos, então eu acho que essa questão do CNJ, a gente
2007 pode trazer isso para esse espaço, e daí só para lembrar rapidamente que a
2008 primeira reunião, e aí a gente está falando aqui no âmbito do comitê, mas isso aqui
2009 se estende ao sistema como um todo, o sistema nacional de prevenção e combate
2010 à tortura, e a gente teve uma primeira reunião do sistema, nessa reunião algumas
2011 várias organizações estavam, o CNJ também estava, e uma das preocupações e
2012 dos pontos também era essa, então eu acho que esse tema da virtualização e das
2013 audiências de custódia tem que ser um tema do sistema nacional de prevenção e
2014 combate à tortura, não só do comitê, isso pensando que a gente vai ter o encontro
2015 do sistema, que vai ser em novembro, e todos esses temas se conversam no
2016 seguinte sentido, de que a gente tem escutado aqui bastante, e a gente falou isso
2017 um pouco mais cedo hoje, de que essa demanda para se olhar para o sistema
2018 prisional tem sido uma demanda do governo federal através do próprio presidente,
2019 e tem se pensado, e quando a gente trouxe isso, quando essa reunião veio, o
2020 primeiro do sistema, eram para medidas desencarceradoras, e as audiências de
2021 custódia, a gente está falando aqui dos elementos de tortura, mas também tem um
2022 grande potência desencarceradora, se a gente for pensar na quantidade de presos
2023 provisórios, 30% das pessoas são presas provisórias. Então, acho que nesse
2024 sentido também a gente tem que trazer isso como um elemento político, se isso está
2025 sendo olhado através desse viés, que a gente também entenda isso como essa
2026 potência, e acho que talvez, e é difícil realmente esse debate, essa conversa com
2027 os juízes, eu não sei, é muito complexo, mas que talvez eles não entendam que
2028 tortura é um tema importante, porque talvez não entendam mesmo, mas existem

2029 alguns juízes que, pelo menos na minha percepção aqui, conseguem compreender
2030 um pouco mais essa questão da superlotação em algum certo aspecto, nas
2031 unidades prisionais, apesar de ser muito tímido o que eles tentam fazer, porque no
2032 final das contas eles são responsáveis diretamente por muitas pessoas estarem
2033 presas, mas que a gente possa pensar também por esse outro viés, mas só para
2034 dizer que eu acho que isso tem que ser uma movimentação que vem do comitê,
2035 essa articulação, independente da sociedade civil se articular de outra forma
2036 também.

2037 **Interlocutora não identificada** – O meu vai ser bem rápido. Considerando todas
2038 as falas aqui, principalmente a fala mais recente também da Nana, da Sofia, a gente
2039 tem, inclusive, na nossa legislação, previsão legal, inclusive para acompanhar,
2040 opinar e propor projetos de lei. E aí, considerando que esse ano tem um grupo de
2041 trabalho na Câmara que a gente ainda não se aproximou, que está discutindo a
2042 reforma do Código de Processo Penal, o CPP, eu acho que agora é o momento
2043 oportuno, considerando as discussões aqui sobre o artigo 312 e outros dispositivos
2044 que a gente possa tentar levar propostas para essa comissão, esse grupo de
2045 trabalho, para a gente apresentar também propostas de reforma que efetivamente
2046 não sejam... Sejam, na verdade, eficientes e que respeitem, inclusive, os direitos
2047 fundamentais das pessoas, seja pessoas privadas de liberdade, custodiadas, enfim,
2048 independente da situação. Eu acho que agora é o momento oportuno para o comitê
2049 e o mecanismo tentar fazer essa incidência para começar a pedir, inclusive, acesso
2050 a essa comissão, esse grupo de trabalho, calendário de reuniões e trabalho para
2051 discussão e a gente acompanhar e levar propostas para esse grupo de trabalho
2052 sobre a reforma do Código de Processo Penal. É isso.

2053 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
2054 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada. Vou passar para o Fábio.

2055 **Sr. Fábio Cascarro** – Obrigada. Vou passar rápido aqui pelos pontos que eu tenho,
2056 reforçando muito das falas e tentando encaminhar. Mas acabou que a Sofia trouxe
2057 agora o grupo que a gente tem debatido iniciativas sobre audiência de custódia e a

2058 ideia de trazer esses temas para cá para o comitê. Enfim, eu tenho conversado isso
2059 com o Silvio também. O comitê ser essa caixa de ressonância daquelas pautas
2060 todas ali faz muito sentido, realmente potencializa. Acho que a direção é essa.
2061 Enfim, Silvio vem me falando de um grupo de trabalho aqui no comitê também sobre
2062 audiência de custódia. Eu não sei como é que ficou isso, mas que poderia ser uma
2063 boa para ter esse acompanhamento permanente da agenda. Porque, enfim, a gente
2064 sempre volta a falar mas o grupo de trabalho poderia ser uma boa para isso, para
2065 aquilo. E aí, um dos temas que a gente vem conversando e que pode entrar nessa
2066 agenda com o CNJ, essas agendas com os ministros do CNJ. Silvia, a gente reparou
2067 que o CNJ tem lá um painel sobre audiência de custódia, onde eles divulgam a
2068 quantidade de decisões em audiência de custódia, relaxamentos... Relaxamentos
2069 não, na verdade, pessoas que ficaram presas, medidas cautelares, etc. Denúncias
2070 de tortura, por mais que tenha essa chave do que eles entendem ser uma alegação
2071 de tortura ou não, está bastante em discussão ali, mas eles tentam ter um dado
2072 sobre denúncias de tortura feitas em audiência de custódia, mas não tem dado
2073 sobre relaxamento de prisões. Acho muito improvável que o CNJ não receba esse
2074 dado dos tribunais, mas, de fato, esse dado não é exposto na plataforma sobre
2075 audiência de custódia, a gente está aqui falando da importância do relaxamento
2076 para que a audiência de custódia cumpra a sua finalidade antitortura. Atravessou a
2077 fala de todo mundo aqui. Pode ser, mas não tem dado, não existe a chave
2078 relaxamento de prisão no painel. Então, onde está esse dado, exatamente? Pois é,
2079 a juíza falando aí tem mais certeza ainda. Exatamente. É padrão. E a gente não
2080 consegue monitorar, por exemplo, o impacto da audiência virtual no relaxamento
2081 nessa plataforma porque o dado não era oferecido. Então, isso pode ser incluído
2082 nessas agendas com o CNJ para que a gente aborte a virtualidade, a
2083 videoconferência também à luz desse painel que eles têm. Então, fica essa
2084 sugestão. A respeito da campanha, do Ministério ter uma campanha sobre audiência
2085 de custódia, Sofia também estava falando sobre como nas defensorias mesmo é
2086 difícil ter essa adesão à presencialidade das audiências porque existe um
2087 comodismo com o formato virtual. Na PT, a gente teve que fazer uma carta
2088 recentemente ao Tribunal de Justiça do Mato Grosso porque a OAB do Mato Grosso

2089 e o Ministério Público do Mato Grosso escreveram também as suas cartas pedindo
2090 que as audiências de custódia no Estado fossem virtuais. Então, a gente fez uma
2091 carta em contraposição. O tribunal lá queria manter presencial, mas veio essa
2092 demanda do Ministério Público da OAB. A gente achou por bem reforçar a visão da
2093 PT e a visão que o próprio tribunal tinha. Então, eu fico pensando só como sugestão
2094 também, já que vai abordar o Ministério, pensar campanha. Não sei, quanto não
2095 daria para envolver também o próprio Conselho Federal da OAB, o Ministério
2096 Público, como possibilidade de diálogo para pensar alinhamentos institucionais. O
2097 CNJ tenta alinhar os juízes. Quem sabe a OAB possa fazer alguma coisa a respeito.
2098 Enfim, abrir diálogos. A gente entender também como esses atores se posicionam
2099 a esse respeito. Acho que é isso, pessoal.

2100 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
2101 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Fabio. Vou passar para a Patrícia. Só vou sugerir
2102 um encaminhamento aqui que eu não sei se faz sentido ou não, mas o que a gente
2103 pode fazer também é oficial pelo comitê o CNJ para que ele indique esses dados
2104 sobre relaxamento. É algo que a gente pode fazer.

2105 **Sra. Patrícia** – Acho que uma coisa também que a gente pode fazer enquanto
2106 comitê é encaminhar um ofício para as defensorias perguntando como são as
2107 audiências de custódia, para a gente ter maiores informações. E aí a gente manda
2108 para todas as defensorias.

2109 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
2110 **e Cidadania – ITTC)** – Não, sobre como têm sido as audiências, se têm sido
2111 preservadas. Sim, sim. Então, acho que não tem mais ninguém levantado aqui. A
2112 gente pode partir para os encaminhamentos. Claro.

2113 **Interlocutora não identificada** – Gente, eu não ia dormir tranquila se eu não
2114 fizesse essa fala de 30 segundos por conta da questão das propostas de PL. Enfim,
2115 além de ser representante do IDDD, atualmente eu estou no Congresso também
2116 acompanhando um dos momentos mais horríveis que é a CPMI do 8. E assim,

2117 gente, eu já havia trabalhado no Congresso antes, em 2006, depois em 2015, e eu
2118 nunca vi o que eu estou vendo agora. Se eu que estava fora achava que era horrível,
2119 de dentro é algo que é inexplicável, porque nenhum tipo de regra de procedimento
2120 existe naquilo. Aquilo virou uma coisa, um vale-tudo. Então, a grande preocupação,
2121 gente, não é essa questão, porque o problema não é o projeto ser rejeitado, o
2122 problema é o projeto ser muito piorado. E é isso que vem acontecendo com todos
2123 os projetos da área de segurança pública, de qualquer tipo de tema de direitos
2124 humanos. Então, ontem a gente viu na Comissão de Previdência, por exemplo, um
2125 debate horripilante sobre a questão do casamento homoafetivo. É isso o Congresso
2126 que a gente tem. Então, eu acho muito importante, a gente precisa pensar que as
2127 nossas propostas podem piorar. O debate que o Congresso enseja, a gente realizar
2128 audiências públicas, a gente colocar o tema na pauta, na agenda do dia e tal, é
2129 realmente um percurso muito importante. Agora, o resultado final é muito
2130 preocupante também com o Congresso que a gente tem aí. Então, se a gente
2131 conseguir encaminhar ações, tentando desviar desse caminho, de certa forma, ele
2132 é mais seguro.

2133 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
2134 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada. Bom, aqui tem um encaminhamento, que é esse,
2135 para oficial o CNJ com os dados sobre relaxamento das prisões. Um outro que é
2136 oficial todas as defensorias, e acho que o Ministério Público também, para entender,
2137 acho que a gente pode pegar as mesmas perguntas. Eu opto se vai oficial todo
2138 mundo ou se os TJs também, eu não sei. Claro que tem o Observa Custódia, etc.,
2139 mas aqui a gente também pode conseguir algum outro dado e talvez entender como
2140 tem acontecido agora. Sei que, por exemplo, a Defensoria Pública de São Paulo,
2141 recentemente nesse grupo, oficiou o TJ para saber com as audiências de custódia,
2142 inclusive sobre o cumprimento da resolução do CNJ. A resposta foi bem aberta, na
2143 verdade, não dizia muita coisa no modo concreto. Então, a gente talvez possa
2144 expandir para os outros atores do sistema de justiça. E acho que a gente tem um
2145 outro encaminhamento aqui, que foi levantado, foi essa questão de fazer uma
2146 reunião com o CNJ. A gente pode tentar de novo com o ministro Viveiros Mello, ou

2147 a gente pode tentar com outros ministros também, essa reunião. E acho que um
2148 dos pontos também importantes é que o encontro do sistema, a gente está definindo
2149 ainda o que vai ser o encontro do sistema. Mas para a gente estar com isso no
2150 nosso radar, para esse ser um dos temas também, serem tratados pelo encontro do
2151 sistema. A outra coisa dos encaminhamentos aqui, é essa questão dessa
2152 campanha. E acho que é uma articulação que tem que ser feita com o Ministério
2153 dos Direitos Humanos, que o Silvio tinha naquela reunião, você não estava aqui,
2154 Patrícia, mas eu falei da sua ideia, que ele entendeu que seria pertinente. Mas para
2155 que a gente retome isso, talvez uma reunião com a Isadora, especificamente para
2156 a gente tratar desse tema, para fazer uma diretriz de uma campanha possível e tal.
2157 E aí tem essa questão dos PEDs, mas agora tem esse apontamento aqui, que foi
2158 feito pela Maria Vitória. E vou passar para a Maria Clara.

2159 **Sra. Maria Clara D'Ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
2160 **Organizações Populares – GAJOP) –** Não, é só uma dúvida. Já foi encaminhado
2161 algum tipo de documento para o CNJ, da parte desse comitê, com o nosso
2162 posicionamento diagnóstico, algo nesse sentido, sobre as audiências de custódia?
2163 Eu lembro que, quando foi feita a resolução das audiências de custódia, a gente fez
2164 uma nota, parabenizando, como se diz assim, a iniciativa da resolução. Não, eu
2165 estava pensando se valia a pena fazer, na oportunidade dessa reunião com o CNJ,
2166 apresentar algum documento formal com esse diagnóstico, de que, a partir desses
2167 dados apresentados pelo Observa Custódia, entendendo que esse formato,
2168 inclusive híbrido, o híbrido é o virtual, o misto é o virtual, porque legitima o virtual de
2169 alguma forma, e quem é preso no final de semana, enfim. Se valia a pena só nessa
2170 oportunidade a gente apresentar esse documento, só para ter isso também
2171 documentado. Sabe a posição oficial do comitê, com relação a rechaçar esse
2172 formato misto, e com essa compreensão de quanto isso contribui para não
2173 encaminhamento, observação e responsabilização das práticas de tortura nas
2174 audiências de custódia. Alguma coisa assim, só para ter esse documento a mais,
2175 para entregar em mãos para o CNJ, e ter esse registro público, também, do
2176 posicionamento do comitê sobre isso. Eu não sei se essa resolução que foi feita na

2177 época serviria, ou se estaria desatualizada. A gente poderia fazer já com o que já...
2178 É uma nota só. É, uma nota.

2179 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
2180 **e Cidadania – ITTC)** – Mas é que na época era uma coisa muito precisa, só que eu
2181 não sei se a gente já fez uma resolução agora, reforçando a que o comitê entende
2182 a importância das audiências de forma presencial. Eu não sei, não lembro se a
2183 gente fez.

2184 **Interlocutor não Identificado** – Então, recentemente, Maria Clara, a gente não
2185 colocou no papel. A gente fez o pedido de reunião para o Luiz Felipe Vieira de Melo,
2186 porque ele foi o relator. Então, a ideia inicial foi mais uma ideia de debater, porque,
2187 às vezes, o próprio ministro fala, não, façam um pedido. Acho que até ele vai nessa
2188 linha mesmo. Foi o que ele falou na reunião que teve comigo com o Tiago em
2189 relação a questões que englobavam não só a custódia. Mas a gente pode avaliar
2190 se é só reiterar a reunião ou se já manda algo nesse sentido. Não sei. Porque, para
2191 o ministro, está muito claro. Para o ministro que foi relator, está muito claro. E o que
2192 o gabinete dele e ele explicam é que, se a gente fizer algum pedido atrelado a essa
2193 resolução, tem o número X lá do final do ano passado, poderia vir com prevenção
2194 para ele. Entendeu? Seria algo por dependência. Então, seja o comitê, seja, enfim,
2195 um coletivo, se fizer algum pedido de escritoria para ele. Mas, enfim, é só refletir em
2196 conjunto aqui também. Enfim, era só falar, Maria Clara. Desculpa.

2197 **Sra. Maria Clara D'Ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
2198 **Organizações Populares – GAJOP)** – Vamos refletir. Talvez a gente traga isso
2199 para o grupo da audiência de custódia sobre a possibilidade de fazer esse
2200 documento. Acho que ele pode ser útil porque, para além de apresentar para o CNJ,
2201 acho que isso pode ser instrumentalizado pelas próprias defensorias, enfim, quem
2202 está na audiência de custódia no dia a dia com um documento de um órgão que
2203 combate a tortura, para que isso seja utilizado também nas batalhas do dia a dia,
2204 enfim, de quem está enfrentando a audiência de custódia diariamente. Seria tipo
2205 uma recomendação? É, eu acho que poderia ser o formato da recomendação,

2206 talvez. Até porque, considerando o recente posicionamento que a gente teve, acho
2207 que da PG, da Procuradoria Geral do Aras. Então, eu acho que é importante
2208 também, para além das articulações, eu concordo com todos os encaminhamentos
2209 propostos, mas ter esse posicionamento público do comitê, considerando também
2210 essa permanência desse formato misto aí, que é realmente absurdo como isso
2211 contribui. Enfim, o misto é virtual, e eu acho que é importante a gente ter esse
2212 posicionamento, que é completamente divergente do posicionamento do TJ, enfim.

2213 **Interlocutor não Identificado** – O grupo aqui, se permite, Sofia, no GT, está, de
2214 grupo ou de zap, talvez tenha alguém do governo que não esteja aqui, mas, enfim,
2215 está você, não é? Enfim, está a DEP, está a Débora, aqui pelo comitê, a Thamiris,
2216 a Ana Lúcia, também pelo governo, e está a Sílvia também. A Sílvia está no grupo
2217 aqui, podemos colocar você também. Enfim, é isso, não é? É um GT que tem, mas
2218 a gente acaba na correria, vindo aqui mais debater nas ROs do que no próprio GT,
2219 não é?

2220 **Interlocutora não identificada** – Vamos levar isso para o grupo, então, a
2221 elaboração desse próprio artigo de documento, talvez, sobre isso. Eu não sei se a
2222 PT poderia... Apoiar é quase redigir.

2223 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
2224 **e Cidadania – ITTC)** – É redigir, é mais do que apoiar. Apoiar, eu tenho certeza que
2225 vocês apoiam. Não, mas eu acho que é uma boa, só que eu queria sair dos
2226 encaminhamentos externos, assim, eu acho que todos os encaminhamentos,
2227 mesmo os externos, eles podem também ser monitorados pelo GT, não é? E aí, o
2228 GT, esse pedido de reunião, quem participa, não é? Acho que a gente tem feito, os
2229 membros podem participar, mas para ter uma representação mais fixa, então, quem
2230 está no GT, para participar dessa reunião, só para a gente organizar aqui o que
2231 seriam outros tipos de encaminhamentos para também anotar também e a gente
2232 colocar aqui na votação, não é?

2233 **Interlocutora não identificada** – Presidente, só um minuto, só uma questão de
2234 ordem, só para cumprimentar a fala da colega do IBDD, não é? Assim, ainda que a
2235 gente não leve uma proposta nesse momento, considerando o cenário do atual
2236 Congresso, mas é importante a gente estar acompanhando o que está sendo
2237 proposto nessa reforma do Código de Processo Penal. Só uma vez eu faço esse
2238 destaque da preocupação também da gente não estar acompanhando o que pode
2239 vir pior, não é? E ser aprovado lá, só isso.

2240 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
2241 **e Cidadania – ITTC)** – Então, eu tenho esse primeiro encaminhamento, que é oficial
2242 o CNJ para os dados de relaxamento. E aí tem essa sugestão da Patrícia, que foi
2243 para oficial as defensorias públicas com as mesmas perguntas que foram feitas pelo
2244 Observa para entender como têm sido feitas as audiências, não é? E aí eu não sei,
2245 é uma pergunta para o Pleno, se isso se expandiria para o Ministério Público
2246 também, para o Poder de Justiça. E aí tem o pedido de reunião. Esse
2247 encaminhamento foi sugerido pela Maria Clara, que é para a elaboração de uma
2248 recomendação, não é? Acho que dentro desse GT, depois ela tem que passar pela
2249 aprovação do Pleno. Isso talvez possa ser feito na próxima RO, na aprovação do
2250 Pleno dessa recomendação. E aí tem essa questão que eu acho que é mais ampla
2251 de discussão, que é do PL, não é? Se é caso de uma incidência maior, mais
2252 propositiva, ou só de um acompanhamento para entender o que está sendo
2253 proposto, enfim. Então, eu acho que esses pontos aqui, que se alguém quiser se
2254 manifestar...

2255 **Interlocutora não identificada** – Primeiro, eu queria falar sobre essa questão.
2256 Gente, eu acho que é superimportante, eu acho que o comitê é vital. Eu só acho
2257 que a gente pode evitar sobrestamento de ações. Acho fundamental uma reunião
2258 com o DMF, eu posso verificar isso. Em setembro do ano passado, o CNJ, por uma
2259 provocação do DMF, notificou, encaminhou ofício a todas as presidências dos
2260 tribunais de justiça, determinando que em 30 dias fossem adequados os seus
2261 normativos, aqueles que estavam vigentes durante a pandemia, para a realização
2262 das audiências de custódia de forma presencial. Então, assim, já existe... O que nós

2263 podemos trabalhar hoje é com base naquilo que está sendo coletado, atuar em
2264 pontos em que se observou que isso não está acontecendo. É caso de São Paulo,
2265 é caso especificamente que envolvam uma unidade penal específica. Eu acho que
2266 isso é importante, porque já existem encaminhamentos que estão sendo feitos. E aí
2267 eu queria também fazer uma provocação, é meio fora da pauta, o DMF tem
2268 enfrentado uma batalha muito dura em relação à luta antimonicomial. Exatamente.
2269 Então, assim, isso é uma demonstração do que a colega do IDDD comenta sobre o
2270 momento político que nós estamos vivendo. Nós tivemos uma lei antimonicomial no
2271 início dos anos 2000, e eu estou 23 anos depois praticamente tentando discutir
2272 questões. Nós tivemos um projeto de lei que visa assustar os efeitos daquela
2273 resolução, enfim, outras questões. Eu olho para a Valesca e lembro que hoje, dos
2274 estabelecimentos penais que nós conhecemos, eu acho que o que me dá maior
2275 desespero são os hospitais e as alas psiquiátricas, que são pessoas esquecidas em
2276 absoluto. Então, eu acho que é importante somar esforços nesse trabalho do DMF,
2277 que precisa de auxílio nesse sentido. E eu também queria fazer referência à
2278 preocupação, e o diálogo, estou lendo para você, em relação a trazer provocações
2279 a um Congresso que hoje está discutindo retrocessos absolutos. É incrível você
2280 acordar hoje e dizer assim, olha, eu luto hoje para manter aquilo que a Constituição
2281 de 1988 mandou. Eu não posso pensar hoje, é lamentável dizer isso, mas é essa a
2282 preocupação de verificar. Eu acho que nós poderíamos, de alguma forma, posso
2283 também, fico à disposição, presidente, para a gente verificar, em que medida já
2284 existem projetos em tramitação, não só recentes, mas projetos antigos, porque os
2285 projetos antigos têm prevalência na tramitação, eles são apensados aos novos, que
2286 visam, e aí nós poderíamos trabalhar atuando diretamente hoje com as relatorias
2287 que estão desses projetos ou com os autores desses projetos de lei que visam
2288 alterações junto ao Código Penal, foi isso que a Ana falou, o Código de Processo
2289 Penal, justamente na questão da humanização e de processos mais efetivos de
2290 desencarceramento.

2291 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
2292 **e Cidadania – ITTC) – Obrigada.**

2293 **Interlocutor não Identificado** – Então, até antes da Patrícia falar, a gente tinha
2294 trocado umas figurinhas aqui, mas se me permite, Patrícia, tentando contextualizar
2295 com a própria fala da Cíntia e do Fábio, no sentido que as defensorias já estão, de
2296 alguma forma, através do Condeg, trazendo os dados, eu não sei se a gente ia
2297 gastar muita energia da Thamiris, enfim, da mesa diretora aqui, para fazer esses
2298 vários ofícios para as defensorias, TJs e MPs do Brasil, que é o que alguém falou
2299 aqui, não sei se foi para parar no sentido, a gente está pedindo para aplicar uma lei
2300 que está em vigor, mais ou menos assim. Então, talvez, a gente sabe, por exemplo,
2301 em São Paulo, a gente sabe como que é a custódia e como que não é, então não
2302 sei se seria produtivo a gente encaminhar ofícios para os tribunais, perguntando
2303 como está, mas talvez, inicialmente, focar no CNJ, e se nessa conversa com o CNJ
2304 não vier algo concreto, aí eu acho que, aí sim, o Comitê podia diretamente oficiar
2305 os TJs, não pedindo informações de como acontece, mas dizendo que o Comitê
2306 entende que deve ser observado o CPT, etc. Eu acho que eu ia um pouco nessa
2307 linha. Em relação ao ofício específico do relaxamento, aí talvez fosse interessante,
2308 até pelo contato que a gente tem mais fácil com o BMF, mandar direto para o BMF
2309 e não para a presidência do CNJ. Eu trago essas duas reflexões aí.

2310 **Interlocutora não identificada** – Eu acho o mais correto, até porque a
2311 manifestação... Desculpe, presidente, eu interrompi sem pedir. Eu acho que é o
2312 mais correto, porque o ofício encaminhado ao Tribunal de Justiça, e especificamente
2313 a dois tribunais, os tribunais do Mato Grosso, que tinham um procedimento que
2314 estava mantendo as audiências ainda em forma virtual, ele se deu por uma
2315 provocação do DMF. Então o DMF hoje tem um acúmulo e uma propriedade maior
2316 em relação a essa temática. Inclusive trabalhando hoje de forma muito alinhada com
2317 a própria corregedoria do CNJ.

2318 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho
2319 e Cidadania – ITTC)** – Bom, então, os ofícios, a gente deixaria de lado essa questão
2320 dos ofícios para a Defensoria, EMP e Poder Judiciário, para entender as audiências,
2321 assumindo que elas já não estão acontecendo. E aí a partir dessa conversa, dessa
2322 reunião com o CNJ, poderia pensar, eu acho que faz mais sentido, a própria

2323 recomendação em si, depois dessa conversa. Então o encaminhamento seria oficial
2324 para o DMF para pergunta sobre os dados de relaxamento, essa recomendação
2325 que seria criada no grupo de trabalho, e a reunião com, o pedido de reunião com os
2326 ministros do CNJ. E a Cintia ficou de fazer esse levantamento dos PLs é isso? Que
2327 tem tramitação, que tangenciam esse tema. Então são essas quatro coisas. Alguém
2328 tem mais alguma coisa?

2329 **Interlocutor não Identificado** – Se deve incluir nesse do DMF, no sentido de
2330 perguntar sobre o relaxamento e já pedir uma reunião, porque ao fim e ao cabo,
2331 ainda que tenha a figura do relator, que é o ministro Luiz Felipe, quem vai também
2332 ajudar nessa conversa é o DMF. Então acho que também, além de pedir os dados
2333 sobre relaxamento, a gente podia já, nesse mesmo ofício, pedir uma reunião do
2334 comitê com o DMF. É sobre a, não sei, principalmente, mas talvez tangenciar a
2335 questão de um tempo reservado, enfim, mas eu acho que dessas duas questões
2336 principais eu traria. Claro, a gente falou de dezenas aqui, mas essas duas seriam
2337 as principais.

2338 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
2339 **e Cidadania – ITTC)** – Então, eu vou colocar aqui para a votação do pleno, se todo
2340 mundo concorda com esses encaminhamentos que foram feitos aqui, sugeridos.
2341 Vou pedir ajuda para a Thamiris.

2342 **Sra. Thamiris Barcelos – Coordenadora de Apoio ao CNPCT** – Estou chamando
2343 todo mundo. Representante da Sociedade Civil e ITTC. ANADEP.

2344 **Interlocutor não Identificado** – De acordo.

2345 **Sra. Thamiris Barcelos – Coordenadora de Apoio ao CNPCT** – GAJOP.

2346 **Interlocutora não identificada** – De acordo.

2347 **Sra. Thamiris Barcelos – Coordenadora de Apoio ao CNPCT** – REDE.

2348 **Interlocutora não identificada** – REDE Favorável.

2349 **Sra. Thamiris Barcelos – Coordenadora de Apoio ao CNPCT – Associação de**
2350 **Amigos Familiares.**

2351 **Interlocutora não identificada – De acordo.**

2352 **Sra. Thamiris Barcelos – Coordenadora de Apoio ao CNPCT – EDUCAFRO.**

2353 **Interlocutor não Identificado – De acordo. AJD. COFEN.**

2354 **Interlocutora não identificada – De acordo.**

2355 **Sra. Thamiris Barcelos – Coordenadora de Apoio ao CNPCT – Agenda Nacional.**

2356 **Interlocutora não identificada – De acordo.**

2357 **Sra. Thamiris Barcelos – Coordenadora de Apoio ao CNPCT – UFRN. Paulo**
2358 **Vitor Tecnológico.**

2359 **Interlocutor não Identificado – De acordo. Perdão, o microfone está aqui.**

2360 **Interlocutora não identificada – De acordo.**

2361 **Sra. Thamiris Barcelos – Coordenadora de Apoio ao CNPCT – Pelos**
2362 **representantes de governo.**

2363 **Interlocutor não Identificado – Eu posso votar também.**

2364 **Sra. Thamiris Barcelos – Coordenadora de Apoio ao CNPCT – Porque você não**
2365 **estava na outra lista, perdão. Somos.**

2366 **Interlocutor não Identificado – De acordo.**

2367 **Sra. Thamiris – Representantes de governo. CGCT. SENAPPEN.**

2368 **Interlocutora não identificada – De acordo.**

2369 **Sra. Thamis Barcelos – Coordenadora de Apoio ao CNPCT –** Ministério do
2370 Desenvolvimento Social.

2371 **Interlocutora não identificada –** De acordo.

2372 **Sra. Thamis Barcelos – Coordenadora de Apoio ao CNPCT –** MEC.

2373 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
2374 **e Cidadania – ITTC) –** Oi, todo mundo. Thamis, você consegue fazer a revisão
2375 dos encaminhamentos agora? Ou você prefere organizar tudo para a gente fazer
2376 amanhã? A primeira coisa. Então, aqui o último ponto. Então, a Thamis vai fazer a
2377 revisão dos encaminhamentos.

2378 **Interlocutor não identificado –** Thamis, me permite só para fechar esse ponto de
2379 pauta. Agradecer aos convidados que estão online presencialmente pela
2380 participação. Obrigado.

2381 **Sra. Thamis Barcelos – Coordenadora de Apoio ao CNPCT –** Pessoal, eu vou
2382 fazer a revisão dos encaminhamentos. E aí, se eu tiver esquecido de algum, peço
2383 que indiquem, por favor. Marcar reuniões com os ministérios apontados pela
2384 MNPCT para tratar sobre a questão da fome. Presidência, MJ, MDS, MLHC, MIR e
2385 Ministério da Saúde. Marcar reunião interinstitucional com a MNPCT, Sinase,
2386 Secretário e Conanda para tratar das questões do sexo educativo e construir
2387 documentos. Elaborar documento conjunto entre o CNPCT e a MNPCT citando os
2388 encaminhamentos realizados pelo comitê e os dados do relatório do mecanismo
2389 para despachar com os ministros do STF. E aí, fica como função para mim realizar
2390 a sistematização de encaminhamentos realizados no BN. Realizar novo contato
2391 com o ministro Vieira de Mello. Isso a gente vai fazer com todos os ministros do CNJ
2392 agora. Ficou a campanha do MDHC para a volta das audiências de custódia de
2393 forma presencial. Construção coletiva do relatório anual do CNPCT até a próxima
2394 reunião, que foi lá no começo. Elaboração de ofício para governador do Estado para
2395 questionar a remuneração e a quantidade de peritos no mecanismo do Espírito
2396 Santo. Elaboração de nota conjunta entre o comitê e o mecanismo sobre julgamento

2397 de descriminalização do porte de drogas para consumo próprio no STF, o relatório
2398 da Jaque. Organizar um calendário até o fim do BN para reuniões, para
2399 apresentação das recomendações do mecanismo para os ministérios. Reforçar o
2400 encaminhamento sobre resolução conjunta com o SENAPPEn sobre mulheres. E
2401 reaproximação do comitê com a ONU. Trazer o CNJ como convidado permanente.
2402 Eu lembro que amanhã a gente tem um tópico para falar só sobre os convidados
2403 permanentes do comitê. Realização de campanha do MDHC. Essa eu já falei, mas
2404 aí ficou como encaminhamento marcar uma reunião diretamente com a Isadora,
2405 para falar sobre essa campanha. Oficiar o DMF para que indique os dados sobre
2406 relaxamento de prisões e pedir reunião. Elaborar recomendação com
2407 posicionamento do comitê sobre as audiências de custódia. E, por parte da CINTE,
2408 levantamento dos PLs. Faltou alguma coisa?

2409 **Interlocutora não identificada** – Em relação à questão dos estabelecimentos
2410 mistos femininos, há um consenso que a gente pode trabalhar. Desculpe, eu
2411 coloquei que era necessidade de nós trabalharmos também a participação do
2412 comitê na reformulação da PNAMP, da própria política nacional.

2413 **Interlocutor não identificado** – Desculpe, eu só fiquei na dúvida, Thamiris, se não
2414 ficou repetido, ou se um seria para o artigo 28 ou seria para a DPF, seria isso? Os
2415 dois trabalhos em conjunto com o mecanismo?

2416 **Sra. Thamiris Barcelos – Coordenadora de Apoio ao CNPCT** – Os dois são em
2417 conjunto. Um é da ADPF 347 e outro é do artigo 28.

2418 **Interlocutor não identificado** – Então é isso. Acho que você colocou
2419 expressamente o 28. Só faltou, então, em relação ao outro, que é o conjunto com o
2420 mecanismo, em relação à ADPF 347.

2421 **Sra. Thamiris Barcelos – Coordenadora de Apoio ao CNPCT** – Mais alguém tem
2422 alguma coisa que queira falar? A gente vai alcançar um feito inédito, que é terminar
2423 dois minutos antes do horário previsto na nossa reunião. Exato. Ah, então, Jaque,
2424 que isso. Obrigada.

2425 **Interlocutora não identificada** – Só em relação a... Porque eu fiquei no esboço da
2426 nota... Em relação à lei de drogas, porque, na verdade, o encaminhamento foi da
2427 gente providenciar o julgamento de deliberação a ser pela mesa diretora. É isso,
2428 não é? Porque acho que faltou isso no encaminhamento e a gente também não
2429 colocou prazo, na verdade. A gente só colocou elaboração em mesa diretora, só
2430 achei que ficou um pouco solto. Acho que no encaminhamento não está, inclusive,
2431 a deliberação pela mesa diretora.

2432 **Sra. Thamiris Barcelos – Coordenadora de Apoio ao CNPCT** – Não está.

2433 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
2434 **e Cidadania – ITTC)** – Mas uma coisa que eu ia perguntar, porque, assim, a gente
2435 não sabe quando vai voltar o julgamento, mas porque ou se a gente faz isso pela
2436 mesa diretora ou tem a possibilidade de ser na próxima reunião, na próxima R.O.
2437 Eu não acho que... Não sei se volta na pauta até a próxima R.O. esse tema. Talvez
2438 se... Você acha que volta na pauta?

2439 **Interlocutora não identificada** – Eu... Não, porque eu acho que a gente já deve
2440 providenciar, porque, se, porventura, voltar, a gente já tem o documento. Mas,
2441 então, a não ser que a gente faça assim, a gente coloca como deliberação para o
2442 próximo ponto de pauta, mas, se, porventura, entrar no ponto de pauta antes,
2443 deliberação pela mesa diretora.

2444 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
2445 **e Cidadania – ITTC)** – Então, eu acho que isso pode se aplicar tanto para isso
2446 quanto para a DPF 347, que nem foi, não é? Então, assim, essa talvez tenha mais
2447 chance, não sei, porque estava pautada e não foi. Então, a gente, talvez, de pensar
2448 em elaborar, e, se, de fato, vier até a pauta, a gente faz essa movimentação para
2449 ser uma aprovação de referendo e, depois, se não, a gente aprova na R.O.

2450 **Interlocutora não identificada** – Total acordo.

2451 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
2452 **e Cidadania – ITTC)** – Agora, depois que a Jaque falou, 18 horas, acabou. Queria
2453 agradecer. Eu sei, eu sei, eu sei, eu sei. Obrigada a todo mundo que participou da
2454 reunião presencial, virtualmente, e aos convidados que a gente teve hoje, e amanhã
2455 a gente volta. E aí eu ia pedir para todo mundo chegar no horário amanhã, porque
2456 a pauta é bem mais extensa do que a de hoje, e a gente começou uns 40 minutos
2457 atrasados. Obrigada.

2458

2459 **41ª RO do CNPCT-Dia 2:**

2460 **Sra. Thamiris Barcelos – Coordenadora de Apoio ao CNPCT** – Que era usada
2461 anteriormente, mas é mais para ver se todos aqui estão de acordo, se querem
2462 adicionar mais alguma instituição a essa lista. Então, vou começar a ler a lista e aí,
2463 se vocês tiverem alguma discordância ou algo para adicionar, está? Nós temos o
2464 Conselho Nacional de Procuradores Gerais, a Procuradoria Geral da República, o
2465 Ministério Público Federal, a Defensoria Pública da União, Colégio Nacional de
2466 Defensores Públicos Gerais, Conselho Nacional de Justiça, Conselho Nacional do
2467 Ministério Público, Conselho Nacional de Secretários de Estado de Justiça, Direitos
2468 Humanos e Administração Penitenciária, que é o CONSED, Associação para
2469 Prevenção da Tortura, APT, Procuradoria Federal de Direitos do Cidadão, Conselho
2470 Nacional de Políticas Criminais e Penitenciárias, Conselho Nacional de Direitos
2471 Humanos, Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente, a
2472 Coordenação Geral do Sinase, e a Sétima Câmara de Coordenação e Revisão, que,
2473 de acordo com a planilha que eu tenho aqui, já tem um representante indicado, que
2474 foi indicado no dia 22 de junho de 2022. E são esses os representantes, os
2475 convidados permanentes que a gente tem.

2476 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
2477 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada. Thamiris, mas eu só queria entender, esses

2478 convidados permanentes que a gente tem, são mandados e-mails para eles das
2479 nossas reuniões? Tem os representantes já de todos?

2480 **Sra. Thamiris Barcelos – Coordenadora de Apoio ao CNPCT** – A gente ainda
2481 não tem os representantes indicados, mas definindo aqui quais são esses
2482 convidados permanentes, a gente vai officiar esses convidados permanentes, pedir
2483 representação de titular e suplente, encaminhar os ofícios das reuniões, como a
2484 gente faz com os membros também.

2485 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
2486 **e Cidadania – ITTC)** – Mas aí uma pergunta, quem define é o pleno, quem são os
2487 convidados permanentes, e aí esses outros que a gente não definia, eles não são?

2488 **Sra. Thamiris Barcelos – Coordenadora de Apoio ao CNPCT** – A gente não tem
2489 isso no Regimento Interno, não diz exatamente quem é. Essa é a questão, não
2490 temos informações sobre os convidados permanentes no Regimento Interno. Então,
2491 eu achei por melhor trazer essa questão ao pleno.

2492 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
2493 **e Cidadania – ITTC)** – E isso foi ao longo dos anos, essas pessoas já estiveram
2494 aqui como convidados permanentes em algum momento?

2495 **Sra. Thamiris Barcelos – Coordenadora de Apoio ao CNPCT** – É uma lista que
2496 já existia nos arquivos da coordenação de apoio, é uma lista que já existia lá junto
2497 com a lista dos membros. Então, eu achei por melhor trazer aqui para a gente
2498 revisar. Obrigada.

2499 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
2500 **e Cidadania – ITTC)** – Eu ia falar uma coisa, que hoje, como o tempo da pauta é
2501 mais curto, a gente vai colocar um relógio de cronômetro, como a gente fez na outra
2502 reunião, de três minutos de fala. E aí vai ficar, a Debora vai me ajudar, que vai
2503 aparecer ali o relógio, e aí todo mundo pode se coordenar para esse tempo.

2504 **Interlocutora não identificada** – Não, então, acho importante a gente resgatar
2505 isso. Eu só não acho que é adequado o colegiado que tem Secretaria de
2506 Administração, porque vai virar uma questão, vai virar um problema também. Acho
2507 que não seria... Acho que a gente precisa fazer reuniões focadas, desassociadas
2508 das reuniões do comitê.

2509 **Sr. Mateus Moro (Suplente - Associação Nacional Das Defensoras E**
2510 **Defensores Públicos – ANADEP)** – Então, antes da Patrícia falar, eu já tinha
2511 pensado em falar algumas coisas, algo nesse sentido também. Vamos lá. Os
2512 convidados permanentes, acho que foram algumas instituições, que em eventual
2513 momento houve um diálogo X e começou a participar, ou teve o interesse de
2514 participar. Então, a APT, por exemplo, a ANADEP, ela demonstrou interesse em
2515 participar, até querer fazer um registro aqui no governo anterior, um governo de
2516 caráter nazifascista, eles tentaram calar a ANADEP, mas não conseguiram. A
2517 ANADEP, como convidado permanente, com a solidariedade dos demais membros
2518 da cidade civil, conseguiu participar. Usaram, inclusive, o regimento, que a gente só
2519 podia ter direito à voz. Lá pelas tantas, uma ideia que a gente trouxe teve que ser
2520 encampada pelo Frei David, porque a gente não poderia trazer uma deliberação e
2521 só ter voz. Então, também queria fazer esse registro histórico aqui em relação a
2522 isso. De todo modo, e aí tentando contextualizar um pouco com a fala da Patrícia,
2523 como a Thamiris traz para pleno avaliar, a gente vai ter que avaliar se essa lista
2524 inteira, até depois se puder mandar no grupo da mesa, também te agradeço. Ah,
2525 legal. Essa lista inteira, seria de interesse a gente ter todos esses atores aqui? É
2526 uma coisa que eu acho que a gente talvez teria que refletir em alguns segundos,
2527 alguns minutos aí. Porque, ao mesmo tempo que você vai ter proximidade, por
2528 exemplo, sei lá, com secretários de SAP, secretarias com nome, qualquer outro
2529 nome que tenha, mas que tenha a mesma atuação, que é o que a gente quer às
2530 vezes, essa proximidade, dialogar, cobrar a resposta de um ofício. Por outro lado,
2531 se eles participarem 100% do tempo, durante duas horas, talvez os debates não
2532 fluam de uma maneira razoável, como era, por exemplo, no governo anterior. Então,
2533 não sei se eu cheguei a religião já com alguma opinião formada, mas eu queria

2534 compartilhar essa reflexão. Não sei se a gente vai entre aspas julgar um por um, ou
2535 excluir alguma, mas eu acho que cabe essa reflexão. Obrigado.

2536 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
2537 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Mateus. Eu acho que, na minha opinião, acho que
2538 a gente tem que pensar aqui em uma votação, mas eu não acho que cabe todo
2539 mundo, é muita gente. Então, não faz sentido. Talvez a gente possa pensar algumas
2540 instruções, estou vendo aqui no computador da Patrícia, que a gente tenha falado
2541 mais nos últimos tempos. O CNJ seria super importante, que tivesse um membro
2542 permanente. Tem também o Conanda. Tem DPU. Mas a... Está. E tem... É, também
2543 assim, a gente investe mais pessoas, não significa que elas vão querer, de fato,
2544 participarem, mas a gente pode pensar aqui em quatro dessa lista e votar, talvez.
2545 Eu proponho, então, o CNJ, Conanda, aí eu não sei se... DPU. O Condege, eu acho
2546 que... Não preciso. Eu tenho a NADEP aqui. Não precisa do Condege. E talvez o
2547 Conselho, não sei qual é o nome, do Ministério Público. Gente, eu não acho que
2548 eles têm que ficar longe, porque eu acho que a gente tem debates que são tratados
2549 exclusivamente com eles e a gente tem oportunidades poucas de conversar com
2550 esses atores. Então,... Eles têm direito a voto. Eles estão aqui para escutar. É, mas
2551 eu não sei. Vamos lá. Vai, Patrícia.

2552 **Sra. Patrícia** – Eu acho que o... O Conselho Nacional do Ministério Público, acho
2553 que a gente precisa esperar. Vai ter mudança, vai ter eleição. O Aras está se
2554 despedindo. Então, até para a gente saber quem vai vir. Porque não vai ser atual
2555 gestão. Então, acho que a gente precisa esperar, por exemplo, agora, quem está
2556 interinamente é a Liseta, que é da Sétima Câmara. Mas, acho que tem que esperar
2557 a eleição. Porque não adianta vir uma pessoa que, daqui a dois, três dias, não vai
2558 ser mais ela, que vai mudar todo mundo. Tem eleição, muda todo mundo.

2559 **Interlocutora não identificada** – Sei lá. Porque, para mim, faz mais sentido, na
2560 verdade, esses atores numa discussão que seja do sistema e não do comitê. Porque
2561 o comitê é um órgão que é deliberativo. E tem questões que a gente trata, na
2562 verdade, que são mais questões internas. Se você coloca como convidado

2563 permanente... Primeiro que, se você coloca como convidado permanente,
2564 independente da gestão, você pode ter alinhamento com quem está nessa gestão
2565 agora, mas você está falando de convidado permanente. Então, na verdade,
2566 inclusive, se for uma gestão que não seja interessante, continua sendo convidado
2567 permanente. Acho um grande risco, talvez. Eu penso que, às vezes, são questões
2568 que são mais internas. Se você teria outras pessoas, na verdade, a gente expondo
2569 questões que são internas. Para mim, faz mais sentido, na verdade, convidar os
2570 atores para pautas pontuais. Porque a pauta é discutida antes, ela é pensada antes.
2571 Para esse ser importante que tivesse ator X, Y ou Z. E aí chamar especificamente,
2572 dentro daquele horário, para aquela pauta. E, para mim, faz mais sentido um
2573 colegiado muito mais amplo no encontro dos sistemas e não do comitê. Para mim,
2574 não acho que faz muito sentido. É isso.

2575 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
2576 **e Cidadania – ITTC)** – Alguém mais tem alguma opinião sobre...

2577 **Interlocutora não identificada** – Eu concordo com o que a Jaque trouxe
2578 integralmente. Acho que nem sempre a gente precisa ter todo mundo por aqui. 15
2579 pessoas dobra o tamanho do colegiado, misericórdia. Mas a minha dúvida vai no
2580 seguinte sentido. Eu tenho um alinhamento com a Patrícia e com a Sofia, que a
2581 gente discutiu isso na mesa diretora, que todo mundo que vem aqui tem que ter o
2582 direito de falar. A pessoa entrar aqui, entrar mudo e sair calada, eu acho o fim do
2583 mundo. Mas, ao mesmo tempo, qual é a minha dúvida? Quando a gente fala de
2584 convidado permanente, a resolução, fala de órgãos públicos. Só que ontem até
2585 Maria Clara trouxe a coalizão pela socioeducação, por exemplo, que não é um órgão
2586 público, mas é um ator extremamente importante para nos subsidiar no debate da
2587 questão da socioeducação, para nos ajudar nesse debate e propor também junto.
2588 Então, a minha dúvida é, esses convidados permanentes, a gente vai, a nossa, que
2589 está no regimento, a nossa compreensão é em relação exclusivamente a órgãos
2590 públicos ou a gente vai interpretar, como foi feito inclusive no período que a NADEP
2591 estava aqui no governo anterior, que órgãos não de natureza jurídica, que não é
2592 pública, também vão poder ser recebidos como convidados permanentes, porque

2593 tem a agregar para o debate, para a construção, para a política. Essa é a minha
2594 dúvida hoje, entendeu? Mais do que só ter a questão de quem a gente vai chamar,
2595 mas eu tenho essa dúvida. E, de fato, a gente conversou na mesa diretora, a
2596 Fernanda estava lá, ela trouxe essa questão também, mas não conseguimos dirimir
2597 essa questão. E é uma dúvida que acho que é relevante, porque existem atores
2598 que, às vezes, não estão aqui como membros do colegiado, podem ser convidados
2599 como observadores, mas, de acordo com o regimento observador, não poderiam
2600 falar. E a natureza é completamente diferente. Imagina se a NADEP, no período
2601 anterior, estivesse como observador e não como convidada permanente. O poder
2602 de influência da NADEP nas próprias reuniões teria sido muito diferente. Então, tem
2603 diferença. Hoje, essa é a minha angústia. Eu não sei, não tenho uma resposta.
2604 Então, eu e Thamiris estamos trazendo para cá, porque a gente, de fato, não tem
2605 uma resposta.

2606 **Sra. Patrícia** – Então, eu entendo que os convidados têm que ter fala. Eu entenderia
2607 que seria observador, por exemplo, a Comissão Interamericana estaria aqui em uma
2608 reunião observando. Eu entendo que a Coalizão Socioeducativa é um coletivo de
2609 organizações que contribui com a pauta socioeducativa, que pode ser convidada a
2610 estar nas reuniões, sim, e com poder de fala. Então, eu acho que a interpretação é
2611 essa, por exemplo. E aí, a gente até usaria a interpretação igual à APT. A APT é
2612 uma organização internacional que vem tratando o tema da prevenção e combate
2613 à tortura ao longo dos anos e contribui para a implementação de comitês e
2614 mecanismos, por isso que a APT é convidada permanente. E aí, a gente usaria essa
2615 interpretação para a Coalizão Socioeducativa e para outras organizações também
2616 que possam vir contribuir, por exemplo. Se a gente quiser convidar a ANTRA, a
2617 ANTRA tem um trabalho nacionalmente da população LGBTQIA+. Então, acho que
2618 a gente precisa também fazer essa reflexão.

2619 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
2620 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Patrícia. Só uma coisa, porque na mesa diretora
2621 a gente conversou sobre isso também, que tem uma coisa de quem está presidindo
2622 a reunião nessa questão de participantes permanentes e observadores. Eu, quando

2623 sempre presido as reuniões, acho que todo mundo, ainda que seja convidado, tem
2624 o direito a falar nesse espaço. Mas, como isso não está no regimento interno, isso
2625 pode ficar a critério discricionário de quem for presidir esse espaço. Então, talvez
2626 fosse bom a gente pensar, a partir desse lugar também, de que essas pessoas que
2627 a gente quer que estejam aqui, elas tenham... Enfim, porque daqui a outro dia eu
2628 não vou estar mais e alguém vai presidir aqui, pode ter um entendimento diverso
2629 desse, de que as pessoas não têm direito a falar. Inclusive, uma coisa que foi dita,
2630 é que eu acho que as pessoas que estão aqui como convidados permanentes ou
2631 não convidados permanentes, também têm direito não só a falar, mas assim como
2632 propor encaminhamentos. E que isso também é uma diferença. Então, você pode
2633 propor encaminhamento e depois o pleno vai votar. Quem tem direito a votar, vai
2634 votar. Então, eu só estou trazendo esses outros elementos aqui, também que a
2635 gente discutiu no âmbito da mesa diretora, que eu acho importantes para esse
2636 debate. A Patrícia, Mateus e Fábio.

2637 **Sra. Patrícia** – Bom dia. Gente, lá no MEC, nós constituímos nove comissões de
2638 participação social. Claro que são de natureza diferente, elas não são deliberativas,
2639 mas assim, houve essa preocupação lá e talvez o relato do MEC possa auxiliar na
2640 interpretação desse tema que a gente está discutindo. Existe a figura do convidado
2641 das comissões. Convidado tem voz, ele não tem voto, mas qual seria a finalidade
2642 de convidar alguém para que ela ficasse calada? E a ideia é assim, que a instituição
2643 do convidado, sem enumerar quem seria convidado, mas uma prerrogativa da
2644 comissão, eu estou me tratando do MEC, mas uma prerrogativa do comitê como
2645 sugestão, é ter a figura de convidados que viessem a depender da pauta e da
2646 deliberação do Pleno, participar da reunião com direito a voz, mas jamais com direito
2647 a voto. Essa foi uma solução que o MEC arranhou porque a pauta da educação, e
2648 nós temos comissão de educação, quilombola, educação indígena, educação para
2649 relações étnico-raciais, educação, brindes, estudos, todas essas comissões, existe
2650 um interesse muito grande temático e ela tem um potencial de articulação e de
2651 transversalidade que exige que exista a figura do convidado, eu imagino que aqui
2652 também no comitê pelo tema, faça esse chamado, mas sem jamais distinguir quais

2653 seriam, tanto faz órgão público ou órgão ou colegiado da sociedade civil, mas
2654 caberia ao Pleno a decisão de convidá-lo, ele teria voz, encaminhamento, mas
2655 jamais voto. É uma sugestão. Eu não sei também se no regimento interno desse
2656 comitê tem enumerado quem seriam esses convidados permanentes, mas ficaria
2657 como a cargo da escolha do próprio Pleno. Vamos convidar? Está bem, vamos. Ele
2658 fala, mas não vota. Essa é a minha sugestão.

2659 **Interlocutor não identificado** – Acho que a intervenção do MEC foi ótima agora, ia
2660 trazer uma reflexão um pouco nesse sentido. Vamos lá. Normalmente o que a gente
2661 quer fazer é a política, e o direito serve para impedir que a política aconteça muitas
2662 vezes, não só nos três poderes. Então, independente das questões regimentais, a
2663 própria ANADEP, a própria APT, que vem ao longo dos anos contribuindo com o
2664 debate, o que eu quero dizer assim? Independente de ser público ou privado, eu
2665 acho que quem estiver fazendo lição de casa vai ter a medalhinha do convidado.
2666 Vou convidar o CNJ porque, como a gente debateu ontem, em relação a custódia e
2667 outros temas. Os próprios ministérios que participaram, que não foram alterados por
2668 decreto, que participaram anteriormente em outras reuniões, eu mesmo não sei
2669 quem está, todo mundo que está online agora, como exemplo aqui o Ministério da
2670 Mulher. independente das questões regimentais, se é um observador, se é um
2671 convidado permanente, não faz sentido, como foi falado, a gente convidar alguém
2672 para a pessoa vir aqui e ficar se assistindo. Eu, por exemplo, talvez não convidasse
2673 o CNMP por uma questão do debate sobre a pauta. Enfim, tanto na tutela individual
2674 quanto coletiva, quem é que enche o presídio de gente são um bando de fascistas
2675 lá, com todo o respeito. Mas é isso, acho que independente de ser público ou
2676 privado, eu acho que a gente pode caminhar na ideia de fazer como vinha fazendo.
2677 Então, assim, às vezes o que é consolidado dentro do órgão, ainda que *ipsis literis*
2678 possa não estar atendendo exatamente o regimento, eu acho que a gente poderia
2679 caminhar nesse sentido. Eu ia falar mais alguma coisa. Ah, e os próprios atores do
2680 sistema, que às vezes de forma online, qualquer pessoa, sei lá, um familiar e uma
2681 pessoa presa, um egresso, o cara está ali online e fala, não, quero falar. Por que
2682 você não vai deixar a pessoa falar? Então, eu acho que a gente podia caminhar na

2683 linha, entre aspas, do que vem sendo feito, assim, de forma, enfim, nas gestões
2684 anteriores. Eu acho que era isso, pessoal. Obrigado.

2685 **Interlocutor não Identificado** – Bom dia. Primeiro frisar na importância que esse
2686 espaço tem para a APT, é uma prioridade para a APT participar das reuniões aqui
2687 há muitos anos. Então, eu até tenho dúvidas, assim, na verdade, do caráter desse
2688 convite permanente, porque, assim, ele parece ser, até certo ponto, uma
2689 cordialidade, assim, porque as reuniões são públicas, né? Mas, ao mesmo tempo,
2690 acho que é muito importante para a APT também ter esse caráter de oficialidade,
2691 né? De ser um convidado permanente, de ter garantido, claro, não só a presença,
2692 mas também a voz, participar dos debates. Se fosse diferente disso, certamente a
2693 gente reavaliaria a participação, né? E eu soube ao longo dos últimos anos como
2694 teve esse debate, tentando silenciar os convidados permanentes. Então, super
2695 importante que isso conste, certamente, do regimento interno. Não sei como é que
2696 está atualmente. Mas também concordo, assim, acho que o Sistema Nacional de
2697 Prevenção e Combate à Tortura, ele tem na paridade um dos seus princípios, assim,
2698 né? Das instituições públicas e das organizações da sociedade civil. Então, eu
2699 tenderia a dizer que não é bom diferenciar pelo caráter público ou não essa
2700 participação, né? Para a gente garantir também essa igual importância e presença
2701 das organizações da sociedade civil. Acho que é mais importante não ser uma
2702 instituição pública, mas participar do debate público e ter uma legitimidade nesse
2703 lugar do debate público na prevenção da tortura no Brasil. Então, iria mais por essa
2704 linha para entender também essa nossa participação, mas de outras entidades. E
2705 lembrando até agora uma fala da Fernanda ontem sobre os ofícios, como é que os
2706 ofícios têm que caminhar junto com uma atuação política, que faz bastante sentido.
2707 Também fico pensando, assim, como é que é esse convite para que algumas
2708 instituições que não têm participado, que não são próximas, participem à força,
2709 sabe, do comitê. Agora a gente vai convidar para que seja convidado permanente,
2710 mas eles não têm uma interação permanente também com o comitê. Enfim, não vou
2711 nomear exemplos, mas acho que pode ser um caminho justamente, assim, tentar ir
2712 trazendo algumas dessas instituições que foram entendidas como relevantes aqui

2713 para o debate do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. E, na
2714 medida que elas ganhem tração, assim, a relação delas com o comitê, aí sim
2715 convidar para que sejam convidados permanentes. Porque, no mais, acho que
2716 todas elas têm a liberdade de participar por ser uma reunião pública aberta. Então,
2717 enfim, iria nessa direção, mas reforçando a importância que tem para APT esse
2718 convite permanente e a garantia desse espaço aqui para o nosso trabalho também.

2719 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
2720 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Fábio. Só queria falar que, na nossa lei, ela não
2721 prevê essa questão dos convidados não terem direito à fala. Que artigo é esse?
2722 Artigo 7. Ela vai falar que poderão participar das reuniões do CNPCT a convite do
2723 seu presidente na qualidade de observador, especialistas representantes de
2724 instituições públicas ou privadas que exerçam relevante atividade no enfrentamento
2725 à tortura. E aí o que vai delimitar essa questão da fala é o regimento interno. Então,
2726 o regimento interno que traz essa delimitação. E aí eu vou passar para o Coutinho.
2727 Eu acho que, de fato, é isso essa questão. A gente tem que pensar nos atores que
2728 não estão aqui dialogando com a gente na pauta. Mas, ao mesmo tempo, e aí eu
2729 acho que é mais complexo. A gente tem, a Defensoria Pública ela é sempre parceira,
2730 mas a gente tem a AJD agora, enfim, que são juízes que estão mais ligados às
2731 questões democráticas. E talvez o MP não tenha mesmo. Estava falando com a
2732 Patrícia aqui do MP Transforma que a gente poderia chamar, não sei se eles viriam
2733 ou não, mas no sentido de que tem duas representações do sistema de justiça aqui
2734 e faltaria uma. Talvez não precisa ser o conselho do MP, mas é importante que o
2735 Ministério Público também esteja dentro do debate. Como a gente faz isso no campo
2736 político mesmo, de chamar alguém, obviamente não é chamar uma pessoa fascista
2737 para vir aqui para o debate, mas que a gente possa também trazer, porque se a
2738 gente precisa dialogar com eles, eles também precisam estar aqui de alguma forma.
2739 Coutinho e depois Caio.

2740 **Sr. Antônio José Coutinho De Jesus (Titular - Conselho Federal De**
2741 **Enfermagem – CONFEN)** – Bom dia a todos. Eu acredito que a pergunta que nós
2742 temos que fazer aqui, ou a indagação, é a importância de ter estes atores como

2743 convidados permanentes, porque eles podem contribuir nas discussões que são
2744 feitas aqui nesse plenário. O primeiro ponto é este. É importante ter estes novos
2745 atores que representam a sociedade participando dessas discussões que este
2746 plenário aqui faz. Esse é o primeiro ponto. É importante, pela fala dos me
2747 antecederam, é importante estar ouvindo. Então, se é importante, não vejo nenhum
2748 obstáculo que estes atores estejam conosco aqui nessas discussões. Por quê? O
2749 colegiado funciona dessa forma. Quanto mais você amplia a discussão, quanto mais
2750 você ouve pessoas com expertise, com conhecimento mais abrangente sobre o
2751 tema que muitas vezes é colocado aqui neste plenário, nos enriquece no sentido de
2752 nós formularmos também as propostas. E outra coisa, a gente percebe que, muitas
2753 vezes, o plenário, não este plenário, mas eu percebo que o plenário do Conselho
2754 Federal de Enfermagem, nas discussões, está indo por um caminho que aparece lá
2755 uma pessoa que não tem direito a voto, mas tem direito a voz, e ele faz uma defesa
2756 importante que nós não estava até naquele momento enxergando aquela linha de
2757 raciocínio, aquele problema que no futuro poderá causar os profissionais. Então, eu
2758 vejo que a participação das pessoas, obviamente, que você convidar as pessoas
2759 para vir aqui com direito a voz, não há problema nenhum. Quem vai, na verdade,
2760 definir, votar aquilo que este plenário, o comitê deseja, somos nós quem tem direito
2761 a voto. Mas, a voz dessas pessoas, desses órgãos, podem nos auxiliar para
2762 formularmos melhor as nossas proposições no sentido de enriquecer e tratar aquilo
2763 que a gente realmente entende como coisa séria. Então, eu vejo que não há, de
2764 minha parte, nenhuma objeção em estar trazendo esses atores para enriquecer os
2765 debates deste plenário aqui. Nós é que vamos decidir, no voto, qual é o
2766 encaminhamento que nós vamos adotar. Então, não tirem em nenhum momento as
2767 nossas prerrogativas, mas pode nos acrescentar e nos ajudar muito nessas
2768 discussões. Era isso.

2769 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
2770 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Coutinho. Caio.

2771 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade – SOMOS)**
2772 – Bom dia, pessoal. Como eu estou há bastante tempo, eu já estou confortável o

2773 suficiente para dar opiniões impopulares para vocês. Vou discordar do Mateus e
2774 dizer que a política, hoje é possível por causa do direito no nosso nível de
2775 organização. Então, eu discordo partindo dessa ideia de que o que a gente tem
2776 enquanto normativa vai nos impedir de trabalhar. Eu acho que é o que nos possibilita
2777 de trabalhar quando a gente vê o período anterior. Eu tenho uma opinião de que o
2778 nosso problema atual seria resolvido com uma mudança de regimento. Nós temos
2779 um desejo coletivo de que algumas instituições que não se enquadram no parágrafo
2780 terceiro, passem a se enquadrar. A gente proporia, um membro propõe essa
2781 mudança e essa mudança é feita. O que eu acho que a gente está se
2782 desencaminhando um pouco nos últimos tempos para cá? Quando a gente pensa
2783 que toda e qualquer pessoa, todo e qualquer cidadão que tem alguma afinidade
2784 com essa pauta, vai vir aqui no colegiado e vai ter direito a voz, ou como a Sofia
2785 colocou, a fazer proposições, nós estaríamos, salvo melhor juízo, vulgarizando as
2786 nossas posições aqui, enquanto pessoas eleitas para tratar da pauta. Quando existe
2787 controle social constituído, as pessoas são votadas para formarem conselhos, isso
2788 é feito porque não existe mais a possibilidade hoje em dia de todo mundo conseguir
2789 opinar sobre um assunto. Por isso as pessoas se organizam em organizações, em
2790 entidades, associações, são votadas e fazem parte de conselhos. Então, as
2791 pessoas podem, de forma muito geral e ampla, serem convidadas para participarem
2792 das reuniões e a palavra ser cedida a elas. Eu acho que encaminhamentos, quem
2793 faz esses encaminhamentos são os membros. A gente pode encampar os
2794 encaminhamentos que as pessoas fazem, era isso que a gente fazia nos períodos
2795 anteriores. Então, várias vezes, por exemplo, eu encampeei encaminhamentos da
2796 APT. Silvia propôs encaminhamentos e eu disse bom, eu, enquanto membro, coloco
2797 esse encaminhamento para votação. Agora, o que a gente tem de legislação hoje
2798 em dia é essa possibilidade do ativo terceiro de convidados permanentes, que são
2799 apenas instituições públicas, onde se enquadrariam conselhos, como vocês iam
2800 falando com a Nanda, e essa possibilidade do parágrafo quarto, que diz a palavra
2801 observadores, mas eu tenho certeza que essas pessoas não observam apenas,
2802 elas estão participando da reunião. A diferença é que elas não são permanentes,
2803 elas não estão convidadas automaticamente para todas as reuniões, elas vão ser

2804 convidadas pontualmente. Então, se na reunião seguinte nós vamos tratar de
2805 socioeducativo, nós vamos convidar um membro do Conanda, por exemplo. De
2806 forma geral, eu acho que a gente deve privilegiar os membros desses órgãos de
2807 Estado. Perdoe, acabou o meu tempo, já vou concluir. Eu entendo que os órgãos
2808 de governo já estão mais do que representados aqui, então a gente deveria
2809 privilegiar o Poder Judiciário, os órgãos de controle, de forma geral, mas o que eu
2810 coloco, assim, enquanto, como eu disse, uma opinião impopular, é isso, assim, a
2811 voz e a possibilidade de colocar encaminhamentos é dos membros do comitê. Não
2812 é nem dos membros o mecanismo, eles não fazem parte desse colegiado, da
2813 mesma forma que nós não fazemos parte do colegiado deles, e não é das outras
2814 pessoas que, embora prestem um serviço excelente à pauta, elas não são
2815 membras. Nós fomos votados para estar aqui, do contrário, eu não concorreria mais.
2816 Eu só compareceria às reuniões e propor encaminhamentos.

2817 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
2818 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Caio. Eu acho que, então, essa aqui é uma
2819 questão relevante, no sentido de que o Regimento Interno não prevê isso então fica
2820 a cargo também de quem está presidindo a reunião, e aí a gente diverge nesse
2821 ponto, porque eu acho que tem especificidades de regiões e pessoas que, enfim,
2822 têm um conhecimento, ou mesmo, se a gente for trazer aqui um especialista sobre
2823 um tema, como é que eu vou trazer uma pessoa que estuda isso, faz um mestrado,
2824 um doutorado, etc., e aí ela tem que passar por algum membro para daí fazer um
2825 encaminhamento de algo que, enfim, eu entendo ser relevante. E aí, eu acho que é
2826 isso.

2827 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade – SOMOS)**
2828 – Só para dar um exemplo, veja bem. Enquanto Sociedade Civil, a gente se reúne
2829 num ato solene de votação e a gente se escolhe, a gente vota entre a gente. Se
2830 qualquer pessoa que comparece aqui pode ter voz e propor encaminhamentos, nós
2831 teríamos a possibilidade, por exemplo, de membros do Conselho Federal de
2832 Medicina, que, na última gestão, tinham posições extremamente conservadoras,
2833 virem aqui e proporem encaminhamentos sobre eletrochoque, por exemplo. A gente

2834 poderia ter membros da Associação de Psiquiatria, que concorreu no último
2835 certame, vir aqui. Nem toda organização da Sociedade Civil é boazinha e é alinhada
2836 com as nossas pautas. Por isso que a gente se vota, por isso que tem o ato, por
2837 isso que a gente se reúne, todas as organizações, e eu voto numa lista. Eu digo,
2838 olha, eu acho que a UFRN representa essa pauta. Eu vou votar na UFRN, eu vou
2839 votar na agenda, eu vou escolher as organizações que eu entendo. E eu, enquanto
2840 representante de outra organização. Por isso que a gente não elegeu a Associação
2841 de Psiquiatria. Por isso que a gente tem que proteger essa prerrogativa que a gente
2842 tem aqui. É o meu entendimento.

2843 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
2844 **e Cidadania – ITTC)** – Eu acho que é uma questão que a gente precisa enfrentar
2845 aqui, tanto da mudança do regimento interno, quanto desses parâmetros que sejam
2846 mais limitados, inclusive sobre essas questões mesmo. Eu acho que é algo que a
2847 gente tem que entender com o pleno e eu não acho que seja esse momento
2848 específico, mas como encaminhamento, o que eu proponho, e estava aqui no grupo,
2849 aqui na mesa diretora também, é que o CNJ e o CONANDA, que a gente tem falado
2850 muito aqui desses dois atores, que sejam convidados para serem membros
2851 permanentes, porque muitas das discussões que a gente trata aqui, a gente, ontem,
2852 por exemplo, se tivesse um membro permanente do CNJ, a gente teria avançado
2853 em algumas questões, assim como do CONANDA. Então, a ideia é que a gente, por
2854 hora, vote, talvez, nesses dois membros permanentes, depois a gente pense nessa
2855 lista e também na mudança do regimento e entenda se, de fato, há outras pessoas
2856 que a gente quer convidar aqui como membros permanentes ou se, na verdade, faz
2857 mais sentido que essas pessoas sejam chamadas para pautas específicas, a
2858 depender, por exemplo, ontem tinha um grupo aqui de organizações que foram
2859 chamadas para uma pauta específica das audiências de custódia. Então, a gente,
2860 acho que a gente pode fazer esse debate e tentar trazer, talvez, para a próxima RO,
2861 se for o caso, de entender isso, qual seria a mudança no regimento interno, o que
2862 a gente mudaria e fazer uma votação na próxima reunião, mesmo para a gente
2863 poder avançar nessas pautas. Então, o que eu proponho de encaminhamento é

2864 isso, que a gente vote pela inclusão, então, como membro permanente, faça o
2865 convite para o CNJ e para o CONANDA e os outros a gente faça um pensamento e
2866 pense e discuta com mais calma e que a gente possa chegar a uma conclusão e
2867 também da mudança do próprio regimento interno. Queria saber se alguém tem
2868 outro encaminhamento. Então, eu vou colocar para votação esse encaminhamento.
2869 Você quer falar?

2870 **Interlocutora não identificada** – Eu só tinha pensado também na comissão de
2871 privação de liberdade do CNDH, que tem sido outra instância que a gente tem
2872 dialogado e tem feito ações conjuntas, mas a gente pode ver primeiro sobre isso e
2873 depois propor para votação na próxima reunião também essa inclusão.

2874 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
2875 **e Cidadania – ITTC)** – Então, eu vou propor aqui para a votação do pleno o convite
2876 para o CNJ e para o CONANDA para serem membros permanentes aqui, enfim,
2877 membros permanentes já são, acho que estava na lista, mas, enfim, para que eles
2878 estejam nas reuniões e sejam convidados profissionalmente, que indiquem
2879 representações de titulares e seus suplentes. Então, eu vou pedir ajuda para a
2880 Thamiris para a gente...

2881 **Interlocutor não identificado** – Isso além da ANADEP e da APT, né?

2882 **Interlocutor não identificado** – É que nesse momento a gente está eleito, né? Mas
2883 quero que vocês convidem a gente no futuro também.

2884 **Interlocutor não identificado** – Então, exatamente, é melhor listar todas que vão
2885 passar a ser...

2886 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
2887 **e Cidadania – ITTC)** – Ah, tudo bem, então a gente pode incluir a APT que já está
2888 e já é, mas, enfim, para referendar aqui que então seria que a gente está revisando
2889 aqui os convidados permanentes, então seria a APT, CONANDA e CNJ.

2890 **Sra. Thamiris Barcelos – Coordenadora de Apoio ao CNPCT –** Representantes
2891 da Sociedade Civil e ITTC está de acordo? ANADEP?

2892 **Interlocutor não identificado –** De acordo.

2893 **Sra. Thamiris Barcelos – Coordenadora de Apoio ao CNPCT –** Gajop.

2894 **Interlocutora não identificada –** Eu preciso tirar uma dúvida em relação ao
2895 encaminhamento para poder votar. Essa lista são convidados permanentes, ok? O
2896 que a gente está fazendo é referendando a lista de convidados permanentes, não
2897 membros. São três organizações. São três que permanecem como convidados
2898 permanentes? Ah, está bom.

2899 **Sra. Thamiris Barcelos – Coordenadora de Apoio ao CNPCT –** Vou retomar
2900 então. ANADEP? Gajop.

2901 **Interlocutora não identificada –** De acordo.

2902 **Sra. Thamiris Barcelos – Coordenadora de Apoio ao CNPCT –** Rede?
2903 Associação de Amigos e Familiares?

2904 **Interlocutora não identificada –** De acordo. Educafro? Vitor, está com a gente?
2905 AJD? COFEN? Agenda Nacional?

2906 **Interlocutora não identificada –** De acordo.

2907 **Sra. Thamiris Barcelos – Coordenadora de Apoio ao CNPCT –** CFESS?

2908 **Interlocutora não identificada –** De acordo. Representantes de governo. MDHC?

2909 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade – SOMOS)**
2910 – Poxa, de novo?

2911 **Sra. Thamiris –** Ai, perdão, Caio. É que você não estava no quórum, perdão. Não,
2912 não, o que é isso? Somos? Obrigada. Representantes de governo? MDHC? CGCT?
2913 Ministério das Relações Exteriores? Está com a gente? Ministério da Educação?

2914 **Interlocutora não identificada** – De acordo.

2915 **Sra. Thamiris Barcelos – Coordenadora de Apoio ao CNPCT** – Ministério do
2916 Desenvolvimento Social?

2917 **Interlocutora não identificada** – De acordo.

2918 **Sra. Thamiris Barcelos – Coordenadora de Apoio ao CNPCT** – Deixa eu abrir.
2919 Os representantes da sociedade civil? A UFRN entrou na reunião? Está presente?
2920 Então, fechou a votação.

2921 **Sr. Paulo Victor Leite Lopes (Suplente - Universidade Federal Do Rio Grande**
2922 **Do Norte – UFRN)** – Bom dia. Ministério da Igualdade Racial está presente e voto
2923 favorável.

2924 **Sra. Thamiris Barcelos – Coordenadora de Apoio ao CNPCT** – Paulo Vítor, eu
2925 vou registrar sua presença aqui. É porque, no momento, ainda o Ministério da
2926 Igualdade Racial não tem poder de voto. Mas eu vou registrar sua presença.
2927 Obrigada.

2928 **Sr. Paulo Victor Leite Lopes (Suplente - Universidade Federal Do Rio Grande**
2929 **Do Norte – UFRN)** – De nada.

2930 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
2931 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Thamiris. Eu vou passar para o próximo ponto de
2932 pauta, que é o repasse sobre o indulto. Você que vai fazer? Quem vai fazer? Você?

2933 **Sra. Fernanda Vieira De Oliveira (Titular - Ministério Dos Direitos Humanos E**
2934 **Da Cidadania – MDHC)** – Ontem não estava aparecendo a imagem? Não estava
2935 reproduzindo? Não. Já tem um tempo. Gente, eu acho que vou precisar de mais de
2936 três minutos, mas vamos lá. Havia sido acordado na elaboração de uma proposta
2937 de indulto, num determinado prazo, pela Coordenação Geral de Combate à Tortura.
2938 Eu vou fazer um resgate histórico desse processo. Desde que assumi a
2939 Coordenação Geral de Combate à Tortura, eu busquei saber as datas das reuniões

2940 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e me convidei para
2941 participar delas. Não esperei ninguém me convidar, porque eu sei que lá é que
2942 discute o decreto de indulto e eu queria participar dessa discussão, porque é uma
2943 discussão relevante para quem está na luta antiprisional há muito tempo. Comecei
2944 a acompanhar as reuniões e, a partir desse acompanhamento, percebi que a gente
2945 tinha espaço para apresentar nossas observações, considerações sobre o decreto
2946 de indulto. Nesse meio tempo, o CNPCP também fez uma audiência pública em
2947 São Paulo, quem organizou junto com o CNPCP foi o NESC, e que a coordenação,
2948 através da Thamiris, também acompanhou essa audiência pública em São Paulo.
2949 Dessa audiência pública foi feito um documento conjunto de todas as organizações
2950 que participaram dessa audiência em relação ao decreto de indulto. A coordenação
2951 já tinha iniciado a elaboração da sua contribuição para esse decreto de indulto. Essa
2952 elaboração foi encampada pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos
2953 posteriormente. E, posteriormente, também foi apresentada a possibilidade de que
2954 o comitê, caso fosse do seu interesse, também encampasse essa proposição.
2955 Retomando até as questões burocráticas internas, tudo que é produzido na
2956 coordenação geral ou na coordenação de apoio vai ter que passar pela Diretoria de
2957 Defesa, depois passar pela Secretaria Nacional e, depois, ir para a Secretaria
2958 Executiva para chegar no gabinete do ministro. É isso mesmo. Para desespero
2959 absoluto de quem tem dificuldade de lidar com essas burocracias. Claro que seria
2960 muito mais fácil mandar um e-mail para o CNPCB, mas não pode. Vocês podem e
2961 eu não posso. Então, eu elaborei essa proposta. Essa proposta passou por algumas
2962 revisões e eu estava olhando o andamento do procedimento, inclusive, interno, para
2963 ver como é que está. Inclusive, foi devolvida hoje, pedindo para variar, a Jaqueline,
2964 a Jaque, que adora alguns ajustes. Adoro. Mas os ajustes são bem, vamos dizer
2965 assim, são formais, não são ajustes expressivos de conteúdo. Talvez, assim, para
2966 quem às vezes não está na escrita, às vezes parece que é algo muito relevante,
2967 mas eu não acho que teria sido um problema se tivesse seguido dessa forma.
2968 Então, acho que podemos avaliar a partir dessa forma. O documento resgata as
2969 previsões legais do indulto, os precedentes nacionais e internacionais em relação
2970 ao problema do encarceramento e a necessidade de uma política de

2971 desencarceramento. Fala do contexto do encarceramento brasileiro em números,
2972 inclusive um dos ajustes se refere a isso. Fala do nosso desejo em relação ao
2973 alcance da proposta. E aí, eu vou partir desse ponto, que eu acho que é o mais
2974 relevante. A proposta de minuta de decreto de indulto busca alcançar por meio do
2975 indulto as pessoas que estão em cumprimento de pena por crimes hediondo
2976 desequiparados, mantendo o direito ao indulto em relação ao crime comum, sem
2977 eximi-las do cumprimento da pena pelo crime hediondo do equiparado. Nesse
2978 sentido, consta a seguinte proposição. E aí, a gente começa a discorrer a partir
2979 disso. A nossa ambição é alcançar com essa contribuição nossa, porque a gente
2980 não tem atribuição legal para elaborar uma minuta de decreto indulto. Isso fica muito
2981 claro. Nem a coordenação geral, nem o comitê. Essa atribuição legal é do Conselho
2982 Nacional de Política Criminal e Penitenciário. Então, nós elaboramos contribuições.
2983 Nossa ambição é alcançar a população prisional que está em cumprimento de pena
2984 por furto, que seriam cerca, os números para mais ou para menos, cerca de 35 mil
2985 pessoas. Então, alcançar em massa essa população prisional. E também ao mesmo
2986 tempo, alcançar pela comutação, a população prisional que não teria direito a indulto
2987 por vedação constitucional, que são os crimes hediondos ou equiparados, mas que
2988 podem receber uma redução de pena. Porque a gente sabe que nessa... Nesse
2989 populismo penal do debate de crimes hediondos ou equiparados, saíram enfiando
2990 qualquer coisa em crimes hediondos ou equiparados. E a gente sabe também que
2991 a precariedade de defesa e a própria compreensão que a gente já discutiu ontem
2992 do judiciário e do Ministério Público, sai colocando qualquer comerciante de três
2993 pedras de crack como traficante internacional perigosíssimo. Membro de
2994 organização criminosa e por aí vai. Então, a gente está tentando mitigar isso com
2995 essa proposta. E o centro do debate até trazido pelo ministro e pelo presidente da
2996 República é conseguir adequar a população prisional brasileira ao número de vagas
2997 que nós temos disponíveis sem construir vagas, que nós continuamos contra a
2998 construção de vagas e para isso nós teríamos que promover uma redução da
2999 população prisional na ordem de 3% a 5% nos próximos três anos pelo decreto
3000 inútil. Então, esse é o centro do debate daqui da proposta que nós elaboramos. E
3001 aí vamos passar pelos crimes contra o patrimônio que são os crimes que têm um

3002 expressivo encarceramento em relação aos homens, a fração de pena no caso da
3003 reincidência, as condenações superiores a 15 anos que não necessariamente
3004 traduzem pessoas que o senso comum do populismo penal chama de perigosas, a
3005 questão da pena de multa, a questão das pessoas idosas, pessoas com deficiência,
3006 das mulheres e homens com filhos, dos povos indígenas, das pessoas migrantes
3007 que perpassam todo o decreto assim como foi feito, toda a proposta assim como foi
3008 feita pelo NESC, das pessoas LGBTQI e a comutação de pena alcançando os
3009 crimes que são impedidos de receberem indulto, mas que podem receber a redução
3010 da comutação porque se a lei não proíbe, pode. E a nossa interpretação vai ser
3011 sempre desse nível. E também prevendo o indulto para pessoas vítimas de tortura,
3012 só que dessa vez não exigindo condenação penal transitada em julgado, porque
3013 precisamos considerar a tortura estrutural que o sistema prisional brasileiro
3014 promove. Então, vamos dizer assim, os meios de prova hábeis para pleitear esse
3015 indulto, lembrando que a pessoa passa a ter o direito a pleitear e o juiz que vai
3016 decidir, esse poder não é tirado do juiz. São os relatórios dos órgãos de controle e
3017 fiscalização, como Mecanismo Nacional, Ministério Público, Defensoria Pública,
3018 CNJ, a própria Ouvidoria da SENAPPEN, Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos,
3019 para subsidiar os pedidos de indulto em relação a questões de tortura na
3020 compreensão da tortura individual e estrutural. Porque, muitas vezes, os relatórios
3021 do mecanismo, falando principalmente quem está mais próximo nosso, identifica as
3022 torturas estruturais, como a fome, que foi reiterada às vezes apresentada ontem,
3023 mas também identifica episódios de tortura individual, como os que aconteceram
3024 foram identificados no Rio Grande do Norte, na Bahia, no Amazonas, etc. E, nas
3025 considerações finais, a gente destacou a precariedade dos dados que nós temos
3026 acesso, porque a gente sabe que existem diferenças em relação à qualidade das
3027 informações que as secretarias de Estado prestam à SENAPPEN e que a
3028 SENAPPEN consolida no Infopen. Nós usamos os dados do Infopen, são os dados
3029 públicos do Executivo, então, trabalhamos com eles. Os dados de pessoas que
3030 cumprem pena exclusivamente por associação ao tráfico, a gente não tem certeza
3031 se isso está desagregado adequadamente, então, a gente está colocando essa
3032 ponderação e a associação ao tráfico não é crime de onda, então, pode ser objeto

3033 de indulto. Não temos informação de quantas pessoas estão presas há 15 anos
3034 ininterruptamente, isso é uma questão que nós tratamos na nossa proposta, e não
3035 temos informação de quantas pessoas, falando nacionalmente, não temos a
3036 informação pública de quantas pessoas com penas entre 8 e 15 anos já teriam
3037 cumprido um terço ou metade da pena e que essa quantidade de pena não se
3038 referiria a crimes hediondos que não podem ser objeto de indulto. Então, um
3039 exemplo da vivência que a gente tem é que às vezes, principalmente as pessoas
3040 que têm problema com o uso abusivo ou problemático de substâncias, muitas vezes
3041 alcançam uma pena alta por vários furtos reiterados. Então, a pessoa tem uma pena
3042 alta, mas não é um crime hediondo. Agora, eu não tenho, de forma pública, no
3043 relatório público do Infopen, essa informação clara, porque eu sei, e aí, mais uma
3044 vez, é experiência. Isso, muitas vezes, na hora de produzir um documento dessa
3045 natureza, é difícil você trazer a sua experiência, mas, mais uma vez, é experiência.
3046 Muitas vezes, nas varas de execuções penais, na hora de lançar o atestado de
3047 pena, existe uma imprecisão em relação aos tipos penais que essa pessoa está
3048 cumprindo pena. Então, às vezes, ela é condenada pelo 33 e pelo 35. Aí, botam lá
3049 só o 33. Aí, quando você vê na sentença, que você vê que tem o 35, porque está
3050 dando o mesmo processo. Quando está em processo separado, sempre vem
3051 direitinho. Então, assim, é claro, já melhorou muito, desde que eu, pelo menos, atuo
3052 na execução penal, mas a gente não pode afirmar categoricamente a qualidade
3053 desses dados. Então, a gente destacou isso ao final do documento. Nesse trâmite
3054 infinito, interno, burocrático, o documento ainda não foi colocado à disposição,
3055 publicamente, porque ele ainda aguardava a assinatura da Secretaria Nacional.
3056 Mas, agora, ele voltou para esses ajustes, que eu farei, agora, nesse minuto. E aí,
3057 vou retomar, via ofício, com todo o trâmite que a companheira do meio que entende,
3058 para a Secretaria Nacional.

3059 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
3060 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Nana. Eu não sei muito bem quando vai ser a
3061 data, necessariamente, que isso vai ser votado, mas acho que nosso encontro do
3062 Sistema Nacional é dia 26 de novembro, 27 de novembro. Então, talvez seja um

3063 bom momento de fazer uma incidência política, porque é justamente nesse
3064 momento que o indulto é aprovado, não aprovado, e, enfim, talvez fosse um
3065 momento interessante quando a gente for pensar o encontro do sistema, e isso já
3066 era algo, também, que estava ali nas pautas da primeira reunião do sistema, o
3067 indulto. Não sei se alguém quer falar alguma coisa sobre esse ponto, senão a gente
3068 pode passar para o próximo. Alguém quer falar?

3069 **Sr. Fábio Cascarro** – Obrigado, Sofia. Eu participei de uma discussão, também,
3070 sobre as propostas de indulto, lá no âmbito do Comitê Penitenciário do Estado do
3071 Rio de Janeiro, e aí o Bruno Rodrigues, que é o presidente, levou para a audiência
3072 pública do CNPCP uma proposta que eu acho que agrega a tudo que já foi trazido,
3073 que é também computar, conforme deliberação da Corte, nas resoluções que pesam
3074 sobre as unidades que têm medida provisória da Corte Interamericana, que seja
3075 comutada na metade do tempo da pena, da forma como a Corte coloca. É, tem em
3076 dobro, mas, enfim, vai ser, se ela aprova uma outra resolução nesse período, que
3077 seja uma computação diferente, então que, enquanto pesarem sobre essas
3078 unidades, o Estado brasileiro, essas medidas, que isso seja também considerado
3079 para fim de computação de pena no indulto. Vai ficar uma sugestão.

3080 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
3081 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Fábio. Alguém tem mais alguma coisa?

3082 **Interlocutor não identificado** – Só um detalhe. A gente tem sugestões
3083 burocráticas, então você não pode, você como membro do CNPCP, você não pode
3084 compartilhar com a gente para a gente dar uns pitacos. Sim, sim. Não é a versão
3085 definitiva e não é oficial. Ela é só nessa linha e a gente vem debatendo ao longo do
3086 ano sobre o Rio Grande do Norte, em maio e tantas outras questões. A importância
3087 do indulto, talvez nem só no Natal, mas a importância dele e a urgência.

3088 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
3089 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada. Ninguém mais tem nada para falar? A gente pode
3090 passar para o próximo...

3091 **Interlocutor não Identificado** – Está incluída alguma coisa de medida de
3092 segurança?

3093 **Sra. Fernanda Vieira De Oliveira (Titular - Ministério Dos Direitos Humanos E**
3094 **Da Cidadania – MDHC)** – Isso já estava contemplado na proposta do NESC. Aí eu
3095 achei que estava adequadamente contemplado, que estava suficiente. Eu não incluí
3096 aqui, mas tem. Na proposta que o NESC elaborou na audiência pública junto com
3097 o CNPCP, tem. Ótimo.

3098 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
3099 **e Cidadania – ITTC)** – Salvo engano, também na proposta do NESC que foi contra
3100 as organizações, tem a questão da pena de multa. Obrigada. Então, a gente pode
3101 passar já para o próximo ponto, que é a reapresentação da proposta de estar
3102 exclusiva para pessoas negras e indígenas. Eu acho que é você mesmo que vai
3103 fazer. Vilma, não tinha visto. Desculpa. Se você quiser falar.

3104 **Sra. Vilma** – É só uma colaboração. Eu sei que eu estou aqui apenas representando
3105 o comitê. Pois seria também em relação ao compito em dobro, mas não seria só
3106 para as unidades. Eu acho que a gente poderia pensar em criar alguma forma logo
3107 inspirado. Desculpe, viu, gente? Aqui a zoada é grande. Inspirado na corte, nas
3108 medidas do compito em dobro, mas não só para as unidades, porque aqui em
3109 Pernambuco, por exemplo, a gente tem muita unidade que está com mais de 300%
3110 de lotação. Então, poderia se pensar já aproveitando, se pensar nas unidades que
3111 estivessem acima e se vocês decidiram o quantitativo acima do compito em dobro.
3112 Entendeu? Deu para entender o que eu estou dizendo? Só para todas as unidades
3113 prisionais com lotação, aí você teria o ponto de corte, daria o ponto de corte acima
3114 de tantos por cento que essas pessoas tivessem uma redução da pena para o induto
3115 ou para a comutação da pena. Só isso. Obrigada.

3116 **Interlocutor não Identificado** – Vilma, é perfeito o que a senhora traz é o que o
3117 Fábio trouxe, não só em relação àquelas unidades. Eu acho que a sugestão é
3118 perfeita. Obrigado.

3119 **Interlocutora não identificada** – Bom, bom dia de novo. Na reunião anterior do
3120 Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, foi trago ao final da reunião o
3121 pleito do Ministério de Direitos Humanos e Cidadania, membro do comitê, para que
3122 o próximo edital para provimento de três vagas de peritos no Mecanismo Nacional
3123 de Prevenção e Combate à Tortura seja destinado exclusivamente para pessoas
3124 negras e indígenas. E aí eu vou ler a nota que eu acho que fica mais rápido para
3125 não atrasar as coisas. O Ministério de Direitos esclarecendo também que foi uma
3126 questão trazida, a nota técnica é um documento de subsídio para uma proposta. O
3127 Ministério de Direitos Humanos, quando ele elabora uma proposta, ele pede a área
3128 técnica que elabore um documento para subsidiar essa proposta política do
3129 Ministério. E aí a área técnica faz essa elaboração. O Ministério de Direitos
3130 Humanos e Cidadania, liderado pelo Ministro Silvio de Almeida, tem como secretária
3131 executiva Rita Cristina de Oliveira e como secretária nacional de promoção e defesa
3132 dos direitos humanos Isadora Brandão, pessoas negras, observou que o
3133 Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura conta atualmente em seus
3134 quadros com apenas uma perita negra entre seus atuais nove membros. O
3135 Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura foi instituído pela Lei 2847
3136 e prevê em seu artigo 8º, parágrafo 1º, que este será composto por 11 peritos. Em
3137 relação à composição do mecanismo, a Lei 2847 não possui dispositivo específico
3138 de ação afirmativa para reger sua Constituição. No entanto, quanto ao Comitê
3139 Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, o dispositivo de ação afirmativa se
3140 encontra previsto no artigo 7º, parágrafo 8º, por meio do qual exige a observância
3141 dos critérios de representatividade e diversidade. A representatividade específica de
3142 grupos sistematicamente segregados também é uma lacuna que é observada no
3143 Decreto 8154, ainda vigente, sobre a regulamentação do sistema. Este Ministério
3144 observou ainda que, ordinariamente, os editais anteriores têm exigido experiência
3145 profissional e acadêmica comprovável. Além desta exigência, tem pontuado para
3146 fins de análise de candidatura participação em inspeções em espaços de privação
3147 de liberdade. Quanto à tentativa de promover o ingresso de pessoas negras e
3148 indígenas, o último editado de seleção de peritos para o mecanismo se equivocou
3149 a excluir a possibilidade de que pessoas negras concorressem às vagas destinadas

3150 à ampla concorrência. Feitas tais considerações, a fim de fundamentar a demanda
3151 que trazemos, nos contextualizar nosso cenário global em termos de acessos,
3152 direitos e representatividade de pessoas negras e indígenas. Em específico, em
3153 relação às pessoas negras, no Brasil, segundo dados do IBGE de 2020, 54% da
3154 população brasileira é negra, no entanto, apenas 18% dos jovens negros, entre 18
3155 e 24 anos, estão cursando uma universidade, enquanto 44,23% das pessoas em
3156 privação de liberdade na mesma idade são negras. Estou falando especificamente
3157 dessa faixa etária de idade. Novamente, enquanto falamos de pós-graduação, de
3158 acordo com o levantamento realizado pela Liga de Ciência Preta Brasileira em 2020,
3159 é divulgado pelo GIF, verificou-se que 15,4% dos alunos são negros, a partir de
3160 dados coletados na plataforma Lattes, a serviço do CNPq, que reúne informações
3161 com vinculares, grupos de pesquisa e instituições das áreas de ciência e tecnologia.
3162 O IPE, em 2020, em publicação preliminar sobre cor ou raça no serviço civil ativo
3163 do Executivo Federal, detectou que apenas 35,1% são servidores negros, ao passo
3164 que 56,6% são servidores brancos. Neste mesmo sentido, em pesquisa divulgada
3165 em 11 de novembro de 2022, também pelo IBGE, verificou-se que as pessoas
3166 brancas têm um rendimento mensal quase duas vezes maior do que pessoas
3167 negras. No ano passado, enquanto a média salarial foi de 3.099 para brancos, para
3168 pretos foi de 1.764 e para pardos 1.810. Dessa forma, é estabelecido em números
3169 o contexto racial envolvido em temáticas que impactam a possibilidade de ingresso
3170 de pessoas negras no serviço público, no ensino superior e na continuidade para a
3171 pós-graduação, bem como a sub-representação de pessoas negras no serviço
3172 público e a sub-representação de pessoas negras na população prisional. A
3173 realidade apresentada evidencia que os mecanismos de exclusão existentes na
3174 sociedade de forma estrutural e normatizada foram reproduzidos na constituição do
3175 mecanismo em relação a raça e etnia. Tal fato reedita mecanismos de racismo
3176 institucional que precisam ser revistos e enfrentados ativamente. No dia 5 de
3177 setembro de 2023, sobre o direito antidiscriminatório, Silvia Souza, conselheira
3178 federal da OAB e presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos, publicou
3179 em seu artigo um portal migalhas e tratou brevemente de um conceito importante
3180 para o pleito que trazemos, que é o conceito de discriminação assimétrica. O debate

3181 trazido em seu artigo tem origem na proposta elaborada pelo professor Adilson
3182 Moreira em seu livro “Pensando como um negro: Ensaio de hermenêutica jurídica”,
3183 que se refere à aplicação do princípio da igualdade de forma assimétrica. Em trecho
3184 de seu artigo, Silvia Souza recupera a previsão da nossa carta magna e faz sua
3185 leitura a partir da teoria do direito antidiscriminatório, que é um ramo do direito
3186 relativamente novo. A nossa carta magna prevê a redução de desigualdades sociais
3187 e regionais como um dos objetivos fundamentais da República, além de inaugurar
3188 o rol de direitos individuais e coletivos no famoso artigo 5º, estabelecendo que todos
3189 são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza. Portanto, é necessário
3190 que o princípio da igualdade na perspectiva do direito antidiscriminatório seja
3191 aplicado de forma versátil e plural, possibilitando aos grupos populacionais
3192 socialmente excluídos a sua inclusão social. Em 30 de novembro de 2021, foi
3193 entregue relatório elaborado pela Comissão de Juristas destinado a avaliar e propor
3194 estratégias normativas com vistas ao aperfeiçoamento da legislação de combate ao
3195 racismo estrutural e institucional no país, no qual foi apresentado como uma das
3196 conclusões em relação às políticas afirmativas e o setor público, a identificação de
3197 que o setor carece flagrantemente de ações afirmativas no âmbito de suas
3198 contratações e ações financiadas com recursos públicos, ausentando-se assim da
3199 posição de indutor de ações de enfrentamento à desigualdade racial no acesso do
3200 mercado de trabalho formal e na distribuição de recursos financiados pela
3201 sociedade. Da lei de cotas, lei 2.990 de 2014. Conforme mencionado, já o
3202 mecanismo é um órgão composto por 11 peritos que tem características sui gêneris.
3203 A seleção se dá por certame público e a ocupação dos cargos é por mandato com
3204 tempo certo e determinado e, portanto, não se enquadraria obrigatoriamente no
3205 limite de 20% previsto pelo artigo primeiro da lei 2.990. No que tange ao diploma
3206 legal supracitado, impede reconhecer que este foi há quase uma década uma forma
3207 inicial de reafirmar a necessidade de ampliar o ingresso, representatividade e
3208 participação social de todas as pessoas. Nesses termos, não há presença de
3209 qualquer impeditivo ético ou ao se reconhecer que, após quase 10 anos, a
3210 representatividade não é uma realidade fática em colegiados na atuação do serviço
3211 público. Portanto, realizar um certame público no qual as vagas serão oferecidas

3212 exclusivamente a pessoas negras e indígenas não é uma questão de conflito com
3213 a legislação supramencionada, mas, antes, acima de tudo, uma ação de reparação
3214 histórica. Por outro lado, devemos recordar que o princípio constitucional da
3215 igualdade expresso tanto no preâmbulo quanto no artigo 5º só será atendido quando
3216 a sociedade por si mesma conseguir equilibrar a participação em seus espaços e
3217 tornar presentes representantes dos diversos territórios, comunidades, heranças e
3218 ancestralidades. Enquanto isso, não há, não for uma realidade, não há que se medir
3219 esforço para tornar os espaços públicos melhor representados. Finalmente, para
3220 que não reste dúvidas acerca da inaplicabilidade da Lei nº 12.990 ao cargo de perito
3221 e mecanismo nacional da Segurança de Cultura, em vista de suas características...

3222 **Interlocutora não identificada** – Cíntia, seu microfone está aberto.

3223 **Interlocutora não identificada** – Características sui generis. Salientamos que a
3224 ação de cumprimento de preceito fundamental 41, que reconheceu como
3225 constitucional a lei de cotas, destacou-se que esta se refere a cargos efetivos e
3226 empregos públicos, hipóteses que não comportam cargo de perito do mecanismo.
3227 Inicialmente, frisamos que esse Ministério compreende a independência funcional
3228 desse colegiado, sendo o compromisso inegociável defendê-lo e preservá-lo.
3229 Destacamos ainda que temos ciência de que a atribuição do grupo de trabalho
3230 especificamente constituído para tal, elaborar o edital que regulará o certame
3231 público para prover as três vagas de perito. Reconhecemos também ser a atribuição
3232 do plenário do Comitê Nacional apreciar, propor alterações e aprovar a minuta do
3233 edital apresentada por o grupo de trabalho extraído do próprio colegiado. Isto
3234 postergamos a compreensão de que a proposta de edital exclusiva ora apresentada
3235 se mostra como medida necessária para promover a reparação e a superação do
3236 racismo estrutural da nossa sociedade. Além de estar alinhada à ativa atuação
3237 desse Ministério em promover a composição de cargos por mulheres, pessoas
3238 negras, indígenas e pessoas LGBTQIA+. Entendemos o edital exclusivo como um
3239 primeiro passo em relação à ampliação da representatividade no Mecanismo
3240 Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e ante a necessária reparação histórica
3241 da população negra e indígena que tem seu protagonismo ocultado na construção

3242 do nosso país. Propomos a esse colegiado que o sexto edital para provimento de
3243 cargos de perito do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura seja
3244 exclusivo para pessoas negras e indígenas, sendo duas vagas para pessoas negras
3245 e uma vaga para pessoa indígena, bem como três vagas para cadastro de reserva,
3246 devendo o edital determinar o prazo para acionamento do cadastro de reserva no
3247 caso de eventual vacância dos peritos. Para finalizar, eu acho que é uma questão
3248 que, para mim, é muito cara, então, algumas pessoas acreditem ou talvez não
3249 compreendam. Muita gente que não é branca passa por uma porta. É difícil manter
3250 ela aberta em nosso espaço. Não. Gente, a gente tem um microfone aberto. Espera
3251 aí. Espera aí, vão ver. Foi. É o nosso compromisso passar por essa porta e manter
3252 ela aberta. Eu sou uma mulher negra de pele clara, filha de um homem branco com
3253 uma mulher negra. Eu não nasci numa família de privilégios, mas cheguei até aqui.
3254 Cheguei até aqui pela qualidade do meu trabalho e pelo meu compromisso com a
3255 luta política. Sou uma militante política formada por uma organização política de
3256 base que construí por mais de dez anos e que saí quando tive divergência em
3257 relação à pauta racial, quando entendi que o que aquela organização propunha era
3258 insuficiente quanto a reparação histórica para as pessoas negras. E sairei de outros
3259 espaços se isso fosse necessário, porque isso não é uma coisa que eu vou
3260 negociar. Então, eu passei pela porta e vou segurar ela aberta para outros
3261 passarem. Algumas pessoas podem achar que isso é lacração. Algumas pessoas
3262 podem achar que isso é cartas marcadas. Algumas pessoas podem achar que não
3263 existem pessoas negras suficientes, capacitadas para estar nesse lugar. Algumas
3264 pessoas podem achar que não existem pessoas indígenas com capacidade de estar
3265 nesse lugar. Mas é nosso compromisso garantir e promover para que essas
3266 pessoas cheguem. Quando eu executei o meu primeiro projeto, o Solta Minha Mãe,
3267 eu fiz um seminário em que decidi que todas as conferencistas seriam mulheres
3268 negras. E eu ouvi que não havia mulheres negras para essas conferências. E eu fiz
3269 um seminário com oito conferências de mulheres negras. Com mulheres negras,
3270 falando sobre o encarceramento de mulheres. Então, o racismo nos invisibiliza, ele
3271 nega a nossa capacidade e a nossa potência. Eu, por sorte, nunca tive dúvida em
3272 relação à minha capacidade intelectual, porque eu fui incentivada desde muito

3273 pequena que essa era a minha melhor chance. E, de fato, foi. Eu não esperava estar
3274 fazendo esse debate aqui. Eu sempre me preparei para o enfrentamento em
3275 espaços majoritariamente compostos por pessoas brancas, conservadoras,
3276 homens, cis. E fazer esse debate entre pares é sempre mais difícil, mais doloroso,
3277 inclusive. Mas, ainda assim, eu acredito nessa proposta, assim como eu acredito
3278 que vai trazer, para a prevenção e combate à tortura, uma ampliação de qualidade
3279 e vai oportunizar os nossos a acessar um espaço dificilmente acessado. E vai mudar
3280 a vida de pessoas que vão acessar esses espaços. Tanto as pessoas que vão
3281 trabalhar quanto as pessoas que vão ser beneficiadas por esse trabalho. E eu fiz
3282 questão de trazer isso para o plenário, porque eu acho que é importante que a gente
3283 tenha um posicionamento membro a membro desse colegiado. Então, eu reitero
3284 que o Ministério de Direitos Humanos e Cidadania, que tem como ministro o pós-
3285 doutor Silvio de Almeida, como secretária executiva, defensora pública, a Rita, como
3286 secretária nacional de direitos humanos, a Isadora Brandão, como diretora de
3287 defesa de direitos humanos, a Ana Luíza, como coordenadora geral de combate à
3288 tortura, a Fernanda, como coordenadora de apoio do Comitê a Thamis e como
3289 coordenadora de apoio ao Sistema Nacional de Defesa e Combate à Tortura, a
3290 Daniela, mulheres negras e uma mulher branca, não vai recuar em sua proposta de
3291 um edital exclusivo para pessoas negras e indígenas no sexto edital para
3292 provimento de vagas, de três vagas, para perito do Mecanismo Nacional de
3293 Prevenção e Combate à Tortura. E aguardamos com expectativa o posicionamento
3294 dos membros desse colegiado. Mas vamos manter a nossa proposta porque
3295 entendemos que esse debate não pode mais esperar.

3296 **Sra. Jaqueline Aparecida Silva Alves Correa (Titular - Rede de Proteção e**
3297 **Resistência Contra o Genocídio)** – Questão de ordem, presidente. Eu só quero
3298 entender, na verdade, o que que entra agora em discussão. O que entra agora em
3299 discussão é a nota técnica? O que entra agora em discussão é a exigência de um
3300 posicionamento pessoal de cada membro do comitê? Eu não estou entendendo, na
3301 verdade, o que está em discussão. Só para compreensão.

3302 **Sra. Fernanda Vieira De Oliveira (Titular - Ministério Dos Direitos Humanos E**
3303 **Da Cidadania – MDHC)** – Eu acho que não existe posicionamento pessoal, Jaque.
3304 Todo mundo aqui representa uma organização. E o que está em discussão é esse
3305 colegiado vai construir um edital exclusivo ou não. A nota técnica é só um subsídio
3306 ao nosso pleito. E aí esse colegiado decide. Vamos construir um edital exclusivo?
3307 Sim. Não vamos? Não vamos. E a vida segue.

3308 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
3309 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Fernanda. Eu vou colocar a ordem das pessoas
3310 e pedir para todo mundo tentar respeitar o tempo. Camila, Rogério, Carol, Dácia e
3311 Patrícia.

3312 **Sra. Camila Barbosa Sabino** – Bom dia a todos, todas e todos. Só para uma
3313 questão mesmo de ordem também. Não sei se todos sabem, mas eu fiz uma fala
3314 no Fórum de Segurança Pública. É uma fala sobre a minha história de vida e
3315 também história profissional. Eu dividi a mesa com algumas pessoas também do
3316 governo naquele momento. E a partir de então me parece que essa fala foi um
3317 pouco tirada do contexto. Ou seja, parece que minha fala foi um pouco
3318 instrumentalizada para subsidiar essa proposta do governo. E essa atitude, ela criou
3319 um certo constrangimento, tanto interno para mim, quanto externo. Não só para
3320 mim, como para os membros do Mecanismo Nacional e também do Comitê
3321 Nacional. E esse tipo de discurso não fortalece o mecanismo. Ao contrário, ele
3322 fragiliza a nossa condição de órgão de Estado, porque além de ferir a nossa
3323 autonomia, assegurada pelo artigo 10 da Lei 12.847 de 2013, pressupõe que a
3324 nossa condição de servidor público disposta no artigo 11 da Lei 8.154 de 2013 deve
3325 justificar qualquer tipo de ação do governo, sendo que não. Então, nesse sentido,
3326 eu peço um pouco mais de cuidado e delicadeza e sensibilidade de alguns
3327 representantes do governo em relação à nossa autonomia. Muito obrigada.

3328 **Sr. Rogério Duarte Guedes** – Bom dia a todas as pessoas aqui presentes, que
3329 estão acompanhando online. É muito difícil falar sobre um tema tão caro, sobretudo
3330 de um lugar de integrante do mecanismo, reconhecendo a autonomia desse

3331 colegiado, mas também olhando para um lugar de onde a gente fala, porque o
3332 processo de seleção fala exatamente da composição desse órgão que viveu vários
3333 reveses e o último foi no último governo. E aí, assim, a gente vai precisar trazer
3334 alguns pontos, alguns argumentos para que esse colegiado tenha também o nosso
3335 entendimento, perceba como que a gente olha para essa nota técnica em alguns
3336 argumentos que são questionáveis. Quando se trata, quando fala no ponto 4.11 da
3337 análise diante de que o processo de seleção exclusivo para pessoas negras e
3338 indígenas é uma forma de reparação histórica diante de aspectos discriminatórios
3339 que excluíram até então o efetivo ingresso e participação de pessoas negras e
3340 indígenas nesse colegiado, ele não está olhando para o histórico do órgão e as suas
3341 composições. Só para, enquanto exemplo para senhoras e senhores, a última
3342 composição, que não é essa, que vocês estão vendo que, de fato, é
3343 majoritariamente pessoas brancas, mas o órgão teve pelo menos seis pessoas
3344 negras. Então, assim, não há que se dizer que o mecanismo não ofereceu os
3345 processos de seleção que esse colegiado propôs em momentos anteriores, não
3346 garantiu. E nós não estamos discutindo aqui a presença ou não, a aplicação ou não
3347 da lei de cotas. Nós entendemos o quanto isso é importante para além da
3348 representação de raça. A gente também entende a participação em todos os
3349 recortes, inclusive regionais. E eu acho que uma outra questão que é importante,
3350 por mais que se entenda que haja representações, o órgão não é um colegiado. O
3351 mecanismo, observando o OPCAT, ele tem status de instituição nacional de
3352 promoção e proteção de direitos humanos. Embora a gente tenha um pleno e a
3353 decisão seja em pleno, mas ele não se caracteriza como órgão colegiado como
3354 esse, em que há representação institucional. A representação no mecanismo, ela
3355 personaliza, personalíssima. Um outro argumento que se traz no ponto 6.1, que é
3356 especificamente tratando sobre a lei de cotas, em que diz, conforme anteriormente
3357 mencionado, o mecanismo é um órgão composto por 11 peritos, com características
3358 sui generis, a seleção se dá por certame público, a ocupação dos cargos é por
3359 mandato e, portanto, não se enquadraria obrigatoriamente na lei de cotas. E,
3360 finalmente, para que não reste dúvidas, acerca da inaplicabilidade da lei para o
3361 cargo de perito, em vista das suas características, salientamos que a ação, a ADPF

3362 4.1, reconheceu como constitucional a lei, destacando que ela só se refere a cargos
3363 efetivos e empregos públicos, hipótese que não se aplica aos peritos. Nesse
3364 sentido, a gente entende o quanto que esse argumento fragiliza o nosso órgão ao
3365 dizer que nós não somos serviço público, que foi esse o mesmo raciocínio que o
3366 Bolsonaro colocou no decreto 9831 e que exonerou todos nós. Então, o quanto que
3367 isso fragiliza a esse colegiado entender que esse argumento é válido, além disso,
3368 colocando, afirmando que não é obrigatória a ação afirmativa no mecanismo,
3369 porque, nesse ponto, a gente está atacando a proposta em curto prazo. A gente tem
3370 que defender que tem, porque, embora a lei do mecanismo seja omissa, o OPCAT
3371 não é. O OPCAT vem primeiro. O Brasil ratificou o OPCAT e, no OPCAT, vai dizer
3372 que precisa, sim, o Estado parte, ter dentro da sua composição de mecanismo o
3373 olhar para os recortes. É equivocado não dizer que nós não somos servidores
3374 públicos. Nós somos um órgão de Estado. O decreto 8154 de 2013, no artigo 11,
3375 ele vai dizer: “Aplicam-se aos membros referidos nesse artigo o código de ética
3376 profissional do servidor público civil do Poder Executivo Federal, respeitada a
3377 dignidade humana, assegurada a promoção das defesas jurídicas humanas das
3378 pessoas privadas de liberdade de vítima de tortura.” Então, assim, já vem sido, já
3379 tem um decreto dizendo que nós imploramos aos servidores públicos do que a gente
3380 faz. Todas as nossas ações estão amparadas e devem ser amparadas através do
3381 código de ética dos servidores públicos federais. O artigo 12, parágrafo 1º, o
3382 mecanismo, um outro ponto que confirma esse lugar enquanto serviço público
3383 federal, é de que o mecanismo dá publicidade do regramento sobre as suas visitas
3384 periódicas e regulares a pessoas privadas de liberdade e dos critérios para a
3385 definição das visitas extraordinárias e de seguimento e dos encaminhamentos e
3386 providências decorrentes à sua visita. Essa lei que fala sobre a publicidade dos atos,
3387 ela é aplicada aos órgãos públicos integrantes da administração direta dos poderes
3388 executivo, legislativo, incluindo cortes. Mais um artigo, mais um ponto em que a
3389 gente faz o destaque contraditório ao que está trazendo nessa nota. E, por fim, a lei
3390 12.857, que criou os nossos cargos, no artigo 14, diz que são criados os seguintes
3391 cargos em comissão de grupo de assessoramento, os DAS, que são os nossos
3392 cargos em comissão. Então, há uma contradição no que tange ao diploma legal,

3393 que a gente acabou de citar, que impede reconhecer que este foi, há quase uma
3394 década, uma forma inicial de reafirmar a necessidade de ampliar o ingresso, a
3395 representatividade, a participação social dessas pessoas. Nesses termos, não há
3396 presença de quaisquer impeditivos éticos ao reconhecer que, por quase dez anos,
3397 essa representatividade não é uma realidade fática em colegiados. Não é possível
3398 que esse argumento seja aceitável, porque há uma contradição clara a partir desses
3399 normativos que a gente acabou de citar. E a ADPF, que foi julgada em
3400 constitucionalidade do decreto 9831, que foi o decreto que exonerou os peritos, no
3401 voto do relator, do ministro Toffoli, o que ele diz? Os peritos do mecanismo serão
3402 nomeados pelo presidente ato de provimento originário que, como tal, pressupõe a
3403 existência de um cargo público a ser preenchido, garantidas ao titular todas as
3404 prerrogativas que decorrem do exercício da função, inclusive remuneração e as
3405 vantagens concorrentes. Manter um adequado quadro de peritos do mecanismo,
3406 todos ocupantes de cargo em comissão e devidamente remunerados, significa
3407 equipar adequadamente o órgão, em última análise, a administração pública federal
3408 como agentes públicos capazes de levar a cabo a finalidade última de prevenir e
3409 combater a tortura no Brasil.

3410 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
3411 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Rogério. Vou passar para a Carol, pedir para a
3412 gente ficar mais atento com o tempo. Sei que é um tema complexo, mas é só para
3413 a gente tentar manter a atenção.

3414 **Sra. Ana Carolina Bartolamei Ramos (Titular - Associação Juízes Pela**
3415 **Democracia)** – Bom dia a todos. Em primeiro lugar, eu acho que cabe dizer que o
3416 que nós estamos trazendo enquanto mecanismo aqui não é a discussão se deveria
3417 haver mais representatividade no órgão. Estamos plenamente de acordo, inclusive,
3418 que tenha, e estamos dispostos a pensar em critérios que possibilitem a
3419 representatividade no próximo edital, se o Colegiado estiver aberto às nossas
3420 sugestões. Então, só colocar isso para começar. O processo seletivo para o
3421 mecanismo, ele é um processo seletivo público, para começar. Ele é regido pela lei
3422 12.847, que em seu artigo 8º, parágrafo 1º diz: “O MNPCT será composto por 11

3423 peritos escolhidos pelo CNPCT.” Por este colegiado. “Entre pessoas com notório
3424 conhecimento e formação de nível superior, atuação e experiência na área de
3425 prevenção e combate à tortura, e a outros tratamentos e penas cruéis, desumanos
3426 e degradantes, e nomeados pelo Presidente da República para um mandato de três
3427 anos permitido uma recondução.” Portanto, a gente tem, a gente entra e ingressa a
3428 partir de uma seleção pública, ocupa um cargo de DAS, que é sim um cargo de
3429 servidor público, só que por um período temporário, é um mandato. Então, a gente
3430 cumpre por três anos, podemos ter uma recondução o tempo máximo de seis anos.
3431 Esse não é um cargo vitalício, ele é um cargo rotativo. E também o decreto 8.154
3432 de 2013, que em seu artigo 10, parágrafo 1º, disciplina que o procedimento de
3433 escolha dos peritos do mecanismo será disciplinado em ato do CNPCT,
3434 asseguradas ampla divulgação e transparência. Então, da nossa perspectiva, quem
3435 tem que apresentar uma proposta é o colegiado, na verdade é a comissão de
3436 elaboração do edital que foi tirada na reunião de maio, e é isso que deve ser
3437 apreciado por esse colegiado, entendemos que uma proposta isolada do governo
3438 do ministério de um membro, não deveria ser votada, desvinculada de uma proposta
3439 que é elaborada dentro da comissão de elaboração do edital. Isso é uma questão
3440 da garantia da nossa autonomia. Nós não somos escolhidos pelo governo, nós
3441 somos escolhidos por um colegiado com maioria de representação de sociedade
3442 civil. Todo mundo que está aqui foi escolhido por um colegiado com maioria de
3443 representação da sociedade civil. É isso que assegura nossa autonomia. Se nós
3444 permitirmos que qualquer governo que entre, a partir de quaisquer critérios que for,
3445 façam gerências no nosso processo seletivo, nós estamos abrindo mão e
3446 comprometendo o sistema nacional de promoção e combate à tortura. Para
3447 começar, nós vamos zelar pela autonomia do nosso processo seletivo e para isso
3448 temos alguns instrumentos e órgãos que podemos acionar. Vou citar alguns, no
3449 plano internacional, o comitê contra a tortura da ONU, o subcomitê de promoção à
3450 tortura da ONU também, também podemos acionar aqui no plano nacional o
3451 Ministério Público Federal e a Defensoria Pública da União. E vamos zelar pelo
3452 nosso processo seletivo que ele seja feito de maneira autônoma. Eu acho que o
3453 debate sobre esse tema precisa ser um debate republicano. Não dá para usar de

3454 instrumentos coercitivos e de constrangimento das pessoas para fazer um debate
3455 como esse. Isso é feito para tolerar o debate. Não é feito para promover o debate.
3456 Então, o constrangimento de colocar membro a membro para votar, para anotar em
3457 ata quem é racista e quem não é, isso é intimidação e nós não vamos tolerar isso
3458 também enquanto mecanismo, porque isso nos toca diretamente. Então, eu
3459 defendo que isso seja um debate republicano, um debate aberto, um debate que as
3460 pessoas possam falar sem serem ameaçadas de que isso vai ficar no currículo delas
3461 ou não. Então, isso é fundamental. Também não podemos permitir que o nosso
3462 edital seja visto como uma oportunidade de se fazer uma política de governo. Se o
3463 governo entende necessário ampliar a política de ações afirmativas, que o faça
3464 enquanto governo federal. Não instrumentalize o nosso edital para fazer isso. O
3465 nosso edital, ele tem como fim, em si mesmo, a composição dos quadros do
3466 mecanismo e não promover uma política que o governo considera importante,
3467 porque pode vir um próximo governo fascista como estava e tentar usar o nosso
3468 edital também para promover as suas políticas fascistas. Então, a gente tem que ter
3469 muito cuidado com os precedentes que a gente coloca a partir dessa forma de
3470 ingerência que o governo tem feito sim inclusive constrangendo pessoas do órgão,
3471 do mecanismo para ser favorável ao seu posicionamento. E aí, reiterando a ADPF
3472 607 que julgou, o que ela julgou a ADPF 607? O decreto que o Bolsonaro alterou o
3473 nosso decreto para nos exonerar e transformar o nosso trabalho em não
3474 remunerado. Então, a ADPF 607 vai julgar a inconstitucionalidade dessa alteração.
3475 Então, trazendo a importância de que isso é uma política de Estado. Então, vou citar
3476 um trecho, inclusive, da ADPF que diz: “Não se trata de uma escolha das
3477 autoridades que ocupam em caráter eventual os mais altos cargos da República,
3478 mas sim de uma política de Estado que transcende ideologias e visões de mundo,
3479 pois retira diretamente da Constituição Federal o fundamento de sua existência.” E
3480 aí, eu quero falar uma coisa assim, nós precisamos preencher os quadros do
3481 mecanismo. Nós estamos em nove e não em onze há mais de um ano. Nós vamos
3482 perder mais uma pessoa na semana que vem, porque o mandato dela acaba e ela
3483 já foi reconduzida. Nós ficaremos em oito. Oito pessoas para monitorar 27 unidades
3484 federativas. Isso é desumano, não é possível. Nós nos dividimos em pontos focais,

3485 cada um de nós monitora três Estados, o que é uma impossibilidade, monitorar
3486 sozinho um Estado já é impossível, quanto mais três, a Bárbara vai sair na semana
3487 que vem, os Estados delas serão redistribuídos. Terão pessoas monitorando quatro
3488 Estados, quer dizer, como que isso está fortalecendo a nossa política de promoção
3489 e combate à tortura? Como que fazer um edital que tem um grave risco de
3490 judicialização, porque somos, sim, servidores públicos e é, sim, um processo eletivo
3491 público, como que isso nos fortalece? Não há precedente judicial para fazer o que
3492 está se propondo e não há argumento jurídico, inclusive a nota técnica é muito falha
3493 em termos de argumento jurídico. E aí vai se abrir o risco de judicialização, que é o
3494 risco, que não é de vocês, do colegiado, ele é nosso. Quem vai trabalhar mais
3495 somos nós. Quem vai sair perdendo são as pessoas privadas de liberdade, em sua
3496 maioria negras, inclusive. Três pessoas no mecanismo é suficiente para comprar
3497 uma equipe de missão. Quer dizer, é uma equipe que poderia, no ano, fazer, no
3498 mínimo, duas missões. Então, são dois Estados a menos que receberão visitas do
3499 mecanismo, enquanto essa questão do edital não se resolve, caso seja
3500 judicializado, que tem um grande risco de ser. E aí, só para lembrar, que talvez as
3501 pessoas não entendam muito bem, a gente não vai só na unidade, escreve um
3502 relatório e acaba, não. A cada vez que a gente vai numa unidade, a gente identifica
3503 casos extremos e agudos que, sem a nossa intervenção, poderiam, inclusive,
3504 resultar na morte daquelas pessoas. Isso não foi uma vez, não foi duas. Isso
3505 acontece em todas as missões que a gente vai. Então, são pessoas que nós
3506 estaremos deixando de atender, que estão ali, talvez, numa situação absolutamente
3507 aguda, sem acesso nenhum, e nós estaremos deixando de atender para que o
3508 governo faça uma política, em vez de fazer uma política que faça enquanto governo,
3509 que proponha e faça política pública, não nos instrumentalize para isso. E esse
3510 comitê, esse colegiado, tem a obrigação legal de zelar pelos melhores interesses
3511 do órgão, do mecanismo nacional e das pessoas privadas de liberdade. E não me
3512 parece que essa proposta esteja fazendo isso. A proposta colocada aqui pela nota
3513 técnica, que é inaceitável para nós, porque, assim, uma proposta que diz que nós
3514 não somos servidores públicos. Que fragilização é essa que o Ministério dos Direitos
3515 Humanos está assumindo para o nosso órgão e que nós recomendamos que esse

3516 colegiado não assuma? Porque, no momento que se diz que nós não somos
3517 servidores públicos, quer dizer que o regime jurídico que nos rege está para debate.
3518 E isso fortalece, inclusive, no futuro, quando, se por um acaso, um governo fascista
3519 de direito entrar, isso, inclusive, fortalece o nosso desmonte. Isso fortalece o nosso
3520 desmonte. Porque, ao dizer que nós não somos servidores públicos, também não
3521 temos as garantias de servidores públicos. Então, isso é algo que, para nós, é
3522 inegociável. Somos servidores públicos, sim. E o regime jurídico que nos rege deve
3523 ser solidificado e não colocado para debate. E, por fim, eu vou fazer uma defesa da
3524 política de ações afirmativas. Porque a nota técnica chega ao ponto de afirmar que
3525 não se aplica a lei de cotas para o mecanismo. Me parece, no mínimo, um tiro no
3526 pé. Porque, assim, está se comprometendo, então, que haja política de ações
3527 afirmativas em todos os outros editais do mecanismo. Inclusive, assim, se o MDHC
3528 está preocupado em garantir representatividade no serviço público federal, na
3529 nossa avaliação, o Ministério deveria começar defendendo a política de ações
3530 afirmativas que já existe e está consolidada desde 2014. Então, o nosso
3531 entendimento institucional no mecanismo é de que, sim, a lei de ações afirmativas
3532 é aplicável à nossa seleção, porque nós somos servidores públicos, nossa seleção
3533 é pública. Nós não só entendemos que ela é aplicável, nós elaboramos uma
3534 recomendação, em conjunto com o mecanismo estadual da Paraíba, do Rio de
3535 Janeiro e de Rondônia, que diz que se garantam vagas para ações afirmativas em
3536 todos os editais de mecanismos preventivos que selecionem três membros ou mais,
3537 através de cotas raciais, seguindo o procedimento legal e enfatizando que os
3538 candidatos inscritos no sistema de ação afirmativa que forem aprovados no número
3539 de vagas oferecidas para ampla concorrência, não serão computadas para fins de
3540 preenchimento de vagas reservadas, conforme o disposto no artigo 3º, parágrafo 2º
3541 da lei de ações afirmativas. Então, a ação afirmativa não visa limitar o número de
3542 pessoas negras no órgão, mas sim garantir, garantir e ampliar a possibilidade.
3543 Então, defendemos, sim, que a lei de cotas nos é aplicável e que, obrigatoriamente,
3544 deve ser aplicado não só neste edital, em todos os editais. Inclusive, coloco aqui
3545 como uma sugestão de que algum membro possa fazer, de encaminhamento, talvez
3546 a gente pudesse elaborar uma recomendação conjunta para que se altere o decreto

3547 8.154 para que haja um dispositivo que diga que é obrigatória a aplicação da lei
3548 12.990 para as seleções do mecanismo, deixando claro que a nós se aplicam as
3549 disposições da lei de ações afirmativas, porque isso, sim, é construir política de
3550 Estado. Isso, sim, é garantir que as nossas próximas eleições, independentemente
3551 do governo que estiver aí, tenham ações afirmativas. O que essa nota faz, o que
3552 essa proposta faz é legitimar que não tem ações afirmativas, o que, assim, é uma
3553 contradição que eu não consigo superar e, para a gente, é inegociável defender as
3554 ações afirmativas que estão estabelecidas no país. Então, eu acho, inclusive, que,
3555 ao invés de fazer uma nota técnica dizendo que não se aplica ao edital de seleção
3556 do mecanismo as ações afirmativas, o Ministério deveria fazer uma nota técnica
3557 defendendo o que se aplique, defendendo a política, e não o contrário. Então, assim,
3558 é algo realmente muito complicado. E aí, para finalizar, eu acho que, assim, a gente
3559 precisa criar bases sólidas para garantir a longevidade das políticas públicas,
3560 inclusive para sobreviver a governos fascistas. Então, a ideia aqui seria solidificar
3561 as bases do processo relativo do mecanismo e defender, dentro dessas bases, que
3562 haja lei de cotas em suas seleções de maneira obrigatória em todos, nesse e nos
3563 próximos editais. Então, diante de tudo que eu expus, do que o Rogério expus e do
3564 que a Camila expus, nós, enquanto mecanismo nacional de promoção e combate à
3565 tortura, estamos recomendando que este colegiado rejeite a proposta colocada pelo
3566 Ministério dos Direitos Humanos, porque ela nos fragiliza, enquanto órgão, ela
3567 fragiliza o nosso edital e ela fragiliza a política de ações afirmativas que existe no
3568 país. Obrigada.

3569 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
3570 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Carol. Dácia.

3571 **Sra. Dácia Cristina Teles Costa (Suplente - Conselho Federal De Serviço Social**
3572 **- CFSS)** – Então, eu acho, por tudo que foi ouvido aqui, acho que a gente tem uma
3573 necessidade de que esse edital seja publicado. E penso que a gente precisa retomar
3574 encaminhamentos que já foram feitos por esse colegiado, inclusive com designação
3575 de representantes aqui para elaborar o edital. E as considerações que estamos aqui
3576 suficientemente esclarecidos, elas vão constar. Mas eu penso que não é olhar uma

3577 parte. Me incomoda, é dar um destaque. Nesse momento, eu gostaria de ver o edital
3578 como um todo, com as fundamentações feitas por quem está designado, por esse
3579 colegiado, para fazer essa proposição, dada a necessidade de urgência, que está
3580 sendo aqui apresentado desde ontem, diante de outras situações. E aí a gente olha
3581 na totalidade a proposta de minuta de edital que precisa ser publicada com a
3582 máxima urgência. Porque se não a gente vai ficar aqui, eu acho que não tem
3583 desacordo que precisa registrar. O Conselho Federal de Serviço Social não tem
3584 desacordo com cotas, ao contrário, a gente historicamente tem feito defesas em
3585 favor disso, inclusive no próprio enunciado da legislação. Mas eu penso que a gente
3586 precisa cuidar das nossas práticas institucionais. Eu acho que a nota chega fazendo
3587 provocações devidas e necessárias, é sobre esse tema, mas poderia ser sobre
3588 qualquer outro tema, mas eu acho que a gente tem uma necessidade de olhar o
3589 edital, e eu não gostaria de tratar aspectos isolados, até porque senão fica assim,
3590 quem é contra e quem é a favor de cota, por favor! Não entre nós, não dessa forma,
3591 não desse jeito. A gente passa muita coisa em outros espaços, [Ininteligível], você
3592 mesma colocou isso, que entre nós a gente está querendo avançar sobre outras
3593 premissas, e eu acho que agora o que urge é a gente garantir que seja feita a
3594 publicação desse edital do modo como o grupo representado e do qual você faz
3595 parte para compor essa elaboração nos apresente, a gente possa olhar com todas
3596 as matizes e outros aspectos que foram aqui citados. É isso, não mais acho que a
3597 gente precisa instituir o grupo e tocar os trabalhos que a gente se não vira
3598 retrabalho, sabe? Obrigada.

3599 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
3600 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Dácia. Passar a palavra para a Patrícia.

3601 **Sra. Patrícia** – A minha fala é muito rápida em relação a dois pontos específicos
3602 que eu venho acompanhando e participando da discussão da reunião de hoje. A
3603 primeira tem a ver com a questão dos membros e da respectiva institucionalidade.
3604 Não há indivíduos no sentido subjetivo, Patrícia vai falar, não. Eu imagino, e aí eu
3605 reforço um pouco a fala do que o Caio fez no início, tanto para a sociedade civil
3606 quanto para os representantes governamentais, nós estamos aqui imbuídos de um

3607 mandato institucional, coletivo. Então, isso é, isso primeiro acho muito importante.
3608 Uma segunda coisa que eu gostaria de falar porque foi, eu fui, levantei meu prisma
3609 e ouvi a fala do pessoal, do mecanismo, é assim, a princípio e muito claramente
3610 todo mundo está convergindo para a mesma relevância das políticas afirmativas.
3611 Não acho que há nenhum tipo de divergência em relação a isso. E na hora que eu
3612 levantei meu prisma, eu pensei muito em falar de um programa que o MEC recriou
3613 que se chama Abidias Nascimento e que ele foi ele foi sumariamente extinto por
3614 portaria no período de um governo horrível e eu como servidora concursada, tive
3615 que ficar lá porque eu não sei cantar e não sei tocar bandolim porque eu poderia ter
3616 pedido a minha exoneração. Eu entendo um pouco a angústia da Nana quando ela
3617 fala sobre a burocracia. A burocracia realmente às vezes desculpa a expressão
3618 cansa mas ela faz parte da institucionalidade necessária para que Patrícia quando
3619 vem aqui diga ao MEC a favor. O MDH fez uma nota técnica. Então, isso também
3620 às vezes protege de governos autoritários e fascistas mas quatro anos o MEC teria
3621 fundado. Eu digo isso com toda a propriedade de quem passou os dias lá vendo.
3622 Então, o programa Abidias Nascimento foi extinto por portaria intencionalmente. Foi
3623 recriado com a CKD e ele tem, ele é um programa de afirmação e a ideia de que a
3624 política afirmativa e o chamamento para que tanto na burocracia quanto nas
3625 instâncias nos espaços que são reconhecidamente públicos reflita a cara, a cor e a
3626 diversidade da nossa sociedade brasileira. Nós não somos estadunidenses. Nós
3627 somos da América Latina. Nós temos a população negra que vem inclusive se
3628 qualificando de uma forma maravilhosa mas por conta das ações afirmativas
3629 inclusive do programa Abidias Nascimento que foi extinto mas que teve filhos e filhas
3630 que hoje são professores universitários negros e negras que promovem estudos
3631 sobre negritude e que tem uma possibilidade potencial de mudar a epistemologia
3632 do pensar brasileiro para que mude também a nossa representatividade enquanto
3633 Estado. Esse é um processo, eu como sou professor da educação aprendi a ter
3634 paciência ainda que eu fique revoltada com quanto a gente poderia ter avançado. É
3635 sempre um processo de longo, o que eu quero apenas deixar registrado é que na
3636 minha segunda reunião presencial nesse comitê eu vejo uma convergência de fala
3637 em relação a política de ações afirmativas por gentileza não percam isso de vista

3638 se for difícil de votar isso agora suspenda para discutir a natureza do do mecanismo
3639 para, vamos, vamos, gente vamos aqui convergir de uma forma do diálogo e no
3640 conflito, porque o conflito também no governo Lula ele é bem-vindo, não é isso?
3641 Então, é isso, a participação do MEC é para dizer isso e que se houver votação ele
3642 vai se abster porque não está amadurecida ainda para tomar a posição da Patrícia
3643 que fala o próprio mistério da educação.

3644 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
3645 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Patrícia. Vou passar a palavra para o Caio. Não,
3646 você é a Nana e depois...

3647 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade – SOMOS)**
3648 – Eu acho que eu fui o último a me inscrever.

3649 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
3650 **e Cidadania – ITTC)** – Bom, então, tudo bem. Então, é a Jaque, o Caio e a Nana.

3651 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade – SOMOS)**
3652 – Mas, Jaque, se tu quiser, o meu é super rápido e burocrático.

3653 **Sra. Jaqueline Aparecida Silva Alves Correa (Titular - Rede de Proteção e**
3654 **Resistência Contra o Genocídio)** – Ok, vai lá.

3655 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade – SOMOS)**
3656 – É que a Jaque vai e fica para fechar com chave de ouro. Pode colocar o tempo
3657 ali, valendo. Só vou colocar um comentário e um pedido, uma sugestão para a
3658 continuidade desse debate em próximas reuniões. Sobre a nota, o meu comentário
3659 ali é sobre o ponto da nota que fala sobre o último processo seletivo, que é um
3660 comentário que, obviamente, eu vou fazer porque eu presidi o último processo
3661 seletivo. Então, eu não concordo quando a nota diz que, abre aspas, o último edital
3662 de seleção se equivocou ao excluir a possibilidade de que as pessoas negras
3663 concorressem às vagas destinadas a ampla concorrência. Salvo o melhor juízo, isto
3664 não aconteceu. As pessoas que optaram pela reserva de vagas concorriam nas

3665 duas listas. Isso foi garantido no último processo seletivo. Equivoca-se a nota nesse
3666 sentido, porque dá a entender que houve algum tipo de procedimento ou processo
3667 de seleção que piorou a situação das pessoas que estavam buscando ali a reserva
3668 de vagas. Também tem um item ali, 6.2, que fala sobre representatividade de
3669 colegiados, que eu também acho que é um pouco injusta. Este colegiado, nesta
3670 gestão, tem algo muito fantástico, que é uma representatividade muito forte,
3671 especialmente de mulheres negras que não tinha na última gestão. Então, não acho
3672 que, nesse sentido, falte representatividade neste colegiado, neste momento. E a
3673 última questão, para mim, é uma questão de procedimento. Quando o colegiado for
3674 discutir seleção, processo seletivo e critérios de seleção, que é o que a gente está
3675 fazendo agora, primeiro, a reunião é uma reunião reservada e não participam da
3676 reunião quaisquer interessados. Então, embora as colocações dos membros do
3677 mecanismo sejam fundamentais para a discussão, as que foram colocadas até
3678 agora, daqui para a frente, em outras questões de critérios, eles não devem ser
3679 incluídos. A gente conversa sozinho sobre isso. Isso é uma forma de garantir que a
3680 gente possa se expressar de forma mais livre possível e que a gente não tenha
3681 interferência das pessoas que são potencialmente interessadas nos critérios do
3682 processo seletivo.

3683 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
3684 **e Cidadania – ITTC) – Obrigada, Caio.**

3685 **Sra. Jaqueline Aparecida Silva Alves Correa (Titular - Rede de Proteção e**
3686 **Resistência Contra o Genocídio) –** Então, a Jaque, a Nana e o Coutinho. Primeiro
3687 que eu já vou começar me justificando, inclusive mulher preta tem muito hábito de
3688 se justificar para caramba, porque eu não vou respeitar os três minutos e, também,
3689 como fruto de uma voz historicamente silenciada, eu gostaria de pedir à presidência
3690 que minha fala não fosse cerceada. Eu sou fruto de uma política de cotas. Eu cursei
3691 direito na Universidade Presidencial pela política de cotas do Programa
3692 [Ininteligível]. Eu sou fruto de uma política de ação afirmativa e as defendo com a
3693 minha vida, se necessário for. Eu sou filha de uma mulher preta, sou filha de um
3694 homem preto, alcoólatra, completamente sequelado. Eu cresci em um lar violento e

3695 eu, com sete anos, falei para minha mãe, vamos fugir dele. E ela falou, aqui a gente
3696 enfrenta uma pessoa, uma mulher preta com quatro crianças, aí fora, vamos ter que
3697 enfrentar uma sociedade inteira. E eu prometi para minha mãe, aos sete anos, que,
3698 enquanto eu tivesse vida, eu ia provar que a sociedade estava errada. Então, eu
3699 não cresci com a ideia de que é eu contra a sociedade toda. E, sem qualquer
3700 constrangimento, diferente do que foi colocado pela Nana, eu vim para esse espaço,
3701 para o Comitê Nacional, sim, disposta e ciente de que eu faria, dentro desse espaço,
3702 um embate racial. Que é que, dentro desse espaço, que sim, por diversas vezes, a
3703 questão racial ia ser tema de enfrentamento. A política de cotas, a qual me formou,
3704 me beneficiou, fez com que eu acessasse espaços não negros, porque eu cresci
3705 em espaços negros. Em espaços de extrema violação, em espaços de extrema
3706 marginalização. E eu me sinto muito desconfortável estar nesses espaços sozinha.
3707 Para mim, é muito triste quando eu olho para o lado e não vejo ninguém igual a
3708 mim. Para mim, eu acho que pessoas pretas e caras pretas têm que ocupar todos
3709 os espaços. Mas é triste demais para mim quando eu me vejo nesse espaço
3710 sozinha. Quando eu cheguei nesse comitê, que eu estava muito tensa, meu
3711 processo de vir para cá foi um processo tenso. Quando eu disse por mensagem que
3712 eu estava chegando, eu fui recebida por uma mulher preta. A Patrícia foi lá fora, me
3713 recebeu e disse: “Seja bem-vinda ao Comitê Nacional.” E eu estava numa extrema
3714 tensão. A minha placa estava alocada também ao lado de uma pessoa preta, o Vitor,
3715 que não está hoje presencialmente. Ao lado do Vitor também estava uma pessoa
3716 preta, a Mauri, que olhou, sorriu: “Você é a Jaque, seja bem-vinda.” Quando eu
3717 cheguei aqui e vi pessoas que se pareciam comigo, eu lembro que acho que o
3718 primeiro sorriso que eu dei foi para a Mira. Quando eu vi nesse colegiado pessoas
3719 que se parecem comigo, ninguém precisava falar nada. Eu já me sentia acolhida
3720 nesse espaço. Embora, desde o início e em nenhum momento eu duvida que esse
3721 também não é um espaço de enfrentamento, porque a sociedade assim o é para
3722 mim. A sociedade assim o é para pessoas como eu. Mas eu tive plena convicção
3723 naquele momento que em qualquer dessas discussões eu não estaria sozinha. E
3724 antes que eu chegasse nesse espaço, mas quando eu saberia que eu viria para o
3725 Comitê Nacional, teve uma palestra na UAB São Paulo sobre diagnóstico do

3726 sistema prisional. E quando eu fui olhar quem iria fazer a exposição desse, estava
3727 lá a Camila Sabino, perita do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.
3728 Então, na verdade, o primeiro contato que eu tive com o Comitê foi através da
3729 Camila Sabino, na UAB de São Paulo, que começou a fala dizendo eu, quando falo,
3730 falo do meu lugar de mulher preta. Eu sou advogada, entrego os quadros da UAB e
3731 sei o quanto aquele espaço é opressor. O quanto as prerrogativas da advocacia
3732 servem para a advocacia branca e não para a preta. E que eles estão se lixando,
3733 se eu sou barrada na porta da delegacia e do fórum. Porque a preocupação é
3734 quando para o advogado branco a audiência atrasa meia hora. E quando eu vi
3735 Camila Sabino naquela mesa como Comitê Nacional, eu falei acho que não vai ser
3736 tão difícil esse processo. Eu como disse, sou fruto da Política de Ação Afirmativa,
3737 mas a Universidade me deu um diploma. A Universidade me deu um título de
3738 graduação que faz com que as pessoas falem, nossa, uma 15, nossa, advogada,
3739 mas o que me forma cotidianamente é a cultura periférica chamada hip-hop. Eu sou
3740 das ruas do movimento hip-hop, sou de quebrada, sou dos slums. Eu sou o grupo
3741 que se reúne para fazer umas rimas, mas tem que correr da polícia. Eu sou esse
3742 grupo. Embora eu tenha tido sempre na minha vida que era eu contra a sociedade
3743 inteira, eu descobri nas ruas diversos aliados e aliadas. Embora a nossa luta seja
3744 constante e muito árdua, é muito importante, é muito significativo quando você olha
3745 e você não se vê sozinha. E, para mim, é muito significativo quando eu pensava
3746 que era eu contra a sociedade, que seja uma pessoa do meu lado, que sejam duas,
3747 que isso é significativo demais. Isso, para mim, já é um grande exército. Eu, desde
3748 o primeiro momento, desde a minha primeira manifestação, nesse colegiado, o meu
3749 primeiro apontamento foi sobre questão racial. Eu faço questão cotidiana de elogiar
3750 o trabalho das peritas e do perito do mecanismo, mas os meus apoios em regras
3751 são sobre questão racial. E isso, pelo menos pelo que eu vi, nunca causou qualquer
3752 constrangimento. Qualquer constrangimento. Mas, eu me inscrevi, eu já disse isso
3753 aqui, mas acho que é necessário repetir, eu me inscrevi para essa comissão do
3754 edital exatamente por uma lacuna gigantesca que eu enxergo que a questão racial
3755 não é tratada com a devida atenção. Eu me inscrevi para esse edital exatamente
3756 para racializar esse rolê, e eu falei isso desde o primeiro momento. Eu sou membro

3757 da comissão que era para já estar instituída e apresentando aqui uma proposta de
3758 edital. Acho, inclusive, como eu entendo que a luta coletiva é muito mais forte, seria
3759 muito significativo de a gente trazer uma nota enquanto comissão. De a gente trazer
3760 uma diretriz enquanto comissão. Por que qual que é o nosso papel para apresentar
3761 uma minuta para esse colegiado se a gente nunca discute, se essa publicação
3762 nunca sai? Que porcaria de reajustes são esses que estão desde maio numa
3763 questão que em maio nós tiramos aqui como uma questão urgente? E se a questão
3764 é mulheres pretas, o porquê que a mulher preta que foi nomeada não participa
3765 dessa discussão? O porquê que a mulher preta que foi nomeada para fazer a
3766 discussão do edital, eu não tenho a contribuir? Ou eu também vou ter que
3767 comprovar aqui o meu lugar de intelectualidade e de capacidade de contribuir no
3768 debate? Porque se a porta é mais difícil de ser aberta para mulheres não retintas,
3769 eu já estou habituada a vida inteira a pular a merda da janela. A vida inteira. Só que
3770 quando eu pulo a janela, se não tiver mulher preta lá, eu vou obrigatoriamente puxar
3771 as que ficaram, porque eu não quero estar em nenhum espaço sozinha. E aí eu
3772 lamento inclusive que se essa nota fosse transmitida pela comissão e entrada para
3773 cá, a gente teria um debate muito aprofundado. Embora, novamente, eu sempre
3774 entendi que é eu contra a sociedade inteira. Eu não acredito no maluco individual.
3775 A questão de enegrecer o mecanismo. Eu discuti com a Dácia, eu discuti com a
3776 Patrícia, eu discuti com a Miriam, eu discuti com a Cleia, eu discuti com a Camila.
3777 Nós, enquanto mulheres, apontamos essa necessidade. Se a questão é visibilizar
3778 a mulher preta, por que... Se é para trazer um direcionamento para esse colegiado,
3779 por que que não é discutido com essas mulheres pretas que estão aqui fazendo
3780 esse enfrentamento? Porque quando a mulher preta do mecanismo abre a boca
3781 para falar, é para dizer a minha fala foi distorcida e instrumentalizada. Que processo
3782 é esse para incluir mulher preta que está expondo uma mulher preta? Que processo
3783 é esse? A Maury e Cleia, na reunião de maio, ela trouxe já um edital que o jurídico
3784 do CFESS apresentou, estudou para direcionar, porque ela não poderia contribuir,
3785 mas ela já trouxe diversos apontamentos jurídicos para facilitar o trabalho da
3786 comissão que ela não podia integrar, exatamente no entendimento que a maioria
3787 das pessoas que são privadas de liberdade são pessoas pretas. Ela não podia estar

3788 na comissão, mas ela queria contribuir para a celeridade daquele processo. Que
3789 espaço é esse que eu quero visibilizar pessoas pretas, que eu desconsidero um
3790 trabalho de uma mulher preta para acelerar esse processo? Que visibilidade é
3791 essa? Para mim, é muito incoerente eu querer visibilizar mulheres pretas quando
3792 eu não discuto com elas, quando eu não achamos por processo, e quando eu trago
3793 uma proposta, ao que me parece, me desculpe, se limita no constrangimento e na
3794 lacração. Eu vou repetir isso, sim. Eu vou repetir isso e vou repetir isso muitas vezes,
3795 e eu gostaria, eu quero, inclusive, ser convencida do contrário. Eu gostaria muito.
3796 Para mim, e do meu lugar, a questão racial jamais será negociável. E eu estou
3797 disposta a fazer todo e qualquer enfrentamento que for necessário. Eu sou
3798 completamente favorável à política de ações afirmativas. Inclusive, a política de
3799 ações afirmativas é a minha luta diária, porque está mais aquém de você não olhar
3800 no espaço de poder e decisão e você não ver corpos pretos. Eu não entro no
3801 supermercado. Eu fui agredida por dois seguranças. Porque eles não conseguem
3802 imaginar que eu tenho minimamente poder de compra. Eu não posso estar lá
3803 comprando lasanha e semente de chia. Eu não entro no supermercado, eu sou mãe.
3804 Sabe o que é a dificuldade? Então, eu não estou falando de estar lá, eu estou
3805 ocupando espaço de coordenação. Eu estou falando que o racismo, que é
3806 estrutural, ele afeta a minha maternidade. Ele afeta a qualidade da profissão que eu
3807 escolhi. E se o racismo o é estrutural, ou a gente mexe nas estruturas, ou a gente
3808 tem ações que vão mexer nas estruturas, ou elas são completamente inócuas. Esta
3809 informação aqui de que 44%, inclusive, da população de 18 a 24 anos é preta, é
3810 uma mentira. Sua maioria das pessoas que eu conheço, de onde eu moro, de onde
3811 eu venho, passaram pelo sistema prisional. Eu já tive uma tentativa forjarem uma
3812 prisão, ainda deram risada e falaram lá, vamos colocar tráfico. E sabe qual que era
3813 a minha insegurança? Que eu, enquanto uma mulher preta, do hip-hop e
3814 maloqueira, quando falasse em envolvimento com o tráfico, ninguém ia ter dúvidas.
3815 Qualquer pessoa que me conhece iria fazer a leitura que eu era uma traficante.
3816 Porque nós somos corpos-avos, é o tempo todo. É a minha cara que está no perfil
3817 do suspeito e eu quero sim a minha cara no mecanismo nacional. Mas, para mim,
3818 até quando a gente fala assim, olha, não é serviço público, então vamos colocar

3819 preto lá. Não, eu quero preto em um serviço público. Quero. Eu quero preto na Casa
3820 Civil. Eu acho, inclusive, que se é para fazermos nossa nota técnica e balizar pela
3821 ausência de pessoas pretas no serviço público, fazemos uma nota técnica para a
3822 Casa Civil. Fazemos uma nota técnica para o Ministério da Fazenda. Vamos falar,
3823 ninguém entende mais de economia do que a mulher preta. Ninguém entende mais.
3824 Porque quem é que tem que sustentar um monte de filhos com uma miséria de
3825 dinheiro, que é o que a maioria das pessoas gastam num rolê, se entende muito
3826 bem de economia. Porque ela não precisa ter qualificação superior. Vamos colocar,
3827 eu, inclusive, ontem que eu estava lendo a nota, eu entrei no Ministério dos Direitos
3828 Humanos. É quem é quem. Entrei no site do Ministério dos Direitos Humanos, eu
3829 comecei a ver a primeira cara. Ela não era preta. Ela não era preta. Aí eu vi a
3830 segunda, ela não era preta. Aí eu pensei, acho que não vou ver mais. Porque, para
3831 mim, está constrangedor. O racismo é estrutural e ele está presente nas questões
3832 que, para as pessoas, podem parecer sutil. Mas, para mim, do meu lugar, são
3833 formas de violência. Ontem nós tínhamos três pessoas do Ministério dos Direitos
3834 Humanos aqui no local da mesa diretora. A exceção do ministro, que, inclusive,
3835 afirmou que não tem chance de erro, eu tenho que ser perfeito? A cobrança que é
3836 feita a mim não é a cobrança que é feita aos demais ministros? Eu tenho que ser
3837 de excelência? Além dele, as outras pessoas que estavam na mesa enquanto o
3838 Ministério dos Direitos Humanos não são pessoas lidas socialmente como pessoas
3839 pretas. São as pessoas que vão poder comprar semente de chia no mercado. Só
3840 que tem outras pessoas pretas com o ministro. As que ficavam em pé fotografando.
3841 Tinha outras pessoas pretas com o ministro. Aquele pediu para chamar o cara para
3842 colocar água no copo quando a água acabou. Isso, para mim, do meu lugar de
3843 mulher preta, é violento. Quando eu olho no espaço de destaque, não é a minha
3844 cara que está lá. Mas quem tem que chamar para colocar água no copo tem a minha
3845 cara. E, quando eu estou falando de estrutura, eu estou falando de que a mulher
3846 que vai chamar o cara para colocar água no copo também ocupa outro lugar.
3847 Também seja visibilizada. Quando eu falo de estrutura, eu estou falando da
3848 estrutura. E não há algo para fazer média. Eu acho necessário, urgente e importante
3849 que tenham pessoas pretas no mecanismo. Eu acho de extrema importância que

3850 se tenha um olhar, e até mesmo porque se há falhas em relação à questão racial,
3851 no mecanismo, isso não está na subjetividade do mecanismo. Isso está no fato,
3852 assim como era para ser a discussão de foco, que o racismo é estrutural. E que os
3853 dados das pessoas pretas não interessam. E que, se ainda assim eu tiver interesse
3854 em trabalhar muito mais nessa questão, não vou encontrar dados, porque quando
3855 a gente coloca dados aqui, é 44%. E, infelizmente, nós não somos somente 44% da
3856 juventude dentro do sistema prisional. Nós não somos. Eu que defendo a política
3857 de cotas, inclusive defendo que ela o seja na mesma proporção da população. Se
3858 nós somos 56,1% da população, que sejamos 56% no Ministério dos Direitos
3859 Humanos, nos Conselhos de Órgãos e Comitê nos Espaços, no CNJ, que nós
3860 sejamos 56% na Secretaria da Fazenda, que nós sejamos 56% no SPF, no SPJ, no
3861 CNJ, que nós sejamos 56%. Que essa realidade da população, que ela se reflita
3862 em todo e em qualquer órgão. Mas se tem uma grande questão, uma questão que
3863 hoje é defendida pelo movimento negro é nada de nós sem nós. Eu poderia tecer
3864 diversos questionamentos técnicos, porque também a mim eu quero que seja
3865 reservado o meu local de intelectualidade. Diversas questões técnicas em relação
3866 à nota, mas como muitas questões técnicas já foram apontadas e eu não quero ser
3867 repetitiva nem redundante, uma das questões que me chama atenção é que a nota
3868 começa dizendo, Silvio de Almeida, Isadora, Rita, pessoas pretas, pessoas negras,
3869 o Ministério dos Direitos Humanos observou no mecanismo a ausência era, repito
3870 novamente, e não observou na Casa Civil, e não observou no Ministério da
3871 Educação, e não observou no Gabinete da Presidência, porque isso sim é mexer
3872 nas estruturas. Se eu coloco que a lei de cotas não é aplicada, eu não estou
3873 fortalecendo a luta antirracista, muito pelo contrário, eu estou enfraquecendo,
3874 porque se esse documento se torna um documento oficial, nós estamos dizendo
3875 que a lei de cotas não se aplica, e que então qualquer outra pessoa pode deixar o
3876 mecanismo sem a reserva de vagas, sem a garantia política de ação afirmativa,
3877 porque a lei de cotas não se aplica. Nós estamos colocando como uma
3878 preocupação, como uma preocupação grande, o fato da ausência de padros no
3879 mecanismo, da composição dos onze, e a partir do momento que eu coloco um
3880 documento, se a gente refere a um documento que questiona o último processo de

3881 seleção, porque tem uma questão que eu aprendi na faculdade, que é assim, coisa
3882 nula, ela não pode se convalidar no mundo jurídico. Se eu coloco no documento,
3883 questionando o último processo de seleção, eu estou questionando inclusive quem
3884 foi selecionado. Inclusive, há uma ilegalidade, inclusive, quem foi selecionado. Se a
3885 gente documenta isso, se isso sai como documento, eu posso, inclusive, reduzir
3886 ainda mais o quadro do mecanismo. Reduzir ainda mais, e isso é um risco. E não é
3887 por gostar ou não gostar das pessoas do mecanismo, é porque quem está privado
3888 de liberdade sou eu e são os meus. E essas pessoas é quem são o meu foco. São
3889 essas pessoas. Acho que tem uma outra questão em relação à questão de
3890 questionar o último processo de seleção, que eu não vou entrar no mérito, se
3891 observou, se não foi ampla concorrência, se foi ampla concorrência. Eu acho que,
3892 se houve essa questão, a gente tem que discutir sinceramente, porque eu entendo
3893 se essa confusão, se foi isso, as pessoas não entenderam que foi isso, e pode ter
3894 ido uma falha, porque nós somos seres humanos suscetíveis a erro. Isso tem que
3895 se debruçar, a comissão tem que se debruçar, para que esse tipo de erro não
3896 aconteça. E, a partir do momento que não houve impugnação, não houve nada, isso
3897 se convalidou. Então, isso não é objeto de questionamento para um documento
3898 formal. Isso é um objeto de trabalho para a comissão, que assim se prestou para
3899 tal. E eu entendo como eu acho que é válido, na verdade, uma posição do Ministério
3900 de Direitos Humanos em relação ao racismo estrutural, porque eu acho que a gente
3901 tem que tirar aqui questões que vão mexer, afetar diretamente na estrutura. Eu
3902 entendo que tem que, de imediato, propor alteração na lei que não prevê as cotas
3903 raciais, então, na seleção. Isso tem que estar garantido, porque eu mexo nas
3904 estruturas enquanto eu garanto uma política pública que ela vai aquém do meu
3905 mandato do tempo que eu estou aqui. Então, a gente tem que propor alteração
3906 legislativa de imediato no decreto, isso tem que estar assegurado, o legislado tem
3907 que ser direito adquirido, porque aí sim eu mexo nas estruturas. E se a gente quer
3908 mexer nas estruturas, eu acho que é imediato que se faça gestão à Presidência da
3909 República e que faça coro com o movimento negro, com a advocacia negra, com
3910 os juristas negros, com os militantes de direitos humanos que têm a questão racial
3911 na sua pauta, para a indicação de uma mulher preta no SPF, que eu quero uma

3912 mulher preta incidindo em toda a discussão jurídica que vai nortear todo e qualquer
3913 processo nesse país. E assim é mexer nas estruturas. Obrigada.

3914 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
3915 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Jaque. Vou passar, então, para a Nana, Coutinho,
3916 Maria Clara e online, a Silvia Sousa.

3917 **Sra. Fernanda Vieira De Oliveira (Titular - Ministério Dos Direitos Humanos E**
3918 **Da Cidadania – MDHC)** – Eu vou tratar aqui de algumas falsas polêmicas
3919 levantadas e que me parece, claro, as pessoas podem ter lido com outro olhar ou
3920 podem ter compreendido de uma outra forma. Primeira questão, partindo da fala da
3921 Jaque, em relação ao número de pessoas negras presas de 18 a 24 anos, esses
3922 dados foram tirados do Infopen. De fato, o Infopen tem um déficit informativo de
3923 cerca de 40%, mas é o instrumento público disponível para ser usado. Mas existe
3924 esse déficit informativo, inclusive vem na nota de rodapé do Levantamento Nacional
3925 de Informações Penitenciárias, quando se trata de cor e raça, o número de unidades
3926 que informaram e o que percentual isso corresponde da população prisional. Então,
3927 não é um dado errado, é o dado que temos disponível. É claro que outras pesquisas
3928 podem ser desenvolvidas em torno dessa questão, inclusive foi levantado isso
3929 ontem, foi apresentado para a Cintia da SENAPPEN, isso ontem. A segunda coisa,
3930 em relação aos peritos não serem servidores públicos, isso não foi dito em nenhum
3931 ponto da nota. Então, o que foi colocado é que é uma função de serviço público sui
3932 generis. O que a lei debate, e que ela põe limitação às cotas, ou seja, eu obrigo o
3933 Estado nos seus processos seletivos a garantir x% de vagas para pessoas negras.
3934 É uma limitação. O Estado poderia garantir 30, poderia garantir 40, poderia garantir
3935 50, poderia garantir 100. Se a lei me limitasse para eu usar o número de vagas para
3936 qualquer tipo de função pública, eu não poderia propor um edital exclusivo, porque
3937 eu estaria indo de encontro diametralmente à lei. E ela é textual ao falar isso. Então,
3938 em momento nenhum, eu disse que os peritos não são servidores públicos. Em
3939 momento nenhum, isso está dito na nota. Então, acho que se a gente quer ser, quer
3940 fazer um debate republicano, como foi reivindicado aqui pela Carolina Barreto
3941 Lemos, eu acho que uma necessidade do debate republicano é a gente partir de

3942 premissas que, de fato, foram colocadas. Porque a gente partir de premissas que
3943 não foram colocadas, fica muito difícil ser republicano assim. Então, não há essa
3944 afirmação em nenhum momento da nota. E se alguém entendeu dessa forma, já
3945 estou aqui destacando que não há. A Ação de Descumprimento do Prefeito
3946 Fundamental questionava a política de cotas para cargos efetivos, que são cargos
3947 de concurso público, e empregos públicos. Os peritos do Mecanismo Nacional são
3948 servidores públicos que exercem uma função que está registrada para efeitos do
3949 quadro de serviço público, como cargo em comissão, mas que tem uma
3950 característica suigênia, porque possui mandato. Inclusive, isso tem sido um debate
3951 em Pernambuco, na tentativa de não estabelecer novamente mandato para os
3952 peritos de Pernambuco, por parte da Secretaria que tem a gestão dessa questão lá,
3953 gestão administrativa, Secretaria de Justiça e Direitos Humanos de Pernambuco.
3954 Então, não existe essa proposta na nota técnica. Em relação à composição do
3955 Ministério, eu fui no Quem é Quem agora, e eu conheço as pessoas que estão aqui.
3956 A gente começa pelo Silvio, um homem negro, a Marina, uma mulher branca,
3957 Marleide, uma mulher negra, Fernando, uma mulher negra, Marli, uma mulher
3958 negra. São pessoas que eu conheço. E são o primeiro escalão do governo no
3959 Ministério de Direitos Humanos. Então, é preciso entender de onde vem essa
3960 informação, Jaque, porque a gente não pode ter diversidade em relação a isso. E
3961 tem sido uma disputa constante. A Thamiris e a Dani não chegaram aqui porque
3962 Deus quis. Foi uma disputa. Você compôs uma Secretaria Nacional de Direitos
3963 Humanos dirigida por mulheres, e por uma mulher negra, não foi tranquilo, não foi
3964 ok, não foi de boa. Foi um processo bastante difícil, e tem sido muito difícil. Inclusive,
3965 um processo com adoecimento de várias pessoas nesse trâmite. Porque é isso, os
3966 espaços que nós vamos estar, nós seremos sempre a cota. E é exatamente isso
3967 que nós queremos superar. A política de cotas é maravilhosa. Atendeu muita gente.
3968 Cumpru um papel, e cumpre ainda um papel fantástico. Mas nós queremos mais.
3969 Bem mais. E aí, no âmbito das atribuições do Ministério de Direitos Humanos, nós
3970 estamos trazendo uma proposta. As pessoas podem ser contrárias ou não. As
3971 pessoas podem decidir não votar agora, podem se abster, podem tomar várias
3972 decisões. Mas elas não podem, e aí com muita tranquilidade, eu reafirmo isso,

3973 inserir no debate as questões que não foram trazidas. Porque se for assim, a gente
3974 sabe que quando a secretária executiva Rita trouxe essa questão, ela trouxe
3975 chamando, inclusive, a coordenação do mecanismo para conversar. Estavam,
3976 estava presente lá. Porque a coordenação hoje geral do mecanismo são duas
3977 pessoas brancas, sim, mas elas são a coordenação do mecanismo e têm que ser
3978 respeitadas. A coordenação colegiada hoje do mecanismo são duas mulheres. E
3979 foram chamadas para esse diálogo. Então, se a gente vai ter esse tipo, se a gente
3980 quer um debate republicano, então precisamos ter um debate republicano. Eu, de
3981 fato, faço a partir da fala do Caio, eu, de fato, não refleti, Caio, sobre essa questão
3982 do mecanismo poder ou não estar presente. Com muita franqueza, não foi uma
3983 reflexão que eu fiz. E eu acho que não foi uma reflexão nem mesmo o que a gente
3984 fez na reunião da mesa diretora. Então, a gente tem que também reconhecer as
3985 coisas que a gente não refletiu sobre. Mas, como é uma questão que, para mim,
3986 trata de uma diretriz central para o próximo edital, e isso impacta na vida dos peritos
3987 também, é importante que eles também sejam ouvidos. Mas concordo com você
3988 que a gente precisa de limitações em relação à questão do edital. Em relação à
3989 questão do número de peritos, é uma preocupação constante. A Secretaria
3990 Nacional, quando o início do mandato da Isadora, quando o início do trabalho da
3991 Isadora, houve, de fato, assumimos um governo em que o comitê tinha R\$ 32 mil
3992 para funcionar e o mecanismo, como sempre, com muito menos do que precisava
3993 para fazer seu trabalho, esses orçamentos foram integralmente suplementados.
3994 Então, acho que, se a gente vai ser republicano e apontar críticas, a gente também
3995 tem que apontar reconhecimentos. E foi tranquilo disputar isso, porque você disputa
3996 a suplementação orçamentária num cenário em que o Ministério foi dividido em três,
3997 foi criado mais um, e o orçamento não cresceu junto. E foi feita essa disputa
3998 orçamentária e saímos vitoriosos dessa disputa orçamentária nessa
3999 suplementação. E, por fim, em relação à autonomia do colegiado, e também, mais
4000 uma vez, se a nota fez isso transparecer, em momento nenhum nós não
4001 reconhecemos a diversidade e a representatividade do colegiado. O que nós
4002 apontamos é que a legislação em relação ao colegiado já está atenta para isso. A
4003 lei que criou o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Não que não

4004 existe diversidade no colegiado. E, por fim, em relação à autonomia do colegiado e
4005 a autonomia dos peritos e que um pedido de um edital exclusivo atacaria e colocaria
4006 em risco essa autonomia, tanto do colegiado quanto dos peritos, o Ministério de
4007 Direitos Humanos está colocando essa proposta enquanto membro do colegiado. E
4008 nós não somos um único, nós não somos um voto de Minerva, nem um voto que
4009 vale mais que os outros. Nós somos um voto igual de qualquer pessoa, e outros
4010 membros podem trazer suas propostas. Pelo menos eu entendo dessa forma. É
4011 meu entendimento. Que todo mundo tem o direito de falar, todo mundo tem o direito
4012 de trazer proposta. Entendo as colocações que o Caio traz e sempre reflito sobre
4013 elas, mas ainda assim, ainda não me modifiquei dessa posição de achar que todo
4014 mundo tem o direito de trazer proposta. Então, não acho que você trazer uma
4015 proposta a um colegiado e debater essa proposta com esse colegiado, assim como
4016 vocês, membros da sociedade civil que compõe o colegiado, debateram entre vocês
4017 essa proposta e ou conversar com pessoas sobre essa proposta no que isso seria
4018 contra-republicano. Para mim, contra-republicano é você pegar uma proposta,
4019 desqualificar essa proposta com argumentos que não estão presentes nessa
4020 proposta. E a manutenção dessa proposta felizmente ou infelizmente já superou
4021 muito a percepção que a secretária executiva teve no momento do Fórum Brasileiro
4022 de Segurança Pública, que eu não estava. Já superou muito. Nós já saímos desse
4023 lugar. Então, nós acreditamos que, no limite das atribuições que nós temos
4024 enquanto Ministério de Direitos Humanos, propor para um órgão que faz parte da
4025 nossa estrutura administrativa e por um órgão do qual nós fazemos parte enquanto
4026 membros, sim, uma edital exclusiva para pessoas negras e indígenas para o sexto
4027 chamamento público. O GT, eu, na minha compreensão, e eu faço parte desse GT
4028 do Grupo de Trabalho, eu entendo que essa decisão ultrapassa os limites do Grupo
4029 de Trabalho. Na minha compreensão, eu acho que é uma decisão de uma
4030 envergadura muito grande para ser tomada nos estritos limites de um Grupo de
4031 Trabalho. Ser desenvolvido todo o trabalho de construção de um edital, que não é
4032 um trabalho pequeno, até porque quem fez parte dessa construção anterior
4033 enfrentou processos de judicialização, mesmo não tendo nada disso. É um trabalho
4034 grande. Então, se podemos tirar diretrizes, e eu acho que isso é um desafio para

4035 nós, tirar diretrizes para os grupos de trabalho funcionarem, isso é importante, sim.
4036 Isso é importante, sim. O Grupo de Trabalho pode analisar outras questões em cima
4037 dessas diretrizes, mas é o Grupo de Trabalho que vai definir as diretrizes integrais
4038 do edital? Aí ele vai construir um edital, trazer para esse colegiado um trabalho
4039 gigante, o colegiado ah, não, não era bem isso que a gente queria, vamos refazer,
4040 se a nossa questão é um processo célere, não acho que a gente está contribuindo
4041 para um processo célere dessa forma, eu não percebo dessa forma, com essa
4042 celeridade. Então, hoje, temos feito esse esforço no Ministério inteiramente de
4043 composição dos cargos por mulheres e por mulheres negras, porque não é só,
4044 porque a gente tem uma questão aí Secretaria Nacional para Políticas LGBT, que é
4045 uma mulher trans a gente tem o Secretário Nacional do Pessoa Idosa com
4046 Deficiência, que é um homem negro a gente tem a Diretoria de Promoção dos
4047 Direitos Humanos, é diferente, Promoção dos Direitos Humanos, composta
4048 majoritariamente por coordenações negras e por uma Yalorixá, então, eu acho que,
4049 se a gente tem todo o... é importante que as críticas sejam apontadas, que os limites
4050 sejam apontados e que esses limites sejam superados, mas isso não pode ser, não
4051 entendo isso como uma justificativa válida para a gente não avançar em um outro
4052 limite, que é a questão, hoje, hoje, do edital exclusivo para pessoas negras e
4053 indígenas, considerando a atual composição do Mecanismo Nacional de Prevenção
4054 e Combate à Tortura, hoje. Se no passado não foi assim, que bom, mas no presente
4055 está sim, e precisamos lidar com essa realidade agora. Então, o Ministério de
4056 Direitos Humanos traz essa proposta de edital exclusivo para pessoas negras e
4057 indígenas, até porque criamos o Ministério dos Povos Indígenas, enquanto governo
4058 federal, e é importante que a gente se atente para essa parcela da sociedade que
4059 ontem estava lutando pelo direito de ter suas terras demarcadas para além da data
4060 da Constituição de 88, apesar de que eles estavam aqui muito antes de qualquer
4061 um de nós chegar e as terras de verdade serem deles e não nossas, mas eles estão
4062 fazendo essa luta e estão lá lutando por isso.

4063 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4064 **e Cidadania – ITTC)** – Eu ia falar, o tempo não foi respeitado por ninguém, e eu

4065 entendo que esse tema não seja, de fato, um tema que... Exceto o Caio. O Caio...
4066 Mas eu vou pedir para que, ainda que não se respeite o tempo, mas se atente ao
4067 horário, porque são meio de 17, e a gente tem vários temas também, tem o almoço
4068 e etc.

4069 **Interlocutor não identificado** – Eu tenho uma sugestão ou uma pergunta. Vocês
4070 acham que a gente tem condições e maturidade e coesão de interromper a
4071 discussão e retornar a discussão, ou vocês acham que a gente tem que continuar
4072 a discussão até acabar?

4073 **Interlocutora não identificada** – Só considerando que a discussão de fundo, na
4074 verdade, é o racismo que é estrutural. Se a gente está falando de uma questão que
4075 é estrutural, a gente não esgota essa questão antes. A gente não está... Quando
4076 você fala de racismo estrutural, você não está querendo corrigir uma distorção,
4077 talvez, do último edital, da atual composição. Nós estamos falando de mais de 500
4078 anos de Brasil. Então, se a gente não esgota essa... A gente não esgota essa
4079 questão nem hoje, nem na próxima, nem nessa gestão do comitê, a gente não
4080 esgota nem com a formulação desse edital. Eu acho que a grande questão é o que
4081 está em discussão? É um indicativo do Ministério de Direitos Humanos? Quanto ao
4082 edital 100% cotas para negros e indígenas? Ok. Grata ao Ministério de Direitos
4083 Humanos pelo indicativo. Acho que, inclusive, tem representante do Ministério de
4084 Direitos Humanos na comissão. Eu não acho que isso é liberalidade da comissão,
4085 eu acho que isso é simplesmente que a comissão vai fazer um trabalho que é
4086 administrativo, a discussão se dá efetivamente em plenário, que é o órgão
4087 responsável por isso. Acho que a gente está mais na questão de... Eu quero saber
4088 o seguinte, essa nota técnica, ela está aqui para subsidiar essa orientação do
4089 governo, para subsidiar... Do governo, não, do Ministério de Direitos Humanos,
4090 porque, inclusive, teve outra colocação do governo quanto à abstenção, então não
4091 dá para a gente dizer que é uma nota do governo. Ela está como indicativo para
4092 este plenário, ela está como indicativo para a comissão, ela está aqui para ser
4093 votada como um documento desse plenário. Acho que, talvez, essa questão que
4094 tem que ser colocada é para a gente entender como que a gente encaminha.

4095 **Interlocutor não Identificado** – Mas, esgotar a discussão, não vamos. Não, mas,
4096 Jacque, não era sobre esgotar a discussão. A minha colocação não era do mérito,
4097 era da forma. Em algum momento, a gente vai ter uma hora de intervalo. O ser
4098 humano, ele gosta muito de se alimentar e ele fica irritado quando ele não se
4099 alimenta, quando ele não vai ao banheiro, quando ele não bebe água, quando ele
4100 não toma uma coquinha gelada. Então, uma possibilidade de incentivar a discussão,
4101 talvez fosse almoçar, conversar no cantinho, tomar um cafezinho. As pessoas fazem
4102 isso às partes da política. Então, o que eu trouxe é isso. Vocês acham que a gente
4103 tem condições de parar de discutir e voltar a discutir? Ou vocês acham que é melhor,
4104 para a discussão, continuar discutindo? E, daí, a gente faz o intervalo a uma e meia,
4105 às duas, às duas e meia, tanto faz.

4106 **Interlocutor não Identificado** – Sofia, eu entendo assim que a minha fala pode
4107 ficar para depois do intervalo, ok? Porque, inclusive, quanto menos nós temos
4108 açúcar no sangue, a gente começa a ficar irritado com determinadas coisas. Então,
4109 como vai dar meio dia e trinta já, eu acho louvável dar uma parada, para que a gente
4110 possa depois, com o estômago cheio, fazer uma discussão mais aprofundada.

4111 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4112 **e Cidadania – ITTC)** – Gente, eu acho que a gente pode fazer esse intervalo, mas,
4113 antes, eu queria falar da Silvia, que ela está online, e eu não sei se ela poder ficar
4114 ou não. Então, vou passar a fala dela e, depois da fala da Silvia, a gente faz o
4115 intervalo de uma hora e volta na mesma inscrição que tinha sido feita antes, só para
4116 deixar claro aqui, que é o Coutinho, a Maria Clara, Carol e Caio.

4117 **Interlocutora não identificada** – Desculpa, é uma questão de ordem rápida, Sofia.
4118 Desculpa. É porque o Ministério da Educação vai lançar hoje à tarde um edital
4119 [Ininteligível], inclusive é um edital de políticas afirmativas, e, infelizmente, não vou
4120 poder participar no período da tarde. Então, já te antecipando, pedindo desculpa, e
4121 eu concordo com os membros, mas eu gostaria de continuar, mas estou vendo que
4122 a minoria, a gente está no colegiado. É só, então, para avisar que eu vou precisar
4123 ir para o lançamento do [Ininteligível].

4124 **Interlocutora não identificada** – Será que a gente não consegue fechar até uma
4125 hora?

4126 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4127 **e Cidadania – ITTC)** – Bom, mas, então, assim, se as pessoas se comprometerem
4128 que as falas delas sejam, de fato, no tempo, tudo bem. Aí, ok. Agora, depende
4129 também das pessoas que estão falando, porque, enfim, se vocês se
4130 comprometerem que vai ser no tempo, a gente fecha uma hora e quinze, no
4131 máximo, a gente acaba esse ponto. Tem a Silvia, o Coutinho, a Maria Clara, a Carol,
4132 o Caio e a Domitila.

4133 **Sra. Silvia** – Sou eu?

4134 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4135 **e Cidadania – ITTC)** – Silvia, pode falar. Silvia, sai com a palavra.

4136 **Sra. Silvia** – Está bom. Bom dia, gente. Boa tarde. Primeiro lugar, obrigada pela
4137 oportunidade de falar com vocês. Hoje, bom, para quem não me conhece, eu sou
4138 Silvia Souza, eu sou presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos da
4139 OAB. Infelizmente, eu não... eu gostaria até de participar presencialmente, mas não
4140 pude, eu estou em Aracaju, vim para um evento aqui. Então, eu queria só agradecer
4141 a vocês a oportunidade de poder participar e de trazer algumas considerações,
4142 tendo em vista que a OAB não tem aceito no comitê e que eu consegui ouvir
4143 alguns... algumas falas do momento que entrei na reunião e também que eu tive um
4144 artigo meu citado na nota, de um modo ou de outro, isso sempre vai dar, se a gente
4145 quer agradecer por ter sido citada, mas eu tenho algumas considerações a fazer e
4146 respeitando, obviamente, os membros do comitê e as pessoas que estão aí
4147 empenhando suas vidas, eu tenho para esse trabalho que é tão importante. Eu acho
4148 que toda política de ação afirmativa que propõe uma ruptura no sistema é louvável.
4149 Uma política que propõe cotas exclusivas é, sem dúvida, uma proposta que tende
4150 a criar algum tipo de ruptura no sistema, principalmente quando se trata do sistema
4151 prisional e do trabalho que o mecanismo desenvolve dentro do sistema que é coibir

4152 a tortura, enfrentamento aos tratamentos degradantes dentro do sistema prisional.
4153 Eu tenho só algumas ponderações a fazer sobre isso. Toda vez que a gente tenta
4154 romper um limite, principalmente para garantir direitos, a gente sempre incomoda e
4155 tira as coisas do lugar, mas é importante também que a gente considere os efeitos
4156 das nossas ações e as consequências que podem advir dessas ações. Na nota que
4157 eu li com atenção, e agradeço por ter sido citada, traz um trecho de um artigo que
4158 eu publiquei há alguns dias numa coluna que eu tenho no Migalhas, onde eu faço
4159 referência à aplicação do princípio da igualdade em uma perspectiva simétrica, que
4160 é uma doutrina do professor Adilson José Moreira, e que fala sobre quando a gente
4161 vai interpretar esse princípio e aplicar na realidade para promoção de políticas
4162 públicas, é interessante fazer uma análise assimétrica, diferente daquela aplicação
4163 universalista que se propõe da igualdade e que, por vezes, não mitiga as
4164 desigualdades. Quando você aplica a igualdade de uma forma universalista,
4165 automaticamente você está excluindo os grupos que são historicamente
4166 vulnerabilizados e historicamente excluídos de determinados espaços da
4167 sociedade. Mas, todavia, quando se trata de uma aplicação assimétrica, eu entendo
4168 que, de acordo com os estudos do Adilson e de outros pesquisadores, ele trata de
4169 um corte diagonal. Ainda que você vá criar uma ação que vai distribuir
4170 oportunidades de formas desproporcionais, tentando contemplar um grupo, essa
4171 distribuição, a meu ver, a meu entendimento, ela não pode excluir um outro grupo.
4172 Ela pode ser feita de forma desproporcional, ou seja, uma determinada quantidade
4173 de vagas maior para um grupo e outra quantidade de vagas menor para outro grupo.
4174 Eu não conheço nenhuma decisão no Judiciário Brasileiro, ou nenhuma tentativa de
4175 aplicação de reserva de vagas de forma exclusiva, até porque, a meu ver, e falando
4176 assim de uma forma muito ainda inicial, porque eu não fiz um processo de reflexão
4177 profunda, quando a gente trata se a reserva é exclusiva, então não é uma reserva.
4178 Você descaracterizou a reserva, já que a reserva se dá quando você pega uma
4179 parte de uma totalidade, reservou uma parte de uma totalidade e não pegou a
4180 totalidade toda e colocou ali para atender uma finalidade que seria o caso que está
4181 sendo proposto aqui. Eu quero ressaltar que eu acho louvável a ideia, mas eu tenho
4182 sérias preocupações quanto a sua aplicação e a possibilidade de judicialização,

4183 porque eu entendo que descaracteriza o Instituto da Reserva de Vagas, você não
4184 está reservando vagas, você está excluindo um segmento social, ainda que esse
4185 segmento, ainda que existam todas as questões que a gente sabe, reconhece, em
4186 relação ao sistema prisional, quanto a super representação de pessoas negras
4187 presas. A gente conhece muito bem as mazelas desse sistema. Então, nesse
4188 sentido, causa-me preocupação quanto à possibilidade de judicialização, porque
4189 pode sim ser aferido um entendimento de que isso fere o princípio da igualdade,
4190 ainda que aplicado numa perspectiva simétrica, porque você não está aplicando
4191 num corte diagonal, você está aplicando num corte vertical excluindo uma camada.
4192 Tendo feito essas reflexões, eu estou fazendo essas ponderações porque eu tenho
4193 uma séria preocupação com o prejuízo que isso pode levar, que o que isso pode
4194 trazer para o processo. Sendo judicializado, a gente não vai ter vaga nenhuma, o
4195 mecanismo vai continuar com déficit de peritos, a gente vai continuar tendo poucos
4196 peritos para atender uma infinidade de prisões onde todos os direitos são violados
4197 e a gente sabe disso. Eu tenho séria preocupação com isso, quanto que isso pode
4198 gerar de empecilho para efetivação desse processo. E acho que os argumentos que
4199 eu trago aqui, eu estou fazendo uma reflexão sobre os conceitos jurídicos de
4200 reserva de vagas, da aplicação do princípio da igualdade, ainda que na perspectiva
4201 simétrica. E aí uma sugestão, se a gente quer aumentar o número de pessoas na
4202 inversão em três vagas e quer fazer uma aplicação do princípio da igualdade de
4203 forma simétrica, então a reserva dois terços das vagas, dois terços acho que são
4204 duas vagas, de três, dois terços da vaga 60%, isso ainda caracteriza reserva de
4205 vagas, agora se todas as vagas vão para um segmento da sociedade excluindo os
4206 demais, eu entendo que pode ser caracterizado no âmbito do judiciário uma violação
4207 do princípio da igualdade. E aí a gente está falando do Estado, o que é ainda mais
4208 grave. A única referência que eu tenho sobre uma seleção exclusiva foi aquela que
4209 todos vocês sabem que foi da Magazine Luiza, que fez aquele edital de trainee e
4210 tal, e que foi judicializado e depois, se vocês forem verificar, as notas técnicas que
4211 o Ministério do Trabalho fez, a ação que a DPU atuou, inclusive a nossa secretária
4212 executiva, a Rita, era do grupo do GT de Combate ao Racismo da DPU e atuou
4213 nessa ação, a Educafro foi signatária junto com outras entidades e tal, a Magazine,

4214 ela apresenta aí em algum desses documentos um histórico de que ela tinha feito,
4215 sei lá, 12 seleções ao longo, ou até mais, ao longo de toda a sua existência e
4216 efetivamente ela não tinha conseguido ao longo da sua existência, efetivamente ela
4217 não tinha conseguido nem 20% dos trainees negros, então ela apresentou um
4218 dado... É importante verificar, está bem, gente? Porque eu posso estar confundindo
4219 algum número, mas ela apresentou um dado que é um dado que olha para a sua
4220 própria história, então a gente também é importante olhar para a história da
4221 composição do mecanismo sim, desde a sua fundação a sua primeira composição
4222 até o momento que estamos e talvez para mitigar os inconformismos e tentar trazer
4223 uma solução talvez uma reserva de vagas aumentando a proporcionalidade na
4224 órbita de 60% e isso destinaria duas vagas para pessoas negras e uma dentro da
4225 ampla concorrência e eu acho que isso mitigaria a possibilidade de judicialização
4226 desse edital e a eventual declaração de ilegalidade ou de inconstitucionalidade, até
4227 porque a lei de cotas tanto a lei de cotas raciais quanto a lei de cotas raciais para
4228 as universidades e concursos públicos falam em reservas e se a gente der uma
4229 olhada lá no acórdão da DC41 ele fala também em proporcionalidade da reserva.
4230 Então , proporcionalidade subentende-se que ainda que para o grupo, vamos dizer
4231 de pessoas brancas que é o grupo privilegiado e tal deve ter ali garantia ainda que
4232 em menor proporcionalidade, mas o grupo não negro e não indígena vamos dizer
4233 assim, deve ter sua garantia de participação no pleito. Eu quero reiterar que eu sou
4234 totalmente a favor de incluir e de ter muito mais pessoas negras como eu
4235 participando desses espaços que fazem a política, que produzem a política que tem
4236 aí intervenções no sistema prisional. Eu sou, eu tenho um compromisso de vida com
4237 essa pauta e de militância há muitos anos, há mais de 20 anos eu milito no
4238 movimento negro. Participei ativamente dos processos quanto a constitucionalidade
4239 das cotas nas universidades públicas e nos concursos, na época que foi discutida
4240 a constitucionalidade no STF, por isso que eu trago essas preocupações, porque
4241 conheço inúmeros editais que foram judicializados em razão de algum tipo de
4242 tentativa, de enfim, de distribuição que fossem consideradas desproporcional. Muito
4243 obrigada. Obrigada para as pessoas que cederam espaço para eu poder falar na
4244 frente eu espero ter contribuído com a discussão e agradeço a oportunidade de

4245 participar, espero que nas próximas eu esteja com vocês presencialmente, muito
4246 obrigada.

4247 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4248 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Silvia. Acho que foi super importante a sua
4249 presença aqui, porque você trouxe elementos de uma forma didática bastante
4250 esclarecedores sobre o tema de um aspecto técnico mesmo e acho que essa
4251 discussão é profunda não só uma discussão de mérito, porque no mérito aqui todo
4252 mundo falou que todo mundo é a favor da cota, mas ela é profunda também na
4253 discussão enfim, da própria questão jurídica em si. Então, eu queria te agradecer
4254 porque e aí acho que foi interessante inclusive você poder estar aqui, porque é legal
4255 isso quando a gente cita uma pessoa e a pessoa em si pode vir aqui e dizer outros
4256 elementos, eu acho isso muito rico e aí também não é só da interpretação que a
4257 gente teve sobre aquilo que a gente leu, mas sim de quem fez aquilo. Então, assim,
4258 a minha proposta é a seguinte tem cinco pessoas aqui e se a gente se conter em
4259 cinco minutos de fala ou menos a gente consegue terminar uma da tarde e aí a
4260 gente encerra aqui e aí vai para o almoço. Então eu vou propor as falas depois do
4261 almoço, então aí as falas no máximo de cinco minutos e aí começando pelo
4262 Coutinho.

4263 **Sr. Antônio José Coutinho De Jesus (Titular - Conselho Federal De**
4264 **Enfermagem – CONFEN)** – Bom, meus amigos eu acho assim a minha discussão
4265 aqui é muito importante mas talvez o início da discussão veio enviesada de forma
4266 transversa que eu acho que não poderia ter sido desta forma, por que eu digo isto?
4267 Em maio houve uma eleição aqui uma indicação, quem vai preparar o edital do
4268 mecanismo. E aí eu me coloquei à disposição de poder ajudar e a Jaque também
4269 se colocou à disposição aqui e ficou nesse passo vamos preparar um edital para a
4270 eleição dos novos membros do mecanismo. E eu venho cobrando isto, falando com
4271 algumas pessoas e também comecei com a Fernanda e falei vamos preparar e tal,
4272 porque eu entendia naquele momento que precisaria ter um ato legal para que a
4273 comissão pudesse estar trabalhando e, ao mesmo tempo, eu recebi do Caio
4274 gentilmente, também a Maricléia encaminhar, tínhamos um edital anterior aqui que

4275 você já pode se basear por esse edital pelo menos para dar um norte. O Caio se
4276 colocou à disposição para ajudar que ele ajudou no edital anterior e eu fiquei assim,
4277 bacana, mas eu fui percebendo na reunião de maio, depois teve nossa reunião de
4278 julho, agora temos essa reunião, que tem... Parece que o negócio não anda e tem
4279 alguma coisa que está meio travada e eu falei bom, eu não vou ficar esperando aqui
4280 o que vai acontecer nessa situação. E aí hoje, na reunião de hoje, então apresenta-
4281 se então uma proposta de edital, proposta de edital, ou seja, e aí eu vou concordar
4282 com a fala dos colegas aqui no sentido de que se o edital tem que ser feito pelo
4283 comitê, então o comitê teria que apresentar uma proposta de edital e aí se
4284 encaminha essa proposta de edital para todos os membros, todos os segmentos
4285 que estão representados e aí numa discussão aqui nós vamos apresentar cada um
4286 vai fazer sua fala. Eu não concordo com esse ponto do edital, eu gostaria que o
4287 edital contemplasse das três vagas aqui o negro porque é discriminado e tudo que
4288 já foi falado aqui, muito bem exposto aqui pela Jaque. É isso que eu entendo numa
4289 discussão de um edital. Ou seja, nós na verdade a ideia desse edital para quem
4290 fosse compor o grupo de trabalho desse edital, iria colocar as ideias, pegando como
4291 exemplo um edital que já foi feito anteriormente e aí assim abriria essa discussão
4292 aqui. E aí, de toda essa discussão que for feita pelos membros aqui, e aí trabalhar
4293 no edital ali na tela, e modifica aqui, e faz assim, e vai emendando o edital, aí se
4294 construiria, de forma coletiva, um edital que é de responsabilidade deste comitê,
4295 certo? Mas me parece que não foi feito desta forma e chega aqui uma proposta de
4296 um edital, com todo o louvor, a defesa que a Nana fez aqui, e acho mais que justo,
4297 né. Então, eu acho assim, é a forma que foi apresentada mas eu acho que nós
4298 podemos resgatar. Nós temos aqui agora uma proposta feita pelo Ministério que
4299 eles defendem, a Nana disse que vai defender isso, e ela tem que defender mesmo
4300 como tem outros membros aqui que também vão defender as suas posições na
4301 construção desse edital. Mas o edital tem que chegar aqui. Tem que chegar uma
4302 proposta de edital aqui, que a responsabilidade é deste comitê. Certo? Então, esta
4303 é a minha proposta aqui, e a defesa, e me mantenho ainda, caso o grupo entenda,
4304 me mantenho ainda com disposição de ajudar na construção desse edital da minha
4305 contribuição. E queria, assim, só para finalizar, queria dizer que o meu genótipo, ele

4306 tem 53% do negro ou seja, me parece que é lá da costa marfim então, apesar do
4307 meu fenótipo com cabelos grisalhos sedoso uma pele dinamarquesa mas o meu
4308 genótipo é 53% de negro e 7% de índio. Então, ou seja, se nós formos também
4309 levar por esse ponto a gente fica assim meio vamos, temos que defender todos e
4310 tudo, mas uma coisa é séria neste país, nós precisamos realmente fazer a virada
4311 de dar oportunidade às pessoas marginalizadas nessa sociedade que tenham
4312 assento e tenham direito a falar, e as pessoas marginalizadas são as pessoas
4313 negras e as pessoas de baixa renda neste país, está certo? Levando em conta que
4314 o perfil da enfermagem foi uma pesquisa feita pelo Fiocruz junto com o Conselho
4315 Federal de Enfermagem, em 2014, apresentou um perfil que a enfermagem
4316 brasileira é composta de 73% de pessoas negras que compõem o quadro de
4317 enfermagem, e 85% são mulheres que trabalham na enfermagem, apenas 14, 15%
4318 são homens, então a gente tem que entender que a nossa sociedade é formada
4319 realmente pelo negro, pelo índio, pelo pardo e qualquer nome que queiram dar, e
4320 que nós temos que realmente resgatar de forma histórica o direito a essas pessoas
4321 realmente se manifestar e estar presentes em todos esses foruns de discussão.
4322 Essa é a minha fala, obrigado.

4323 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4324 **e Cidadania – ITTC) –** Obrigada. Maria Clara.

4325 **Sra. Maria Clara D'Ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
4326 **Organizações Populares – GAJOP) –** Eu vou... Eu estou tentando me recompor
4327 aqui. Foi bom, para só avisar o clima. Eu queria só propor, assim, em termos mais
4328 de encaminhamento, já foi colocado aqui que a gente tirou há duas reuniões atrás
4329 a criação desse grupo de trabalho para a criação do edital, enfim, tudo já foi repetido.
4330 A Jaque disse que desde quando isso foi criado, ela colocou da necessidade da
4331 garantia das cotas nesse edital. Estamos até agora aguardando a criação dessa
4332 comissão. E, na última reunião, isso foi colocado como ponto de pauta, que não
4333 estava previsto na pauta, nos 45 do segundo tempo. E aí, apenas na noite anterior,
4334 no primeiro dia da reunião ordinária dessa, foi que a gente teve acesso a essa nota.
4335 Eu acho que a gente não tem condição nenhuma de votar sobre isso agora. Eu acho

4336 que, assim, foi apresentada a nota. A nota, inclusive, reconhece a existência dessa
4337 comissão de elaboração do edital, reconhece essa prerrogativa e eu acho que ela
4338 tem esse sentido de recomendação mesmo. Então, recebemos essa recomendação
4339 do MNDH, vamos levar isso em consideração. Eu acho que agora é trabalho da
4340 comissão levar isso em conta. A comissão vai ter que levar em conta também o fato
4341 da existência de uma pessoa negra atualmente agora no mecanismo. Vai ter que
4342 levar em consideração também o decreto 11.443, que prevê a necessidade de um
4343 percentual mínimo de pessoas negras em cargos públicos, mas em exercício de
4344 comissão. E vão ser precisos, sim, pensar em critérios que dê conta da ampliação
4345 da representação de pessoas negras e indígenas nesse colegiado. O como é que
4346 está em discussão aqui. Então, não é o momento agora da gente votar o como sem
4347 ter um edital criado, sem que isso tenha sido pensado. Outros critérios podem surgir
4348 também para dar conta de mitigar essa questão. Uma vez que na lei prevê a
4349 necessidade do ensino superior, então como que a gente vai dar conta de outras
4350 coisas? E outros critérios podem ser levados em consideração. Não é só a questão
4351 do edital exclusivamente para pessoas negras. Eu acho que foi excelente que a
4352 gente contou com a participação da Silvia Souza aqui. Eu acho que outras pessoas
4353 a gente poderia, inclusive, ouvir para aprofundar esse debate. Como, por exemplo,
4354 o MIR, que até agora não é um membro efetivo desse comitê. E que ele poderia,
4355 inclusive, compor essa comissão do edital. Então, eu acho que tem duas coisas que
4356 estão faltando aí para a gente concluir essa discussão, que é a criação dessa
4357 comissão de elaboração do edital. E é a conclusão, finalmente, da composição do
4358 próprio comitê. Que garante a presença do Ministério de Igualdade Racial. Como
4359 que a gente está fazendo esse debate sem a presença desse Ministério com direito
4360 de voto? A gente vai precisar votar, porque a comissão eleitoral vai apresentar o
4361 edital e eles não vão poder votar sobre isso. Então, o meu encaminhamento para
4362 concluir os três minutos é que a gente encerre aqui. Eu não vejo necessidade de a
4363 gente se estender pela tarde. Na próxima reunião que seja apresentado o edital e
4364 que a gente conclua esse debate incluindo a presença de outros especialistas,
4365 outros órgãos que podem contribuir melhor de uma forma aprofundada e de uma
4366 forma técnica sobre esse debate. É isso.

4367 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4368 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Maria Clara. A Carol estava inscrita, mas ela saiu.
4369 Então, na ordem fica a Domitila e depois Caio.

4370 **Sra. Domitila Mendonça de Mesquita Peixoto (Suplente - Ministério Do**
4371 **Desenvolvimento E Assistência Social E Combate À Fome – MDS)** – Bom,
4372 gente, eu vou ser bem breve, até porque muito já foi falado. Então, muito do que eu
4373 estava pensando já foi falado. Mas, enfim, eu vejo que essa desigualdade que a
4374 gente tem hoje no comitê, de nove para um, ela é grave. E essa intenção do edital
4375 exclusivo ia diminuir esse problema, mas eu vou muito ao encontro também do que
4376 a Sílvia falou, porque existe uma possibilidade, então, de judicialização. Talvez a
4377 gente pensar nesse sentido dos dois terços, para tentar diminuir um pouco a
4378 desigualdade e garantir que os próximos editais eles venham com a garantia lá das
4379 cotas. Então, é só isso mesmo.

4380 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade – SOMOS)**
4381 – Eu queria primeiro colocar para a Fernanda que, embora a gente não tenha muita
4382 seriedade, na verdade, a gente não se dá muito bem. Eu acho... Eu faço uma
4383 homenagem à garra de querer defender um ponto de vista. Eu acho que houve um
4384 erro de procedimento. Eu acho que se tivesse pego de cantinho a Jaque, o
4385 Coutinho, que são a comissão que iam elaborar o edital contigo, inclusive, e
4386 encampado essa ideia com eles, enquanto com a missão, acho que não daria a
4387 ideia que o colegiado teve de estar sendo implicado na aprovação dessa proposta
4388 do Ministério. Então, eu acho que, no geral, o desconforto que houve, e aí lembro
4389 a fala da Jaque, é de que não foi protagonizado... As pessoas do comitê que já
4390 trabalham, que têm experiência com a pauta racial, não foram meio que
4391 homenageadas para falar sobre o assunto. Não foram chamadas para isso. Acho
4392 que esse foi o ponto de desconforto. Eu acho que é esse o ponto em que deve-se
4393 melhorar a relação entre a gestão e o colegiado, dentro de alguns momentos de
4394 confusão que a gente tem da sua posição enquanto gestão e colegiada, ao mesmo
4395 tempo, que é uma posição que, em alguns momentos, pode ser meio confusa.
4396 Porque você executa a política, mas, ao mesmo tempo, você está aqui opinando

4397 sobre a política. Então, eu também pedi a palavra para fazer o encaminhamento e
4398 encampar o encaminhamento da Maria Clara. Na verdade, o que eu acho que a
4399 gente deveria fazer neste exato momento? Esta nota, e isso não é uma votação,
4400 isso é um despacho da presidência, esta nota deve ser enviada aos membros da
4401 comissão. E a vice-presidência deve requerer novamente ao Ministério que faça
4402 publicar a resolução. Nem que a gente, coletivamente, faça esse pedido. É isso que
4403 deve ser garantido, como a Maria Clara colocou, que essa comissão exista
4404 formalmente e passe a pensar sobre o assunto. E a gente envia a nota técnica para
4405 a comissão, a comissão decide o que fazer com isso. Ao mesmo tempo, eu também
4406 tenho a mesma preocupação que a professora Silvia colocou, de judicialização. E
4407 eu acho que, daqui para frente, o que a gente deve pensar é que a reserva de vagas
4408 e a preocupação com a composição étnico-racial do mecanismo, ele não deve se
4409 dar em cada seleção. Ele deve se dar levando em conta o número de peritos. Então,
4410 quando a gente pensar o número de vagas para pessoas negras, a gente tem que
4411 pensar no número 11, o número de peritos que o órgão tem. E não individualmente,
4412 em cada seleção. Claro que, talvez, demore algum tempo por conta desse
4413 impeditivo de a gente fazer uma seleção em que temos três vagas e as três vagas
4414 sejam exclusivamente para pessoas negras. Então, não sei muito bem como
4415 resolver esse imbróglio, mas o meu pedido é esse, que a gente envie o documento
4416 para a comissão, que a comissão seja formalmente instituída, finalmente.

4417 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4418 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Caio. Então, eu acho que a gente pode...Já se
4419 encerraram. Eu acho que a gente já tem encaminhamentos que estão aqui bem
4420 claros por todo o mundo e o encaminhamento é esse, a gente pode até já encerrar
4421 esse assunto aqui, não precisa voltar ele. O encaminhamento, então: A gente vai
4422 encaminhar essa nota para essa Comissão, que é a Comissão que foi designada
4423 pelo pleno para fazer o edital e elaborar o edital. E isso tem que ser avaliado dentro
4424 dessa Comissão levando em consideração todos os pontos que foram tratados aqui
4425 e aí eu concordo com o caio, que eu acho que houve, acho que tem uma certa
4426 ingerência de algum lugar, mesmo porque naquela reunião última quem apresentou

4427 não foi você, Nana, foi a Rita, e a Rita nunca esteve na reunião, senão... Quer dizer,
4428 desculpa, salvo melhor juízo ela esteve num primeiro momento numa primeira
4429 reunião on-line, que não aquela. Então, quando veio, veio como se fosse algo do
4430 governo e agora está sendo esclarecido que não é algo do governo
4431 necessariamente, do Ministério, é algo de alguém que compõem o Comitê que faz
4432 parte enquanto Colegiado e que pode trazer a suas propostas... Aliás, todo mundo
4433 que está aqui como membro pode trazer a suas propostas e elas podem ser aceitas
4434 ou não aceitas e isso está dentro do jogo democrático. Então, eu acho que é a
4435 forma. Então, já que a gente conversou isso, pactue e isso, acho que das próximas
4436 vezes isso pode estar mais clara para justamente a gente não gerar um desconforto
4437 e perder um tempo que é precioso nesse caso. Então, assim, a gente tem que
4438 garantir ao máximo que este grupo que foi formado, essa Comissão seja de fato
4439 publicada, assim como o Decreto também que tem alteração para que os dois
4440 Ministérios que vêm vindo às reuniões, Ministério da Igualdade Racial e Ministério
4441 das Mulheres, estejam aqui possam votar também quando for apresentado para nós
4442 esse edital. Então, encaminhamento é esse, não tem votação nenhuma, porque não
4443 tem nada para ser votado. O que tem que ser votado é o edital em si, quando a
4444 gente tiveram edital, a gente vai votar o edital. Então, é isso, acho que é a gente
4445 reiterar isso e pensar. E aí não sei, de fato, a gente tinha que pensar, assim, porque
4446 é bastante preocupante que desde maio a gente esteja aguardando uma publicação
4447 e aí é isso. Não sei se tem não só aqui ter que fazer um pedido formal para que isso
4448 aconteça, isso pode ser feito também, eu posso fazer uma minuta formal para que
4449 isso aconteça, mas que a gente, de fato, garanta que seja publicado dias e que para
4450 a próxima RO, que é a última do ano ou seja que a gente possa aprovar o edital
4451 para daí já dar segmento, acho que no próximo ano, no começo do primeiro
4452 semestre para já garantir que essas três vagas sejam cumpridas. Então, é muito
4453 importante este tempo. Ainda que a gente faça uma reunião extraordinária do
4454 Comitê de algum tempo só para a aprovação do edital, se isso se demorar, mas que
4455 isso seja aprovado ainda este ano esse edital e depois, como foi a que zero
4456 pactuado por nós e como foi feita na última seleção, essa Comissão é diferente da
4457 Comissão que vai, de fato, selecionar e essa também, depois ela vai precisar ser

4458 publicada com... De forma rápida para que, de fato, a gente selecione desses peritos
4459 e Peritas.

4460 **Interlocutor não identificado** – Sofia, só lembrando, a Comissão tem completa,
4461 não sei se são três ou cinco membros, porque precisa deixar isso claro. Então,
4462 seríamos eu, Jaqueline e Domitila, é isso?

4463 **Interlocutora não identificada** – Gente, eu já entrem em contato com Ministério
4464 para falar que eu não tenho condições de participar dessa Comissão.

4465 **Interlocutor não identificado** – A gente recebe essa é informação aqui hoje.

4466 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4467 **e Cidadania – ITTC)** – A Patrícia, Ministério da educação, não quer participar?

4468 **Sra. Patricia Laudry Mollo Vieira (Suplente - Ministério Da Educação - MEC) –**
4469 Desejo, Patrícia, mas como Ministério eu não tenho condição. A gente está em 41
4470 colegiados, aí eu vou fazer um trabalho de má qualidade que não corresponde ao
4471 que merece o Comitê e nem o próprio MEC.

4472 **Interlocutora não identificada** – Então, mas a Comissão deve ter uma reunião no
4473 máximo e a gente está bem atrasado. Então, assim, seria importante, porque,
4474 assim, aí eu vou defender o mecanismo nacional, porque se a gente demorar e não
4475 tiver membros no governo para compor a Comissão, o edital não vai sair. Então,
4476 não vão ser 10, 20, 30 reuniões, no máximo devem ser duas reuniões, porque é
4477 fazer o edital, apresentar aqui no pleno, a gente votar e depois ser publicado. E aí
4478 a Comissão de seleção, que sou eu, e mais a associação... Sou eu é ótimo. A
4479 Agenda Nacional e a associação de amigos, que faz parte, terá a esse outro
4480 trabalho também. Então, acho que é isso, vai depender... Depende de todos nós.

4481 **Interlocutora não identificada** – Acho que só uma questão aí, porque nós já temos
4482 como parâmetro o último edital, na verdade, como parâmetro, inclusive, de coisas
4483 que não deveriam ter sido feitas, já tem uma análise jurídica e feita pelo jurídico do
4484 CFESS. Então, nós já temos essa minuta, na verdade, e a gente já está discutindo

4485 a reunião, mas a gente já tem, inclusive, alguns direcionamentos. Esse trabalho que
4486 seria da Comissão, que é um trabalho, sim, mais Executivo ali, ele não demandaria,
4487 em regra, tipo assim, uma longa... Um longo tempo, uma grande demanda. A gente
4488 poderia, inclusive, já disponibilizar esse e-mail do jurídico do CFESS até mesmo
4489 para ir tomando pé antes da formalização. Acho que até perde o sentido a discussão
4490 num todo se a gente não encaminha enquanto Comissão, se a gente não tem
4491 ninguém para compor. Só queria fazer um apelo, que é muito importante que a
4492 gente tenha essa composição para dar prosseguimento.

4493 **Interlocutor não identificado** – Domitila, eu até estava inscrito aqui, quem sou eu
4494 para dizer... Não, imagina. No sentido de... Ah, trabalho Jaque, Domitila, fica uma
4495 situação, mas acho que pelo que a Jaque entendeu, é igual aquele trabalho da 5ª
4496 série, ainda que não faça tanto, dar o nome lá, vai fluir, não sei, alguma coisa nesse
4497 sentido. Está bem sedimentado. E aí, o que eu falei? Eu acho que eu até marquei
4498 o Coutinho na época no grupo do massacre, a gente está há quatro meses para o
4499 governo publicar, reunião foi 30 e 31 de maio. Então, assim, quem sou eu para dizer
4500 o que vocês têm que fazer, mas eu acho que dá para ir trabalhando e a formalidade
4501 um dia vai chegar. Salvo engano não são nem publicadas no diário oficial as nossas
4502 reuniões do próprio Comitê Nacional. Então, assim, é algo raro ter uma publicação
4503 no DO em relação ao que a gente vai deliberar aqui. Então, não sei se a CONJUR
4504 teve algum item ali quem passou, enfim, mas acho que é isso. Acho que dá para ir
4505 encaminhando a Fernanda, Jaque, Coutinho, eventualmente a Domitila ou outra
4506 pessoa. Isso, então, já dá para seguir os trabalhos, e isso que eu ia... Eu queria...
4507 Obrigado. Isso que eu queria destacar. Ainda que vá ter [Ininteligível] em alguma
4508 entre outubro, não sei, etc., eu acho que os trabalhos podem ser feitos ou na
4509 próxima RO ou em alguma extraordinária, como a Sofia colocou, e a gente
4510 formaliza, mas acho que daria para caminhar no dia a dia já nos próximos dias e
4511 para concluir, que todo mundo quer almoçar, queria dizer que ontem, apenas eu e
4512 a Dácia vimos a Jaque cantando rap. Então, eu acho que, se ela se sentir à vontade
4513 na volta aí... Vocês perderam, que foram três raps com conteúdo sensacional.

4514 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4515 **e Cidadania – ITTC)** – Depois que todos os advogados fizeram a defesa, quem vai
4516 se, Patrícia ou Domitila?

4517 **Sra. Patricia Laudry Mollo Vieira (Suplente - Ministério Da Educação - MEC) –**
4518 Eu não... O que eu posso fazer é levar um pedido para o Ministério da Educação,
4519 porque uma coisa é uma coisa rápida que eu vou falar. Quando a Nana fala sobre
4520 a questão da burocracia, a gente para estar aqui e poder dizer MEC isso, MEC
4521 aquilo, dentro do nosso Ministério segue um rito que não é uma burocracia que
4522 precisa ser acabada, não, porque foi ela quem segurou no governo passado, mas,
4523 assim, para que a gente tenha legitimidade de falar. O mando era: "Patrícia, vá,
4524 porque esse Comitê é importante." A exemplo dos outros 40 que a Secadi participa.
4525 Posso levar, não posso me comprometer agora, até porque eu sou suplente. Posso
4526 levar como um pedido.

4527 **Interlocutora não identificada** – Eu só quero colocar uma questão de ordem em
4528 relação a desnecessidade de votação. Acho que o encaminhamento dado precisa
4529 ser votado, porque a gente teve uma divergência na mesa diretora, inclusive, se
4530 essa bota já tinha sido deliberada na reunião anterior. Então, para evitar qualquer
4531 ruído em relação a esse tipo de divergência, eu entendo que esse encaminhamento
4532 dado precisa ser votado o registrado... Não votado levantar a plaquinha, mas
4533 registrado que houve uma deliberação.

4534 **Interlocutora não identificada** – Mas qual que é o encaminhamento efetivamente?

4535 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4536 **e Cidadania – ITTC)** – O encaminhamento... Eu acho que o encaminhamento é
4537 claro que é para a gente... Que isso vai ser encaminhado para a Comissão de
4538 seleção e que na próxima reunião, enfim, na RO quando isso for publicado, que é o
4539 encaminhamento para ser publicado nesta Comissão a gente discuta, de fato, o
4540 edital. Assim que já está com a mão levantada, talvez ela queira participar da
4541 Comissão.

4542 **Sra. Cintia Rangel Assumpção (Suplente - Secretária Nacional De Políticas**
4543 **Penais – MJSP)** – Desculpa, gente, é bem rapidinho, até... Só para tentar contribuir.
4544 Eu acho que dois pontos são importantes: Primeiro, a publicação da Comissão o
4545 mais rápido possível, é isso; e o segundo ponto que o alerta em relação... E aí,
4546 Nana, eu sou completamente a favor da questão das cotas, me preocupa, inclusive,
4547 a legislação que tem 10 anos de vigência e nós precisamos, inclusive, pensar nessa
4548 ampliação da aquele percentual, vigência dela está para 2024, só que eu alerto a
4549 situação de um edital de Auditor Fiscal do trabalho que vai ser publicado em 2023.
4550 O Ministro fez um pronunciamento informando que haveria cotas 2% indígenas, 2%
4551 para pessoas trans e 45% para pessoas negras. Já há judicialização dessa questão,
4552 só por causa de uma manifestação justamente porque eles dizem que precisam ser
4553 observadas as questões da cotas. Só para a gente tentar contextualizar.

4554 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4555 **e Cidadania – ITTC)** – Cíntia, você não quer participar da Comissão? Não, a gente
4556 tem que resolver.

4557 **Sra. Cintia Rangel Assumpção (Suplente - Secretária Nacional De Políticas**
4558 **Penais – MJSP)** – Eu sou... Eu pensaria numa Comissão, embora tenhamos falado
4559 de questões médicas, formada prioritariamente por pessoas negras. Eu gostaria
4560 muito e o processo eletivo também, eu gostaria muito da fala da entrevista que vai
4561 ser feita, mas, sim, estou para contribuir, eu só... Eu sempre digo, eu me sinto
4562 extremamente constrangido é falar sobre essas questões participando de um
4563 espaço privilegiado de mulher branca.

4564 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4565 **e Cidadania – ITTC)** – Só que não tem, nesse caso, porque, por exemplo, você
4566 poderia participar... Eu quero resolver a questão, porque, assim, a gente ficou
4567 falando aqui nas outras reuniões, ai, nossa, como é chato que os membros do
4568 governo não aparecem e tal, mas acho que é uma questão rápida mesmo
4569 procedimental. O grupo tem que ser formado pelo regimento interno por membros
4570 do governo é membro da sociedade civil. Então, não tem outra saída, a não ser que

4571 a gente mudasse o Regimento Interno, que não vai acontecer agora. Então, a gente
4572 não está conseguindo nem aprovar uma questão que é para publicar um Comitê,
4573 quanto mais o Regimento Interno. Então,, de fato, quem está aqui e quem... Vai ter
4574 que fazer parte da Comissão também.

4575 **Sra. Cintia Rangel Assumpção (Suplente - Secretária Nacional De Políticas**
4576 **Penais – MJSP) –** Eu não estou ouvindo.

4577 **Interlocutora não identificada –** Se alterar a composição do grupo de trabalho vai
4578 ter que começar tudo de novo? É uma pergunta, se alguém tiver essa resposta.

4579 **Interlocutora não identificada –** Eu acho que pelo menos vai ter que ser feita uma
4580 nova minuta de Resolução e nova nota técnica, a gente. Eu acho que pelo...

4581 **Sra. Cintia Rangel Assumpção (Suplente - Secretária Nacional De Políticas**
4582 **Penais – MJSP) –** É exatamente, a gente. Até porque isso já foi analisado pela
4583 CONJUR.

4584 **Interlocutora não identificada –** Nota técnica e outra minuta para a CONJUR.

4585 **Interlocutor não identificado –** Voltou da CONJUR por que tinha só um membro
4586 de governo, faltava o segundo nome, correto?

4587 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4588 **e Cidadania – ITTC) –** Não, tem os dois, porque naquela reunião a gente... Como
4589 não tinha membro e a gente falou... A gente decidiu...

4590 **Interlocutora não identificada –** Gente, olha só, vou tentar aqui facilitar as coisas.
4591 Existe uma realidade que é uma equipe muito pequena a minha equipe no
4592 Ministério, sou da Secretária Nacional de Assistência Social, a nossa equipe tem
4593 praticamente duas técnicas, duas pessoas, sou eu e mais uma outra técnica, é
4594 Coordenador e Coordenador-Geral. A gente, assim, tem várias representações e
4595 estar aqui é realmente fazer um malabarismo com as agendas, enfim, Não sei como
4596 vou conseguir participar dessas reuniões da Comissão, mas em se tratando dessa

4597 dificuldade toda, eu vou ficar... Mas eu quero deixar bem claro que podem existir
4598 momentos em que eu não vou conseguir estar presente, porque realmente não é
4599 fácil.

4600 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4601 **e Cidadania – ITTC)** – Então, é isso, gente. Obrigada, Domitila. Então, a gente pode
4602 encerrar aqui para o almoço, daí 14h a gente volta, está bem?

4603 **Interlocutor não identificado** – 14h03.

4604 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4605 **e Cidadania – ITTC)** – Quer falar alguma coisa?

4606 **Interlocutor não identificado** – 14h03.

4607 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4608 **e Cidadania – ITTC)** – 14h03. Obrigada, gente.

4609 **Interlocutora não identificada** – Obrigada, pessoal.

4610

4611 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4612 **e Cidadania – ITTC)** – É importante sobre a situação, então, ela não pode vir agora,
4613 então, ela chegaria só daqui a um tempinho e aí a gente inverteria a pauta para o
4614 ponto número 7.1, eu queria saber se tem que estar no Maranhão on-line, se tudo
4615 bem a gente fazer essa inversão.

4616 **Interlocutora não identificada** – De acordo.

4617 **Interlocutor não identificado** – De acordo também, agradeço aí.

4618 **Interlocutora não identificada** – De acordo por mim também, muito obrigada.

4619 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4620 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, gente. Então, eu vou passar para o ponto 7.1 para

4621 a apresentação do projeto de inserção do enfermeiro forense no atendimento às
4622 pessoas vítimas de violência no sistema carcerário. E aí inicialmente meia hora de
4623 apresentação, mas se vocês conseguirem fazer em menos tempo do que meia hora,
4624 porque a gente está atrasado, melhor seria.

4625 **Sr. Antônio José Coutinho De Jesus (Titular - Conselho Federal De**
4626 **Enfermagem – CONFEN) – Ok?**

4627 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4628 **e Cidadania – ITTC) – Coutinho e Zenaide.**

4629 **Sr. Antônio José Coutinho De Jesus (Titular - Conselho Federal De**
4630 **Enfermagem – CONFEN) – Bom, meus amigos e membros aqui do comitê, desde**
4631 **que eu e a doutora Zenaide começamos a participar aqui do comitê, nós**
4632 **entendíamos de que há um espaço para que o enfermeiro forense possa atuar no**
4633 **sistema prisional, que é uma das competências estabelecida na resolução 556 de**
4634 **2017 do CONFEN do sistema prisional, hoje nós e entendemos que tem enfermeiras**
4635 **assistenciais, tem técnicos de enfermagem assistenciais que trabalham nas**
4636 **unidades básicas de saúde do Brasil nos estados e a gente percebe que existe**
4637 **assim, umas diferenças de estado para estado na composição, mas aqui em Brasília**
4638 **funciona dessa forma na unidade básica de saúde onde tem enfermeiro assistencial**
4639 **e tem técnicos de enfermagem assistencial. Nosso entendimento é que da mesma**
4640 **forma que existem pessoas vítimas de violência que chegam na porta do pronto**
4641 **atendimento do nosso país e também chega pessoas vítimas de violência nas**
4642 **unidades básicas de saúde, mas em que vemos também que chegam presos,**
4643 **pessoas privadas de liberdade reclamando ou não, mas chegam com alguma**
4644 **queixa de dor, de algum trauma, procurando uma assistência, uma medicação, uma**
4645 **orientação tanto médica como da enfermagem em relação àquilo que está sendo**
4646 **acometido e nós entendemos que da mesma forma que chegam às mulheres tanto**
4647 **nas portas das unidades básicas de saúde ou chega no pronto-socorro relatando**
4648 **que começou uma dor aguda ou estão com uma dor no abdômen e começou de**
4649 **repente, quando você passa a avaliar as queixas do paciente você percebe que**

4650 aquilo ali foi fruto de uma violência, foi um soco que alguém deu, mas que aquela
4651 mulher não fala que foi vítima violência, então, nós entendemos também a mesma
4652 coisa o preso, uma pessoa privada de verdade que por acaso busca país unidades
4653 de saúde básica do presídio também chegam com essas queixas. Se você não tem
4654 um profissional, um olhar apurado que é o especialista, o enfermeiro forense em
4655 relação as queixas desse paciente para conseguir entender que aquilo é fruto de
4656 uma violência e não apenas aquilo que ela está relatando, que foi uma queda, que
4657 foi um escorregão, então, nós entendemos que também no sistema prisional, nós
4658 poderemos estar auxiliando através de um relatório essas queixas, fazendo uma
4659 avaliação desse corpo maltratado, desse corpo violentado e oferecer ao judiciário
4660 informações, robustas informações legais para um possível inquérito policial ou um
4661 possível processo. Então, nós entendemos que a violência nesse país, quem
4662 acessar o atlas da violência de 2022 do IPEA, o índice de violência no nosso país
4663 está muito grande, principalmente, contra esses grupos, esses grupos tanto as
4664 mulheres, como os grupos afetivos, como as crianças, os idosos, então, esses
4665 grupos eles são muito fragilizados em relação a violência que nós estamos
4666 assistindo dia a dia nesse país, haja vista também o índice de feminicídio altíssimo
4667 que nós estamos vivenciando no nosso país. Nós entendemos que a enfermagem
4668 forense é uma especialidade da enfermagem, regulamentada pelo Conselho federal
4669 de enfermagem desde 2017 e que nós entendemos que nos Estados Unidos, por
4670 exemplo, que é um serviço que ela funciona muito bem e que nós estamos
4671 buscando como referência os Estados Unidos que ele se assemelha muito em
4672 relação ao sistema de saúde, e lá nos estados unidos como nós temos a
4673 enfermagem forense há 40 anos implantada e que presta um excelente trabalho
4674 para a sociedade, nós também estamos trazendo a enfermagem forense para o
4675 Brasil, no sentido também de ajudar essa sociedade maltratada, violentada e que
4676 muitas vezes fica desassistida. Muitas pessoas que buscam a porta do pronto
4677 atendimento do nosso país, muitas vezes omitem aquela violência que estão sendo
4678 acometidas ou omitem, principalmente, as mulheres, por uma série de fatores que
4679 nós conhecemos que é ela é violentada, maltratada, agredida pelo companheiro,
4680 pelo marido, pelo namorado, quem quer que seja, mas ela após a violência sendo

4681 atendida nos hospitais, nas upas, elas retornam para suas residências e elas vão
4682 voltar depois novamente no pronto-socorro vítima de violência e elas nunca relatam
4683 que estão sendo agredida, está sendo violentada pelo seu companheiro. Por uma
4684 série de fatores sociais nós compreendemos que é a dependência financeira do
4685 marido, que são os filhos, que é sua residência e nós não tivermos um olhar apurado
4686 para poder identificar que aquela pessoa que está relatando aquela queixa fruto de
4687 uma violência e pudermos relatar, fotografar e buscar os elementos de prova
4688 daquela agressão e oferecer ao judiciário esses elementos de prova, nós
4689 entendemos que muitos perpetradores, agressores, eles ficam impunes diante
4690 dessa violência contra as pessoas. Das competências que o enfermeiro forense
4691 deve adquirir na sua formação como o especialista, é justamente a questão da
4692 violência sexual e também temos o sistema prisional, temos também os maus-tratos
4693 que são as competências, maus-tratos e outras formas de violência nos diversos
4694 ciclos da vida. O enfermeiro forense ele adquire essa competência através do seu
4695 curso de formação. Muito bem, como que vai atuar um enfermeiro forense no Brasil?
4696 Existem várias normativos legais que estabelecem um atendimento das pessoas
4697 vítimas de violência de várias formas, existem decretos, em leis. A lei Maria da
4698 penha, ela muito bem estabelecida, ela faz a proteção das mulheres que são
4699 agredidas e violentadas, mas existe uma falha muito grande, porque nem todas as
4700 mulheres, elas relatam o seu trauma, sua violência, as mulheres que chega esses
4701 ambientes hospitalares vítimas de agressão, elas muitas vezes não relatam, o mais
4702 que a lei Maria da penha tente cercar, tente dar um arcabouço, tente dar um apoio
4703 para essas pessoas muitas vezes as coisas não ficam muito claras para todos nós
4704 que estamos no ambiente de atendimento. Então, nós temos a lei Maria da penha,
4705 que é uma lei muito importante, decretos, o decreto 7958 de 2013 que estabelece
4706 as diretrizes para atendimento às vítimas de violência sexual, pelos profissionais de
4707 segurança pública e da rede de segurança do SUS, esse decreto é muito importante
4708 no sentido de que ele disse que nessa questão do atendimento das pessoas que se
4709 com na porta dos pronto-socorro, só que o decreto ele estabelece que quem vai
4710 atender essas pessoas, quem vai dar esse socorro a essas pessoas são os
4711 profissionais de segurança pública e aí nós entendemos todas as cadeias de

4712 consultórios que existe em relação atendimento a essas pessoas, mas diz também
4713 dos profissionais da rede de atendimento do SUS, ou seja, quem são esses
4714 profissionais? Ou seja, quando a lei, não especifica ou estabelece quem vai fazer
4715 esses atendimentos, ou seja, todo mundo e ninguém faz, todos nós sabemos como
4716 funciona essa situação. Hoje nós temos nos hospitais das fichas de notificação
4717 compulsória, que a questão da violência, mas a gente sabe que a realidade é outra,
4718 nem todas assiste são preenchidas, falha, porque falta profissional, você tem um
4719 enfermeiro assistencial no pronto-socorro, uma equipe de 5, 6, 7 técnicos de
4720 enfermagem e ele você tem pessoas chegando toda hora com vários tipos de
4721 queixas e que você não tem tempo para parar para ficar preenchendo muitas vezes
4722 a ficha de notificação compulsória que é uma obrigação dos profissionais fazer esse
4723 preenchimento. Então, nós temos essa subnotificação dessas violências. Nós
4724 temos, então, também a portaria 482 do Ministério da saúde que regulamenta essa
4725 questão e também do sistema prisional, só que não fica claro quem serão esses
4726 profissionais do sistema único de saúde que irão atuar nesses casos de violência
4727 contra o preso. Bom, normativa nós temos, precisamos apenas buscar a
4728 compreensão das pessoas para que realmente o enfermeiro forense possa atuar
4729 nesses sistemas. O público-alvo são as vítimas, independente de sexo, idade e nos
4730 presídios nós temos presídios que abrigam as pessoas privadas de liberdade
4731 podem ser mulheres, os homens, adultos e adolescentes. Que nós estamos
4732 propondo na verdade, o enfermeiro forense ser um desses agentes que possam
4733 estar nas unidades básicas de saúde do sistema prisional para a atender essas
4734 pessoas que se queixam de violência no sistema prisional ou o enfermeiro
4735 assistencial, ou médico assistencial, ou técnico de enfermagem que já trabalham e
4736 compõem essas equipes de atendimento e eles possam identificar casos efeitos de
4737 violência e aí ser acionado o enfermeiro forense para ir lá e assisti a esse preso,
4738 essa pessoa privada de liberdade, no sentido de fazer um relatório mais técnico e
4739 buscar realmente aquela lesão, aquele trauma em relação aquele corpo que está
4740 sendo maltratado. Então, o que nós estamos propondo ao comitê aqui, trazendo
4741 para o comitê é a importância de termos um enfermeiro forense como um agente
4742 também a ser acionado nessas situações de queixas de violência dentro do sistema

4743 prisional. A gente não está aqui no sentido de colocar o enfermeiro forense em todas
4744 as unidades básicas de saúde, porque isso a um custo muito alto e a gente sabe
4745 que quando se trata de custo todo mundo, os órgãos do governo acabam nunca
4746 encampando. Que nós estamos propondo aqui em Brasília para criar o serviço de
4747 enfermagem forense, estão bem adiantada que no governo do distrito federal, que
4748 é uma central de enfermeiros forenses contratado pelo estado para poder fazer o
4749 atendimento dessas vítimas de violência que chegam nos pronto-socorro aqui do
4750 DF e nós estamos dançando também justamente esses enfermeiros do sistema
4751 prisional poderem ser acionadas pelo sistema prisional toda vez que estiver pessoas
4752 reclamando de agressão dentro do sistema prisional. Esse material que é feito pelo
4753 enfermeiro, é feito o relatório, nós não fazemos laudos, porque nós não queremos
4754 competir com os peritos oficiais, nós fazemos um relatório, nós podemos fotografar
4755 as lesões e podemos buscar os elementos de prova daquela agressão, elemento
4756 de prova que a gente fala é o swab, secreções no corpo, apresentando em imagens,
4757 usando algum produto de reagentes e onde você observa ali a marca da agressão,
4758 marca da violência e oferecer isso aos órgãos competentes, essas provas dentro
4759 de um envelope copiado, dentro de um envelope lacrado, depois que ele ia lacrado
4760 só quem pode fazer a abertura desse envelope é a autoridade do policial que
4761 geralmente é o delegado, ele é quem abre este envelope, ele é quem encaminha
4762 esse material acolhido para os laboratórios de perícia e ele que encaminhe as
4763 vítimas para o departamento médico legal para fazer o corpo de delito. Então, que
4764 nós estamos propondo encontro enfermeiros, não só enfermeiros no atendimento
4765 aos hospitais, as unidades básicas de saúde, mas também propor que o enfermeiro
4766 forense possa também ser um agente que possa ser acionado nesses casos,
4767 nessas situações do sistema prisional onde tem a suspeita que aquele preso ao
4768 procurar aquela unidade de atendimento dentro do sistema prisional, tem a suspeita
4769 de que na verdade aquela lesão, aquela dor, que aquele trauma que ele está
4770 relatando foi fruto de uma violência e nós possamos relatar, constatar àquilo e
4771 apresentar isso às autoridades de uma forma legal. A gente compreende que o
4772 sistema prisional é um sistema muito difícil, existem toda uma logística e toda uma
4773 segurança dentro do sistema prisional, mas nós percebemos que se nós não

4774 podemos fazer uma avaliação dessas pessoas que relatam fruto de uma violência
4775 dentro do sistema prisional e não podemos oferecer aos autoridades elementos de
4776 provas para que cesse aquela violência ou melhore o atendimento dentro do
4777 sistema prisional, realmente nós percebemos dia a dia essa violência contra as
4778 pessoas privadas de liberdade. Então, eu queria deixar claro para vocês que o
4779 nosso objetivo é que junto ao comitê é poder desenvolver essa política onde possa,
4780 no futuro, nós termos um enfermeiro forense também participando desta análise de
4781 agressões contra os presos no sistema prisional. Você quer apresentar?

4782 **Sra. Zenaide Cavalcanti De Medeiros Kelbeis (Suplente - Conselho Federal De**
4783 **Enfermagem – CONFEN)** – Boa tarde a todos. Dois pontos apenas. Na maioria das
4784 vezes os protocolos de Istambul e Minnesota, eles não são utilizados dentro dos
4785 presídios, dentro das unidades e o enfermeiro forense ele tem capacidade para
4786 fazer essa avaliação, para colocar o protocolo Minnesota em andamento, claro e o
4787 de Istambul. Então, assim, esse é uma um das coisas boas que a enfermagem pode
4788 sim trazer para o sistema carcerário. Além disso em 2018 nós trouxemos para cá,
4789 a agente do FBI que era a diretora do departamento de DNA lá do FBI que ela nos
4790 mostrou codes e logo depois se colocado codes aqui, que a coleta de DNA, então,
4791 assim independentemente de qualquer coisa, local onde é seja a gente pode fazer
4792 essa coleta e a pessoa privada de liberdade pode dizer que não quer, mas é
4793 possível essa coleta, então, também um modo de ajuda da enfermagem forense
4794 dentro da unidade carcerária. Também nas nossas avaliações, eu estava até
4795 falando com a Romilda agora, ah, mas aí aconteceu de eu tomar um tapa, com 2h
4796 acabou e não tem mais a mancha do tapa, mas se estiver um enfermeiro forense
4797 lá, ela vai saber que ali foi uma rubefação e a gente pode identificar como uma
4798 rubefação e esquecer que ali havia uma rubefação, então, assim a contribuição ela
4799 realmente que é grande e nos colocamos à disposição, inclusive, para fazer
4800 treinamento caso vocês acham que seja necessário.

4801 **Sr. Antônio José Coutinho De Jesus (Titular - Conselho Federal De**
4802 **Enfermagem – CONFEN)** – Só complementando e concluindo, toda pessoa que é
4803 agredida as marcas da agressão, algumas marcas elas desaparecem muito rápido

4804 da aquele corpo, quando a pessoa é encaminhado ao IML 3, 4, uma semana depois
4805 daquela violência, o médico legista, ele vai encontrar alguns elementos ali de prova,
4806 mas ele poderia ter muito mais elementos de prova que desapareceu ao longo dos
4807 dias, quando essa pessoa, a mesma coisa se aplica ao preso, ou seja, se ele está
4808 reclamando de uma foi precisa tomar uma medicação e aquilo ali foi fruto de uma
4809 violência, você tem que constatar, se você constatar através de provas técnicas é
4810 aquela violência, está constatada pelo profissional capacitado para isso, isso é uma
4811 prova importante. O que nós temos percebendo é que o relato do sistema prisional
4812 é de que todas as pessoas que são vítimas de violência, algumas são
4813 encaminhadas ao IML para fazer o corpo de delito, mas em que momento esse
4814 corpo é encaminhado ao IML? Falta carro, falta gente para acompanhar, um monte
4815 de dificuldade se coloca para levar esse preso ao instituto médico legal. Se nós
4816 temos a presença do enfermeiro forense que seja acionado para ir lá e assisti aquela
4817 vítima que hora antes foi fruto de uma violência, poderá buscar, deixar comprovado
4818 aquele tipo de agressão, aquela lesão que pode ser fruto de uma violência de um
4819 preso contra o outro ou de um agente penitenciário contra o preso. O que vai fazer
4820 depois do inquérito é a justiça, o que nós, enfermeiros, fazemos é apenas constatar
4821 o fato, ou seja, a agressão, o que se vai fazer depois daquela constatação, isso é
4822 com as autoridades e do judiciário, certo? Isso, o que nós oferecemos é subsídio à
4823 justiça no sentido do inquérito policial, então, em linhas gerais, meus amigos, o que
4824 nós estamos propondo aqui, estamos trabalhando com a questão da inserção do
4825 enfermeiro forense também no sistema prisional, porque todos nós aqui sabemos
4826 como funciona o sistema prisional nesse país, onde as garantias individuais, elas
4827 são muitas vezes ultrajadas e desrespeitadas e aí as pessoas privadas de liberdade
4828 precisam realmente de ter esses apoios. Era isso que eu queria relatar para os
4829 nobres colegas.

4830 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4831 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Coutinho e Zenaide. Eu vou abrir para todo mundo
4832 falar, mas eu acho importante essas contribuições de um aspecto bastante técnico
4833 e que, de fato, nas unidades prisionais quando a gente vai apurar a tortura é muito

4834 difícil mesmo, porque as marcas elas somem no corpo, as pessoas, enfim, mesmo
4835 quando é encaminhado para fazer o exame médico, corpo de delito, como você
4836 mesmo falou, demora, então, a marca realmente não está no corpo, mas é isso,
4837 mas a gente sabe também que tudo isso está dentro do aspecto da tortura, não só
4838 da tortura no corpo, mas a tortura como um todo, de por exemplo, o Mateus vai
4839 lembrar lá de Avaré, que foram pedidas nos exames de corpo de delito, o juiz não
4840 autorizava e demorou a cinco meses, e aí tinha fome das pessoas...

4841 **Interlocutor não identificado** – Só fizeram corpo de delito quando a gente
4842 representou a juíza na corregedoria por tortura, por omissão e demorou quatro
4843 meses.

4844 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
4845 **e Cidadania – ITTC)** – Então, e aí acho que é importante que tenha essa presença
4846 dentro das unidades prisionais, não sei como isso se personalizar área na prática,
4847 porque a gente já sabe que, enfim, mesmo o PNAISP tem uma equipe que agora é
4848 mais enxuta do que já era e, de fato, não sei, é até uma pergunta, e está dentro do
4849 estabelecimento prisional, ainda mais para fazer esse tipo de coisa muito difícil no
4850 sentido de que você sofreria uma retaliação, então, eu não sei, de fato, se esses
4851 profissionais, não vou dizer por todo mundo, mas assim, porque as pessoas elas
4852 não dizem também às vezes eu acho, imagino até que tenha profissionais de saúde
4853 que façam, que constata isso, não talvez com a defesa de um perito, de um
4854 enfermeiro forense, mas que saibam que aconteceu, de fato, um ato de tortura ali,
4855 mas isso não se siga pela própria retaliação do espaço como um todo, então, é uma
4856 coisa que vocês não tocaram, mas acho que é importante pensar também para
4857 dizer, enfim, eu entendo que é um colegiado de enfermeiros forenses que estão
4858 pensando sobre isso e deixar que o espaço aberto para as pessoas que quiserem
4859 fazer...

4860 **Sr. Antônio José Coutinho De Jesus (Titular - Conselho Federal De**
4861 **Enfermagem – CONFEN)** – Só te responder, Sofia. A nossa preocupação também
4862 essa, porque você vai lá fazer uma análise dessa e você é conhecido, na hora que

4863 você passa no portão de saída da penitenciária alguém vem no seu ouvido e fala:
4864 "Vê lá o que você vai colocar aí no papel." Então, essa é a nossa ocupação
4865 realmente. Agora o profissional, enfermeiro, técnico de enfermagem que trabalha
4866 no sistema prisional, nas unidades básicas de saúde que fica dentro do complexo,
4867 eles têm, eles são do plantão e tem escala, então, você sabe o profissional quando
4868 vai estar lá, este profissional realmente, ele tem receio, porque você sabe, todos
4869 sabem onde ele trabalha, inclusive, onde ele mora. O que nós estamos propondo já
4870 não, mas para o atendimento às pessoas vítimas de violências em pronto-socorro
4871 é uma central, uma central que você tem enfermeiros se eles são acionados, está
4872 certo? Onde você vem um caso de violência naquele momento é chamado esse
4873 enfermeiro para ir lá e fazer o relatório, então, ou seja, não é um enfermeiros só,
4874 são vários enfermeiros que vão votar nessa situação de fazer esse tipo de avaliação
4875 junto a pessoa agredida.

4876 **Interlocutora não identificada** – Aproveitando em cima do que a Sofia perguntou,
4877 você falou que estava em um estudo adiantado com o governo do DF, porque assim,
4878 minha dúvida é, quem é que aciona essa equipe? Porque lógico que o diretor do
4879 equipe não vai acionar, então, como é que vocês, que não deve vocês já estão em
4880 uma fase mais adiantada que delimita, como é que o serviço vai funcionar? Só para
4881 gente entender um pouquinho.

4882 **Sr. Antônio José Coutinho De Jesus (Titular - Conselho Federal De**
4883 **Enfermagem – CONFEN)** – Ok. A nossa ideia na verdade, nós já colocamos para
4884 Secretário de saúde, para o Secretário de políticas de mulheres aqui do DF, nós
4885 criamos essa central, estou sugerindo no hospital de base e um de vocês veriam os
4886 enfermeiros de plantão ali, enfermeiro forense 24h, porque agressão surge a
4887 qualquer horário do dia, para ser acionadas, então, chegando uma mulher, uma
4888 criança fruto de violência no HRAN, seria acionada essa central vai o enfermeiro
4889 pegaria o carro ia lá para assistir essa pessoa, fazer o relatório, bater a fotografia e
4890 tira os elementos de prova naquele corpo. No sistema prisional nós estamos
4891 dançando também nesse modelo, porque quem iria acionar seria o próprio
4892 profissional enfermeiro assistencial, ou técnico de enfermagem o próprio médico

4893 que trabalha na unidade básica de saúde, está certo? Ele irá informar que tem um
4894 caso o aqui é possível violência e aí precisa ser assistido pelo enfermeiro forense,
4895 desde que também a pessoa queira ser assistida, porque o direito da pessoa tem
4896 que ser respeitado, não só no pronto-socorro, tem mulher que é agredida
4897 constantemente e diz que não quer ser assistida por ninguém, mas esse é o
4898 caminho, nós estamos construindo. O aqui no deve nós temos um projeto já na
4899 Câmara que está sendo trabalhada, que a questão do concurso público a partir do
4900 ano que vem para enfermeiros forenses, porque o enfermeiro forense tem que ser
4901 um agente do estado no sentido de ter fé pública para que ele possa entrar na
4902 cadeia de custódia. Então, material que ele vai entregar ao delegado é o material
4903 que vai ser comprovado posteriormente para entrar na cadeia de custódia, ok?
4904 Então, nós estamos trabalhando no DF nesse sentido.

4905 **Interlocutor não identificado** – A primeira pergunta era justamente essa, se já
4906 existe a especialidade operando em algum lugar do Brasil, porque a ideia me
4907 pareceu nova, ainda mais diante dessa sua última fala, que talvez seja uma
4908 aspiração de que o material produzido por esse ou essa profissional entre na cadeia
4909 de custódia, então, eu fiquei com algumas perguntas aqui antes de fazer qualquer
4910 avaliação a primeira era essa, se já existe algum profissional com essa atuação é
4911 cenário. Mas para avançar em outras perguntas exatamente esse ponto parceria
4912 vinculação profissional esses enfermeiros, se eles estão vinculados a uma unidade
4913 de saúde, pelo que eu entendi seria isso.

4914 **Sr. Antônio José Coutinho De Jesus (Titular - Conselho Federal De**
4915 **Enfermagem – CONFEN)** – Sim.

4916 **Interlocutor não identificado** – Está bem. Então, o sistema público de saúde...

4917 **Sr. Antônio José Coutinho De Jesus (Titular - Conselho Federal De**
4918 **Enfermagem – CONFEN)** – Sim, sim.

4919 **Interlocutor não identificado** – Está bem. E aí pensando, enfim, no que poderiam
4920 ser as eventuais barreiras para o trabalho também nessa direção e produção de

4921 provas, também pensar justamente isso, que a polícia forense é um monopólio das
4922 polícias no Brasil, das forças de segurança pública e eu queria entender como é
4923 que vocês pensam em contornar também essa... Só para terminar às perguntas aí
4924 depois o senhor pode responder tudo. Porque esse é um grande desafio, eu
4925 trabalhei até com Mateus em algumas situações dessa, que contornar esse
4926 monopólio justamente do estado e das forças policiais para a produção de prova
4927 com validade judicial no Brasil. Então, a perícia independente tem grandes
4928 dificuldades de atuar, então, também esse esclarecimento. Uma outra questão, é
4929 que a enfermagem trabalha sob supervisão médica, não é?

4930 **Sr. Antônio José Coutinho De Jesus (Titular - Conselho Federal De**
4931 **Enfermagem – CONFEN) – Não.**

4932 **Interlocutor não identificado – Não?**

4933 **Sr. Antônio José Coutinho De Jesus (Titular - Conselho Federal De**
4934 **Enfermagem – CONFEN) – Não.**

4935 **Interlocutor não identificado –** Mas não precisa ter um médico vinculado? Ah, é o
4936 técnico na verdade, está certo. É, isso. Eu estava querendo entender exatamente
4937 isso. Está bem, é o técnico de enfermagem. Ótimo, exatamente, perfeito, está bem.
4938 E claro, essa questão de contexto que a Sofia estava lembrando, porque já existe
4939 obrigação ética, claro, dos profissionais de enfermagem que atuam nos sistemas
4940 prisionais de documentar os casos de violência que eles testemunhem, que
4941 cheguem até ele, essa obrigação já existe, eles deveriam fazer isso havendo
4942 consenso em qualquer unidade de saúde. Exatamente. Então, ótimo que isso já
4943 esteja colocado, mas tem o desafio e tanto da acessibilidade dos profissionais, da
4944 capacitação que eu acho que sem dúvida nessa especialidade consegue contornar
4945 a capacitação, eles seriam elementos para saber também como documentar essas
4946 alegações de violência, tortura, maus-tratos, etc., mas tem essa questão que a Sofia
4947 estava lembrando. Recentemente teve uma conversa da Defensoria Pública no Rio
4948 dizendo como os defensores não estavam conseguindo fotografar os adolescentes

4949 e pessoas presas, porque a partir do momento que o atendimento ali com a
4950 Defensoria já demorava mais tempo, e isso já sentiu o alerta dos agentes prisionais
4951 de que estava havendo algum tipo de documentação de violência e isso já, enfim,
4952 colocava em risco de represálias muito altas, então, assim, o ambiente prisional é
4953 muito complicado para esse tipo de produção de prova, tanto que me parece que o
4954 CFM no Brasil veda a realização do exame de corpo de delito em ambiente prisional,
4955 tem essa vedação pelo menos com relação aos profissionais da medicina, médicos.
4956 Então, acho que isso é algo que se precisa pensar também e a obrigação, claro,
4957 esse enfermeiro notificar a autoridade policial, porque também tem esse... Se ele
4958 está flagrando ali uma situação de uma ocorrência de um crime também teria essa
4959 obrigação, enfim, vai atuar, mas não vai notificar a autoridade policial, então, a
4960 autoridade policial vai ter que fazer o mesmo exame, também como contorna isso.

4961 **Sr. Antônio José Coutinho De Jesus (Titular - Conselho Federal De**
4962 **Enfermagem – CONFEN)** – Ok. Nós visitamos o hospital maternidade Odete
4963 Valadares em Minas Gerais Belo Horizonte, o Odete Valadares é um hospital
4964 autorizado a fazer os abortos de mulheres vítimas de violência sexual, estupro, que
4965 ficaram grávidas, então, hospital é autorizado a fazer o aborto daquelas mulheres
4966 que desejam interromper uma gravidez fruto de um abuso sexual. Nesse hospital
4967 nós temos, então, esses serviços todos implantados, que faz, então, esses exames
4968 iniciais dessas mulheres é o R1 e R2 médico, porque nós não temos enfermeiros
4969 forenses ainda regulamentado no âmbito da Secretaria do estado de Minas Gerais,
4970 nós estamos trabalhando para isso e os médicos do R1 e R2 não querem trabalhar
4971 com essa área, eles querem fazer outras coisas. Mais assim, isso é documentado,
4972 isso é colhido material, isso a preservado esse material e conservado esse material
4973 em local apropriado, porque se vai entrar na cadeia de custódia tem que ter todo
4974 uma legalidade desse material para não haver dúvida e nenhum advogado de
4975 defesa do agressor e questionar esse material no futuro. Então, já funciona, o que
4976 nós estamos buscando a justamente implantar esse serviço conversando com as
4977 autoridades da importância de ter este enfermeiro forense de avaliação, por quê? O
4978 ambiente hospitalar é um ambiente da enfermagem, é um ambiente da

4979 enfermagem, então, dentro do hospital a gente sabe conduzir muito bem todos
4980 processo, porque é um ambiente nosso. Voltando para o sistema prisional, nós
4981 estamos também tentando construir isso, ou seja, já temos enfermeiras
4982 assistenciais na unidade básica de saúde, se nós temos um médico, se nós temos
4983 um técnico de enfermagem já trabalhando nesse ambiente lá você constata que
4984 pessoas estão procurando aquela unidade é fruto de uma violência, então, por que
4985 você já não buscar os elementos de prova, fotografar e ver o relato do que ocorreu
4986 aquilo ali para que você possa oferecer isso as autoridades de? Porque o perito, ele
4987 não trabalha dentro de hospital e da ele também não trabalha dentro do sistema
4988 prisional, ele é no segundo momento. O médico legista, ele não trabalha dentro
4989 desses ambientes, ele/dele que é o IML. Mas você tem o profissional enfermeiro
4990 que com uma visão mais apurada, mais técnica dessa especialidade, você pode
4991 oferecer, então, esses elementos para ajudar a aquele cidadão, aquela pessoa
4992 vítima de violência. Então, nós estamos construindo realmente essas situações,
4993 obviamente que o enfermeiro forense ele não vai entrar na cadeia de custódia forma
4994 atravessada, ele tem que entrar dentro de uma legalidade, está certo? Nós
4995 apresentamos um projeto de lei 3105/2021 que está na Câmara dos deputados
4996 justamente inserindo 3105/201 que está na Câmara dos deputados para que a
4997 gente possa fazer a alteração da lei 12.845/2013 que a lei do minuto seguinte, toda
4998 mulher vítima de violência sexual ela tem que ser atendida imediatamente pelos
4999 profissionais do sistema único de saúde, não pode esperar, e isso se chama lei do
5000 minuto seguinte. E aí nós estamos buscando a acrescentar um artigo nesta lei onde
5001 toda mulher que se já atendida no sistema único de saúde vítima de violência
5002 sexual, ela possa ser atendido por profissional que tenha ciências forense, que
5003 tenha o conhecimento em ciências forenses e aí você coloca o enfermeiro forense
5004 para fazer o atendimento a essas pessoas vítimas de violência. Então, da mesma
5005 forma que nós enfrentamos aqui nas nossas discussões o sistema prisional
5006 paternalista, é um sistema que não dá acesso, é um sistema que dificulta, nós
5007 também vamos enfrentar isso de qualquer forma, mas nós temos que fazer o
5008 enfrentamento, o que não pode na minha compreensão é como eu já vi vários
5009 relatos ativos colegas da sociedade civil, é relatar que o preso é maltratado,

5010 agredido e ninguém faz nada, ninguém faz nada, porque você não tem prova, e
5011 quando encaminha esse preço para o instituto médico legal quatro meses depois,
5012 não tem mais nada para se apurar, só tem a queixa e o choro, mais nada, então,
5013 você tem de buscar esse elemento de prova logo após o fato ocorrido, ali você tem
5014 as provas. Então, é isso que nós estamos buscando.

5015 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5016 **e Cidadania – ITTC)** – E, Mateus, e pedir para que a gente vá pensando em
5017 encaminhamento também. Está bom.

5018 **Sra. Jaqueline Aparecida Silva Alves Correa (Titular - Rede de Proteção e**
5019 **Resistência Contra o Genocídio)** – Não, primeiro, só agradecer aqui aos colegas
5020 do CONFEN por trazer essa questão para discussão, que eu acho que já tinha
5021 levantado, quero muito levar essa discussão, assim, é bem bacana, acho que abre
5022 muitas reflexões. Na verdade, eu ia colocar alguns questionamentos, mas eles já
5023 foram respondidos a partir do questionamento da Cecília. Obrigada, inclusive. Mas
5024 aí, só uma preocupação. Primeiro, saindo assim, o que nos compete, na verdade,
5025 nesse momento? Agora, é só tomar conhecimento, na verdade, dessa discussão e
5026 nos posicionarmos no apoio e na necessidade dessa questão? A ideia é ter esse
5027 modelo no DF e, inclusive, a gente fortalecer para que ele se estenda a outros
5028 estados da federação? Acho que tinha essas questões, mas tem só uma questão
5029 assim que eu penso que, talvez, vocês já tenham desenhado isso, ou talvez não,
5030 mas acho que seria importante pontuar, o que foi colocado aqui, a questão de uma
5031 eventual retaliação ao profissional da enfermagem. Mas eu penso, talvez, também
5032 em uma potencial retaliação àquela pessoa que levou o relato, porque acho que
5033 não teria como a gente assegurar o sigilo nessa situação, uma vez que é a pessoa
5034 que está ali já com uma reclamação, que já tem uma ficha, que já tem algo. E aí eu
5035 fico pensando de que forma, porque você vai construir um relatório que vai ser
5036 conduzido e encaminhado, eventualmente, para um processo de apuração, de
5037 investigação. E aí eu acho que é importante pontuar também que o organismo que
5038 compõe exatamente esse sistema são espaços, também, de revitimação das
5039 pessoas em privação de liberdade. Acho que essa questão seria importante

5040 considerar. E acho que talvez fazer uma função no sentido de que, se há indícios
5041 de eventual abuso, de tortura, de violência, talvez fazer uma construção também de
5042 envio desse relatório como uma forma de preservar, sei lá, aos mecanismos
5043 estaduais, ou comitês estaduais, se assim o tiverem, ou até mesmo ao mecanismo
5044 nacional, também como uma forma de proteção e de resguardo daquela pessoa ali
5045 que, eventualmente, que estaria trazendo a denúncia e dando margem para esses
5046 levantamentos. Outra questão, que é uma das que eu coloquei, é a importância da
5047 fé pública, porque a minha avaliação é que o agente policial é a fé pública em si.
5048 Então, acho que é muito importante a defesa da fé pública desses profissionais. E
5049 uma outra questão, a infraestrutura para isso. Do lugar que eu vejo, tipo assim,
5050 diversos sistemas, diversas ações da saúde, defasado em razão da ausência de
5051 infraestrutura. Considerando esse atendimento imediato, seria muito importante
5052 assegurar que tenha efetivamente o veículo e meios para o acesso imediato.

5053 **Sr. Antônio José Coutinho De Jesus (Titular - Conselho Federal De**
5054 **Enfermagem – CONFEN)** – Só te respondendo, Jaqueline, não sei se eu me fiz
5055 claro, mas o material, o relatório que o enfermeiro forense faz, a fotografia que ele
5056 produz, e os elementos de prova que ele colhe naquele corpo, eles são lacrados no
5057 envelope, ok? Não tem nome, tem número só, ele é lacrado e a gente pretende
5058 colocar o adesivo da polícia civil, um adesivo de lacre. Só quem pode abrir esse
5059 envelope é o delegado, que é a autoridade competente para isso, ok? Então, as
5060 informações, ninguém fica sabendo o que foi colocado ali, só o delegado que abre
5061 o inquérito policial e inicia esse processo. A mesma coisa seria feita no cenário
5062 prisional, está certo? Acho que é isso, a questão da inviabilidade dos dados.

5063 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5064 **e Cidadania – ITTC)** – A gente pode, enfim, pensar em encaminhamentos?

5065 **Sr. Antônio José Coutinho De Jesus (Titular - Conselho Federal De**
5066 **Enfermagem – CONFEN)** – O que nós, eu trago aqui para os meus pares, na
5067 verdade é tentar sensibilizar todos vocês para essa temática de tudo que eu já vi
5068 aqui e participei com vocês, sensibilizar no sentido de o comitê também oferecer

5069 essa política. Eu acho que nós podemos construir isso para que, daqui a alguns
5070 anos, nós tenhamos esses agentes, que é o enfermeiro forense, podendo auxiliar
5071 os presos vítimas de violência. É um auxílio. Então, essa política, isso pode demorar
5072 um ano, dois anos, três anos, mas é a nossa intenção de trazer esse assunto.
5073 Primeiro, eu e a Zenaide, queremos conquistar a mente de vocês, está certo? E
5074 depois conquistar o coração.

5075 **Sr. Mateus Oliveira Moro (Suplente - Associação Nacional Das Defensoras E**
5076 **Defensores Públicos – ANADEP)** – Coutinho e Zenaide, agradecer aí, enfim, é um
5077 tema novo, então, acho que na linha do que o Fábio trouxe aí surgem várias
5078 reflexões de imediato, mas todas meio, enfim, meio embrionárias, digamos assim.
5079 Então, pelo que eu entendi, talvez você tenha um concurso, não seria ninguém
5080 vinculado ao presídio, mas o concurso de um enfermeiro aí que poderia comparecer
5081 lá. Não sei se além desse diálogo com o DF, que seria na rede pública, se tem
5082 alguma outra alternativa que avançou esse diálogo, uma dúvida que eu também
5083 tenho. Uma receita que eu tenho também seria a questão das prerrogativas. Vários
5084 profissionais, sei lá, perícia [ininteligível], Defensorias Públicas, têm essas
5085 dificuldades aí, e talvez seja o maior desafio de vocês aí, enfim, conseguir que as
5086 prerrogativas profissionais sejam observadas. E aí, uma reflexão que eu trago é o
5087 seguinte, quando você traz o tema, você sempre fala de uma vinculação ao
5088 delegado, a uma autoridade policial. Até o Fábio já falou do protocolo de Istambul,
5089 de não existir a polícia independente no Brasil, enfim. A reflexão que eu trago, a
5090 provocação, enfim, é no sentido de que eu mesmo acho que o direito penal não é o
5091 meio de solução dos conflitos. Inclusive, em São Paulo, a gente entrou com uma
5092 ação de improbidade administrativa por causa de atos de tortura até jurisprudência,
5093 mais quando o MP atua, mas nesse sentido de que um ato de tortura seria um ato
5094 de [ininteligível] administrativa, ou seja, a reflexão que eu trago aqui é que talvez o
5095 principal meio de combater a tortura seja a prevenção e não, enfim, sei lá, o inquérito
5096 policial por tortura. Então, eu não sei se teria alguma outra sistemática que pudesse
5097 ser vinculada a um profissional que pudesse atuar dessa forma, da área de
5098 enfermagem, mas que não ficasse vinculado a um sei lá, a uma autoridade policial.

5099 Então, assim... não, não, não, vinculado no sentido assim, o próprio Coutinho fala,
5100 a gente vai colocar um adesivo da polícia civil, ou seja, que o trabalho possa ser
5101 feito, mas que ele possa estar disponível, sei lá, para a Defensoria Pública entrar
5102 com uma ação de improbidade ou para entrar com uma ação civil pública de
5103 afastamento de um agente, ou seja, que a perícia não necessariamente vá para
5104 uma autoridade policial, percebe? Enfim, são essas questões que eu trago aí
5105 também.

5106 **Interlocutor Não Identificado** – Mateus, você traz, só para responder, Mateus,
5107 você traz um tema muito importante, porque quando eu falo da polícia civil, porque
5108 eu não quero assustar, eu quando converso com associação dos peritos oficiais
5109 aqui do Brasil, eu sempre tenho muito cuidado, não é, a gente vai se pontuando
5110 nessas questões, por quê? Para que eles não sintam que estão sendo invadidos,
5111 não é, e aqui no Brasil esse negócio de se você entrar em outra área é uma
5112 confusão, então, ou seja, nós não queremos fazer essa concorrência com ninguém,
5113 nós queremos ocupar um espaço, um espaço que está falho, que não existe, ok?
5114 Então, a questão de colocar o adesivo da polícia, quando você fala isso, aí o
5115 delegado fica tranquilo e fala, beleza, vocês vão colher tudo, mas a
5116 responsabilidade é minha, eu posso abrir esse envelope, eu posso não abrir, mas
5117 a responsabilidade é dele, não é, mas assim, poderíamos também pegar esse
5118 envelope e deixar à disposição do juiz, da justiça, não é, ou dos peritos oficiais, para
5119 que eles possam mandar os materiais para o laboratório. O papel do enfermeiro
5120 forense não é julgar ninguém, é colher material, colher indícios, vestígios daquela
5121 violência. Se isso vai redundar em um processo de julgamento na frente, o acusado
5122 não compete a nós.

5123 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5124 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada. Eu acho assim, na minha opinião, eu queria
5125 agradecer a apresentação, acho que é um tema para a gente ir pensando nos
5126 próximos, enfim, as próximas reuniões e até, acho assim, vocês trouxeram um plano
5127 aqui, mas eu não sei efetivamente o comitê na prática, não é, o que a gente faz na
5128 prática são resoluções, não é, ou enfim, ofícios, etc. Então, o que o comitê em si

5129 poderia incidir, não é, como um documento prático é a única coisa que eu vejo.
5130 Caio, você tem uma sugestão?

5131 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade – SOMOS)**
5132 – É, a gente tem três possibilidades de documento, não é, a nota, desculpa, a
5133 recomendação, que seria o caso desse, eu acho, não é? Porque a resolução é
5134 interna, não é, para assuntos próprios, e a nota é uma nota para se manifestar sobre
5135 um acontecimento, eu acho que seria uma recomendação, o comitê recomenda o
5136 projeto do CONFEN, recomenda que o projeto seja implementado em tal ambiente,
5137 em tal situação, com tais características, não é, acho que seria esse o sentido,
5138 assim. Fora isso, o que o colegiado pode fazer é, e daí eu acho que, obviamente,
5139 isso seria encabeçado pelos colegas do CONFEN, mas outros poderiam colaborar
5140 nos seus territórios, é fazer algum tipo de advocacy, não é, de intervenção para
5141 ajudar a encampar o projeto nesses territórios, nessas instituições.

5142 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5143 **e Cidadania – ITTC)** – Eu estou de acordo, eu acho que uma sugestão antes de
5144 encaminhamento seria, se vocês acharem pertinente, trazer essa minuta, não é,
5145 para a gente avaliar na próxima, por exemplo, reunião ordinária, de uma
5146 recomendação, não é uma recomendação, não, é uma recomendação.
5147 Recomendação, é, está certo.

5148 **Sr. Caio César Klein (Titular - Comunicação, Saúde E Sexualidade – SOMOS)**
5149 – Eu já sugeri assim, olha, Coutinho, para a próxima pauta, vocês mandem o projeto
5150 na íntegra, não sei se ele já existe, e já manda a minuta da recomendação. O comitê,
5151 recomenda, e aí descreve como deveria ser implementado, assim, vão descrevendo
5152 essas situações, assim, do que vocês acham que o colegiado deveria recomendar,
5153 e aí a gente consegue acelerar, porque daí a gente lê o projeto antes de vir para a
5154 reunião, e na reunião só faz destaques na recomendação e vai votando.

5155 **Sr. Antônio José Coutinho De Jesus (Titular - Conselho Federal De**
5156 **Enfermagem – CONFEN)** – Ok. É, o projeto na verdade está aqui físico, mas eu

5157 não queria apresentar isso antes de falar, não é, apresentar para vocês, até no
5158 sentido de sensibilizar vocês, vocês entenderem o que nós estamos falando. Mas
5159 eu aceito a sugestão e é realmente uma recomendação que o comitê pode fazer ao
5160 ministério, no sentido assim, de começar a trabalhar essa política também, não é,
5161 junto aos presos. Mas acato aí a recomendação de vocês.

5162 **Sr. Antônio José Coutinho De Jesus (Titular - Conselho Federal De**
5163 **Enfermagem – CONFEN)** – Coutinho, a Jéssica aqui da SENAPPEN também
5164 lembrou de vocês pensarem na possibilidade, ou a gente colaborar com isso para
5165 que vocês apresentem para o CNPCP, do outro colegiado.

5166 **Sr. Antônio José Coutinho De Jesus (Titular - Conselho Federal De**
5167 **Enfermagem – CONFEN)** – Ok, nós já tivemos uma reunião com SENAPPEN, não
5168 é, eles foram lá no CONFEN, foi a Sara que esteve lá conosco, mas tranquilo, não
5169 há problema nenhum.

5170 **Interlocutora Não Identificada** – A preocupação colocada aqui pelo Mateus
5171 também foi minha, eu estava tão preocupada com o tempo, mas quando eu disse
5172 tipo desses espaços, sendo espaço também de reivindicação, tenho essa
5173 preocupação em relação à questão de ficar na discricionariedade do delegado civil,
5174 não é, porque eu entendo assim que quando a gente coloca isso dentro do poder
5175 discricionário, de dar sequência ou não, talvez a gente pode perder um esforço
5176 grande do profissional, do próprio projeto de vocês, eu acho que talvez fosse
5177 interessante a gente talvez pensar nessa questão de que qual é a forma que a gente
5178 possa utilizar esse material colhido e o trabalho realizado por vocês, pelos
5179 profissionais da enfermagem, enfim, para que a gente possa utilizar efetivamente
5180 assim de forma a incidir na prevenção e combate à tortura, não é, que eu acho
5181 discricionariedade do delegado pouco diante da importância do que vocês estão
5182 trazendo, e acho que é muito importante pensar na questão dos instrumentos e dos
5183 meios dos atores que a gente tem dentro dos estados de prevenção e combate à
5184 tortura, não é, aí o Mateus falou da questão do Ministério Público, da Defensoria, e
5185 aí repito novamente, dos comitês e mecanismos, eu acho que dá para a gente

5186 avançar nesse sentido de utilizar essa prova de forma a incidir de forma mais efetiva,
5187 assim que só amadurecer nessa questão.

5188 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5189 **e Cidadania – ITTC)** – Não, e uma outra coisa que eu acho que a gente pode pensar
5190 depois, não é, com esse tema que vocês estão trazendo, que é uma abrangência
5191 grande, não é, talvez esse tema também seja um tema para ser tratado no sistema
5192 nacional de prevenção e combate à tortura, não só no comitê, não é, então, acho
5193 que fica esse indicativo de fazer a minuta, a recomendação de a gente tratar isso
5194 aqui, mas também poder tratar no âmbito do próprio sistema, que tem uma
5195 abrangência maior que o comitê. E eu queria ver se vocês querem falar mais alguma
5196 coisa, senão a gente já pode passar para o próximo ponto. Obrigada pela
5197 apresentação, e aí a Cintia ainda não chegou, não é, eu só ia falar, eu tenho um
5198 ponto rápido, só, que é, que eu acho que vai ser rápido, que foi que a gente não
5199 discutiu ontem, que é o encontro dos comitês e mecanismos, na verdade vai ser só
5200 dos comitês, não é, porque o mecanismo não pode na data que foi marcada naquela
5201 reunião que a gente tinha feito, e aí a data ficou para o dia 30 e 31 de outubro, e aí
5202 precisaria formar um grupo de trabalho para definir como que seria esse encontro e
5203 também, enfim, a partir daí, quem seriam as pessoas, porque a gente delimitou
5204 naquela reunião que não tinha, não estava todo mundo, não é, do comitê, mas que,
5205 enfim, seriam convidados as pessoas que fazem, compõem, não é, não todas as
5206 pessoas, mas representantes das pessoas que compõem os comitês estaduais no
5207 Brasil, e aqueles estados que não tivessem comitês estaduais, que seriam
5208 convidados atores locais, de movimentos sociais, principalmente, de movimentos
5209 familiares, enfim, ou alguma organização, não é, para estarem no encontro. Então,
5210 eu acho que esse seria um ponto importante, e a gente tem uma verba
5211 disponibilizada para esse encontro de comitês que, inclusive, diz respeito também
5212 a arcar com os custos para essas pessoas virem para o encontro e as diárias. Então,
5213 a gente precisaria elencar aqui quem são as pessoas que ficariam responsáveis por
5214 organizar esse encontro e a metodologia, e pensar nas pessoas que seriam
5215 convidadas, etc. Então, e aí, a gente teve um grupo, tem um precedente aqui,

5216 porque teve um grupo de trabalho que foi formado do Rio Grande do Norte, que foi
5217 formado o grupo de trabalho, que era uma situação de urgência, mas ele foi
5218 formado, e depois ele foi formalizado. Então, a gente pode fazer isso agora, porque
5219 o encontro é 30 e 31, então é daqui superpouco tempo. Então, teria que já, de fato,
5220 esse grupo já está trabalhando, não é, se for para esperar o tempo da formalização,
5221 etc., não ia dar esse tempo. Então, eu vou passar para a Patrícia, depois acho que
5222 a gente já pode pensar aqui, e pensar também quem do comitê que vai vir, de fato,
5223 no encontro, porque isso também tem que estar delimitado entre nós. E lembrando
5224 só que nessa reunião também ficou marcado que no dia 27, 28? 27 de novembro e
5225 28 de novembro tem a reunião ordinária, não é? 28 e 29 tem a reunião ordinária e
5226 dia 27 tem o encontro do Sistema Nacional.

5227 **Sra. Patrícia de Oliveira Da Silva (Suplente – Agência Nacional Pelo**
5228 **Desencarceramento)** – Oi. Então, eu lembro que nenhuma reunião, acho que foi
5229 na reunião de abril, foi na reunião de junho, só não me lembro qual reunião que foi,
5230 enfim. Mas a gente, inclusive, já tinha falado alguns membros do comitê que iriam
5231 compor esse grupo de trabalho. Então, eu lembro que tinha agenda nacional, tinha
5232 um grupo de amigos, GAJOP, ITTC. Então, mas... Não, foi presencial aqui, não é?
5233 Aqui não, no outro andarzinho. Não ficou registrado. Então, acho que assim, a gente
5234 já pode ver isso. Então, a agenda nacional vai compor o grupo de trabalho.
5235 Particularmente, eu acho muito ruim, eu acho um prejuízo ser só um encontro de
5236 comitês assim. Vou refazer a fala que eu já fiz, igual o disco arranhado, o disco
5237 velho, que eu sempre entendi e sempre aconteceu, encontro de comitês e
5238 mecanismo, o primeiro foi encontro de comitês e mecanismo, o segundo foi
5239 encontro de comitês e mecanismo, o terceiro também, que foi em 2018. Então,
5240 assim, eu acho muito ruim que era encontro de comitês e mecanismo e do sistema,
5241 tudo junto. Mas, enfim, eu acho um prejuízo porque, assim, a gente vai acabar
5242 dialogando muito para a gente, infelizmente, eu acho que a gente precisa entender
5243 do fortalecimento, tanto do comitê, não só do comitê nacional, mas dos comitês e
5244 do mecanismo nacional e dos mecanismos estaduais. Então, assim, eu lamento,
5245 lamento muito isso. E eu acho que a gente precisa ver isso com urgência. E também,

5246 assim, vou fazer uma fala também que eu fiz no primeiro encontro, no segundo e
5247 no terceiro. Precisa ter comitês estaduais na construção para não ser uma coisa
5248 que venha de cima para baixo. Porque no primeiro encontro isso aconteceu e a
5249 gente teve questões, no segundo encontro isso aconteceu, no terceiro encontro de
5250 2018 a mesma coisa aconteceu. Então, assim, é uma construção coletiva. Então,
5251 precisa convidar Comitê do Rio de Janeiro, comitê de Sergipe, entre outros, Espírito
5252 Santo, entre outros. Não dá para ser também só o comitê nacional construindo, que
5253 eu entendo que o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura inclui
5254 comitês e mecanismos.

5255 **Interlocutora Não Identificada** – A gente também lamenta muito, na realidade, a
5256 gente queria muito fazer o encontro juntos, principalmente para os mecanismos
5257 estaduais seria de muita importância. Se a gente conseguisse achar uma data
5258 comum, obviamente seria o ideal, mas até onde eu entendi teve uma reunião
5259 bastante extensa da mesa diretora e, enfim, batendo várias possibilidades de data
5260 e não conseguiram, pelas atividades que já tem previstas dentro da secretaria.
5261 Novembro é também um mês que é o mês da consciência negra, tem várias
5262 atividades ao longo de todo mês, diversos feriados. Então, a gente realmente não
5263 conseguiu. Não sei se a gente ainda consegue. Eu tenho um pouco de preocupação
5264 com o prazo, porque a secretaria está fazendo um esforço agora de cumprir os
5265 prazos que são determinados na portaria que rege a compra de passagens e
5266 diárias, que é de 25 dias e esses prazos estavam sendo desrespeitados de maneira
5267 muito sistemática, então, vocês vão ter que correr e muito.

5268 **Interlocutora Não Identificada** – Essa questão que a Carol traz dos prazos é
5269 realmente uma questão que tem criado muito desgaste, para dizer a palavra fofa
5270 para o negócio. Então, assim, até 25 dias antes, eu consigo assinar eu emitindo a
5271 passagem como proponente. Pela diretoria de defesa de direitos humanos sou eu
5272 que assino, porque não tinha ninguém para assinar e a gente tem o maior colegiado
5273 e a gente sempre que se lasca, então, vamos resolver nós mesmos. Então, assim,
5274 até essa data eu consigo. Então, qual é a minha proposta? Entendendo que as
5275 coisas vão ser discutidas no GT. Que a gente consiga deliberar de forma rápida em

5276 uma semana uma primeira leva de participações sem excluir o debate com os
5277 comitês estaduais da construção do encontro, mas muito no sentido de já fazer essa
5278 emissão de passagem que as pessoas tem que preencher aquele formulário chato,
5279 tem que entrar no CEPA, assinar e não sei o que. Então, isso tem todo um trabalho
5280 para todo mundo aí. Então, para a gente fazer essa primeira leva, para a gente se
5281 o que a gente ultrapassar o prazo, a gente conseguir justificar para a gente não ter
5282 tanto desgaste com essa questão, porque é realmente muito desgastante, mesmo
5283 fazendo tudo dentro do prazo, nem sempre dá certo. E em relação a ontem a gente
5284 conversou aqui a Dani, que é servidora do INEP, está tentando olhar o espaço da
5285 ENAP, porque, em tese, a ENAP também tem hospedagem. Então, ficaria mais fácil,
5286 porque as pessoas conseguiriam ficar hospedadas no mesmo lugar do encontro. Lá
5287 tem restaurante, tem café, tem lanchonete, porque é uma escola. Basicamente, por
5288 esse motivo. É uma escola e é próximo ao aeroporto. Então, para quem vem de
5289 fora, também vai ser menos oneroso. De acordo com a Dani, a diária lá costuma ser
5290 mais barata que a média que está em Brasília, que está bem cara. Até 25 dias antes
5291 da data. Então, vamos pôr 26 na data da viagem. Então, se a pessoa for, por
5292 exemplo, vir, dependendo de onde a pessoa vem, ela tem que sair 29 para estar
5293 aqui dia 30. Aí tem que contar esse intervalo.

5294 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5295 **e Cidadania – ITTC)** – Então, só retomar aqui para formalizar, quem vai fazer parte
5296 desse grupo que vai organizar o encontro?

5297 **Sra. Patrícia de Oliveira Da Silva (Suplente – Agência Nacional Pelo**
5298 **Desencarceramento)** – Agenda Nacional.

5299 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5300 **e Cidadania – ITTC)** – O GAJOP quer continuar fazendo parte?

5301 **Interlocutora Não Identificada** – Sim, sim, sim.

5302 **Interlocutor Não Identificado** – Olha, obrigado, Patrícia.

5303 **Interlocutora Não Identificada** – Olha só, gente. Tenho que dizer. Fábio Cascardo
5304 cordeira no Comitê do Rio de Janeiro.

5305 **Interlocutor Não Identificado** – Ah, entendi. Está bom. Mas, olha só, aproveitar
5306 para perguntar. Essa data, novembro e tal, é outubro. Não tem mais debate sobre
5307 isso? Não tem. Não, porque, de verdade, acompanhados os encontros passados,
5308 sempre teve o mecanismo nacional presente. Desculpa, já que eu estou no grupo
5309 de trabalho. Mas também é agendar algo que não... assim, se a agenda não
5310 funciona, também não sei.

5311 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5312 **e Cidadania – ITTC)** – A gente tentou muitas datas que fossem, que coincidissem.
5313 Só que, quando a gente acordou a data, no dia que a gente acordou a data, tinham
5314 alguns membros do mecanismo na reunião, mas não era o pleno. E aí, naquele dia,
5315 ficou acordado que, se eu bem me lembro, que, bom, todo mundo estava em
5316 consonância. Mas, depois, foi ter uma conversa com todos os membros do
5317 mecanismo e descobriu-se que não era, na verdade, a melhor data para todo
5318 mundo. Então, quando fechou a data, a gente tinha uma concordância entre comitê
5319 e mecanismo e foi um malabarismo mesmo, e não só por isso, porque também tem
5320 uma questão do dinheiro, que o nosso orçamento, ele tem que ter até uma data, a
5321 gente tem que usar esse orçamento para justificar ele até, inclusive, para ter o
5322 orçamento para o próximo ano, para a gente garantir ele, não é? Então, quer falar?

5323 **Interlocutora Não Identificada** – Então, a gente tem até dia 15 de dezembro para
5324 gastar o orçamento, gente.

5325 **Interlocutora Não Identificada** – Para empenhar.

5326 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5327 **e Cidadania – ITTC)** – Qual que é a data que vocês podem, efetivamente? Porque,
5328 realmente, quando a gente fechou a data...

5329 **Interlocutora Não Identificada** – Gente, eu não quero submeter vocês a passar

5330 por esse processo todo de novo, entendeu? Porque eu entendo, tinha o pessoal lá
5331 na reunião, eles não podiam, obviamente, falar por todos, eles falaram a partir da
5332 agenda pessoal deles, mas, depois, quando eles levaram para o pleno, tem gente
5333 que nem vai estar aqui.

5334 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5335 **e Cidadania – ITTC)** – Mas, por exemplo, se fosse, eventualmente... Porque, assim,
5336 essa data também depois o ministro mesmo, foi, teve, sei lá, uma consulta à agenda
5337 do ministro e ele pode nesta data, 30 e 31, ele pode, em um desses dias, em um
5338 desses horários, estar aqui na agenda. Então, assim...

5339 **Interlocutora Não Identificada** – E, assim, as pessoas do Mecanismo Nacional
5340 que estiverem aqui vão comparecer. O que não vai acontecer é que a gente ia pagar
5341 para todos os mecanismos estaduais, todas as pessoas de todos os mecanismos
5342 estaduais virem. E, aí, a gente não vai fazer esse investimento se a gente mesmo,
5343 em parte, não vai estar nem aqui, a gente quer estarmos todos aqui para fazer o
5344 encontro com todos os mecanismos, entendeu?

5345 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5346 **e Cidadania – ITTC)** – Vocês vão fazer o de vocês quando ou vocês não vão fazer?

5347 **Interlocutora Não Identificada** – É, não, a gente tinha pensado na primeira
5348 semana de novembro ou passar para a primeira semana ali no início de dezembro,
5349 seriam as possibilidades que a gente tinha pensado.

5350 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5351 **e Cidadania – ITTC)** – É isso. Porque, no final das contas, é complexo mesmo.
5352 Porque, assim, a gente vai ter a nossa RO que era 28, 29 de novembro e aí, tem
5353 essas questões de as pessoas terem outros trabalhos, outras coisas e não
5354 poderem, por exemplo, vir no final de novembro e começo de dezembro, que fica
5355 muito apertado no tempo. Eu acho que, sinceramente, seria muito melhor se fosse
5356 encontro de comitês e mecanismos. Eu não lembro qual foi a razão aí dá... Ah,
5357 novembro tem... É... Do dia 2, é. Dia 15 também tem feriado. Sim, exatamente. É,

5358 gente, eu... eu não sei, assim, eu acho que ficou... não sei, daí teria que colocar isso
5359 em votação de novo e daí também não tem só essa questão, tem a própria... Ou a
5360 gente faz um evento que é sem o ministro, não sei o que ele vai estar fazendo nessa
5361 agenda, mas a gente pode achar que tudo bem não ter a presença dele também e
5362 que a gente faz independente da presença dele, mas, enfim, aí eu acho que é uma
5363 questão de definir, definir de fato se é essa a prioridade, mas aí também precisa
5364 saber quais são as agendas de todo mundo que está aqui do próprio comitê, se
5365 essas pessoas teriam também disponibilidade de estarem aqui no dia 6 e 7 de
5366 novembro. Eu, por exemplo...

5367 **Interlocutora Não Identificada** – Eu acho que a gente daria para dar um jeito, mas
5368 é possível a gente alterar a data? É?

5369 **Interlocutora Não Identificada** – Foi um imenso desgaste para conseguir essa
5370 data com o gabinete ministerial. Foi um imenso desgaste. Foi muita briga, muito
5371 choro, muita perturbação, muita encheção de saco. Então, não tem problema em
5372 mudar, eu só não vou, enquanto coordenação geral, assumir o compromisso de
5373 garantir que o ministro estará, porque eu não vou dar conta de fazer isso de novo.
5374 Primeiro que eu vou tomar a carada, vou ter que tomar a carada calada. E segundo
5375 que realmente conseguir esses espaços na agenda, quanto mais no final do ano vai
5376 chegando, a gente sabe que a galera entra em um surto psicótico de fazer eventos
5377 de tudo quanto é jeito, as agendas vão ficando mais difíceis mesmo. Então, assim,
5378 para mim é só essa questão. Mas alterar a data, alterar a data. Se
5379 orçamentariamente empenhado, já está tudo empenhado, porque a gente já
5380 mandou empenhar tudo, porque às vezes agarra lá no empenho, mandando
5381 empenhar tudo para não ficar nada para trás. Agora, mesmo empenhado, a gente
5382 mostra o recurso seguro, ou seja, diária e passagem, é um recurso mais tranquilo
5383 de prestar conta, tem sido pedido que a gente execute com uma certa antecedência.
5384 Então, dessa data não vai poder mudar de novo. E realmente não vamos ter
5385 condição de envidar os mesmos esforços para garantir a presença do ministro
5386 nesse espaço. Pessoalmente, eu arrumei muita treta para conseguir essa data com
5387 o GM. Então, assim, é só essa questão.

5388 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5389 **e Cidadania – ITTC)** – Mas a presença do ministro está garantida pelo menos no
5390 dia 27 do encontro do sistema?

5391 **Interlocutora Não Identificada** – Sim, essa foi a primeira que a gente conseguiu.
5392 Honra e glória do senhor.

5393 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5394 **e Cidadania – ITTC)** – Queria fazer uma pergunta para os membros do comitê. Se
5395 os membros do comitê podem no dia 6 e 7 de novembro? 6 e 7 de novembro as
5396 pessoas podem?

5397 **Interlocutora Não Identificada** – Eu queria saber primeiro do mecanismo, na
5398 verdade, porque a gente está mudando um pouco.

5399 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5400 **e Cidadania – ITTC)** – Mas a Carol falou que sim.

5401 **Interlocutora Não Identificada** – É possível confirmar.

5402 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5403 **e Cidadania – ITTC)** – Sim. Ah, eu queria saber se os membros do comitê podem.
5404 Eu posso no dia 6 e 7.

5405 **Interlocutora Não Identificada** – Só temos um outro problema. Temos um outro
5406 problema. A Débora Aline, que é quem emite as passagens do comitê e da diretoria
5407 toda, estará de férias. E também foi outra briga que eu comprei com a R7, que agora
5408 me odeia. Na verdade, não é o Ministério de Direitos Humanos, não é a R7 que
5409 trabalha para o Ministério de Direitos Humanos. O Ministério de Direitos Humanos
5410 trabalha para a R7, então, é a R7 que decide. E quando eu questionei o fiscal do
5411 contrato, a empresa terceirizada, o fiscal do contrato ficou bastante aborrecido
5412 comigo, porque isso nunca aconteceu antes, ter que dividir férias de terceirizado a
5413 bem do serviço público.

5414 **Interlocutor Não Identificado** – Mas, claro, a gente entende as dificuldades, mas
5415 o princípio da impessoalidade, sem a Débora, ninguém faz? E quando que é as
5416 férias? Novembro.

5417 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5418 **e Cidadania – ITTC)** – Mas, uma pergunta, porque como vocês, não dá para, por
5419 exemplo, a gente fechou com essa data até agora, e fechar quem são os
5420 convidados, não dá para já emitir essas passagens? Ou tem que ter um tempo? Ah,
5421 entendi. Então, tudo bem, mas a gente... É uma, não é? Está bem, mas vamos
5422 supor que a data é seis e sete de novembro. Aí, para dar tempo de conseguir emitir
5423 as passagens mesmo, você vai estar de férias, mas para conseguir emitir antes,
5424 quanto você precisaria de tempo de antecedência? Aham. Mas, então, se for até o
5425 dia quatro de outubro, mesmo as passagens para novembro? Não. Ah, então, aí até
5426 dia quatro de outubro tem os nomes de todo mundo

5427 **Interlocutor Não Identificado** – Então, Débora, se eu entendi bem, como a gente
5428 está jogando uma semana para frente, na verdade, a gente está facilitando o
5429 trabalho. Quer dizer assim, se ia ser no final de outubro, vai ser no começo de
5430 novembro, para ficar junto com o mecanismo, a gente estaria, na verdade,
5431 adiantando uma semana, e acho que não prejudicando essa questão da passagem,
5432 eu acho, não sei.

5433 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5434 **e Cidadania – ITTC)** – Então, vamos lá, para organizar aqui. É o seguinte, bom,
5435 então

5436 **Interlocutora Não Identificada** – No momento que estiver acontecendo o encontro,
5437 o Ministério dos Direitos Humanos só terá, trabalhando nesse encontro, três
5438 pessoas, no máximo quatro. Isso precisa ficar muito claro. Porque a gente não vai
5439 poder ser demandada para resolver tudo e qualquer B.O. que a gente sabe que
5440 acontece, e a gente dá conta sozinha. Então, é um pedido de solidariedade. Porque
5441 se não houver isso, vai gerar um estresse, um desgaste, um patamar tão grande,

5442 nós já estamos com uma equipe inteira de um programa em licença médica. Eu não
5443 vou, assim, aí eu vou ser muito chata, eu não vou deixar fazer isso com a minha
5444 equipe.

5445 **Interlocutor Não Identificado** – Ou seja, Ana, por exemplo, a Débora faz aqui, sei
5446 lá, ficamos sem Wi-Fi, ela foi e conseguiu Wi-Fi, você não vai ter esse suporte forte
5447 no dia a dia ali, é um risco, está certo?

5448 **Interlocutora Não Identificada** – Durante o encontro...

5449 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5450 **e Cidadania – ITTC)** – Tem também a equipe do mecanismo.

5451 **Interlocutora Não Identificada** – Durante o encontro, a Elaine e a Gleica, que são
5452 o apoio lá do mecanismo, podem também dar apoio para a resolução, porque elas
5453 sabem já mexer nesses sistemas todos. Então, são duas pessoas de apoio e que
5454 vão lidar também com as tretas que vão chegar também da nossa parte.

5455 **Interlocutora Não Identificada** – Então, assim, eu acho que são coisas diferentes.
5456 Ela está falando que vai estar de férias, ela tem direito a férias, todo mundo tem
5457 direito a férias. Acho que a gente precisa se organizar para no dia do evento. E isso
5458 também é uma forma de a gente conseguir mais pessoas. Vou voltar de novo a ser
5459 a velha chata, repetir. A gente precisa também ter mais integrantes, mais corpo
5460 técnico para o comitê, e acho que o evento também vai ser uma marca, porque,
5461 assim, é isso. Eu acho que a gente precisa estar organizado para o dia e é isso.
5462 Uma coisa básica de se fazer, por exemplo, vai ter que ir lá no moço ver o negócio
5463 da água, alguém vai lá um de nós vamos lá. Gente, todo mundo aqui já fez evento
5464 na vida. De seis a dez, a gente estava no encontro da Agenda Nacional, foram 69
5465 pessoas, 69 passagens, entendeu? Cada um ajudando um pouquinho dá certo.

5466 **Interlocutora Não Identificada** – Uma das questões que eu ia colocar, até o
5467 Mateus já colocou, porque acho que vai aquém da emissão das passagens, mas
5468 vai aquém do suporte durante a realização da atividade, que, na verdade, é sempre

5469 com muita prestatividade também realizado pela Débora. Eu acho que a gente
5470 precisa encaminhar e a gente só precisa fazer escolhas mesmo. Discutimos
5471 amplamente a data e uma das questões da definição da data era também para
5472 assegurar a presença do ministro. Eu penso que tem uma importância, inclusive,
5473 para as pessoas que vêm dos seus estados, estar em uma agenda com o ministro,
5474 acho que isso tem uma relevância, mas também acho muito prejudicial o fato de
5475 não estar o mecanismo. Acho que, a partir do momento que a gente muda a data,
5476 a gente, inclusive, não está assegurando a presença do ministro. Acho que é uma
5477 questão de escolha. Outra questão que me causa preocupação é o fato de que três
5478 semanas depois nós teríamos que voltar para a reunião ordinária do Sistema e a
5479 reunião ordinária do Comitê, três semanas depois, por exemplo, eu não conseguiria
5480 dizer agora se eu consigo estar presente, porque tem toda uma... tem trocentas
5481 coisas aí. Então, acho que é muito importante também que essa agenda não
5482 prejudique. Inclusive, a última reunião que nós teremos no ano, a gente mesmo
5483 sabe de trocentas coisas que a gente precisa encaminhar. Então, acho que é
5484 importante que tenha isso. E eu entendo que, se a gente encaminha dessa forma,
5485 vamos alterar a data, é muito prejudicial esse encontro sem a presença do
5486 mecanismo, de essencial importância que seja um encontro dos comitês e
5487 mecanismo, acho que a gente também tem que partir da ideia que não dá para adiar
5488 essa data nunca mais, porque nós já discutimos a data, nós já discutimos, nós
5489 discutimos e estamos discutindo de novo, em hipótese nenhuma a gente vai poder
5490 adiar essa data e pode ser que, se nós tivermos algum problema daqui para frente,
5491 a gente tem um encontro que seja prejudicado por questões que a gente já apontou
5492 aqui, por determinadas presenças e participações e tal, porque a gente não vai
5493 poder adiar. Se tem a questão do empenho, quando eu digo do empenho, na
5494 questão de grana mesmo, do valor, esse encontro tem que acontecer nessa data
5495 de qualquer forma. E aí, a outra questão que eu ia propor, porque se nós
5496 encaminhamos dessa forma que a gente vai fazer, compreendendo que teremos
5497 menos apoio técnico que durante a realização, e encaminhando dessa forma, eu
5498 inclusive me predisponho a ficar no apoio da realização de atividade, que a gente
5499 pode fazer protocolo, porque, por exemplo, se a gente está fazendo uma atividade

5500 maior, de recepcionar as pessoas, de fazer protocolo e tal, enfim, eu acho que a
5501 gente poderia fazer uma força tarefa, então, dentro daquilo que a gente tem para
5502 que o evento efetivamente aconteça, porque agora acho que tem que acontecer
5503 também.

5504 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5505 **e Cidadania – ITTC)** – Boa. Então, a gente pode fechar essa data de seis e sete,
5506 mas acho que devemos colocar uma votação aqui do pleno essa data nova, porque
5507 foram tantas idas e vindas, e aí acho que é importante votar e concretizar que essa
5508 data é essa data. É. Não, mas é no começo. Segunda e terça, seis e sete. Acham.
5509 Eu acho. Particularmente, por questões privadas. Por questões privadas. Mas
5510 precisa estar no domingo organizando o evento? Eu acho que mas aí é uma questão
5511 pessoal minha mesmo, para mim seria melhor seis e sete, mas, enfim, talvez eu
5512 não consiga vir no sei lá, sete e oito, mas eu não sei. Vamos ver o que as pessoas
5513 acham mesmo, porque essas questões, a gente vai organizando a agenda toda de
5514 um jeito. Eu fui organizando todas as minhas férias para não coincidir com nenhuma
5515 das datas que tivesse em conta. E foi já um malabarismo enorme. Não estou falando
5516 de uma questão pessoal minha, mas quando a gente fez essa agenda, eu pensei
5517 nessa agenda para poder estar aqui. Então, para mim, por exemplo, que já pedi
5518 despedir férias mil vezes e coisas. Então, para mim seria melhor seis e sete, mas,
5519 enfim, não estou sozinha. Estou confusa.

5520 **Interlocutora Não Identificada** – Eu pessoalmente não consigo também. O que eu
5521 só queria colocar, tinha me escrito antes, só sobre essa questão do apoio que eu
5522 acho que é sério. E eu não sei também se a gente dá conta de, enquanto comitê,
5523 assumir todas as questões de logística, porque a gente vai ter que assumir a
5524 questão programática mesmo do encontro. Só, porque eu lembro que, quando foi
5525 elaborado o orçamento, tinha uma previsão para um apoio da construção do
5526 encontro e aí, eu não sei se seria possível também contratar uma pessoa para...
5527 Não. Isso não é possível. Porque eu lembro que isso tinha no orçamento, não? Está
5528 bem. E aí, uma coisa que a gente precisa decidir, que eu acho que não é só votar
5529 de acordo com a disponibilidade, já que colocou uma questão. Não vai ter o ministro

5530 e a gente está priorizando a presença do ministro ou que seja junto com o
5531 mecanismo. Eu acho que isso é o que está em principal questão aqui. A gente está
5532 priorizando que seja junto com o mecanismo.

5533 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5534 **e Cidadania – ITTC)** – Então, porque também, assim, uma coisa que eu acho,
5535 assim, o ministro, o ministro pode ser que ele venha e pode ser que ele esteja aqui.
5536 Mas, de todo modo, eu não sei o que foi combinado com a agenda dele, porque ele
5537 não vai ficar, assim, não foi construído a metodologia do encontro. Então, assim, o
5538 que seria a presença do ministro? Ele falar, fazer uma fala de abertura? Será que é
5539 significativo? Assim, claro, as pessoas querem ter contato com o ministro, mas eu
5540 não acho que elas vão conseguir endereçar nada nesse momento, entendeu? Não,
5541 é o momento de só uma fala de abertura e, oi, estou aqui. Enfim. E aí, será que isso
5542 vale mais em detrimento de ter um encontro que seja mais de trabalho, no sentido
5543 dos dois órgãos que, de fato, estão aí fazendo a política do que uma coisa que é
5544 um pouco mais, em um aspecto formal, que é a presença dele? Entendo que as
5545 pessoas queiram estar em contato com ele também. Isso vai acontecer no
5546 encontro...

5547 **Interlocutora Não Identificada** – E a presença dele vai estar no sistema.

5548 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5549 **e Cidadania – ITTC)** – É, no encontro do sistema, exato. Mas aí não tem essa... Aí
5550 o encontro do sistema é outro dinheiro, outra coisa. E eu não sei quem que teria
5551 dinheiro para chamar para o encontro do sistema, que não são as mesmas pessoas
5552 que chamaram para esse, mas alguém vai ter, vai estar lá. Bom, mas, enfim, acho
5553 que a gente tem que ter uma avaliação rápida aqui, porque tem outras pautas e
5554 outras pessoas esperando, etc. Então, vamos lá. Nós, do comitê, vamos mudar a
5555 data do encontro para o dia 6 e 7, para fazer esse encontro junto com o mecanismo?
5556 As pessoas que estão aqui podem... Falou... A Dácia não tem como responder.
5557 Então, está bem, vamos lá. 6 e 7. Bom, vou chamar aqui os membros da sociedade
5558 civil que eu estou vendo aqui. Maria Clara.

5559 **Sra. Maria Clara D'Ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
5560 **Organizações Populares – GAJOP) – Confirmo.**

5561 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5562 **e Cidadania – ITTC) – Comitê e mecanismos. Dácia.**

5563 **Sra. Dácia Cristina Teles Costa (Suplente - Conselho Federal De Serviço Social**
5564 **- CFSS) – Não, indo para o dia 6 e 7, eu não tenho como responder agora. Gente,**
5565 **então, eu estou sem segundo nome agora, a Mauricleia está internada e a gente**
5566 **está negociando um novo nome, eu não tenho como responder. Mas eu tenho**
5567 **acordo que faça esse esforço de se juntar, entendeu? Nesse sentido, mesmo não**
5568 **confirmando a presença do CFSS, eu tenho acordo com a alteração.**

5569 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5570 **e Cidadania – ITTC) – Associação de amigos.**

5571 **Interlocutora Não Identificada – Sim. Bom, se for no dia 6 e 7, eu [ininteligível]**
5572 **posso vir.**

5573 **Sr. Mateus Oliveira Moro (Suplente - Associação Nacional Das Defensoras E**
5574 **Defensores Públicos – ANADEP) – Pela ANADEP, na mesma linha, não posso**
5575 **saber a agenda minha e da Fernanda, mas eu acho melhor fazer junto com os**
5576 **mecanismos e com eventual presença do ministro do que sem o mecanismo. Então,**
5577 **concordo com 6 e 7.**

5578 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5579 **e Cidadania – ITTC) – Patrícia.**

5580 **Sra. Patrícia de Oliveira Da Silva (Suplente – Agência Nacional Pelo**
5581 **Desencarceramento) – Agenda nacional 6 e 7.**

5582 **Interlocutora Não Identificada – Eu até tentei aqui consultar o meu suplente para**
5583 **verificar a agenda, eu não tenho condições de responder agora, fiz toda uma**
5584 **construção, considerando o dia 31, não tenho condições de responder agora, mas**

5585 farei um esforço para estar presente, o meu suplente já manifestou. Farei um
5586 esforço para estar presente, mas independente da presença da rede, eu também
5587 entendo como é favorável priorizarmos a presença e que o encontro seja dos
5588 comitês e mecanismos, então, de acordo com 6 e 7.

5589 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5590 **e Cidadania – ITTC)** – O Caio não está aqui agora, saiu. AJD.

5591 **Sra. Ana Carolina Bartolamei Ramos (Titular - Associação Juízes Pela**
5592 **Democracia)** – Eu não estou conseguindo falar com o suplente, eu não sei se eu
5593 consigo. Então, agora eu também estou na mesma, eu também concordo que é
5594 melhor fazer com o mecanismo, mas eu não posso dar essa data agora, estou
5595 tentando falar com o Ivo para ver se ele consegue, senão eu me comprometo
5596 também a correr atrás na AJD para alguém, nem que seja para me substituir daí,
5597 está bem?

5598 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5599 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada. Vitor.

5600 **Sr. Vitor Hugo Gonçalves Miranda (Titular - Francisco De Assis, Educação,**
5601 **Cidadania, Inclusão E Direitos Humanos – Educafro)** – Então, nessa semana eu
5602 também não vou conseguir estar no encontro, eu estou na mesma situação que a
5603 Dácia, estou em negociação com o [ininteligível] para troca do suplente, então, eu
5604 não consigo falar se o suplente vai conseguir ir ou não, mas eu não tenho nenhuma
5605 oposição em relação à data, não. Acredito que seja de extrema importância realizar
5606 esse encontro junto com o mecanismo.

5607 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5608 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Vitor. Paulo.

5609 **Sr. Paulo Victor Leite Lopes (Suplente - Universidade Federal Do Rio Grande**
5610 **Do Norte – UFRN)** – Oi, gente. Eu vou falar com a Ana Karenina, não é, sobre a
5611 disponibilidade dela, se ela não puder, aí eu me organizo para ir. Mas também acho

5612 legal fazer junto com o mecanismo.

5613 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5614 **e Cidadania – ITTC)** – Bom, acho que, enfim.

5615 **Interlocutora Não Identificada** – Quem está aqui? SENAPPEN, MDS, MDHC. Tem
5616 alguém on-line?

5617 **Sra. Fernanda Vieira De Oliveira (Titular - Ministério Dos Direitos Humanos E**
5618 **Da Cidadania – MDHC)** – Eu, o Ministério de Direitos Humanos, não é, a minha
5619 representação do Ministério de Direitos Humanos, eu sou contrária à alteração de
5620 data, apesar de ter defendido todo o tempo de fazer junto com o mecanismo, porque
5621 vai gerar uma sobrecarga absurda na minha equipe, eu sei disso, por mais que
5622 vocês acreditem que é possível sanar isso, e eu não, não, infelizmente eu não vou
5623 ter acordo com isso, mas é isso. Mudou a data, é uma segunda e uma terça, eu não
5624 vou colocar minha equipe para trabalhar final de semana, que isso fique bem claro.
5625 la ser antes. Então, assim, não vai ter condição. Com uma pessoa a menos, porque
5626 eu sei que às vezes parece que a única coisa que a gente faz é as reuniões do
5627 comitê, mas não é. Então, assim, não, porque às vezes parece que é só isso, não
5628 é. Então, assim, infelizmente, eu não tenho acordo com essa alteração de data,
5629 essa altura do campeonato. Mas, entendo todas as questões e não tenho
5630 discordância com elas, mas eu acho que a gente precisava ter visto isso antes, com
5631 mais atenção.

5632 **Interlocutora Não Identificada** – SENAPPEN, a Cíntia está, não, não é? MEC
5633 também não está, Ministério do Desenvolvimento Social.

5634 **Sra. Domitila Mendonça de Mesquita Peixoto (Suplente - Ministério Do**
5635 **Desenvolvimento E Assistência Social E Combate À Fome – MDS)** – Bom, eu
5636 também não sei dizer se o MDS vai conseguir estar presente, eu tenho que
5637 conversar com a titular da pasta, mas eu estou junto com o MDH, que está
5638 organizando, então, a favor ali de manter a data com a presença do ministro já
5639 organizada.

5640 **Interlocutora Não Identificada** – Só para conferir se o Ministério das Relações
5641 Exteriores continua com a gente, Taciano.

5642 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5643 **e Cidadania – ITTC)** – Bom, mas aí é isso, no final das contas, dos membros que
5644 estavam presentes aqui no quórum, a maioria votou a favor da alteração da data. E
5645 aí agora a gente precisa... eu acho que é isso, eu acho que é desgastante, porque
5646 a gente já marcou, desmarcou, etc., e tal. Então, fica essa coisa. Eu acho que, de
5647 fato, a Sociedade Civil também tem que se comprometer no seguinte sentido, de
5648 que foi mandada uma planilha para a gente levantar as pessoas que viriam, isso foi
5649 feito em uma reunião, então foi acordado que a Sociedade Civil preencheria essa
5650 planilha, que era até antes do feriado de 7 de setembro, mas essa planilha também
5651 não foi preenchida pela Sociedade Civil. Então, acho que a gente tem que fazer
5652 esse grupo de trabalho e, de fato, apresentar todos os nomes das pessoas até a
5653 próxima semana, para que daí também não tenha essa sobrecarga de trabalho da
5654 Débora e da equipe aqui, que é reduzida. Eu queria saber quem vai ficar nesse
5655 grupo de trabalho para organizar tudo isso? Não, então, mas agora para formalizar.
5656 Agenda, GAJOP, MDHC, Associação de Amigos. Assim, eu não vou me colocar,
5657 tipo totalmente, porque eu não tenho certeza se vou conseguir em todas as reuniões
5658 do grupo, mas eu também estou pronta para ajudar, mas não formalmente, porque
5659 de verdade, eu não tenho como estar em todas as reuniões, objetivamente. Mas,
5660 no que puder ajudar, eu vou ajudar também, no dia também posso ajudar.

5661 **Interlocutor Não Identificado** – Patrícia e eu nos comprometemos a ter alguém do
5662 Comitê Estadual do Rio de Janeiro para começar a ter essa representação também.
5663 Vamos ver quem vai ser do mecanismo também.

5664 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5665 **e Cidadania – ITTC)** – não, não, mas como convidado. O mecanismo vai estar
5666 também no grupo de trabalho para organizar. E o mecanismo também para... não,
5667 acho que não. Então, é isso. Talvez possa até tirar aqui nessa reunião uma data de
5668 reunião desse grupo. Não sei se as pessoas querem fazer isso, mas para a semana

5669 que vem, por exemplo, a gente já tem uma data aqui. Que data que as pessoas
5670 querem marcar uma reunião on-line para a semana que vem esse grupo de
5671 trabalho? Já está fechado aqui, entendeu? Eu acho que tem que fazer as duas
5672 coisas ao mesmo tempo, porque tem que fazer a metodologia do encontro e a lista.
5673 Eu sugeriria até, por exemplo, até quarta-feira uma reunião desse grupo de trabalho.

5674 **Interlocutora Não Identificada** – Mas pode já marcar, Paty.

5675 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5676 **e Cidadania – ITTC)** – Já pode marcar a reunião e avisar que tem a data marcada.

5677 **Interlocutora Não Identificada** – Aí a gente vai já mobilizando o povo, entendeu?

5678 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5679 **e Cidadania – ITTC)** – Então, até que dia... então, que dia quer marcar a reunião?
5680 27, quarta-feira. Que horas? Quarta-feira, que horas?

5681 **Interlocutora Não Identificada** – De manhã, pode ser? De manhã é melhor para
5682 mim.

5683 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5684 **e Cidadania – ITTC)** – 10h.

5685 **Interlocutora Não Identificada** – 10h, porque se tiver [ininteligível]...

5686 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5687 **e Cidadania – ITTC)** – E vamos colocar teto para essa reunião. Acho que é
5688 importante colocar teto para a reunião, porque senão as reuniões ficam
5689 intermináveis. 10h.

5690 **Interlocutora Não Identificada** – A Patrícia disse que já seria com os dos estados
5691 também.

5692 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5693 **e Cidadania – ITTC)** – Bom, então ficou uma reunião desse primeiro grupo para

5694 fazer a metodologia, etc. Para quarta-feira, dia 10. E acho que todo mundo pode
5695 pegar aquela planilha também lá, que está no grupo para já ir indicando os nomes
5696 paralelamente.

5697 **Interlocutora Não Identificada** – Se vocês precisarem de ajuda na planilha, enfim,
5698 estamos à disposição. Vocês já conhecem os pontos focais. Todo mundo que é
5699 ponto focal, sabe falar dos seus estados, quem são as pessoas. Então, estamos à
5700 disposição nesse sentido.

5701 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5702 **e Cidadania – ITTC)** – Bom, então, a gente superou esse ponto aqui. Das 10h a...
5703 enfim. Bom, então vamos, a gente pode passar para o próximo ponto de pauta.
5704 Vamos agora voltar aqui para o ponto de pauta. A Cíntia não chegou, mas ainda
5705 assim eu acho que a gente pode retomar esse ponto aqui. A situação das mulheres
5706 no presídio e as transferências ilegais do Maranhão. Aí eu não sei se a Vi quer falar.

5707 **Interlocutora Não Identificada** – Boa tarde a todos e todas. Nesse caso, eu sou
5708 perita, ponto focal do Maranhão, aí eu já até recebi algumas mensagens informando
5709 que algumas pessoas não vão poder participar, mas o defensor público e algumas
5710 entidades da sociedade civil gostariam de oportunizar de falar sobre a situação e
5711 depois eu falo de alguns desdobramentos de reuniões que já foram realizadas, mas
5712 é muito importante, eles querem fazer esse comunicado da situação.

5713 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
5714 **e Cidadania – ITTC)** – Então, obrigada. Então, eu vou passar a palavra para quem
5715 está on-line e se quiser se inscrever para falar.

5716 **Sra. Thainá Barroso (Advogada na Pastoral Carcerária Nacional)** - Boa tarde.
5717 Olá. Queria desejar uma boa tarde a todos e todas. Queria agradecer também pela
5718 inclusão do tema que trouxemos aqui para a reunião de hoje do comitê. Meu nome
5719 é Thainá, eu sou advogada da pastoral carcerária nacional. Estamos tratando aqui
5720 sobre essa pauta em conjunto com outras entidades nacionais e locais do Maranhão
5721 e também com a Defensoria Pública do Maranhão. E a gente vem trazer essa

5722 situação, fazer essa exposição e estamos há algumas semanas, há alguns meses,
5723 tentando denunciar para as autoridades competentes como essa situação que está
5724 ocorrendo no Maranhão representa uma situação de muita ilegalidade, de violação
5725 de direitos dessas mulheres presas. Então, o cenário que vem ocorrendo é que a
5726 partir do mês de julho deste ano, a Secretaria de Administração Penitenciária do
5727 Estado do Maranhão passou a coordenar as transferências de mulheres presas em
5728 unidades que se localizavam em cidades outras que a capital do Estado, São Luiz
5729 do Maranhão, para a capital. E essas transferências, vale a gente trazer esse
5730 destaque aqui inicialmente, elas não foram submetidas a um prédio crivo do Poder
5731 Judiciário, não foram comunicadas a qualquer órgão do Poder Judiciário, e não
5732 contaram também com qualquer tipo de comunicação, de consulta às suas defesas,
5733 à defensoria pública, ou mesmo às próprias mulheres presas e seus familiares. E
5734 vale também aqui a gente trazer um ressalvo aqui, elas não vêm ocorrendo, essas
5735 transferências, elas não vêm ocorrendo de forma como se fosse uma questão
5736 pontual ou individual, elas vêm ocorrendo realmente, de uma forma generalizada, e
5737 simbolizando uma questão de político penitenciário mesmo do Estado do Maranhão,
5738 que pretende concentrar todas as pessoas presas do gênero feminino unicamente
5739 na unidade prisional feminina de São Luiz, independentemente de qualquer
5740 circunstância, independentemente de suas cidades natais, de onde residem suas
5741 famílias. Acho que a questão principal aqui, uma das questões principais é que o
5742 Estado do Maranhão é um dos maiores estados do Brasil, e de forma que a
5743 transferência dessas mulheres para a capital, todas essas mulheres para São Luiz,
5744 pode se ficar como, no caso da cidade de Imperatriz, que o Dr. André, da Defensoria
5745 Pública do Maranhão, está representando aqui hoje, um deslocamento de mais de
5746 600 quilômetros de distância, ou seja, entre 11 a 12 horas de viagem de carro.
5747 Então, esse cenário ilustra como vários direitos dessas mulheres vêm sendo
5748 ignorados. Inicialmente, o próprio direito da pessoa presa de permanecer em um
5749 local próximo ao seu seio social e familiar, que é previsto na LEP, na Resolução 16
5750 do CNPCP, e também, na mesma linha, o direito de receber visitas sociais, também
5751 assegurado pela LEP, e que pretende resguardar a manutenção do convívio entre
5752 a pessoa presa e sua família, vem enfrentando também nessas circunstâncias

5753 obstáculos enormes e quase intransponíveis. Nesse ponto, eu acho importante
5754 trazer à baila que, conforme os dados aferidos pela própria DPE do Maranhão, em
5755 contato com essas mulheres transferidas, foi verificado que 90% delas eram
5756 hipossuficientes social, financeiramente. Então, a partir daí, podemos constatar que,
5757 de fato, essa circunstância de elas estarem tão distantes de suas bases familiares
5758 representa um impedimento às visitas, que simplesmente, nesses contextos,
5759 deixarão em grande parte, estão deixando de ocorrer, haja vista que os familiares
5760 não possuem os recursos financeiros para arcar com as despesas de
5761 deslocamento, despesas de hospedagem, de alimentação, e isso sem contar os
5762 gastos emocionais e o tempo mesmo de deslocamento. Importante, não é, também
5763 a gente trazer aqui que todos esses gastos mencionados ferem diretamente,
5764 também, de forma frontal, o princípio da intranscendência da pena, visto que faz
5765 com que a punição, mais do que nunca, se torne uma punição para os familiares
5766 também e nessa mesma linha, também, existe o problema dos momentos de saída
5767 temporária, considerando que as mulheres presas, até ainda considerando, não é,
5768 o curto lapso temporal, o curto espaço de tempo das saídas temporárias, também
5769 não teriam essas condições para se deslocarem até as cidades onde residiam, onde
5770 estariam suas famílias, o que vai pontuar, mais uma vez, compromete ainda mais o
5771 próprio fim declarado da saída temporária, que é o de gradual reintegração da
5772 pessoa presa em sua comunidade e seu familiar, e todo esse contexto representa
5773 a violação ainda das regras de Bangkok, da ONU, que preveem que deverá ser
5774 incentivado e facilitado o contato das mulheres presas com seus familiares,
5775 incluindo seus filhos e filhas, quem detém a guarda de seus filhos e filhas. Então,
5776 todo esse contexto representa muitas violações, muitas ilegalidades, e nós
5777 gostaríamos, gostaríamos também de pontuar que as justificativas apresentadas
5778 pelo Estado do Maranhão, tanto pela SAP, em reunião realizada no fim do mês de
5779 julho, acredito que o doutor André irá falar um pouco mais sobre isso, mas também
5780 pela Procuradoria do Estado, na ação civil pública que está em trâmite, no sentido
5781 de que a UPFEM de São Luís seria de melhor qualidade, de que a unidade prisional
5782 de Davinópolis, que é essa da região de Imperatriz, seria mista, e de que na UPFEM
5783 as mulheres teriam melhores condições de educação e de trabalho, nós

5784 entendemos que essas justificativas, elas não se apresentam razoáveis e muito
5785 menos aptas para validar essa transferência, porque na realidade, eu acredito, nós
5786 acreditamos que esse cenário escancara a ilegalidade, as ilegalidades vividas por
5787 essas mulheres no Estado do Maranhão. De fato, assim, se a prisão na região de
5788 Imperatriz e as outras unidades em outras cidades do interior do Estado são mistas,
5789 de qualidades inferiores, se não há oportunidade de acesso ao trabalho, a estudo
5790 para as mulheres, nós acreditamos que a solução não deve ser simplesmente
5791 transferi-las para São Luís sob risco, conforme eu venho falando, de o Estado
5792 empurrar de forma ativa, e muitas violações de direitos também, e sim atuar para
5793 garantir que as mulheres presas em cidades do interior também têm os seus direitos
5794 garantidos, bem como que, enfim, outras mulheres sejam apanhadas por políticas
5795 públicas antes mesmo de chegarem ao caso. Assim, o nosso posicionamento é no
5796 sentido de que apesar de supostamente existirem condições melhores na unidade
5797 prisional de São Luís, não se pode procurar resolver uma situação de ilegalidade
5798 como as vividas por essas mulheres nos demais municípios do Maranhão com
5799 outra. Assim, o que está ocorrendo em verdade, em vez de solucionar problemas e
5800 amenizar violações de direitos, só soma mais uma violência às que já eram
5801 vivenciadas por essas mulheres que foram transferidas. Então, nesse ponto a gente
5802 reitera, a partir da constatação de que a própria Secretaria de Estado de
5803 Administração Penitenciária reconhece as ilegalidades sofridas por essas mulheres
5804 nas unidades prisionais nas quais elas se encontravam anteriormente, destaca-se
5805 que não se pode resolver tal problemática como a transferência arbitrária dessas
5806 mulheres, mais uma vez, sem comunicação ao Poder Judiciário, sem comunicação
5807 à Defensoria Pública, sem consulta dessas mulheres e seus familiares, para longe
5808 de suas cidades e suas famílias e sim, se resolve essa situação, se ameniza essa
5809 situação, a partir da elaboração de políticas públicas que aliviam as condições
5810 degradantes diferenciadas durante a privação de liberdade. Então, aqui para,
5811 passando para terminar minha fala e passar para a doutora André, continuar, nós
5812 queríamos, desde já, propor alguns encaminhamentos que acreditamos ser
5813 necessários, inicialmente acreditamos na necessidade de alternativas
5814 encarceradoras para essas mulheres, e achamos que seria bastante importante

5815 uma incidência do comitê, no sentido de que sejam feitas mais avaliações, por parte
5816 de todos os poderes, de possibilidade de prisão domiciliar, de liberdade condicional,
5817 de progressão de regime, e de liberdade provisória dessas mulheres, nesse último
5818 caso, inclusive, é importante mencionar que, no caso das mulheres de Imperatriz,
5819 que foram transferidas, por exemplo, mais de 50% das mulheres sequer possuem
5820 uma condenação definitiva, então, foram transferidas para mais de 600km distância
5821 das suas cidades, das suas famílias, das suas comunidades, sem sequer possuir
5822 uma condenação com trânsito e julgado. E também acreditamos que seja essencial
5823 que todas as mulheres que tenham sido deslocadas para a capital maranhense
5824 sejam novamente transferidas em condições adequadas para local apropriado de
5825 cumprimento das medidas privativas de liberdade, desde que pertencentes às suas
5826 próprias regiões, para que, enfim, sejam assegurados esses direitos de cumprir
5827 pena de estar privada de liberdade próximo ao seu seio familiar, à sua comunidade,
5828 exceto as que manifestarem expressamente, de forma voluntária, vontade de
5829 permanecer em São Luís, e nesses casos o Estado deve arcar com todos os custos
5830 de deslocamento de pelo menos dois visitantes, com a periodicidade semanal, bem
5831 como da própria mulher presa na situação de saída temporária. Vale ressaltar nesse
5832 ponto que a pastoral carcerária, que eu estou representando aqui, assim como a
5833 maioria das demais entidades que estão conosco nessa pauta, nós estamos
5834 ideologicamente de forma absoluta contra a construção de novos presídios, por
5835 entendermos que o aumento da disponibilização de vagas gera um aumento do
5836 encarceramento, então, entendemos que essa transferência de volta para suas
5837 regiões, caso seja necessário, nos casos em que não for possível promover o
5838 desencarceramento, deve ser realizada levando em consideração a não construção
5839 de nenhum mais espaço de privação de liberdade. Então, é isso da minha parte,
5840 gostaria mais uma vez de agradecer pela atenção e eu passo a palavra para o Dr.
5841 André.

5842 **Sr. André (Defensoria Pública de Imperatriz - Maranhão)** - Obrigado. Bom, boa
5843 tarde a todos e todas. Meu nome é André, trabalho aqui na Defensoria Pública de
5844 Imperatriz, no estado do Maranhão. Bom pessoal, como a Thainá disse, teve essa

5845 situação no dia 21 de... eu tenho um slide aqui para apresentar, mas eu não sei
5846 direito como é que faz isso, mas depois eu posso mandar para vocês se vocês
5847 quiserem esse material aqui, tem alguns documentos que eu coleí na apresentação.
5848 Deixa eu colocar assim, veja se aparece para vocês aí. Não, não vou conseguir não.
5849 Bom, então, é dia 21 de julho de 2023, uma sexta-feira. A gente foi surpreendido
5850 com essa notícia informal que elas estavam sendo transferidas para São Luís. Elas
5851 foram transferidas dia 21 de julho de 2023, manhãzinha. Eu entrei em contato com
5852 o diretor da unidade na época, estava responsável, que é o diretor da unidade lá de
5853 Davinópolis, e ele confirmou a informação informalmente pelo telefone que elas
5854 haviam sido transferidas, que estavam em curso, sendo transferidas, sendo
5855 transportadas para São Luís por volta de 7h da manhã, 6h30 da manhã. A gente
5856 imediatamente, a gente oficiou a secretaria, a SEAP, para tentar ver essa resolução
5857 aí extrajudicial. Teve uma reunião com a participação de várias entidades de
5858 proteção de direitos humanos, como a Promoção de Defesa dos Direitos Humanos
5859 Padre Josimo, aqui de Imperatriz, a Pastoral Carcerária e outras entidades, o
5860 presidente do Conselho de Direitos Humanos do Estado do Maranhão, Pedro Rosa,
5861 também esteve presente, e outras entidades de proteção de direitos humanos. Não
5862 foi chegado a um consenso nessa reunião. O secretário, a Secretaria de Estado
5863 respondeu dizendo que não era possível resolver isso, e a gente ajuizou uma ação
5864 civil pública. Aqui na Vara da Fazenda Pública, na Vara da Fazenda Pública da
5865 Comarca de Imperatriz, foi dada uma liminar. A juíza deu uma liminar nesses autos
5866 aqui, os autos depois posso passar aqui, está no PJE, no PJE. A juíza acolheu o
5867 pedido que a gente fez, liminar, determinou que o Estado do Maranhão proceda, no
5868 prazo de cinco dias, à imediata transferência de todas as internas que foram
5869 recentemente deslocadas da Unidade Prisional de Davinópolis à capital
5870 maranhense, para um local adequado de cumprimento das medidas segregatórias
5871 que lhes foram impostas. Enfim, então, ela determinou que o Estado cumprisse isso
5872 em cinco dias. Também determinou que, enquanto isso não fosse resolvido, que
5873 garantisse a manutenção dos custos, das passagens para a visitação por parte da
5874 família e manutenção desses vínculos familiares. Bom, enfim, essa decisão de
5875 suspensão do liminar, o Estado do Maranhão apresentou um pedido de suspensão

5876 de liminar, de sentença, no Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. O Tribunal
5877 de Justiça concedeu essa suspensão do liminar dia 6 de setembro, agora, essa
5878 suspensão do liminar. Enfim, atualmente está suspenso essa decisão da juíza. Já
5879 houve, a Defensoria Pública recorreu dessa decisão, tem um agravo interno lá no
5880 Tribunal de Justiça. Foi protocolado, se não me engano, ontem, esse agravo interno
5881 pela Defensoria lá de Segundo Grau de São Luís. Na decisão liminar, que foi
5882 suspensa parcialmente, os efeitos decisórios dela foram suspensos, houve a
5883 designação de uma audiência pública, que foi marcada na Câmara dos Vereadores
5884 aqui de Imperatriz, para o dia 19 de outubro de 2023. Então, me parece, fazendo a
5885 interpretação dessa decisão e dessa suspensão, que o que estaria suspenso é só
5886 os efeitos decisórios da decisão. Então, falando aqui na linguagem jurídica, o que
5887 estaria suspenso é os efeitos decisórios e essa questão da audiência pública, com
5888 todas as entidades, enfim, que venham a participar a manifestar sobre essa
5889 questão, estaria em aberto ainda, estaria de pé, não teria sido caçada pela decisão.
5890 Enfim, o que a gente, dentro do que a Thainá falou, dos encaminhamentos, também
5891 estou de acordo com os encaminhamentos, e eu só acrescentaria uma questão
5892 aqui, que depois eu queria, enfim, esse documento eu posso mandar para a Viviane,
5893 que eu fiz aqui, que é mais ou menos mapeei algumas situações, de exemplos de
5894 situação, do que está acontecendo atualmente na situação. A gente está pensando
5895 também não só nessa transferência, mas também no que está acontecendo
5896 atualmente e o que vai acontecer a partir de agora, que é essa grande interrogação
5897 que a gente coloca aí para o Estado e para os senhores, que é justamente esse
5898 fluxo das internas. Então, por exemplo, as prisões, a prisão, o Estado continua
5899 prendendo as pessoas, no caso, as mulheres. Então, por exemplo, aqui um caso
5900 que eu separei, ela foi presa, essa mulher foi presa, essa pessoa foi presa 4 de
5901 agosto de 2023, ela deu entrada na delegacia de polícia e foi transferida nesse
5902 mesmo dia para o PDVN, que é a penitenciária de Davinópolis, que atualmente, isso
5903 que é interessante deixar claro, atualmente é uma penitenciária 100% masculina,
5904 não é uma penitenciária que tem uma política para a mulher. Antigamente era uma
5905 penitenciária mista, de fato, a situação era irregular, mas havia lá um espaço
5906 separado, enfim, com servidoras do sexo feminino, enfim, havia essa humanização

5907 mínima aí. Hoje, ela vai ficar esperando a audiência de custódia em uma
5908 penitenciária 100% masculina. Então, ela ficou, essa pessoa em específico, ela
5909 ficou dia 4 de agosto de 2023 até 12 de agosto de 2023 em uma penitenciária 100%
5910 masculina, essa pessoa está presa até agora lá na UFPEM. O próprio sistema aqui
5911 coloca que ela saiu por volta de 7h da manhã do dia 12 de outubro, de agosto,
5912 desculpa, chegou lá em São Luís 17h50. Então, é uma distância aqui bem razoável,
5913 de carro, enfim, e tem toda essa discussão. A gente pode levantar aqui toda a
5914 discussão sobre esse transporte, a gente fez, eu e a Conceição Amorim, que está
5915 aqui nessa transmissão aqui, nessa conversa, nessa reunião, a gente fez uma oitiva
5916 de algumas pessoas e uma delas relatou para a gente uma situação muito
5917 degradante do transporte, um camburão, o calor que faz aquilo, como tem muito
5918 buraco nas estradas do Maranhão, fica batendo, era uma situação muito, era uma
5919 acusação muito, enfim, uma situação muito assim, meio que até irrelevante, do
5920 ponto de vista penal, mas, enfim, tinha sido decretada a prisão preventiva e ela foi,
5921 de fato, transferida para São Luís. Essa pessoa, inclusive, ela foi solta logo depois,
5922 enfim, e tal. Então, tem essa situação toda do transporte dessa mulher, dessa
5923 pessoa, que é muito problemático na minha visão, na nossa visão aqui, que tem
5924 que ser analisado com cuidado, me parece. Uma situação específica que a gente
5925 constatou é também o fluxo de informação, o fluxo informacional com relação às
5926 pessoas que estão lá. Então, por exemplo, a gente atendeu também, recentemente,
5927 uma senhora de uma cidade chamada Vila Nova dos Martírios, que era termo
5928 judiciário de Imperatriz, que agora, recentemente, passou a ser termo judiciário de
5929 uma outra cidade chamada São Pedro de Água Branca, então, assim, ela estava
5930 assistida por um dativo lá, um advogado dativo, e essa pessoa, como acaba tendo
5931 um contato maior com Imperatriz, que é um polo, digamos assim, ela veio para
5932 Imperatriz e veio procurar essa parte de assistência de direitos humanos, enfim, por
5933 meio de algum conhecido de lá dela, da cidade de Vila Nova dos Martírios. E a
5934 gente, eu e a Conceição, a gente atendeu essa senhora, e ela simplesmente não
5935 tinha informação nenhuma da filha dela. A filha dela tinha sido presa, transferida
5936 para São Luiz. Enfim, a gestão da informação é muito grave, muito complexa, muito
5937 difícil, e ela está em uma situação de desespero lá, sem saber direito qual o certo a

5938 situação, tem um problema de saúde, essa senhora, a pessoa que está presa tem
5939 um problema de saúde. Inclusive, nesse caso, eu mandei um ofício para a
5940 penitenciária lá de São Luiz, dia 11 de setembro e até agora eu não tive resposta
5941 do que está acontecendo com essa pessoa, então, nem a gente consegue muito
5942 contato com eles lá, imagine a família. Ela está em uma situação muito delicada,
5943 essa senhora, porque ela está em uma panela de informações, e para ir para lá é
5944 como a Thainá disse, são 634km, enfim, é uma noite toda de viagem, de ônibus,
5945 enfim, é um valor aí realmente elevado para a população maranhense, isso aí, cerca
5946 de R\$200,00 de ida, R\$200,00 de volta, muitas delas não tem lugar para ficar lá em
5947 São Luiz, enfim, por questões naturais, não são de lá, tem que dormir, tem que ficar
5948 esperando em uma situação ali naquele bairro de Pedrinhas, enfim, uma situação
5949 muito delicada. E tem também a questão dentro desse fluxo aí, que é um caso que
5950 eu separei, por exemplo, de uma pessoa que ela deu entrada na, aí também está
5951 acontecendo uma outra coisa, tem algumas mulheres que estão dando entrada em
5952 uma outra unidade prisional aqui também, que é 100% masculina também, o UPRI
5953 fala que é a Unidade Prisional de Imperatriz, que é uma unidade 100% masculina,
5954 que atualmente por uma decisão da SEAP também, houve uma troca lá de, não sei
5955 exatamente quais as razões, agora, as pessoas que supostamente pertencem, ou
5956 tem alguma simpatia com o PCC, que tem essa coisa de... enfim, pessoas que
5957 supostamente a administração entenda que tem algum vínculo com o PCC, ficam
5958 nessa unidade prisional aí, não é, no UPRI. Então, e elas, e justamente nessa
5959 unidade, que é a porta de entrada no sistema prisional aqui de Imperatriz, que essas
5960 mulheres estão ficando. Então, por exemplo, essa pessoa aqui que eu estou
5961 analisando aqui o caso dela, ela deu entrada dia 9 de agosto de 2023 no UPRI, e
5962 ela saiu, ela chegou na UFEM, que é lá em São Luís, dia 12 de agosto de 2023, ela
5963 ficou poucos dias ali, três dias ali, tudo bem. Aí, dia 16 de agosto, por exemplo, ela
5964 teve, ela conseguiu uma liberdade provisória, 16 de agosto de 2023, então, ela lá
5965 em São Luís. Aqui nesse caso específico, eu vasculhei o sistema, eu não tive
5966 nenhuma informação, por exemplo, sobre, como é que foi, se ela foi, se teve, se ela
5967 foi, foi oferecido pra ela passagem de volta, não é, toda essa questão aí, pra, não
5968 é, que ela ficou pouco tempo presa, no caso, não é, quatro dias presa lá em São

5969 Luís só e ela teria que voltar pra cá, porque a família dela é daqui. Então, não é,
5970 esses casos todos, elas continuam a ocorrer, não é, e sem contar o transporte, uma
5971 pessoa vai, ela fica em uma penitenciária 100% masculina, aí depois, três, quatro
5972 dias depois, ela é transportada, ela é transferida pela Secretaria, pelo Estado.
5973 Condições, não é, de um camburão lá batendo e tal, uma situação muito ruim, e aí
5974 chega em São Luís, aí vamos supor que, não é, logo depois, ela consiga uma
5975 liberdade provisória, porque, enfim, às vezes, é uma situação muito, não é, muito,
5976 enfim. E aí, ela tem que voltar pra Imperatriz, enfim, tal. E tem a situação também,
5977 não é, que eu pondero, que é muito, do ponto de vista jurídico, aí, não é, é
5978 importante, é todo esse trânsito que existe, com relação, por exemplo, a direitos,
5979 não é, de presença em audiências, por exemplo, não é, o CNJ já regulamentou isso
5980 daí, que teria que ser presencial, via de regra, as audiências seriam presenciais.
5981 Então, por exemplo, como é que vai ser esse trânsito? A pessoa, vamos supor que
5982 ela quer ser, ela quer ser ouvida presencialmente pelo juiz, ela quer estar presente
5983 lá, ela quer exercer esse direito. E aí, como é que ela vai fazer? A SEAP vai
5984 transportar essa pessoa nessas condições, aí ela vai ficar, entendeu, é um fluxo
5985 muito complicada, em júri, tribunal de júri, que não tem como, não é, ser por vídeo,
5986 enfim, de forma alguma. Como é que vai ser essa situação, não é? Tem algumas,
5987 não é, algumas pessoas que estão lá em São Luís, que era daqui, que são, que
5988 estão acusadas de, que são acusadas, não é, ainda, a imensa maioria não tem
5989 processo, não tem sentença nenhuma, mais de 50% não tem sentença nenhuma,
5990 então, enfim. Mas, por exemplo, vamos supor que vai a júri popular, vai ficar um
5991 trânsito muito complicado, não é, esse trânsito todo é delicado, não é? Da minha
5992 perspectiva aqui, eu proporia, não é, o encaminhamento da forma como a Thainá
5993 propôs e focaria o encaminhamento no, não é, do que que poderia ser feito, do que
5994 que poderia ser suscitado pra resolver também a situação atual, não é, não só das
5995 que foram já transferidas, mas das que estão, não é, enfim, que vão ser presas as
5996 pessoas aqui, sexo feminino, e de como que isso vai ser resolvido, não é, a partir
5997 de agora, dessa situação toda e também desse trânsito, não é, da pessoa que
5998 quiser se fazer presente em uma audiência que é um direito dela, não é, de se fazer
5999 presente, ela, como é que vai ser, vai ser franqueado, isso daí, e toda essa questão,

6000 não é, que eu acho que é extremamente importante da manutenção dos vínculos
6001 familiares, não é, isso eu acho que é o mais importante de ser discutido, não é, eles
6002 alegam muito, ah, mas poucas recebem visita, a questão toda é que, e a garantia
6003 da permanência dos vínculos ou do resgate do vínculo familiar fica muito
6004 complicado, muitas já não eram daqui, não é, já estavam, já vinham de uma
6005 transferência anterior de Balsas, que é uma outra cidade aqui próxima, então,
6006 assim, eu acho que a gente tem que lutar pra garantir direitos, eu não vou entrar
6007 aqui em questões de direito, não é, que eu acho que é meio evidente isso, assim,
6008 que ela tem direito de cumprir pena próxima da família, tem uma série de
6009 normativas, seja na LEP, seja na Regras de Bangkok, seja na Regra de Mandela
6010 também, enfim, então, não é, a gente tem uma série de normativas aí que são
6011 violadas, não é, que estão sendo violadas e que eu acredito que isso é bem
6012 evidente. Então, é o caminho nesse sentido aí, que a Thainá propôs, primeiro, rever,
6013 não é, as que possam ser soltas imediatamente aí por parte do judiciário, que não
6014 tem processo, enfim, que não tem sentença nenhuma ainda, as que estejam em
6015 semiaberto, que sejam, não é, que seja antecipado o registro.

6016 **Interlocutora não identificada** – Inclusive, ganhou o prêmio aí juntamente com os
6017 órgãos de fiscalização do estado do Maranhão por dirigirem o presídio feminino, o
6018 melhor presídio feminino do Brasil, de acordo com o Ministério da Justiça, também
6019 vai aí além de violar todo o processo de transferência não só no município de
6020 Imperatriz, mas no estado do Maranhão inteiro, ele começou esse processo a partir
6021 de janeiro. Então, foram vários municípios, todos os municípios do Maranhão que
6022 tinham presídio misto, que tinham ala feminina, ele desmontou dizendo que tinha
6023 vaga em São Luís, que tinha emprego e que tinha condições, tinha toda uma
6024 estrutura, todo um projeto, projetos sociais para garantir as condições de vida
6025 dessas mulheres. Na verdade, não condiz com a realidade. Sem contar que ele
6026 contou com o fato de que a partir do momento que ele transferisse as mulheres do
6027 município nunca mais ia ter mulher presa no Maranhão e no interior do Maranhão e
6028 aí hoje essas mulheres vivem um processo profundo de sofrimento mental, de
6029 sofrimento de toda a espécie, porque elas são presas e são levadas para presídio

6030 que tem em média 300, 400, 500 homens ela fica sozinha obrigada a ficar em uma
6031 sala aqui em Imperatriz sem a menor condição e nos outros municípios também.
6032 Então, é importante que a gente observe do número de violações e o quanto essas
6033 violações estão vinculadas à tortura, literalmente, porque você pegar uma mulher
6034 6h da manhã e muitas vezes sem deixar ela se quer tomar banho e sair, fazer 634
6035 km sem oferecer água para elas, só tem uma única parada, quando elas entram
6036 dentro do camburão, elas dizem, elas recebem a informação: "Olha, tem essas
6037 garrafas de água aí." Que já estão há dias, que já foram usadas por outros presos
6038 e só tem uma única parada, que aí é onde elas podem receber água mais... Uma
6039 garrafa de água para poder beber água dentro de um camburão que não tem
6040 nenhum assento, que não tem sequer alguma forma dela se aprenderem para não
6041 ficar batendo. Vocês não têm noção do que é a estrada de Imperatriz do Maranhão,
6042 ela não é diferente da maioria das estradas desse país, é o negócio de uma
6043 perversidade sem precedente. Então, o que está acontecendo em, de fato, não são
6044 só violações de direitos humanos, por que estão afastadas da sua família, isso para
6045 eles nunca foi nenhum problema, porque não há nenhuma política concreta e de
6046 aproximação de nenhum preso do estado do Maranhão com os seus familiares, não
6047 existe isso aqui, nunca existiu. Então, o problema é a forma como todo o processo
6048 de tortura acontece. As mulheres são o tempo inteiro ameaçadas, elas não são
6049 informadas como é o processo. Quando elas são empresas, elas são jogadas nos
6050 presídios aqui de imperatriz, que são três, até a família encontrar, até a promotoria
6051 pública encontrado, até o advogado saber onde ela está, ela já passou dois, três
6052 dias se ela já foi transferida para São Luís o tempo inteiro sob ameaça: "Olha, você
6053 vai ser transferida, você vai ser transferida. Então, é um processo profundamente
6054 violento, profundamente torturante que nós não tínhamos necessidade de passar
6055 por isso. A Então,, inclusive, membro do Conselho estadual de penitenciária
6056 representando a Defensoria pública hoje coloca a possibilidade real de pegar um
6057 presídio de Carolina, que é uma cidade que está aqui a 3h30 de Imperatriz,
6058 transforma a ele em um presídio feminino, porque ele é um presídio que tem 40
6059 homens, que não haveria tanta dificuldade de fazer essas transferências. Então, a
6060 gente precisa muito que seja observado todo esse processo, que a gente rever essa

6061 situação e que a gente possa trabalhar junto a partir das propostas apresentadas
6062 pela Thayná Barroso e pelo promotor André. Eu gostaria de agradecer a
6063 oportunidade em nome do movimento de direitos humanos da região Tocantina e
6064 nos colocar à disposição.

6065 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6066 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada. Eu vi que mais alguém levantou a mão, mas eu
6067 queria pedir para a gente se atentaram pouco ao tempo, porque a gente está...
6068 Enfim, tem mais uma pauta aqui para ser tratada e a gente precisa acabar a nossa
6069 reunião daqui 1h15, mais ou menos. Eita. A gente achou que tivesse caído a
6070 conexão. Eu não estou enxergando que levantou a mão, alguém quer ver?

6071 **Sra. Camila Portela** – Camila Portela, representante do Comitê estadual de
6072 combate à tortura e da Secretaria de estado dos direitos humanos do Maranhão. A
6073 minha fala seria super-rápida, sim. Então...

6074 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6075 **e Cidadania – ITTC)** – Tudo bem. E aí tem mais uma outra pessoa também com...
6076 Ah, não, acho que esqueceu de abaixar só. Pode... Está com a palavra.

6077 **Sra. Camila Portela** – Boa tarde a todos e todas. Eu sou membro do Comitê
6078 penitenciário do estado do Maranhão, milito nessa pauta desde 2015, aqui
6079 trabalhamos sempre com a privação de liberdade. O Conselho penitenciário foi
6080 informado da transferência dessas mulheres logo que foi feita a transferência de
6081 Timon para São Luís e o Secretário informou aos integrantes desse Conselho, que
6082 tem integrantes da UMF, do Ministério público, da Defensoria que iriam ser feitas as
6083 transferências de Imperatriz. Então, foi uma transferência informada para a rede,
6084 para essas autoridades. A gente ainda tentou, nos diálogos a gente vendo um plano
6085 B para que isso não acontecesse a, porque é um prejuízo realmente uma grande
6086 violação transferi essa massa de mulheres para cá, mas não tivemos sucesso.
6087 Nesse sentido, a Secretaria de estado dos direitos humanos, com o Conselho
6088 penitenciário e com todas as representações que o Conselho tem, fizemos logo que

6089 as mulheres de imperatriz chegaram em São Luís, elas foram visitadas, tanto pelo
6090 Conselho estadual da mulher, como pela casa da mulher brasileira, foi feita uma
6091 primeira escuta sobre a situação que elas vieram, como elas estavam. E depois, no
6092 dia 1º de setembro, o Conselho penitenciário esteve com essas mulheres. Não
6093 houve, eu não vejo como ilegalidade ou arbitrariedade, porque a questão de
6094 transferências é uma questão administrativa. Arbitrária podemos até pensar base
6095 legal ela não é, o poder... Foram solicitadas as vagas, as vagas foram dadas e ele
6096 fez essa transferência. No sentido de tudo isso, já tem diálogos para que a gente
6097 veja a possibilidade de regionalizada a esses espaços colocando em Timon, que é
6098 onde aconteceu a primeira transferência, e retirando toda a população masculina
6099 desse presídio de Carolina e colocando as mulheres lá. E seria muito melhor,
6100 porque Carolina é uma localidade que pega do centro do Maranhão ao sul, mas não
6101 existe ação para... Sei lá, acho que até o André, estivemos semana passada juntos
6102 aí Imperatriz, acho que o Doutor Bruno [Ininteligível] deve ter conversado com ele,
6103 existe uma movimentação do estado em regionalizada essas pessoas. Elas não...
6104 É uma transferência temporária a, não é uma transferência fixa, elas não ficaram
6105 aqui, exceto as que querem ficar aqui. Nesse sentido, eu só tenho para apresentar
6106 para vocês alguns números, que acho que a Cíntia vai reforçar, que todas as
6107 mulheres que hoje estão no presídio feminino, que vieram Principalmente, de
6108 Imperatriz, elas estão inseridas em estudo, em frentes educacionais e em trabalho.
6109 Depois até vou pedir para Dr. Bruno, Dr. André entrarem em contato com a gente
6110 para saber quem são essas empresas que estão incomunicáveis, porque a gente
6111 como articular com a SAF, com a Secretaria de direitos humanos para que essa
6112 família saiba onde essa pessoa está, para que essa família e tenha acesso onde
6113 essa pessoa está. Tão tal que na visita que fizemos pelo Conselho penitenciário a
6114 gente encontrou uma indígena que estava incomunicável e logo após a nossa visita
6115 no dia primeiro, no dia 4, na segunda-feira, a nossa Secretária Adjunta dos povos
6116 indígenas foi até a unidade prisional feminina aqui em São Luís e conseguiu contato
6117 e a Secretaria de direitos humanos está dando todo apoio a essa indígena, apoio
6118 no acesso à justiça, ela realmente fala português, ela estava um pouco inibida e
6119 como a nossa Adjunta, ela é indígena, elas conseguiram se... Ela se soltou. Então,

6120 a gente está dando todo o apoio de materiais, porque ela não tem família por aqui,
6121 então, a Secretaria que está dando todo esse apoio social e familiar para essa
6122 senhora, mas, assim, de todo modo foi grave, mas do estado, ele está avançando
6123 para diminuir os males dessa transferência. E, assim, temporário, e como eu falei
6124 com a Viviane ontem, a gente esteve reunida e é temporário, o objetivo do estado
6125 do Maranhão é regionalizar esses espaços, é colocar essas mulheres de volta mais
6126 próximas da sua família, é um pouco difícil, porque o Maranhão é gigantesco, não
6127 dá para construir dez, não é o nosso propósito construir unidades. Então, a gente
6128 vai fazer transferências de presos masculinas, a retirada dele, esvaziado, pegar
6129 prédios que já são nossos da administração penitenciária para poder fazer a locação
6130 melhor dessas mulheres. Eu acho que a Cíntia e a Viviane têm como completar
6131 mais essa fala. Obrigada.

6132 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6133 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada. É Camila? Desculpa, Camila, a gente se perdeu
6134 aqui. Você está falando por que órgão ou organização?

6135 **Sra. Camila Portela** – Eu estou falando pelo Conselho, pelo Comitê estadual de
6136 combate à tortura, que eu sou membro, pela Secretaria de estado dos direitos
6137 humanos, que eu também sou membro, e pelo Conselho penitenciário do
6138 Maranhão, que eu também sou membro.

6139 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6140 **e Cidadania – ITTC)** – Ah, está bem, entendi. Não, está bom. Eu vou passar a
6141 palavra aqui, antes a Viviane quer falar, depois é a Cíntia, e a gente já pode ir
6142 partindo também junto com as falas para os encaminhamentos.

6143 **Sra. Viviane Martins Ribeiro** – Então, retomando a questão agora depois dos
6144 relatos, é muito importante a gente verificar que sem o acolhimento da Defensoria
6145 Pública talvez essa situação, ela ficasse sem ser tratada de forma imediata. Uma
6146 das pessoas que pode realmente falar é o defensor público que acompanhava as
6147 mulheres e as associações e entidades que têm o apoio dos familiares que

6148 receberam os familiares, que estão fazendo essa coleta de informações para que
6149 realmente o Estado possa tomar as providências. Mas o que fica mais evidenciado
6150 é que a juíza que recebeu a ação civil pública, ela já disse que as transferências
6151 foram ilegais. Então, isso já não está mais em discussão. As transferências, elas
6152 foram ilegais e tudo que veio de forma posterior a pessoas que foram privadas de
6153 liberdade em espaços de unidades masculinas, transferências que foram feitas 12
6154 horas de forma inadequada, essas violações já estão caracterizadas, elas não estão
6155 mais sendo discutidas. O que me assusta é um tribunal de justiça do Maranhão
6156 receber todas essas informações e, ao invés de trazer uma solução de imediato,
6157 que seja o retorno, a escuta, a audiência pública, ele simplesmente suspende. E aí?
6158 Suspende por quanto tempo? Suspende de qual forma? Como que vai ser
6159 garantido? Eu estive com a Camila, com a secretária e, justamente para saber, o
6160 Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Maranhão tomou posse.
6161 Nós, do mecanismo, e acredito que o comitê ainda não tinha ciência, eu fiz o contato
6162 para saber justamente dessas questões e providências têm que ser tomadas de
6163 imediato. A gente já viu que a situação está perdurando desde julho. Então, é uma
6164 situação longa, está sendo repetida, novas violações estão acontecendo, pessoas
6165 com doenças mentais, famílias, então, isso é uma situação que é um plano. E me
6166 estranha que a defensoria já tenha apontado essas situações inúmeras vezes. Me
6167 assusta que o conselho da comunidade saiba dessa situação, a secretaria saiba
6168 dessa situação, a justiça tenha ciência dessa situação e o plano ainda está em vista.
6169 Então, nós já estamos entrando no mês de outubro e a situação já está perdurando
6170 por muito tempo. Nós ouvimos o relato da pastoral, do doutor André, da Conceição.
6171 São relatos duros, pesados. Direito à educação e trabalho é direito. Cumprimento
6172 da lei, transferência tem que ser feita com base nas determinações da lei. tem que
6173 ser comunicado à família, tem que ser visto caso a caso. E uma das questões que
6174 eu ouvi que também me assusta é de que a retirada delas não foi pelos direitos
6175 dela, foi para que não ficassem mulheres em unidades mistas, que já é uma
6176 situação violadora e a transferência, para que os dados não refletissem a situação
6177 real do Estado, também me assusta. Então, eu acho que o diálogo entre a justiça,
6178 Ministério Público, a defensoria, as entidades e a sociedade tem que ser imediato.

6179 E os encaminhamentos, eles devem ser proibidos custódias de mulheres em
6180 unidades masculinas, proibição absoluta de qualquer transferência do interior que
6181 ultrapasse 12 horas nessas condições. Todos os familiares, eles têm que ser
6182 avisados e a oportunidade de visitação, ela tem que ser garantida. Então, tudo isso
6183 é direito, a gente tem de lado direitos que devem ser garantidos e as violações que
6184 estão acontecendo. Então, as nossas providências têm. Por que o Estado não deu
6185 uma resposta imediata? Por que o Tribunal de Justiça suspendeu sem determinar
6186 e verificar essas situações do interior? E eu ainda vou dizer que muito me assustou
6187 a concentração da vara de execução na cidade de São Luís. Retirando o direito de
6188 recurso de defensores do interior, de forma imediata, providencial, acompanhando
6189 de forma presencial. Então, todas essas situações do Maranhão, depois eu gostaria
6190 de trazer em um outro momento, porque agora a gente tem que realmente tratar a
6191 situação dessas mulheres. Obrigada.

6192 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6193 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada. Passar para a Cíntia.

6194 **Sra. Cintia Rangel Assumpção (Suplente - Secretária Nacional De Políticas**
6195 **Penais – MJSP)** – Obrigada, presidente. Boa tarde, colegas. Eu peço desculpas
6196 pela minha ausência. Nós estávamos em uma reunião com o Secretário Nacional
6197 de Assistência Social, justamente para poder envolver a Política Nacional de
6198 Assistência Social, poder visibilizar mais o sistema. Eu agradeço a participação da
6199 Camila, eu vi parte das manifestações das pessoas que trataram especificamente
6200 sobre a questão do Maranhão. Eu queria, só a nível de Secretaria Nacional de
6201 Políticas Penais, daquilo que nós conseguimos acompanhar, o que eu vou relatar.
6202 Primeiro, era uma unidade mista, eram 43 mulheres em três celas, as condições
6203 eram realmente muito ruins. A questão da transferência, de fato, e isso deixou bem
6204 claro, nós vimos isso com a Secretaria, há uma política que a Secretaria nos relatou
6205 de extinção, extinção não, adequação dos estabelecimentos mistos, para que eles
6206 não existam mais, e é algo que dialoga plenamente com o que nós defendemos
6207 aqui, o fim dos estabelecimentos penais mistos, e se me permitem que nós não
6208 venhamos a construir mais nenhum, essa é a lógica. Houve uma tentativa, e eu

6209 queria até verificar com a Camila se há isso. Segundo a Secretaria, eles tentaram,
6210 antes da transferência, alguns espaços públicos na região, para ver se haveria
6211 possibilidade, inclusive, verificaram até, calma, se haveria até uma escola, para que
6212 essas pessoas pudessem ficar ao menos naquele espaço, naquele ambiente, para
6213 verificar para que houvesse a mudança dessa realidade de unidade mista. Há por
6214 parte também da Secretaria uma definição sobre a regionalização de
6215 estabelecimentos, que seriam as dimensões do Maranhão, que a gente sabe que
6216 são extremamente complicadas, São Luís, quando a gente vai fazer uma inspeção
6217 em Timon, a gente vai por Teresina, não consegue tamanha distância. Então, o que
6218 a Secretaria anotou? De que vão ser criadas unidades regionalizadas, unidades na
6219 região de Tocantina e na região de Timon, são dois extremos para ver. A população
6220 que nós estamos falando é de 43 mulheres, a gente precisa pensar em políticas de
6221 desencarceramento para isso, gente. E isso, sejamos bem sinceros, isso não está
6222 na competência do Poder Executivo. E aí a perita que me antecedeu, a Viviane,
6223 falou exatamente, sim, da própria questão hoje existe, inclusive, uma resolução da
6224 Comissão Interamericana de Direitos Humanos sobre a situação de Pedrinhas, nos
6225 termos originais da resolução, o Poder Executivo atendeu grande medida deles. Os
6226 processos que perduram tratam sobre a provisoriedade de presos e a questão do
6227 encarceramento, que isso aí extrapola, inclusive, o Poder Executivo. Mas eu acho
6228 que o importante disso, e aí eu queria fazer um convite, nós estamos programando
6229 uma visita para ouvir essas mulheres no início de outubro. E eu queria ver se havia
6230 possibilidade, porque é importante que a gente relate. Existem dados que a Camila
6231 também me apresentou em relação, hoje, a mulheres que estavam naquela região.
6232 Hoje é uma dificuldade que a gente vê no Brasil todo, o processo de regionalização.
6233 Uma tendência à prisionalização através dos grandes complexos que ficam nas
6234 regiões metropolitanas, para atender diferentes questões. Falta de efetivo, falta de
6235 estrutura das unidades, atender as próprias questões de logística, em relação à
6236 alimentação, em relação ao transporte dessas pessoas, então, a questão da própria
6237 assistência material. Então, o que nós vemos aqui no Maranhão, isso tem sido se
6238 apresentado em vários estados. Então, o que eu sugiro que a gente vá, vamos
6239 conversar, eu acho que existem informações legítimas por parte de representantes

6240 da sociedade civil, existe também a Camila, que conversou com essas mulheres,
6241 eu acho que a gente pode conversar com elas. Uma das primeiras coisas que eu
6242 perguntei foi em relação à inserção de trabalho, em que medida o percentual dessas
6243 mulheres que estariam já inseridas em atividades de educação de trabalho e eles
6244 já disseram que a grande maioria, acho que são duas, não é, Jéssica, para os dados
6245 que falou.

6246 **Sra. Jéssica** - Pronto, questão de dados de trabalho. Antes da transferência, 27
6247 presas não eram inseridas em nenhuma frente de trabalho. Duas estavam em
6248 limpeza e conservação e 14 apenas em artesanato livre. Agora, dados de setembro,
6249 24 já estão inseridas em frente de trabalho e seis estão em processo de inclusão.

6250 **Sra. Cintia Rangel Assumpção (Suplente - Secretária Nacional De Políticas**
6251 **Penais – MJSP)** – Eu acho que é isso, presidente, até para a gente... Que nós
6252 possamos, diante desses relatos, que são preocupantes, sim, que a gente possa ir
6253 novamente à São Luís dessa vez, conversar com essas mulheres em relação, hoje,
6254 às suas condições, reforçar a necessidade, sim, de que sejam junto à Secretaria,
6255 de que seja observada a questão da manutenção na maior proximidade possível,
6256 nesse sentido. E eu acho que essa é a solução nesse momento, que eu consigo
6257 vislumbrar. Eu queria só confirmar, Camila, você disse que conversou com essas...
6258 Você conversou com essas 43 mulheres?

6259 **Sra. Camila Portela** – Sim, sim. No dia 1º de setembro.

6260 **Sra. Cintia Rangel Assumpção (Suplente - Secretária Nacional De Políticas**
6261 **Penais – MJSP)** – Acho que caiu. Oi? Camila?

6262 **Sra. Camila Portela** – Está me ouvindo?

6263 **Sra. Cintia Rangel Assumpção (Suplente - Secretária Nacional De Políticas**
6264 **Penais – MJSP)** – Agora, sim.

6265 **Sra. Camila Portela** – A gente conversou no dia 1º de setembro com todas,
6266 separadamente, e algumas manifestaram a vontade de ir, de retornar à Imperatriz,

6267 principalmente as 5, as 12 que tinham visitas, das 46, 3 tiveram alvará, ficaram 43.
6268 E as 5 que tinham visitas semanais queriam muito voltar, por causa dos filhos e as
6269 que tinham visita a cada 15 dias, porque elas receberam materiais de higiene e de
6270 limpeza. Fiz uma contagem que 12 realmente estavam convictas em retornar para
6271 a Imperatriz.

6272 **Sra. Cintia Rangel Assumpção (Suplente - Secretária Nacional De Políticas**
6273 **Penais – MJSP) –** Perfeito. É isso, presidente.

6274 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6275 **e Cidadania – ITTC) –** Obrigada. Vou passar para o Mateus, depois para a Nana.
6276 Já pensando aqui nos encaminhamentos.

6277 **Sr. Mateus Oliveira Moro (Suplente - Associação Nacional Das Defensoras E**
6278 **Defensores Públicos – ANADEP) –** Boa tarde. Eu, na verdade, fiquei na dúvida se
6279 o colega que falou era defensor ou promotor, porque acho que depois... Enfim, é o
6280 defensor. Eu tinha entendido isso, mas acho que depois alguém comentou que era
6281 o promotor, mas não tem problema. Então, o nome da ANADEP aqui, eu mando um
6282 abraço para o colega defensor. E aí, primeiro, eu queria parabenizar as pessoas
6283 que estão trabalhando pelo direito dessas mulheres, porque falou-se que são
6284 transferências até de 600km, por exemplo, o Maranhão é um territorialmente
6285 grande, porque no estado de São Paulo, isso foi banalizado, a gente tem tanto
6286 problema para resolver com 200 mil pessoas presas, que lá em São Paulo, talvez
6287 menos as mulheres, mas mais os homens, a região metropolitana e a capital têm
6288 aproximadamente 20 milhões de pessoas. Só que as pessoas presas, a maior parte
6289 delas estão na região de Prudente, que é quase Mato Grosso do Sul, com
6290 aproximadamente 800km, região de Bauru, região de Araçatuba, todas as regiões
6291 longe. Ou seja, fico contente que o sistema de justiça, enfim, os atores do
6292 Maranhão, estão tentando resolver o problema que em São Paulo foi banalizado.
6293 Então, eu queria fazer esse registro inicialmente. Queria registrar também que o
6294 instrumento que o colega acertou de suspensão de segurança, a Defensoria de São
6295 Paulo, junto com a Plataforma Justa, está acabando de elaborar um documento, já

6296 que está sendo feito há um ano, mais ou menos, para levar para a Corte
6297 Interamericana de Direitos Humanos, esse instrumento de suspensão de
6298 segurança, que é um resquício de ditadura. E acontece lá em São Paulo também,
6299 em várias ações civis públicas, que a gente teve por questão de água, por questão
6300 de saúde, por questão de alimento, é uma decisão política do presidente do tribunal,
6301 não jurídica, e acaba com todo um trabalho de uma defensoria pública, do Ministério
6302 Público, e de um juiz que está perto do processo, que entendeu a ação e está
6303 analisando os fatos. Então, é um instituto que não deveria mais existir. Nessa linha,
6304 eu trago também uma reflexão aqui, que não é só a pessoa presa que é levada lá
6305 para longe, porque se a pessoa morre imprudente e a família é da região
6306 metropolitana, do litoral de São Paulo, o Estado que levou o corpo também não traz
6307 o corpo morto de volta. Claro que não é o debate que a gente está fazendo aqui,
6308 mas é uma reflexão que eu queria trazer. Então, é isso. Não há o dinheiro para a
6309 passagem, a pessoa está viva, mas se a pessoa morre, o Estado não traz o corpo.
6310 Então, eles correm atrás ali de municípios, de assistente social, e, em boa parte das
6311 vezes, são as pessoas pobres e miseráveis que vão fazer vaquinhas ali para
6312 levantar o dinheiro. Eu só queria registrar essas questões, e a gente toma ciência
6313 do problema aqui, em um tempo exíguo, enfim, e também pensa nos
6314 encaminhamentos. Então, concordo com a Cintia no sentido de investir, pensando
6315 nos números de São Paulo, se fossem 40, 50 mulheres, talvez não fosse um número
6316 alto, investir na questão do desencarceramento. Acho que o que o colega defensor
6317 trouxe, também, no sentido da custódia, tem que ser realizada de forma presencial.
6318 Foi até um debate que a gente fez bastante aqui ontem. As visitas têm que ser
6319 também, enfim, possibilitadas. Eu só não entendi a questão das 12 horas, eu me
6320 perdi, em algum momento, para entender esse último encaminhamento. Eu não sei.
6321 Você falou alguma coisa em horas? Ah, não.

6322 **Sra. Cintia Rangel Assumpção (Suplente - Secretária Nacional De Políticas**
6323 **Penais – MJSP) –** O tempo de transferência, de deslocamento, são de 12 horas.

6324 **Sr. Mateus Oliveira Moro (Suplente - Associação Nacional Das Defensoras E**
6325 **Defensores Públicos – ANADEP) –** Ah, de viagem. Entendi a questão da

6326 distância. Então, era isso. Enfim, me coloco aqui à disposição enquanto comitê para
6327 auxiliar, mas, infelizmente, é um problema que, no meu estado, foi banalizado.

6328 **Interlocutora Não Identificada** – Eu acho que a situação do Maranhão, ela traz
6329 para a gente algumas questões que a gente tem debatido. Eu acho que esse debate
6330 foi mais profícuo em Pernambuco com a FOCOPEN, mas eu acho que é algo que
6331 a gente precisa debater no âmbito do SNPCT, mas eu acho que precisa ser uma
6332 iniciativa do comitê, que são os protocolos para algumas atuações no sistema
6333 prisional. Ainda que exista o Pacto Federativo e que os estados tenham autonomia
6334 para criar seus próprios protocolos, eu acho que a gente sedimentar diretrizes não
6335 seria algo inútil. Como a Vivi trouxe, transferir uma pessoa mais de 12 horas em
6336 uma viatura que não dá para sentar. Aliás, isso nem podia ser usado mais. O Código
6337 de Trânsito Brasileiro nem permite isso. A gente carrega a menina na bunda do
6338 carro, mas a gente carrega pessoas adultas sem nenhum problema ou
6339 constrangimento. Então, isso é uma questão. Acho que a segunda questão trata
6340 também do... ainda que manter preso ou não, não seja uma atribuição do executivo,
6341 eu acho que o executivo precisa começar a ter uma atitude de pautar o judiciário
6342 nas suas responsabilidades. Então, quando um juiz decide por manter uma mulher
6343 presa provisoriamente e o único lugar possível dela ficar é uma cadeia masculina,
6344 o diretor da cadeia não tem a possibilidade de soltá-la, o secretário não tem a
6345 possibilidade de soltá-la, mas ele tem a possibilidade de informar ao juiz a
6346 responsabilidade que ele está assumindo quando toma essa decisão, porque é
6347 muito pesado sempre ficar na conta, porque no final das contas, quando der muito
6348 errado, vai ficar na conta do executivo em primeiro lugar. Então, a gente tem que
6349 começar... e aí, falando para quem está na função do Poder Executivo, a gente tem
6350 que começar a ser um pouco mais duro com o judiciário e com o Ministério Público,
6351 porque é muito fácil, não é, se quem vai pagar a conta não é você, você deixa correr
6352 mesmo e aí não deu tempo de dar a decisão, caça a liminar e por aí vai, porque não
6353 é você que vai responder. E, se acontecer alguma coisa de muito errado com essa
6354 mulher, vai começar a responsabilização do diretor daquela unidade e ele vai
6355 responder criminalmente por isso, pode ser que não dê nada? Pode ser. Mas a

6356 gente sabe que responder um processo criminal não é agradável, não é legal, não
6357 é bacana. Então, acho que a gente precisa começar a pensar em protocolos em
6358 relação específicos mesmo, que deem diretrizes, se vai transferir, o que tem que
6359 fazer quando transferir? Como tem que ser esse transporte? Quando vai avisar a
6360 família? Quem é o responsável por avisar essa família? Como que isso vai se dar?
6361 Porque a gente tem colocado fé no bom senso das pessoas, mas acho que está
6362 muito explícito que ele não é suficiente. Então, acho que a gente precisa atuar nesse
6363 sentido enquanto colegiado.

6364 **Interlocutora Não Identificada** – Eu vou só finalizar as minhas pontuações. Como
6365 perita do mecanismo, eu recebi já isso em forma de denúncia. Então, toda a
6366 sociedade civil, a pastoral carcerária, todas essas entidades, mais a defensoria, já
6367 me trouxeram umas robustas comprovações do fato. Então, o fato já existe.
6368 Segundo, a análise da juíza do caso já entendeu como ilegal o procedimento e
6369 muitas das vezes, a gente não precisa nem de protocolos, realmente é só seguir a
6370 lei. Então, ações que são legais são as ações que seguem a lei. Situações que
6371 talvez exijam mais apontamentos podem vir em regulamentos, em decretos, em
6372 protocolos. Mas, se já seguisse a lei, a ação já teria sido válida. Então, no caso, a
6373 orientação que eu faço, pela gravidade do que foi trazido e pela situação que
6374 continua escalonando, não foi só as mulheres transferidas naquela data. Toda uma
6375 região foi afetada pelo fechamento de uma unidade feminina, pela custódia de
6376 mulheres em outras unidades que são masculinas e pela transferência que dura
6377 mais de 12 horas e muitas em viaturas, pela SAP, mas sem um controle, e familiares
6378 desesperados porque não tem notícia. Então, como eu falei, a situação perdura de
6379 julho. Eu acho que tudo que pudesse já ser verificado e reduzido e minimizado já
6380 poderia ter sido feito. Agora, a gente precisa de ações, inclusive, com notificação do
6381 GMF, por que o GMF não aconteceu que é responsável ali em um tribunal de justiça
6382 que suspende uma decisão de ilegalidade de fato? Não é uma ilegalidade que ainda
6383 existe alguma discussão. Outras ações, elas têm que ser feitas paralelas. Então,
6384 essa é a minha compreensão do fato, mas a decisão é do comitê, claro, meu papel
6385 aqui é de intermediação nessa situação.

6386 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6387 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada. A Maria Clara, depois a Jaque, mas eu ia pedir
6388 realmente para que a gente fizesse encaminhamentos já no final, porque a gente
6389 tem pouquíssimo tempo e mais uma pauta.

6390 **Sra. Maria Clara D'Ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
6391 **Organizações Populares – GAJOP)** – Eu vou tentar ser breve. Eu tenho
6392 encaminhamentos. Eu acho que desde já concordo com a Viviane sobre, pelo
6393 menos, no mínimo, a gente ter uma comunicação com o CNJ e com o TJ do
6394 Maranhão a esse respeito, além da Secretaria Estadual de Administração
6395 Penitenciária. Não sei se é exatamente o nome. Porque, pelo que eu pude observar,
6396 e diante da liminar que já foi dada, é isso, as transferências em si já foram ilegais e
6397 mais que isso é, de fato, uma transferência que é feita diante da constatação de que
6398 não seria possível a permanência dessas mulheres lá e como é que, só agora, está-
6399 se pensando em conversar com as mulheres depois? Como é que essa conversa
6400 foi feita depois de visualizar quem estava tendo visita, quem tinha interesse até de
6401 ser transferido ou não? Como é que, acho que alguém, não sei se foi da pastoral,
6402 enfim, falou que tem uma outra unidade próximo ao local que não seria tão distante,
6403 se não me engano, Carolina, que seria próxima à Imperatriz. Ela falou que daí
6404 implicaria também uma outra transferência.

6405 **Interlocutora Não Identificada** – Não, no caso, é porque é o seguinte. Antes da
6406 transferência dessas 43 mulheres, foi feita a tentativa pela Secretaria de Estado de
6407 Administração Penitenciária em assumir algum prédio público, fazer adequação e
6408 alocar essas mulheres. Fazer adequação para que, de fato, fosse um ambiente
6409 minimamente adequado para custódia delas. Como não foi possível, se não me
6410 engano, em relação à escola, a SEDUC, de lá, negou, aí não havia outro espaço,
6411 fizeram a transferência. E aí existe um plano de fazer, posteriormente, a
6412 transformação dessa unidade Carolina em uma unidade feminina, mas demanda
6413 um tempo.

6414 **Sra. Maria Clara D'Ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
6415 **Organizações Populares – GAJOP) –** O que eu vi é que até as soluções a longo
6416 prazo estão sem prazo. Exatamente isso, a longo prazo, sem prazo. A propósito de
6417 regionalização, não tem imediato uma coisa concreta, pelo que eu entendi não tem
6418 nada próximo. Tem mulheres que, imediatamente, estão em uma situação de
6419 violação. Para além da violação que já aconteceu, que foi esse trajeto longuíssimo,
6420 sem acesso à alimentação, à água. É, parece que 12, pelo menos, estavam com
6421 visitas.

6422 **Interlocutora Não Identificada –** Se me permite uma parte. Eu acho que sobre
6423 essas questões mais pontuais, de prazo para a elaboração desse plano, a gente
6424 pode chamar a SEAP Maranhão para prestar alguns esclarecimentos aqui.

6425 **Sra. Maria Clara D'Ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
6426 **Organizações Populares – GAJOP) –** Eu acho que deve. Eu acho que é
6427 necessário. Eu acho que a gente precisa começar a ter atenção nessa
6428 responsabilização por omissão, porque depois que acontece, é muito complicado a
6429 gente ter que ficar atuando no pós. Estamos com essa situação dessas
6430 transferências, tentando solucionar uma questão de uma violação anterior, enfim,
6431 sem ter tido nenhum tipo de cuidado. E, às vezes, a gente fala sobre necessidade
6432 de humanização, enfim, a gente está falando sobre mulheres que estão em situação
6433 de privação de liberdade, são poucas que têm visitas, quando tem, a gente retira do
6434 local próximo. Então, eu só acho assim, que a gente precisa tomar algumas atitudes
6435 mais imediatas, porque a situação ocorreu em julho, pelo que eu entendi, então, já
6436 tem dois meses aí. Eu acho que falar com elas é urgente, mas seria para outubro e
6437 depois de falar, o que vai ser feito também? Então, eu acho que precisa de ações
6438 mais imediatas. A notificação é da Secretaria de Administração Penitenciária, a
6439 notificação do TJ e do CNJ, imediatamente. Eu acho que é necessário, pelo menos
6440 no que compete a nós, do comitê. E isso não isentando as outras responsabilidades
6441 que, enfim, a SENAPPEN vai adotar ou a Secretaria Estadual vai adotar. Mas eu
6442 acho que nós, enquanto comitê, também não podemos estar diante dessas
6443 violações que foram apontadas e também não tomar essa atitude mais imediata.

6444 **Interlocutora Não Identificada** – Então, eu acho que... se me permite, eu acho que
6445 a gente pode fazer esses dois encaminhamentos. Primeiro, a escuta dessas
6446 mulheres é importante e acho que... oi? E elas não podem ser mais escutadas?

6447 **Interlocutora Não Identificada** – Já está constatado.

6448 **Interlocutora Não Identificada** – Isso não significa que eu estou, que nós não
6449 vamos fazer, mas eu acho que nós precisamos ouvir essas mulheres também em
6450 relação às suas condições hoje.

6451 **Sra. Viviane Martins Ribeiro** - Perdão, ele já ouviu todas. Ele ouviu antes,
6452 acompanhando os casos, ouviu depois e já entrou com ação civil, esse momento
6453 da escuta já foi feito pela Secretaria também. O que a gente precisa agora é de
6454 providências. É isso que o comitê agora está recebendo. Já foram ouvidas, já foi
6455 relatado, já está no processo na ação civil pública, já tem uma comunicação para o
6456 mecanismo, então, já existe uma situação posta. O que está difícil agora é, porque
6457 da forma como foi feita, a solução é difícil, mas ela tem que ser imediata.

6458 **Interlocutora Não Identificada** – Então, para trazermos... Eu discordo
6459 veementemente de você, Viviane. Eu acho que essas pessoas precisam ser
6460 escutadas sempre. Então... Não, existem momentos por diferentes atores. Eu não
6461 escutei essas mulheres e eu gostaria de ouvi-las agora em relação... e também
6462 precisamos verificar junto à Secretaria de Administração Prisional esse mapa de
6463 regionalização, o que está se pensando uma vez que houve uma concessão de uma
6464 liminar, o Tribunal de Justiça sustou essa liminar, mas existe uma situação que
6465 precisa ser minimamente resolvida.

6466 **Interlocutora Não Identificada** – Acho que, inclusive, eu concordo até com a Nana
6467 quando ela fala que realmente o que é de competência do judiciário é judiciário, mas
6468 eu acho que o governo do Estado tomar conhecimento que tem diversas mulheres
6469 que estão sem sentença, acho que foi falado. Tem várias medidas que poderiam...
6470 tem mulheres que estavam sem sentença, pelo que eu entendi. É... Eu acho que
6471 nem..

6472 **Interlocutora Não Identificada** – Eu acho que não atingiriam muitas mulheres,
6473 porque apenas 34 delas tinham filhos. Tinham ou não têm filhos.

6474 **Interlocutora Não Identificada** – Dessas 43. Mas é um número...

6475 **Interlocutor Não Identificado** – Jéssica, se me permite, independentemente de ter
6476 filho ou não, a Constituição garante a liberdade provisória.

6477 **Interlocutora Não Identificada** – Do habeas corpus coletivo, para mulheres com
6478 filhos menores que sejam dependentes.

6479 **Interlocutor Não Identificado** – Não, sim. Eu digo assim, independente da questão
6480 de filho que pode ser...

6481 **Interlocutora Não Identificada** – Não, sim. No caso aqui, a gente estava tratando
6482 especificamente desse habeas corpus e, no caso dele, abrange só mulheres com
6483 filhos menores. Não é isso?

6484 **Sra. Maria Clara D'Ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
6485 **Organizações Populares – GAJOP)** – Também. Mas, independentemente de ter
6486 filhos, acho que qualquer pessoa que esteja sem sentença, a pessoa que está
6487 respondendo o processo provisoriamente, tem direito à liberdade provisória, a não
6488 ser que justifiquem, estejam presentes os requisitos da prisão. E eu acho que é
6489 ainda mais agravado o cenário quando não tem, concretamente, um
6490 estabelecimento de privação de liberdade adequado. Se esse estabelecimento está
6491 implicando a violação de direitos, é o entendimento, inclusive, das normas
6492 internacionais, que se prioriza a liberdade do que é implicar a pessoa em ser
6493 mantida em uma situação de violação de direitos. E eu acho que isso, no mínimo, é
6494 o papel do Estado recomendar que isso seja feito, ao invés de fazer uma
6495 transferência que, manifestamente, é ilegal. Essa é a nossa preocupação.

6496 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6497 **e Cidadania – ITTC)** – Maria Clara, eu só ia pedir para você ir concluindo e para a
6498 gente fazer os encaminhamentos aqui.

6499 **Sra. Maria Clara D'Ávila Almeida (Titular - Gabinete De Assessoria Jurídica Às**
6500 **Organizações Populares – GAJOP)** – Já concluí, já tinha colocado o
6501 encaminhamento, mas é porque várias pessoas interromperam no momento da
6502 minha fala e se gerou um debate.

6503 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6504 **e Cidadania – ITTC)** – Não, não, não, não tem problema. Pode continuar, pode
6505 continuar.

6506 **Sra. Jaqueline Aparecida Silva Alves Correa (Titular - Rede de Proteção e**
6507 **Resistência Contra o Genocídio)** – Bem, primeiro, quando a gente começa uma
6508 discussão que se assume que essas mulheres estavam em um local que não é
6509 adequado e a gente assume que não tinha outro estabelecimento que pudesse
6510 recebê-las, já está assumindo uma ineficiência do Estado para o cumprimento
6511 adequado, não tem o que se discutir mais. Para mim, causa muito estranhamento
6512 quando você fala que você precisa impedir uma violação de direitos e, para isso,
6513 você pratica outra violação de direitos, não tem o menor cabimento. Você não
6514 enfrenta violações de direitos com violações de direitos, é uma conta que não fecha,
6515 ela não tem lógica, ela não caminha para o enfrentamento, ela simplesmente
6516 perpetua a situação de violação. Então, assim, eu acho que é inaceitável violar
6517 direito sob a justificativa de impedir uma violação de direito. Eu acho que é absurdo.
6518 Não consigo ver nenhuma outra alternativa que não seja se já tem elementos, já
6519 tem prova, já tem o próprio Estado dizendo esse estabelecimento não é adequado,
6520 não tem outro estabelecimento aqui, procurei, não tem outra alternativa que não
6521 seja essas mulheres serem colocadas em liberdade. É uma questão que é jurídica,
6522 é uma questão que é humana e é a única possibilidade possível e plausível diante
6523 de uma situação dessa. Eu acho que não tem como criar meio termo nenhum.
6524 Entendo que, além dos instrumentos internacionais que já foram colocados aqui,
6525 nós temos, inclusive, instrumentos nacionais, inclusive, que levam uma situação
6526 como essa para um único caminho, que seja a liberdade e outras medidas que não
6527 sejam manutenção de violação e que não tem nada que sustente violação com
6528 violação. Eu, inclusive, perguntei aqui se o comitê enquanto comitê pode atuar

6529 juridicamente em qualquer questão. Inclusive, parabenizar aqui também o trabalho
6530 da Defensoria Pública. Eu acho que não tem condição também de perpetuar
6531 esperando esse instrumento normativo. Inclusive, tiver as outras organizações para
6532 entrar, inclusive, como âmbitos nesse processo aí para forçar a única solução
6533 possível, que é a liberdade dessas mulheres. E o Estado assumiu a sua ineficiência,
6534 você não tem nem fato controverso para discutir nesse processo, é isso.

6535 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6536 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Jaque. A Patrícia vai falar e depois vou propor os
6537 encaminhamentos que foram feitos por todo mundo.

6538 **Sra. Patrícia** - Então, a minha fala vai ser breve, mas assim, acho importante, o
6539 CNJ está fazendo mutirão nacional, que, inclusive, inclui presos provisórios. Então,
6540 acho que o encaminhamento, a gente pegar o nome dessas pessoas, dessas
6541 mulheres, e encaminhar para o CNJ para ser incluído no mutirão, porque o CNJ
6542 está, nesse momento, fazendo mutirão, fez mutirão em todo o Brasil e está
6543 finalizando o relatório. Então, acho que esse é um encaminhamento que dá para o
6544 comitê nacional fazer e é uma coisa que vai ser olhada pelo próprio CNJ.

6545 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6546 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Patrícia. Então, são três encaminhamentos que
6547 eu anotei aqui. Se eu não tiver anotado todos, vocês me complementam. Um deles
6548 é a notificação para o TJ, para a Secretaria de Administração Penitenciária do
6549 Maranhão, não sei se chama a Secretaria de Administração Penitenciária, se tem
6550 um nome específico, para o CNJ, para fazer cumprir uma notificação, então, para
6551 fazer cumprir a decisão de eliminar da ação civil pública. Outro encaminhamento
6552 que eu estou propondo aqui é oficial a Secretaria de Administração Penitenciária
6553 para entender o que eles pretendem fazer, então, com essas mulheres que foram
6554 transferidas, então, qual é o plano agora de ação da secretaria. E o terceiro
6555 encaminhamento é esse proposto pela Patrícia, para que faça esse levantamento
6556 dos nomes dessas mulheres, para que o comitê encaminhe um ofício para o CNJ,
6557 para que elas sejam incluídas na lista das pessoas que estão sendo contempladas

6558 pelo mutirão feito pelo CNJ. Tem mais algum encaminhamento de alguém aqui que
6559 eu não tenha contemplado?

6560 **Interlocutora Não Identificada** – Desculpa. Tem uma audiência pública que ela
6561 aconteceria no dia 19 de outubro, que a defensoria, ela entende que não está dentro
6562 da suspensão e que seria uma oportunidade dos familiares e dessas entidades
6563 poderem mostrar a necessidade e o que está acontecendo no interior do Maranhão.
6564 Então, que o comitê reforce que seja oportunizado, que foi uma alternativa dada
6565 pela juíza, e que aconteça dentro da Assembleia Legislativa essa audiência pública
6566 no dia 19.

6567 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6568 **e Cidadania – ITTC)** – Mas por que ela não vai acontecer mais?

6569 **Interlocutora Não Identificada** – O que acontece? É o entendimento de que o
6570 tribunal permita que essa audiência aconteça, então, que não entenda que está
6571 dentro dessa suspensão.

6572 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6573 **e Cidadania – ITTC)** – Está bem, então, seria também um ofício para o Tribunal de
6574 Justiça para que a audiência pública do dia 19, 19 de outubro, continue a acontecer
6575 a despeito da suspensão.

6576 **Interlocutora Não Identificada** – Exatamente.

6577 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6578 **e Cidadania – ITTC)** – Você conseguiu anotar?

6579 **Interlocutor Não Identificado** – Sofia?

6580 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6581 **e Cidadania – ITTC)** – Oi.

6582 **Interlocutor Não Identificado** – Posso, rapidamente? Eu estou aqui no site do
6583 UMF, do tribunal do Maranhão, e tem bastante dado até. Diz que os mutirões

6584 aconteceriam até 25 de agosto, Teoricamente, acabou a data, mas acho que vale o
6585 ofício. Mas chama muito a atenção que não tem um dado sobre mulheres presas
6586 no Estado. Os dados são todos masculinos, presos. Então, nesse diálogo com o
6587 GMF, também para fazer com que essa UMF publique dados sobre as mulheres
6588 presas no Estado e das unidades que sejam mistas, femininas, para visibilizar essa
6589 situação, porque parece que não existem mulheres presas. Então, para incluir essa
6590 situação também de desagregar os dados em relação a gênero, para o GMF incidir
6591 nisso também.

6592 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6593 **e Cidadania – ITTC)** – Está bem. Mas quer propor mais diretamente?

6594 **Interlocutor Não Identificado** – Vocês estão... Tem uma proposta de diálogo com
6595 o judiciário e a SEAP. Então, para que a Secretaria de Administração Penitenciária
6596 e o judiciário local publiquem dados da quantidade de mulheres presas no Estado
6597 e de unidades voltadas para mulheres, para esse dado está visível para a gente.

6598 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6599 **e Cidadania – ITTC)** – De todas as mulheres?

6600 **Interlocutor Não Identificado** – Todas as mulheres.

6601 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6602 **e Cidadania – ITTC)** – No SENAPPEN? No SENAPPEN deve ter o...

6603 **Interlocutor Não Identificado** – Eu estou no dado da UMF do Maranhão. Estou
6604 aqui no site deles, tem dados de junho de 2023, não tem dado de mulheres presas.
6605 Não, do UMF do TJ.

6606 **Interlocutor Não Identificado** – Do TJ, tem só de pessoas presas em geral, não
6607 é?

6608 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6609 **e Cidadania – ITTC)** – Bom, então, um dos encaminhamentos seria, então, para a

6610 gente oficial também o TJ do Estado para que publique esses dados sobre
6611 mulheres. Então, eu queria colocar aqui para uma votação rápida só para a gente
6612 aprovar esses encaminhamentos e passar para o último ponto da pauta. Então, os
6613 encaminhamentos são, enviar essa notificação para o TJ, Secretaria de
6614 Administração Penitenciária, CNJ para fazer cumprir a decisão da liminar, oficial o
6615 CNJ para incluir o nome dessas mulheres no mutirão, oficial a Secretaria para saber
6616 o que vai acontecer agora com essas mulheres que foram transferidas e também
6617 oficial o TJ para que publique dados sobre as mulheres que estão presas no Estado
6618 do Maranhão.

6619 **Interlocutor Não Identificado** – Pelo adiantado da hora, não pode ser aquele
6620 esquema de se ninguém tiver de forma contrária e a gente aceita? Porque, se não
6621 [ininteligível], entenderia que ela não teria, talvez, a atribuição criminal. Exato. E a
6622 reflexão que eu trago também, Viviane, assim, independente... claro, o ideal seria
6623 uma audiência pública no bojo da CP. Agora, uma audiência pública pode ser
6624 realizada pela Defensoria Pública, pelos demais atores, está certo?

6625 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6626 **e Cidadania – ITTC)** – Bom, então, alguém aqui está contrário a esses
6627 encaminhamentos que foram feitos? Acho que não. Então, a gente pode passar
6628 para o... assim, teoricamente, teria mais um ponto da pauta que a gente não
6629 conseguiu tratar e a gente não vai conseguir tratar por hora, que seria a
6630 apresentação do plano de ação para a criação dos comitês e mecanismos
6631 estaduais, que eu proponho passar para a próxima reunião ordinária. E aí tem o
6632 último ponto, que o Ricardo já está aqui, e também, enfim, acho que seria das
6633 denúncias de violação de coleta de material genético.

6634 **Sr. Mateus Oliveira Moro (Suplente - Associação Nacional Das Defensoras E**
6635 **Defensores Públicos – ANADEP)** – Não, era mais para... Acho que o pessoal do
6636 Maranhão está on-line ainda. Enfim, para agradecer e falar que a gente continua à
6637 disposição. Enfim, algo nesse sentido aí.

6638 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6639 **e Cidadania – ITTC)** – Então, eu queria agradecer a todo mundo que participou
6640 aqui da reunião do Maranhão e que, enfim, fez das minhas palavras as do Mateus.
6641 E vou passar rapidamente para a Dácia, que ela tem que ir embora e queria fazer
6642 um informe sobre a Mauricleia.

6643 **Sr. Dácia Cristina Teles Costa (CFESS)** - Isso, isso. A representação do CFESS
6644 tem como titular a Mauricleia Soares, que está internada já vai fazer um mês, por
6645 isso a ausência dela hoje aqui. Em razão da condição dela de saúde, a gente está
6646 nesse momento negociando a vinda de uma outra profissional da categoria para
6647 que possa assumir aqui a representação junto comigo, aí por isso eu queria deixar
6648 só registrado, porque... e algumas pessoas talvez não soubessem, não é, é isso. E
6649 como os meus horários de voos estavam muito ruins, eu peguei um que eu tenho
6650 que sair agora às 17h30. Tchau, tchau. Até mês de novembro, não é?

6651 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6652 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Dácia. Espero que a Mauricleia possa voltar para
6653 as nossas reuniões e que essa alternância seja bastante provisória e que ela faz
6654 bastante falta aqui nas nossas reuniões. Não só pela contribuição, mas a gente se
6655 diverte muito com ela também. Obrigada. Eu vou passar agora a palavra para o
6656 Ricardo. E, enfim, a palavra está com você e aí fique à vontade.

6657 **Sr. Ricardo** – Está legal. Boa tarde, pessoal. Vocês estão me escutando bem?

6658 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6659 **e Cidadania – ITTC)** – Sim.

6660 **Sr. Ricardo** – Certo. Bom, eu sou só me apresentando aqui rapidinho e antecipando
6661 que a minha fala vai ser bastante breve, porque eu queria só chamar a atenção para
6662 uma questão. Bom, eu sou sociólogo e pesquisador, vinculado à Universidade
6663 Estadual de Campinas e ao Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de
6664 São Paulo. E eu venho trabalhando há alguns anos, há dois anos e meio mais
6665 especificamente, em uma pesquisa de pós-doutorado a respeito dos bancos de

6666 DNA para investigação criminal no Brasil, ou seja, a utilização de bases de dados
6667 genéticos para o auxílio aos procedimentos de identificação e investigação criminal
6668 conduzidos pelos departamentos e pelas superintendências de polícia técnico-
6669 científica. Então, antes de mais nada, eu quero agradecer ao comitê pelo convite
6670 em participar dessa reunião e colocar aqui o objetivo principal aqui da minha fala é
6671 chamar a atenção do comitê para a política de identificação genética de pessoas
6672 presas e mais especificamente para a importância de um levantamento de
6673 informações sobre as formas pelas quais as coletas de material biológico e as
6674 coletas de DNA têm sido realizadas nas unidades prisionais do país. Eu queria
6675 ressaltar que existem poucas informações sobre como essas coletas têm sido feitas.
6676 Eu tenho procurado levantar algumas dessas informações com todas as
6677 dificuldades de acesso à pesquisa no sistema prisional brasileiro e eu gostaria de
6678 ressaltar a importância de uma maior transparência e visibilidade sobre como têm
6679 sido feitas essas coletas, sobre possíveis consequências à recusa de presos em
6680 fornecer o seu material biológico e quais os critérios têm sido utilizados para a
6681 definição da população a ser inserida nos bancos de DNA. Então, para quem não
6682 tem conhecimento sobre a política de identificação genética, eu explico bem
6683 brevemente. Em 2012, foi aprovada a Lei Federal 12.654 determinando a coleta
6684 obrigatória de material genético de pessoas condenadas a determinados crimes no
6685 Brasil. Essa lei vai ser alterada em 2019 pela Lei 13.964, no âmbito do chamado
6686 pacote anticrime, que altera a lei de execução penal e determina a coleta obrigatória
6687 de amostra de DNA nos casos, eu cito a lei: “De condenados por crime doloso
6688 praticado com violência grave contra a pessoa, bem como por crime contra a vida,
6689 contra a liberdade sexual ou por crime sexual contra a vulnerável, ou ainda, nos
6690 casos de pessoas ainda não condenadas, quando solicitado por autoridade judicial.”
6691 Daí, uma primeira questão que aparece é o que significa exatamente crime doloso
6692 praticado com violência grave contra a pessoa? O que é violência grave contra a
6693 pessoa? São os juízes que estão definindo o que é violência grave contra a pessoa
6694 para a determinação da coleta de DNA ou são as administrações penitenciárias?
6695 Isso é uma questão. De todo modo, em 2013, é instituído, por meio de um decreto
6696 da Presidência da República, o Banco Nacional de Perfis Genéticos com o objetivo

6697 de armazenar e de comparar a amostra de DNA de pessoas condenadas ou
6698 acusadas com as amostras genéticas obtidas a partir de vestígios biológicos
6699 encontrados pela polícia científica, pela perícia criminal, em locais e/ou em vítimas
6700 de crimes, então, o propósito é buscar uma possível correspondência entre perfis
6701 de DNA de condenados e aqueles encontrados em cenas de crime e auxiliar assim,
6702 os procedimentos de investigação criminal. Cada unidade da federação, cada
6703 Estado, possui o seu próprio banco de DNA e os dados genéticos obtidos pelos
6704 Estados são enviados sistematicamente ao Banco Nacional de Perfis Genéticos que
6705 integra e que centraliza esses dados de todos os Estados. E, a partir de 2018, a
6706 Secretaria Nacional de Segurança Pública inicia um projeto de fortalecimento das
6707 campanhas de coleta de DNA nos presídios. O resultado dessa campanha vai ser
6708 uma expansão rápida da quantidade de perfis genéticos armazenados no Banco
6709 Nacional. Os últimos dados publicados pela SENASP, referentes a maio de 2023,
6710 indicam um total de 191.723 perfis de DNA armazenados no Banco Nacional de
6711 Perfis Genéticos, sendo cerca de 75% desses perfis provenientes de pessoas
6712 presas condenadas, ou seja, coletadas nas unidades prisionais. Então, eu sublinho
6713 a preponderância expressiva dos perfis de DNA de pessoas presas nas bases de
6714 dados e as poucas informações sobre como esses perfis têm sido obtidos e
6715 principalmente na perspectiva das pessoas presas. Então, o meu objetivo é
6716 ressaltar a importância de um levantamento de informações a respeito dessas
6717 coletas nas unidades prisionais. Para isso, eu me coloco totalmente à disposição
6718 para contribuir, seja ajudando a formular questões a serem levadas aos órgãos
6719 competentes, seja contribuindo com a análise dessas informações. E aí, eu sublinho
6720 mais uma vez a importância de se levantar essas informações junto com as pessoas
6721 presas que tiveram seu DNA coletado. É importante que sejam levantados
6722 depoimentos das pessoas presas sobre os procedimentos de coleta, sobre
6723 possíveis consequências que têm sido aplicadas à recusa ao fornecimento de
6724 material biológico, quem realizou as coletas, mais uma série de informações que
6725 tocam em questões sensíveis relacionadas aos direitos fundamentais das pessoas
6726 presas, a regras elementares internacionais de bioética, a intimidade genética e a
6727 própria integridade física das pessoas presas. Então, é isso. Eu agradeço pelo

6728 espaço. Espero que a gente possa desdobrar essa contribuição aqui em um
6729 levantamento mais sistemático, mais transparente de informação. Obrigado.

6730 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6731 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Ricardo. Eu queria agradecer a sua presença e
6732 por ter trazido esse tema que acho que é tão importante que a gente não tem tratado
6733 dentre tantos temas, eu acho que a gente não tem tratado esse especificamente e
6734 que é super-relevante a forma como isso tem sido feito e se isso tem sido feito de
6735 uma forma que representa mais um tipo de tortura ou um tipo de castigo ou de
6736 violação para essas pessoas, por exemplo, que se negam a darem os seus
6737 materiais genéticos e lembrando que elas não são obrigadas, mas em uma situação
6738 que você está de coerção ali, que você está coagido a fazer aquilo, muitas vezes
6739 você se sente obrigado naquele ambiente que você não tem muita possibilidade de
6740 escolha dentro do que te foi oferecido. Eu vou passar aqui para os membros do
6741 pleno para que possam fazer contribuições e que a gente possa, talvez, propor
6742 encaminhamentos e acho que faz sentido essa construção que seja conjunta no
6743 sentido até de pensar em questões etc., que façam mais sentido talvez por ser um
6744 tema que eu, por exemplo, não estou muito aprofundada nesse tema e talvez você
6745 possa contribuir no sentido de propor questões mais propositivas, daquelas as quais
6746 a gente pode encaminhar e oficiar para os órgãos oficiais para entender melhor
6747 sobre esse tema. Vou passar para o Mateus.

6748 **Sr. Mateus Oliveira Moro (Suplente - Associação Nacional Das Defensoras E**
6749 **Defensores Públicos – ANADEP)** – Boa tarde. Caro demais, na linha da Sofia,
6750 agradeço a contribuição, também acho importante eventuais, não sei se você tem
6751 dificuldade, por exemplo, de obter dados de secretarias, de departamentos,
6752 ministérios, etc., então, seria importante ouvir também em relação a isso. Duas
6753 contribuições bem rápidas aqui. Fiquei assustado com esse número que você
6754 passou de 191 mil, parece filme do Tio Sam. triste. E aí, até, lembrando aqui dos
6755 meus arquivos, eu fiz uma inspeção em um docente de presídio de São Paulo, que
6756 foi o presídio de Iaras, no interior, que é um presídio aí de crime sexual. No início
6757 da inspeção, a própria direção falou com orgulho: olha, doutor, que legal, na semana

6758 retrasada, nós levantamos o perfil genético de todas as pessoas presas em laras,
6759 não vou lembrar de cabeça aqui, mas sei lá, umas 1.500. Só que, assim, é um dado
6760 que eu tenho isolado. Eu não sei se no estado de São Paulo ocorreu isso, em outros
6761 lugares, no Brasil está ocorrendo da mesma forma. E aí, a gente fez uma conversa
6762 inicial rápida ali com a direção e, enfim, percorreu ali, durante algumas horas, os
6763 locais de aprisionamento. Falamos com algumas pessoas e nenhuma delas foi
6764 entrada no sentido de que ela não era obrigada a fazer prova contra si mesma, o
6765 silêncio, enfim, as garantias constitucionais. Então, é só um fato isolado, mas que
6766 pode ter uma representatividade maior, seja em São Paulo, seja em outros estados.
6767 E, na época, eu estava também participando da Comissão Criminal do CONDEGE,
6768 acho que foi em 2000, e o pacote anticrime, deixa eu pensar, Sergio Malvadeza,
6769 estava em 2019 no Ministério. Então, em 2019, houve até uma nota técnica do
6770 CONDEGE que eu ajudei a construir e, me salvo engano, mesmo antes do chamado
6771 pacote anticrime, acho que existe um recurso extraordinário no STF e o voto de
6772 alguns ministros foram no sentido de ser, enfim, constitucional, violaria a garantia
6773 de não fazer prova contra si mesma. Então, acho que, enfim, só para contribuir com
6774 essas reflexões, eventualmente a gente, enquanto comitê, pode officiar algum órgão
6775 e tal, para obter informações. Obrigado.

6776 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6777 **e Cidadania – ITTC)** – Vou passar para a Zenaide.

6778 **Sra. Zenaide Cavalcanti De Medeiros Kelbeis (Suplente - Conselho Federal De**
6779 **Enfermagem – CONFEN)** – Só para informar, se for feito uma coleta de DNA que
6780 machuque o paciente, então, isso aí já é tortura. Então, tem três modos de fazer.
6781 Pegando o bulbo do cabelo, embaixo da unha, fazer a coleta embaixo da unha ou
6782 com suave, que é com saliva. Isso aí não machuca ninguém, pode acreditar. Bom,
6783 pelo menos todo mundo... não, entenda. Em caso normal. Todo mundo fez aqui
6784 exame de COVID e todo mundo não se machucou. Então, só nesses casos. Se tiver
6785 algum tipo de violência, sim, vai machucar, mas salvo o contrário, não. E são esses
6786 três métodos que se usam para fazer coleta de DNA, quer dizer, nesse caso.

6787 **Sr. Mateus Oliveira Moro (Suplente - Associação Nacional Das Defensoras E**
6788 **Defensores Públicos – ANADEP)** – Eu acho que, no caso de laras, era pela saliva
6789 que eles disseram.

6790 **Interlocutora Não Identificada** – Então, assim, do meu lugar, isso começou pelo
6791 Rio de Janeiro. Tudo começa pelo Rio de Janeiro, tem umas coisas que... E, assim,
6792 qual foi a defensoria do Rio de Janeiro ficou sabendo, porque, assim, não tinha
6793 informação de que a pessoa privada de liberdade poderia dizer que não concordava.
6794 Só tinha orientação. Você precisa colher o material. E começou pelo Plácido de Sá
6795 Carvalho, no Rio de Janeiro. Depois foi para o Evaristo de Moraes. E aí depois foi
6796 para as outras unidades. Inclusive, a defensoria do Rio de Janeiro, o NUSPEN,
6797 acompanhou de perto essa coleta. E aí começou a orientar as pessoas privadas de
6798 liberdade que elas poderiam dizer que não e tem uma CP também da defensoria no
6799 Rio de Janeiro sobre isso.

6800 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6801 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada. Alguém mais aqui quer falar alguma coisa sobre
6802 esse tema? Ricardo, você quer falar alguma coisa?

6803 **Sr. Ricardo** - Eu queria só comentar rapidinho, porque eu acho que a regra, pelas
6804 informações também que eu tenho junto da Defensoria Pública de São Paulo, é que
6805 a regra tem sido essa. As pessoas presas não têm sido informadas sobre a
6806 possibilidade de recusa. E eu acho que a questão é... Os procedimentos
6807 operacionais padrão são esses mesmos, de coleta de saliva. Eu acho que a questão
6808 principal, a gente está atento, é nos casos de recusa, o que está sendo feito? Quais
6809 são as possíveis consequências que podem estar sendo aplicadas a esses presos?
6810 E o que está sendo feito nos casos das pessoas presas que se recusam a fornecer
6811 o seu material biológico? Quer dizer, estão sendo pegadas à força? Estão sendo
6812 aplicado castigo disciplinar a essas pessoas? Quais são as consequências que têm
6813 sido aplicadas para assegurar essa política? Eu acho que essa é uma questão
6814 importante, porque ela dá margem para uma série de arbitrariedades e atuações
6815 torturantes no interior do sistema prisional.

6816 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6817 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada. Carol?

6818 **Sra. Ana Carolina Bartolamei Ramos (Titular - Associação Juízes Pela**
6819 **Democracia)** – Só um comentário bem rápido. Hein, Ricardo, a gente fez até
6820 evento juntos, participei de um evento com você, acho que tem uns dois anos. Eu
6821 acho que você não está me vendo pelo vídeo, mas aqui é Carol, que eu estou no
6822 Mecanismo Nacional agora.

6823 **Sr. Ricardo** - Oi, Carol, eu não estou te vendo, mas eu lembro, sim.

6824 **Sra. Ana Carolina Bartolamei Ramos (Titular - Associação Juízes Pela**
6825 **Democracia)** – Sim, pois é. Então, só para dizer que, ouvindo aqui você, a gente
6826 vai... você trouxe um ponto de reflexão aqui para a gente. A gente vai pensar aqui
6827 como que incorpora isso um pouco nos nossos instrumentais de inspeção para a
6828 gente tentar produzir algum tipo de dado em relação a isso, ao menos nos locais
6829 que a gente faz as inspeções. Mas aí a gente vai pensar em algumas perguntas que
6830 parecem pertinentes, a gente pode também trocar uma ideia depois. Enfim.

6831 **Sr. Ricardo** - Está ótimo. Sofia, posso só acrescentar uma coisa?

6832 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6833 **e Cidadania – ITTC)** – Pode.

6834 **Sr. Ricardo** - Maravilha, Carol, contem comigo aí no que vocês precisarem para
6835 esse levantamento de informação. Tem mais uma questão sensível, que é quem é
6836 que está decidindo quem que vai ser encaminhado para a coleta? Se os juízes estão
6837 determinando a coleta individualmente, caso a caso, como a gente imagina que
6838 deveria ser, ou se são as administrações penitenciárias que estão encaminhando
6839 os presos para a coleta? Isso eu acho que é importante, porque não cabe às
6840 administrações penitenciárias decidir isso. Então, e assim, no próprio os dados
6841 publicados pela SENASP, a respeito da população geneticamente cadastrada, tem
6842 muito caso ali de crime contra o patrimônio presente nos bancos de DNA. Então,

6843 que não são exatamente previstos pela lei, a coleta de DNA em casos de crimes
6844 contra o patrimônio. Então, fica um pouco misterioso, porque a presença expressiva
6845 de pessoas condenadas por crime contra o patrimônio, e aí isso eu acho que me
6846 parece uma questão importante a ser apurada também.

6847 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6848 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada. Ana Carolina.

6849 **Sra. Ana Carolina Bartolamei Ramos (Titular - Associação Juízes Pela**
6850 **Democracia)** – Eu só queria lembrar que a previsão foi prevista pelo pacote
6851 anticrime e falta grave, não é? Então, tem que aplicar falta grave, você é obrigado
6852 a aplicar, se você não aplica, o tribunal aplica. Falta grave se a pessoa se recusa,
6853 não é? E assim, o que eu tenho visto, pelo menos lá no Paraná, é não tem, é o DPN
6854 que escolhe. Não tem isso. A gente não tem nenhuma determinação judicial, nunca
6855 vi um processo com ordem judicial para pegar e recolher esse material, não é?
6856 Talvez alguma coisa muito específica, mas o que a gente vê é que eles fazem PAD,
6857 não é? E aí, mandam para gente lá na VEP. Então, isso está sendo aplicado, não
6858 é? Porque a lei incluiu e ninguém ainda declarou inconstitucional, não é? Não tem
6859 uma ação nesse sentido, não é? Que deveria ser, não é? E falta grave altera a data
6860 base, não é? É muito prejudicial, não é? É uma coisa que não tem nada pior, eu
6861 acho, do que você voltar a fração inteira, não é, do que você voltar a fração inteira.

6862 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6863 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Ana Carolina. Estava aqui pensando em
6864 encaminhamentos. Talvez a gente pudesse oficializar o TJ, pensando aqui que a
6865 pesquisa do Ricardo está circunscrita ao Estado de São Paulo, não é? Isso poderia
6866 ser para todos os estados, mas a gente, enfim, ele trouxe aqui a demanda do Estado
6867 de São Paulo, mas talvez a gente pudesse oficializar o TJ para saber, por exemplo, o
6868 número de processos administrativos disciplinares que foram feitos, não é?
6869 Justamente com essa justificativa de recusa de coleta de material genético. E eu
6870 acho que esse ofício poderia ser aplicado também para Secretaria de Administração
6871 Penitenciária, para entender, também quantos procedimentos administrativos

6872 disciplinares foram feitos nesse sentido, mas eu proporia também perguntar para
6873 SAP, a gente oficial e perguntar se essas pessoas presas, elas assinam um termo,
6874 não é? Se elas têm que assinar um termo de coleta de material genético, não é?
6875 Então, mas aí a gente pode perguntar, pode pedir para que encaminhe esse termo
6876 para nós, por exemplo, a cópia do termo, o que é esse termo, o que essas pessoas
6877 estão, de fato, assinando e perguntar também se há um monitoramento das
6878 assinaturas, ou seja, se essas pessoas que estão assinando esses termos, se tem
6879 um banco, se está sendo categorizado quem são essas pessoas que estão
6880 assinando esses termos. Perguntar também, enfim, se uma pessoa se recusa a
6881 coletar o material genético, o que acontece? Se ela tem o direito a se recusar a
6882 coletar o material genético? Essas perguntas foram as que me vieram aqui, mas eu
6883 abro o espaço aqui, inclusive pro Ricardo, se quiser também pensar em outra coisa,
6884 para que a gente pense enquanto encaminhamento.

6885 **Sr. Ricardo** - Eu acho que quantas e quais pessoas foram? Porque se a gente
6886 pensar aí de 191 mil, 75% são presas e a maior parte está em São Paulo, não é? A
6887 gente talvez perguntar quantas pessoas e quais foram. Isso. É, talvez eles passem
6888 nada, não é?

6889 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6890 **e Cidadania – ITTC)** – Não, por exemplo, tipo, LGPD, um monte de coisas assim.
6891 Mas, tudo bem, pedir a gente pode, mas eu acho que quantas, porque quais e
6892 ninguém vai passar, porque não é, vão falar que é essa informação, ainda mais de
6893 coleta de material genético.

6894 **Interlocutor Não Identificado** – E eu acho que, assim, para além dos ofícios, uma
6895 coisa que seria fundamental seria ter acesso ao depoimento das pessoas que
6896 concederam o seu material genético para saber como foram esses procedimentos,
6897 porque, de um certo modo, a narrativa institucional a gente já tem, assim, não é?
6898 Existem as normas, os procedimentos operacionais padrão e tal. Agora, a
6899 perspectiva das pessoas que concederam o material genético, isso que tem sido

6900 muito difícil acessar, não é? E aí, talvez o comitê possa ajudar bastante com relação
6901 a isso também.

6902 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6903 **e Cidadania – ITTC)** – No âmbito do comitê, a gente não tem como acessar as
6904 pessoas que estão em privação de liberdade, mas o mecanismo está aqui e faz as
6905 missões, não é, nas unidades prisionais e isso talvez seja um ponto de atenção
6906 também a partir de agora para, enfim, tem um roteiro ali de perguntas que são feitas
6907 para as pessoas em privação de liberdade e, eventualmente, se tiver uma missão
6908 em todos os estados que tiver, que essa possa ser uma pergunta, se eles
6909 entenderem pertinente, que esteja também dentro dessa coleta que a gente possa
6910 fazer para sistematizar esses dados e que isso possa ser passado para você, mas
6911 também para gente, enquanto comitê, para que a gente tome os encaminhamentos
6912 necessários em casos que a gente ia apurar, por exemplo, é que pessoas
6913 específicas foram obrigadas a coletar um material genético sem a sua própria
6914 vontade. Vou passar para Miriam.

6915 **Sra. Miriam Estefânia Dos Santos (Titular - Associação De Amigos E**
6916 **Familiares De Pessoas Em Privação De Liberdade)** – A Ana Carolina falou que
6917 está em um pacote anticrime e até agora ninguém declarou inconstitucional.
6918 Ninguém é obrigado a produzir prova contra si mesmo e as pessoas privadas de
6919 liberdade estão sendo obrigadas a produzir. Não seria o caso de a gente pensar em
6920 alguma coisa, alguma ação para poder?

6921 **Interlocutor Não Identificado** – Enquanto você fala, se me permite, a gente,
6922 enquanto comitê, pode oficiar os legitimados aí da Constituição, todos eles, para
6923 eventual análise de entrar com ADI.

6924 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6925 **e Cidadania – ITTC)** – Está bem, então, você conseguiu notar os
6926 encaminhamentos? Era oficiar a SAP, então, para perguntar quantas pessoas
6927 passaram, enfim, sofreram sanção disciplinar pelos PADs, pelos procedimentos

6928 administrativos disciplinares por terem se recusado a coletar o material genético e
6929 essa mesma pergunta para oficiar o Tribunal de Justiça de São Paulo. E aí para
6930 oficiar a SAP também para perguntar, então, quantas pessoas coletaram o material
6931 genético e aí a gente pode delimitar de quais unidades foram essas coletas de
6932 material genético. Perguntar também se as pessoas recusarem a coletar o material
6933 genético, como é feito, se elas podem se recusar a coletar o material genético ou
6934 não. Se elas assinam algum termo quando elas coletam o material genético e se
6935 elas assinam esse termo, que termo é esse. E aí o Mateus aqui deu a sugestão.

6936 **Sr. Mateus Oliveira Moro (Suplente - Associação Nacional Das Defensoras E**
6937 **Defensores Públicos – ANADEP)** – Acho que talvez não tinha falado mais os
6938 motivos, não é? Acho que o Ricardo está se questionando o roubo aí, então os
6939 motivos da coleta.

6940 **Sr. Ricardo** - Exatamente. Quem é que está definindo os critérios de realização
6941 dessas coletas, não é? Porque tem na lei essa questão da violência grave contra a
6942 pessoa. E tem uma quantidade expressiva de pessoas presas por crime contra o
6943 patrimônio. Esse termo violência grave contra a pessoa, ele me parece um termo
6944 bastante vago. Não sei, se vocês me corrigem se do ponto de vista jurídico eu estiver
6945 errado, mas me parece que ele dá margem à interpretação. E quem que está
6946 fazendo essa interpretação para encaminhamento das pessoas para a coleta de
6947 DNA? Tem uma determinação judicial ou são as administrações penitenciárias que
6948 estão encaminhando as pessoas para a coleta de DNA nos dias de mutirão para a
6949 coleta de DNA? Quem é que está fazendo essa definição? Depois eu posso ajudar
6950 a elaborar bem essa questão, mas eu acho que é uma questão importante, porque
6951 ela toca em questões de discricionariedade da administração penitenciária da
6952 atribuição de poderes e autoridades à administração penitenciária que não lhe
6953 cabem.

6954 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6955 **e Cidadania – ITTC)** – Eu acho que, não, você tem razão nesse termo de que
6956 extrapolar discricionário. A Nana falou ontem de um termo também que era da

6957 ordem... como que era? Ordem pública que cabe tudo também e aí os juízes usam
6958 como eles bem entendem esse termo para decidirem sobre as suas próprias
6959 perspectivas sobre a vida das pessoas.

6960 **Interlocutor Não Identificado** – Eu acho que o que o Ricardo traz, eles devem
6961 estar fazendo aquela interpretação que um roubo é um crime cometido com
6962 violência ou grave ameaça e aí devem estar considerando com base no próprio tipo
6963 legal do roubo.

6964 **Sr. Ricardo** - Pois é, mas a lei desculpa, mas a lei ela não fala de grave ameaça,
6965 ela fala de violência grave, me parece que é só nessa lei que aparece esse termo
6966 violência grave, o que é isso. violência grave? Roubo é violência grave? Então, dá
6967 margem aí.

6968 **Interlocutor Não Identificado** – Ficou um termo diferente, então, por exemplo, a
6969 gente trabalha com muito isso no júri. No artigo 129 do Código Penal existe a lesão
6970 leve, a lesão grave e a lesão gravíssima. Então, se fosse fazer uma interpretação
6971 mais restritiva seria apenas a lesão grave, aquela que cega, enfim, alguma coisa
6972 nesse sentido.

6973 **Sra. Ana Carolina Bartolamei Ramos (Titular - Associação Juízes Pela**
6974 **Democracia)** – Não só para registrar, eu me recordo que, se não me engano,
6975 houve também meio que também uma campanha, acho que do próprio, na época,
6976 DEPEN também para os estados a coleta, isso alguns há anos atrás, eu me recordo
6977 que isso passou por Rondônia, inclusive, algo no sentido de uma campanha para
6978 colher e implementar essa coleta de material genético. Então, assim, eu tenho
6979 quase certeza que são as próprias secretarias de justiça que fazem a coleta e não
6980 comunicam cada caso, cada caso ao magistrado, não tem como. E eu me recordo,
6981 que eu lembro, quando estava até no Mecanismo de Rondônia, a gente chegou um
6982 dia que estava tendo coleta de DNA dos presos lá em Rondônia e era até uma
6983 campanha nacional, tinha um pessoal do DEPEN que estava também, e as
6984 secretarias, os funcionários, o diretor-geral estava lá levantando quem eram as

6985 pessoas que iam passar pela coleta e aí não tinha um por um ali a anuência do
6986 magistrado, enfim, só para me... me recordei disso.

6987 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
6988 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Ana. Então, eu acho que a gente tem aqui os
6989 encaminhamentos, a Thamiris ela anotou, e depois, quando ficar pronta a minuta,
6990 também acho que a gente pode, enfim, compartilhar com o Ricardo para a gente
6991 entender a forma, como está escrita, mas eu queria saber com o pleno se alguém
6992 aqui é contrário a esses encaminhamentos que foram feitos aqui por todo mundo.
6993 Se ninguém for contrário. Ninguém sendo contrário, eu queria saber se o Ricardo
6994 quer falar mais alguma coisa e agradecer de novo muitíssimo essa presença. O
6995 Ricardo, ele está lá em Paris, agora são 23h da noite, então, ele está fazendo o
6996 esforço para estar aqui, então queria agradecer e dizer que a gente está aqui à
6997 disposição para conversar.

6998 **Sr. Ricardo** - Eu que agradeço, gente. Vamos em frente. Obrigado.

6999 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
7000 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada. E aí, bom, a gente terminou todos os nossos
7001 pontos aqui. Você quer falar um ponto?

7002 **Interlocutora Não Identificada** – Rapidamente, é só porque a gente pulou o ponto
7003 do plano para a criação de comitês. Eu só queria fazer só uma pergunta para a
7004 CGCT. Esse plano existe ou esse plano não existe? Quero. Não, é só para a gente,
7005 eu sei que foi pulado, mas para a gente ter acesso que, de repente, isso pode ser
7006 trabalhado para o próximo encontro.

7007 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
7008 **e Cidadania – ITTC)** – É, eu acho que isso pode estar na pauta já da próxima
7009 reunião. E a Bárbara queria fazer o uso da palavra aqui, eu vou passar para ela
7010 para o final.

7011 **Interlocutor Não Identificado** – Bárbara, se você me permite rapidinho, acho que
7012 é questão do que a gente, um é só o informe, no sentido de que em relação ao
7013 Espírito Santo, a gente ficou de fazer em conjunto com o mecanismo, então, como
7014 já acabou o tempo aqui da RO eu vou, enfim, a gente compartilha e depois na mesa
7015 diretora a gente pode decidir e fazer o encaminhamento antes da próxima RO. E
7016 uma pergunta que a gente tinha conversado, até que a gente lembrou ontem, no
7017 final de tarde, já tinha acabado a reunião, se já tem algum estudo, alguma reflexão
7018 em relação ao orçamento para o ano que vem. Não sei se alguém do governo tem
7019 essa informação. Para a Carol, eu acho.

7020 **Interlocutora Não Identificada** – De princípio, a gente reproduz o orçamento do
7021 ano anterior. Começando, a gente conseguiu suplementar substancialmente, vamos
7022 reconhecer que a gente foi cara de pau para caralho e colou. Então, vamos repetir
7023 a onda, para a gente conseguir a mesma quantidade de dinheiros, mas em relação,
7024 agora falando sério, em relação ao orçamento da diretoria de defesa, porque dentro
7025 da diretoria de defesa estão cinco grandes coordenações que consomem muito
7026 recurso, principalmente o PPDH e o PROVITA. Então, a gente tinha enviado uma
7027 proposta orçamentária inicial bem robusta, a Dani até que ajudou a fazer junto
7028 comigo, e nós perdemos um dinheiro substancial dessa primeira proposta, porque
7029 já ampliava o que a gente tinha conseguido esse ano, porque a gente sabe que
7030 negociação funciona assim, você pede para mais para ganhar um tiquinho menos.
7031 Então, o que nós conseguimos hoje, o que nós temos hoje, a manutenção do
7032 orçamento que nós tivemos esse ano, sem ampliação que nós tínhamos pedido,
7033 porque nós tivemos que abrir mão as coordenações de combate à tortura, combate
7034 ao trabalho escravo e segurança pública, para que não houvesse redução do
7035 orçamento do PPDH e PROVITA, e coletivamente nós avaliamos que precisávamos
7036 defender o orçamento desses dois programas, dada a realidade que nós temos no
7037 nosso país, principalmente em relação ao programa de defensores.

7038 **Sra. Bárbara** – Pessoal, bem rapidinho, só queria deixar o registro aqui dessa
7039 despedida, mas queria dizer que foi uma honra estar aqui ao lado de vocês, poder
7040 ver isso desde 2013 bem de pertinho. Queria também fazer uma referência aqui,

7041 nominar os colegas que começaram, que eu tive o prazer e a honra de começar
7042 com eles em 2015, essa política tão desafiadora que é a política da prevenção à
7043 tortura. Queria deixar aqui, como ela dizia, um salve para Deise Benedito, para José
7044 de Ribamar, para Maria Márcia, Márcia Maia, Luz Aringa, Gustavo Magnata,
7045 Fernanda Givizier, Catarina Pedroso, Thais Lemos Duarte, que nos deixou esse
7046 ano, depois de enfrentar uma leucemia terrível. Bom, e acho que quando a gente
7047 começou em 2015, éramos nove. Eu acho que era um anúncio de que poucas vezes
7048 seríamos onze, como está na lei e toda vez que eu falo do mecanismo, eu falo
7049 deveriam ser onze peritos. Eu falo, são onze peritos na lei, porque eu fiz um
7050 levantamento rápido aqui, durante a reunião, para dizer que em 2015 nós éramos
7051 nove, em 2016 a gente teve realmente os onze, com a entrada do Lúcio Costa e do
7052 Rafael Barreto, que a gente considera da primeira temporada, parte dois. Em 2017,
7053 18, nós tivemos os onze e depois não tivemos mais onze peritos, nunca mais. A
7054 gente ficou em oito na maior parte do tempo, chegamos a ficar em quatro em 2021
7055 e agora, com a minha saída, fica oito novamente. Eu espero que vocês continuem
7056 essa luta que exige muita bravura, muita força, muita luz e muito amor também,
7057 porque eu acho que é sobre isso. Toda vez que eu penso nas pessoas da ponta, é
7058 sobre amor que a gente está falando. Lutar por um espaço melhor, para um espaço
7059 digno, para um espaço totalmente fora e empreender sobre erradicar, de fato, a
7060 tortura e todas as vezes que eu falo de erradicar a tortura, muitas pessoas riem,
7061 falam assim: nossa, é tão absurdo falar isso. Falei: nossa, mas esse é o objetivo
7062 central, embora a gente tenha desafios grandes, a gente não pode se diminuir e...

7063 **Interlocutor Não Identificado** – A gente tem que sonhar de acabar com a prisão.
7064 Eu sempre falo isso.

7065 **Sra. Bárbara** – Exatamente. Por isso, a gente tem que ter esses objetivos
7066 grandiosos para justamente lutar por eles, mas só queria dizer que foi um prazer,
7067 que foi uma honra ver Patrícia e Fábio aqui também hoje dar um calorzinho, porque
7068 é lembrar das primeiras temporadas e ver vocês. E eu não me sinto me despedindo,
7069 porque é uma missão, não é? É uma missão de vida, é uma visão de mundo, então,
7070 a gente acaba se encontrando e vai acabar se encontrando certamente em outros

7071 espaços. Desejo tudo de melhor para o comitê, para os colegas do Mecanismo
7072 também e que esse edital saia logo, que saia forte, que saia lindo e que a gente
7073 consiga reequilibrar, redimensionar algumas questões, acertar outras. Boa sorte
7074 para vocês. Um abraço afetuoso. Sigo à disposição juntos aí com todos vocês. Um
7075 abraço grande, viu? Valeu, galera.

7076 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
7077 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada, Bárbara. Queria agradecer aqui em nome de todo
7078 mundo, porque sempre estive aqui super combativa e, enfim, todas as missões e
7079 aqui pronta para sempre propor encaminhamentos e colaborar com o trabalho do
7080 comitê e, enfim, foram tantos anos, então agradeço o seu trabalho e a gente segue
7081 aqui juntos, ainda que você não esteja aqui nesse espaço, mas esse espaço é um
7082 espaço aberto, não é? Então, que você sinta vontade para participar desse espaço
7083 aberto e que tenham aí bons frutos, enfim, aí nessa luta que é incessante em outros
7084 espaços e que você possa levar isso, então, te agradeço. Eu não sei se mais alguém
7085 quer falar alguma coisa. A Patrícia quer falar isso.

7086 **Interlocutor Não Identificado** – Falar muito rapidamente porque realmente, assim,
7087 também, Bárbara, lembro bem quando eu estava entrando no Mecanismo. A
7088 Patrícia já tinha entrado um pouco antes. A gente entrou junto nessa história toda
7089 de Mecanismo. Impossível não lembrar quando conheci você, quando conheci
7090 Thaís, quando conheci Catarina, no mesmo dia. Enfim, conheci tantas pessoas
7091 incríveis na luta. Então, enfim, te parabenizar enormemente. Como ex-membro do
7092 Mecanismo, aprendi muito com você. Depois, em outros lugares, hoje em dia na
7093 APT. Então, um agradecimento aqui da APT também pelo seu trabalho. Enfim,
7094 todos os parabéns o quanto a gente consegue trocar e aprender mutuamente. E
7095 toda a boa sorte na sequência da sua trajetória.

7096 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
7097 **e Cidadania – ITTC)** – Obrigada. Gente, então, acho que com isso a gente pode ter
7098 em revisão dos encaminhamentos. Eu não sei se Thamiris tem isso rápido para a
7099 gente ver. Pode só...

7100 **Interlocutor Não Identificado** – Thamiris, acho que com 11 páginas é bastante
7101 coisa. Quer compartilhar na mesa diretor e a gente te ajuda? Sim, sim. Está bem.
7102 Bom... O de ontem a gente fez, não é? Está bem, perfeito.

7103 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular – Vice-presidenta – Instituto Terra, Trabalho**
7104 **e Cidadania – ITTC)** – Então, eu queria agradecer aqui a presença de todo mundo
7105 que acompanhou a reunião presencial e também de forma virtual. E estaremos na
7106 próxima em novembro. Obrigada.